UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP

Reitor

Cristovam Paes de Oliveira

Vice-Reitor

Carlos Roberto Caetano Chaves

Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais- ICHS

Solange Ribeiro de Oliveira

Vice-Diretor do ICHS

João Pinto Furtado

Chefe do Departamento de História - DEHIS

Carlos Fico

Coordenador do Laboratório de Pesquisa Histórica - LPH

Jose Guilherme Ribeiro

Coordenadoria do LPH

Jose Arnaldo de Aguiar Lima, Jose Guilherme Ribeiro e João Pinto Furtado

EXPEDIENTE

LPH - Revista de História e publicada anualmente sob a responsabilidade do LPH- DEHIS / UFOP. Correspondência, pedidos de aquisição e contribuições devem ser encaminhados para Rua do Seminário, s/n 35420 - Mariana, MG. Tel.: (031) 557.1322 - Ramal 20.

LPH - Revista de História apresenta, neste número, seu novo Conselho Editorial. Seus membros, contudo, não opinaram sobre os trabalhos que integram estes Anais.

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Fico/UFOP
Carlos Guilherme Mota/USP
Ciro Flamarion Cardoso/UFF
João Pinto Furtado/'UFOP
Jose Antonio Dabdab Trabulsi/UFMG
Jose Arnaldo Coelho de Aguiar Lima/UFOP
Jose Guilherme Ribeiro/UFOP

Capa: Elias Layon

Produção gráfica: Imprensa Universitária da UFOP

Pede-se Permuta We Demand Exchange On Demande Echange

LPH

REVISTA DE HISTÓRIA

SUMÁRIO

Fim do Milênio ou Fim da História? O Mundo Luso-Brasileiro Revisitado: em Busca de uma Memória Comum Prof. Carlos Guilherme Mota......17 **CURSO** A Crise do Movimento Operário e as "Novas" Manifestações Sociais **SEMINÁRIOS** O Livro Didático em História O Ensino da História do Brasil Prof. Rubim Santos Leão de Aquino......36 A Noção de Tempo e o Ensino de História A Noção de Tempo e o Ensino de História Profa. Raquel Glezer.....38 Experiências alternativas no ensino de História

Relato e Análise de uma Experiência

Profa. Conceição Gabrini42

CONFERÊNCIAS

	Profa. Helenice Ciampi
MESAS-	REDONDAS Pesquisa Histórica: as Fontes Não-Convencionais Algumas Notas sobre a Historicidade do Registro Fotográfico
	Prof. Maurício Lissovsky55
A crise d	las Ideologias na América Latina
	Socialismo, Guerra Fria e a América Latina Prof. Marco Antonio Villa62
	Movimentos Sociais e Crise das Ideologias no Brasil Prof. João Pinto Furtado
	Peronismo Hoje: entre o Populismo e o Neoconservadorismo Prof. Jose Luis Bendicho Beired74
A Pesqui	isa Histórica fora das Instituições Oficiais
	A Pesquisa fora das Instituições Oficiais Maria do Carmo Andrade Gomes78
	A Pesquisa Histórica fora das Instituições Oficiais Eduardo Franca Paiva
	A Pesquisa Histórica fora das Instituições Oficiais Edilane Almeida Cameiro83
Repensar	ndo a Licenciatura em História
	Repensando a Licenciatura em História Profa. Maria Inez Salgado de Souza86
Memória	a e Patrimônio Histórico
	Memória e Patrimônio Histórico Prof. Jose Arnaldo C. A. Lima89
	Memória e Patrimônio Cultural Ricardo Samuel de Lana91

	Memória e Patrimônio Histórico Helena Alvim Ameno	
A Crise o	Memória e Patrimônio Histórico Lidia Avelar Estanislau	
	Prof. Ângelo A. Carrara99	
	EXPERIÊNCIA DE PESQUISA:	
	NICAÇÕES o dia 25/09 Demografia da Escravidão Norte-Mineira no Século XIX Tarcisio Rodrigues Botelho	
	O Aluno Trabalhador: das Possibilidades de um Cotidia Político a uma Política para o Cotidiano Elizabeth da Fonseca Guimarães	no
	Constança do Serro Frio - Escravos Libertos nas Minas Gerais do Século XIX Yonne de Souza Grossi	
	Tropas e Tropeiros no Abastecimento da Região Mineradora no Período de 1693 a 1750 Claudia Maria das Graças Chaves Vera Lucia Dutra Vieira	
Sessão d	o dia 26/ 9	
	Liberais e Conservadores na Província de Minas Gerais Identidade Política e Representação de Interesses, Ricardo Arreguy Maia	:
	Da História ao Mito: Dimensão simbólica da Política Republicana no Brasil Luiz Vitor Tavares de Azevedo	

	O Naufragio do Marialva: ainda um inedito
	de Tomas Antonio Gonzaga
	Ronald Polito147
	Uma República de Leitores: as Cartas Chilenas
	e a História da Leitura (ensaio de Intenções)
	Joaci Pereira Furtado154
	Discurso do PSD Mineiro na Constituinte Estadual (1947)
	e Primeira Assembléia Legislativa Estadual do Estado de Minas Gerais (1957-1951)
	Corina Maria Rodrigues Pereira
	Tereza Cristina de Oliveira Miranda
	Tereza Cristina de Onveira Miranda
	O Discurso Juscelinista na Prefeitura de Belo Horizonte
	Marilene Correa Maia
	Vocabulário de História Medieval
	Celso Taveira
Sessão d	lo dia 27/09
	Os Manumantos Dúblicos, Podon Mamánio a Sociadada
	Os Monumentos Públicos: Poder, Memória e Sociedade
	Carlos Aurélio Pimenta de Faria179
	A Comarca do Rio das Velhas:
	Rastreamento de Fontes
	Beatriz Ricardina de Magalhães182
	Os Estudos de D. Maria Carolina e a Mudança da Capital
	Ângela Cristina Sampaio193
	Arte Rupestre do Centro Mineiro:
	A Região Arqueológica de Lagoa Santa
	Alenice Motta Baeta196
	TDTDV A
	FPTN - um Arquivo Particular que se Abre para a História
	Ângela Cristina Sampaio208
	A Pré-História do Estado de Minas Gerais
	Andre Prous211
	Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira (1850/1888)
	Liana Maria Reis222

CONFERÊNCIA

FIM DO MILÊNIO OU FIM DA HISTÓRIA

Jacob Gorender Historiador - ANPUH

Agradeço as generosas referências do Professor Carlos Fico e também o convite dos organizadores deste Encontro Regional da ANPUH, a qual eu pertenço. Antes de iniciar o tema da minha palestra, permito-me fazer um pedido: e que, durante o nosso trabalho nesta sala, os que estão habituados a fumar façam um esforço para se absterem.

E, com isso, entro no tema que convencionamos para essa abertura: "Fim do Milênio ou Fim da História?", correlato ao tema geral do Encontro a respeito da "Crise das Ideologias".

O milênio, como vocês sabem, e uma mera data. O fato de que. Estejamos em 1990 ou no ano 2000, por si mesmo, não indica nenhuma diferença, nenhum fato importante? Os historiadores são também profissionais de datas, eles têm a obrigação de dar precisão às datas em que ocorrem certos eventos ou processos sociais. E claro que, já hoje, a Historiografia não tem a obsessão das datas, mas elas permanecem como uma questão referencial no nosso trabalho. Não esquecemos a advertência de Marc Bloch, o grande historiador francês, de que data não deve ser uma obsessão. A precisão de uma data na questão de um processo social e, dentro de certa faixa temporal, secundaria. Não faz muita diferença se ter a data de 20, 30 ou 40 anos, antes ou depois, em processos como, por exemplo, o desaparecimento da escravidão antiga ou o nascimento do capitalismo e assim por diante. Em todo o caso, não deixamos de ter cuidado com a questão das datas.

Mas, afora a precisão, o milênio encerra um simbolismo no nosso mundo cristão, e aqui não devemos generalizar: o mundo cristão não e todo o mundo. Hoje, nos estamos vendo como o mundo muçulmano está desperto e como também os vários mundos Africanos e asiáticos se fazem notar na nossa história contemporânea. Mas, no mundo cristão, o milênio já despertava movimentos e sublevava as crenças, quando na proximidade de se completar o primeiro milênio. Surgiram as crenças a respeito do Juízo Final, da vinda do Messias, de um milênio de ressurreição, de justiça, de recompensas para os pobres, de paz na Terra. E depois surgiriam as crenças quiliastas, quer dizer, de mil anos de felicidade. Isso ate se inverteu, num tempo não muito distante, com relação a uma doutrina tão malfadada como o nazismo, que prometia uma nova ordem por mil anos. Quer dizer, esse número mil como sinônimo de uma ordem social boa ou ma e algo que. Está enraizado, digamos, naquilo que se poderia chamar de patrimônio mental do nosso mundo cristão. Agora, estamos nos aproximando do fim do segundo século milênio, do fim do XX. talvez a isso se possa associar (eu digo talvez, porque isto exigiria reflexões maiores) o prestígio da magia, do ocultismo, da astrologia. Aqui no Brasil, livros sobre estes temas estão invadindo as livrarias e são enormes best- sellers, que enriquecem seus autores. De qualquer maneira, nos estamos numa era de fundamentalismos religiosos. Varias Religiões, hoje, apresentam-se com grande forca e invadem também o mundo cristão. Religiões que vem do Oriente e, muito especialmente, o fundamentalismo muçulmano, belicoso, militante, o qual, através de adeptos seus que vem trabalhar nos países ocidentais, se faz presente de muitas maneiras. Uma delas, a da ameaça que ficou pesando sobre um escritor que, com uma obra puramente literária, teria feito ofensas mortais, ofensas intoleráveis ao Profeta do Islamismo e ate hoje vive escondido, sob ameaça de assassinato.

Creio que todo esse clima não está exatamente associado ao fim do milênio, senão de maneira subconsciente, mas está associado ao mundo crítico em que vivemos. Crítico do ponto de vista dos fenômenos sociais objetivos, de mudanças muito rápidas que estão ocorrendo e também do ponto de vista das ideologias e dai a muito oportuna escolha do tema deste Encontro, "A Crise das Ideologias". É interessante aqui assinalar a repercussão alcançada pelo artigo de um politólogo, um cientista político americano, funcionário do Departamento de Estado, artigo publicado na revista do Departamento e que falava do fim da História. O autor e Francis Fukuyama e o fim da História, no caso ao qual ele aludia, era o fim da experiência socialista. Quer dizer, uma vez demonstrada a inviabilidade do socialismo e a morte do marxismo como doutrina, que não podia oferecer um projeto válido para a construção social da Humanidade, então ficava também provado que a doutrina que subsistia e que conformava a organização possível e viável da sociedade de uma vez para sempre seria a doutrina do neoliberalismo, da democracia liberal capitalista, ou seja, a vitória do neoliberalismo como princípio formal da existência social mais elevada, das sociedades capitalistas mais adiantadas, estaria finalmente provada e, com isso, a História chegava ao seu fim. História só haveria para os povos atrasados, do Terceiro ou do Quarto Mundos, que precisariam então fazer um esforço para chegar ao Primeiro Mundo capitalista e neoliberal. Uma vez chegando acabou-se a História: daí para a frente, continuamos neoliberais ate o fim dos tempos.

Essa tese foi muito comentada, mas eu devo dizer que pouca gente acredita no fim da História. É só observar o clima de tremendo suspense que se criou no Golfo Pérsico, envolvendo exatamente as sociedades neoliberais do Primeiro Mundo, a começar pelos Estados Unidos, para perceber que ainda temos muita História pela frente. Mas, de qualquer maneira, nos estamos num momento de crise das sociedades variadas que cobrem as terras de nosso planeta e uma expressão dessa crise social e a crise das ideologias.

Não adianta o Presidente George Bush - num discurso em que propunha a América Latina, a todas as Américas, um piano de integração econômica com os Estados Unidos - apresentar a vitória de Adam Smith sobre Karl Marx, tese que vem sendo também explorada por jornais econômicos como The Economist ou o Financial Times, publicações de prestígio no mundo ocidental, ou seja, finalmente provou-se que o liberalismo de Adam Smith e eficiente, ele permite economias prósperas, que criam abundância, e essa abundância se espalha por todos os membros da sociedade, enquanto o marxismo, com a sua teoria do planejamento social, do planejamento da economia, da atuação contraria ao espontaneísmo do mercado, formaria economias que andam devagar, que não assimilam o progresso técnico, que, ao invés da abundância, criam carências, criam a escassez. Ora, na verdade, isso ainda está por ser provado. Estamos em presença de acontecimentos inéditos, sem dúvida alguma, mas que ainda não é a última prova.

Com esse intróito, quero aqui entrar no nosso tema propriamente. Nos anos 70, já com o crescimento dessa vaga neoliberal, no Primeiro Mundo, e se espalhando pelo Terceiro Mundo, falou-se no fim das ideologias, mais ate do que nas crises. Estaríamos entrando numa época em que a ideologia

não teria mais o que fazer. Nem necessitaríamos mais de visões totalizantes, de projetos do futuro, com uma perspectiva de construção total da sociedade. Isso porque entravamos numa era essencialmente pragmática, em que se vivia o presente e não se necessitava quebrar a cabeça, torturar-se, para lutar pelo futuro ou delinear uma visão do futuro. Tudo isso se corporificou em algo que veio a se chamar de "pós-modernismo". O pós-modernismo concebe que a economia como fator de propulsão social e a política também como fator de organização social são hoje fatores, senão nulos, ao menos secundários, não têm mais aquela força que justamente a época moderna lhes atribuiu. A época que se inaugura com Descartes, uma época essencialmente racional, em que os princípios da razão nortearam às várias correntes do pensamento, desde o pensamento prérevolucionário burguês, o pensamento iluminista, o pensamento liberal, como também o pensamento revolucionário marxista. Segundo o pós-modernismo, viveríamos numa época eminentemente hedonística e sensorial, a época do corpo, a época da supremacia somática, que os pósmodernistas dizem ser hiper-racionalista, mas na verdade e irracionalista. Seria uma época em que nós nos preocupamos com o presente, os aqui e agora, pontuais por excelência, com uma visão pulverizadora. Não há necessidade de uma visão total, basta viver aquela sensação tópica, exclusiva do momento que passa. Nessa sociedade, criam-se supostamente novas formas de socialidade, que não são nem imorais, nem morais, são amorais. Seria a época também do fim da luta de classes, porque caracterizada pela abundancia. As classes sociais se entendem e cooperam. Na realidade, o que eram as classes sociais desaparece, porque não ha diferenças entre trabalhadores, engenheiros, administradores, todos enfim são funcionários exercendo tarefas numa maquina altamente produtiva, que beneficia todos. Os templos desse novo acontecer social são o supermercado, os shoppings. É a era do consumismo que, no chamado Primeiro Mundo, já esta em vigência e o Terceiro Mundo só deve tender para chegar ate lá.

Na verdade, não é preciso muita perspicácia, no meu entendimento, para perceber que o fim das ideologias e também uma ideologia. Falar em fim das ideologias e uma ideologia e eu diria que e a ideologia da segunda Belle fipoque do capitalismo. A primeira Belle Époque foi aquela que vai dos finais do século XK, dos anos 80 do século XIX exatamente, ate a Primeira Guerra Mundial. Quer dizer, a Bele Époque, a primeira, termina numa tremenda catástrofe, a Primeira Guerra Mundial. Mas, como diz uma canção, me parece de Vinicius de Morais, "foi bom enquanto durou"... Foi àquela época que Proust tetratou no seu famoso ciclo de romances, "Em Busca do Tempo Perdido". Quer dizer, a época em que a "sociedade" se divertia ("sociedade" aqui entendida como "alta sociedade"). Divertia-se descuidadamente, sem preocupações com o futuro, porque parecia viver algo eteno, a festa eterna. Época em que os conflitos sociais pareciam resolver-se em passeatas, em manifestações pacíficas. Quando os operários podiam progredir através de reformas, conforme a teoria de Bernstein, um marxista celebrizado pelo revisionismo, a matriz, alias, da social-democracia atual. Uma época de evolucionismo pacífico, porém que acabou numa guerra global, a Primeira Guerra Mundial. Hoje nós nos encontramos, pode-se dizer na segunda Belle Époque. Já estamos há uns dez ou quinze anos, pois ela vem dos anos 70, do crescimento econômico, que só teve interrupção na recessão de 80 a 82, mas que depois passou a ser ininterrupto. Parece que esta acabando agora, com uma nova recessão. É o mais longo ciclo do segundo pós-guerra. Os países do Primeiro Mundo vêm crescendo ininterruptamente e a acumulação de capital e gigantesca. Ao mesmo tempo, as taxas de melhora das condições de vida, o padrão de vida nesses países, de fato, se elevaram. Embora, como alguns observadores fazem notar (mas isso no momento não chama muito a atenção), também vai crescendo lateralmente o mundo dos desempregados estruturais, dos miseráveis, o mundo dos completamente

pobres nesses mesmos países. Mas isso ainda e um fenômeno que não e tão evidenciado como a melhora do padrão de vida daqueles que estão empregados, daqueles que podem usufruir das novas tecnologias, informatizadas, robotizadas e assim por diante, como vamos ver.

É neste contexto que surge a questão da crise das ideologias. Não do seu fim, mas da sua crise. A Professora Solange Ribeiro de Oliveira fez observar que, do ponto de vista de sua filologia, a palavra "crise" quer dizer crescimento, não necessariamente morte. Eu acrescentaria também um sentido que a palavra "crise" tem, porque dicionarizado, quer dizer, crise e uma aceleração de fenômenos de mutação. São momentos em que as mutações se aceleram. Nós estamos vivendo a crise não só de uma ideologia, da qual tanto se fala, que e a crise do marxismo (e muitos já assinaram ate o atestado de óbito), mas também a crise da própria ideologia burguesa. Pois, apesar da anunciada vitoria de Adam Smith, esse evento, como eu disse, não está comprovado.

Há nisso muita mistificação: a ideologia burguesa já está em crise, isto e, a procura de caminhos diferenciados para superar os impasses exatamente do liberalismo, desde o fim do século passado. E é exatamente no fim do século passado e princípios do nosso, que aparece uma das expressões mais características dessa crise da ideologia burguesa. Refiro-me a Nietzsche. Exatamente como expressão da crise da ideologia burguesa, Nietzsche se apresenta como antiburguês, contrário ao burguês metódico, o burguês protestante descrito por Weber, frugal, poupador, racionalista. É justamente o seu antiburguesismo que o toma tão atrativo precisamente para intelectuais de esquerda: são intelectuais da esquerda, muitas vezes, que tomam a defesa de Nietzsche e o consideram um patrimônio da esquerda. Eu, pessoalmente, repilo esta incorporação de Nietzsche ao pensamento da esquerda. Nietzsche e a antiesquerda por excelência, o antimarxismo, o anti-socialismo. E não por acaso, não por um erro de ótica, ele foi o filosofo predileto do nazismo e do fascismo, de Hitler e de Mussolini. Mussolini, em particular, não escondeu a sua simpatia por Nietzsche e a influencia que o filosofo teve em sua formação. Um historiador alemão, Hubert Cancik, deu-se ao esforço de pesquisar os tramites da comemoração do centenário do nascimento de Nietzsche, ocorrido em 1944, celebrado na Alemanha Nazista. Mussolini pessoalmente contribuiu para a comemoração, enviando objetos arqueológicos da Itália para a Alemanha, como homenagem a figura do filosofo germânico. Nessas celebrações, Mussolini declarou aos representantes alemães, que o procuraram, que Nietzsche tivera uma grande influencia na sua formação. E não podia ser de outra maneira, uma vez que Nietzsche desprezou o homem comum, os fracos, os que ele chamava de ressentidos - os ressentidos com os fortes, com o super-homem. Quer dizer, Nietzsche e o arauto do super-homem, de um homem que, por ser super-homem, tem direitos adquiridos para fazer e desfazer, sem compromissos morais com a humanidade, a humanidade comum. A moral e uma inibição do superhomem, o super-homem se caracteriza exatamente por não ter inibições morais. A moral e uma invenção do cristianismo. Antes dele, uma invenção do judaísmo. Quer dizer, e inerente ao mundo judaico-cristão. Da moral deve se desvencilhar o super-homem, pois, doutra maneira, permaneceria limitado em seu agir, em sua vontade de poder, pelo ressentimento dos medíocres. É, preciso dizer que, seguindo-se a Nietzsche, Heidegger foi alem, porque, se Nietzsche quisera uma subversão completa dos valores, Heidegger declarou simplesmente a liquidação completa dos valores. Não só a sua subversão, mas a sua liquidação completa.

Do ponto de vista da economia capitalista, os anos 30 foram anos de falência do liberalismo. Esse neoliberalismo, louvado hoje com tanta apologética, estava no chão, como um pugilista nocauteado, nos anos 30. Não podia se erguer do chão. Foi a época em que surgiu a doutrina de Keynes, o economista inglês chefe de toda uma escola e que hoje também e malsinado pelos que, juntamente com a falência do marxismo, declaram também a falência de Keynes. Isso é bem interessante.

Keynes não tinha nada de marxista. Ele considerava Marx um economista medíocre, digno de desprezo. Keynes foi o economista que teorizou a economia capitalista regulada, não o liberalismo espontâneo de Adam Smith, pelo qual o mercado seria uma mão invisível, que distribuiria de maneira adequada os recursos econômicos e criaria abundancia. Para Keynes, diante da tremenda crise deflagrada numa sextafeira de outubro de 1929, a qual durou quatro anos (e da qual o mundo capitalista, na verdade, não saiu durante os anos 30, só saiu com a Segunda Guerra Mundial), para Keynes, a economia capitalista, a fim de não recair em nova crise dessa ordem, a fim de não se tornar inviável, devia ser regulada pelo Estado. Por tais razões, elaborou os fundamentos teóricos para a intervenção do Estado na economia, seja dirigindo o processo produtivo em certos casos (ele não pregava a socialização dos meios de produção), sejam controlando o fluxo de dinheiro, a taxa de juros, os salários, orientando os investimentos, enfim, regulando o conjunto da economia.

Assim, nos anos 30, nos temos uma profunda crise desse liberalismo que hoje, através de Francis Fukuyama, se arroga constituir o fim da História. Então, se nos lembramos de meio século atrás, nos podemos perguntar se as dificuldades do liberalismo, a crise que passou nos anos trinta e a sua substituição pela doutrina antiliberal no próprio campo do capitalismo, não nos autorizam a afirmar que o que temos agora em presença não e o fim da História, com a vitoria definitiva do neoliberalismo, mas uma onda neoliberal que, como todas as ondas, também passarão. Será seguida por outra onda de sentido contrário, como tem sido a dialética da História.

Há algo que nesse momento, nesses anos 90, nesse fim de século XX, da aproximação também do terceiro milênio, constatei um processo descontínuo com o passado. É verdade que a História tem descontinuidades, mas ela também possui continuidades. É uma simbiose de continuidade e descontinuidade. Possui tempos variados. Isso marca o nosso trabalho historiográfico, na medida em que trabalhamos com os fatos empíricos e simplesmente não nos contentamos com o acontecer empírico, porém procuramos compreende-lo, interpretá-lo a luz de determinada metodologia. Sob esse aspecto, recordamos que a primeira metade do século foi profundamente desfavorável ao capitalismo. Vejamos bem: o que produziu o capitalismo na primeira metade do século? Duas guerras mundiais. Nenhuma delas foi provocada pelo socialismo. O foco de ambas as guerras mundiais residiu nas rivalidades interimperialistas na Europa. E o principal foco foi à Alemanha, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra Mundial. Estas duas guerras causaram 70 milhões de mortos. Se, pelo calculo estatístico, pudermos dizer que, para cada baixa fatal numa guerra, temos, pelo menos, três feridos, dos quais um ou dois são mutilados permanentes, então teremos cerca de 140 milhões de mutilados em conseqüência dessas duas guerras. Uma catástrofe de proporções tremendas, pavorosas.

Na primeira metade do século, o capitalismo produziu esta monstruosidade, que foi o nazismo. Do seio do capitalismo, surgiu o nazismo, essa aberração do ponto de vista ate da doutrina capitalista liberal. O nazismo inaugurou na história da humanidade o genocídio programado e industrializado. Porque genocídios tem havido muitos e, ainda ha alguns anos atrás, houve na Alemanha (na Alemanha Ocidental, que ainda existe), uma discussão entre historiadores, dentre os quais uma facção quis justificar o nazismo com o genocídio, por exemplo, dos índios americanos pelos conquistadores espanhóis e Portugueses. Sem dúvida, não vamos aqui justificar as matanças que os colonizadores das Américas praticaram nas populações autóctones do nosso continente. E até continuam a praticar essas destruições com os sobreviventes das populações autóctones, o que acontece inclusive no Brasil. Mas nós não podemos enfocar tal genocídio do passado, inclusive o da África, com o tráfico de escravos, como algo que se equipara a matança programada milimetricamente, cronometrizada e industrializada, que os nazistas realizaram nos campos de concentração, com o propósito deliberado de extinguir da face da Terra certas etnias, como os judeus e os ciganos, e, em grande parte também, os eslavos. Foi o que nos assistimos na primeira metade do

século XX. Finalmente, a Grande Depressão econômica como já me referiu, que, na verdade, se prolongou durante todos os anos 30, e da qual o mundo capitalista só conseguiu sair depois da tremenda destruição de forças produtivas na Segunda Guerra Mundial.

Mesmo apos a Segunda Guerra Mundial, o sistema capitalista mundial sofreu um processo de retração, que se iniciou com a Revolução Socialista na antiga Rússia. Quer dizer, uma faixa considerável de países deixou de ser campo de aplicação de capitais por parte do sistema capitalista mundial e seus centros dirigentes. A fratura do sistema capitalista mundial abrangeu a antiga Rússia, depois a China (dois grandes países), depois o Vietnã, Coréia, Argélia, e todo o Leste Europeu, inclusive uma parte da Alemanha e ate mesmo um país aqui nas Américas, vizinho dos Estados Unidos, ou seja, Cuba. Esse processo, em minha opinião, chega ao ápice com a Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos, maior potência militar do planeta, são derrotados por um povo camponês. É claro que, atrás desse povo camponês, estavam a União Soviética e a China, que lhe forneciam armas, técnicas militares, porém não soldados. O Vietnã combateu sozinho. Foi com seus homens, mal alimentados, que só comiam arroz e que não tinham acesso aos hambúrgueres, a coca-cola e as outras delícias do mundo ocidental (R1SOS), foram esses homens que derrotaram os soldados de mais de um metro e oitenta da maior potencia militar do planeta. A unificação do Vietnã, em 1975, sob a hegemonia do partido comunista marca o ápice da expansão da fratura socialista do sistema capitalista mundial.

Já foi observado que os Estados Unidos jamais ganharam nenhuma guerra importante sozinhos neste século. Foram vitoriosos na primeira e na segunda guerra mundial com aliados. Mas sozinhos não ganharam na Coréia, tal como não ganharam no Vietnã. E não e por acaso que agora, no Golfo Pérsico, estão procurando se cercar do apoio de todo o Primeiro Mundo e ate de uma parte do Terceiro Mundo, inclusive de uma parte do mundo árabe.

Mas, ao mesmo tempo, cabe observar que, se houve uma retração do sistema capitalista no segundo pós-guerra, retração que já vinha desde a primeira metade do século, também houve o que os marxistas não perceberam, ou não deram a devida significação: uma estabilização do mundo capitalista, tanto do ponto de vista econômico como político. Os países do chamado Primeiro Mundo se tornaram países em que o regime democrático em sua forma burguesa passou a funcionar com regularidade. E se funciona com regularidade, funciona com estabilidade, funciona também com o consenso das classes subalternas. Semelhante consenso foi obtido por mediação da social-democracia. Em quase todos os países da Europa Ocidental, houve longos períodos em que a social-democracia foi governo: na Áustria, na Alemanha, na Inglaterra, na Holanda. Já há sessenta anos que a social-democracia governa a Suécia, com um interregno apenas de um quadriênio conservador. Hoje, a social-democracia governa a França e a Espanha. Na Itália, os governos de centro-esquerda fizeram o papel da social-democracia, como os governos do Partido Social Democrata nos Estados Unidos também fizeram o papel da social-democracia. A social-democracia, com a sua doutrina baseada nos princípios econômicos de Keynes (intervenção do Estado na economia, formação de um setor de empresas estatais e assim por diante) deu origem a doutrina do Estado de Bem-Estar Social, Welfare-State, que tem nos Estados Unidos, como o seu principal propugnador, o famoso economista John Kenneth Galbraith e, na Europa, os teóricos social-democratas. Por isso, um desses teóricos, um cientista político muito conhecido no Brasil, o italiano Norberto Bobbio, pode dizer que se nunca houve a revolução permanente pregada por Trotski, há a reforma permanente: há uma sucessão permanente de reformas que vão elevando o padrão de vida da população dos países capitalistas em seu conjunto. E, de fato, ate certo momento, isso se verificou. Não há dúvida que, no chamado Primeiro Mundo, criou-se todo um sistema que elevou o padrão de vida da população empregada: previdência social, assistência medica, educação segundo grau obrigatória generalizada,

proteção no trabalho mais eficiente, construção de conjuntos residenciais. Os métodos produtivos interessaram os trabalhadores, ao invés da esteira mecânica do fordismo e do taylorismo, já ultrapassados com a nova tecnologia que esta se implantando. A tecnologia da informática, do robô, dos novos materiais, da comunicação eletrônica e assim por diante. Isso e indiscutível, a classe operaria, os trabalhadores dos países do Primeiro Mundo, puderam obter, nesse segundo pós-guerra, através de governos social-democratas principalmente, vantagens, melhorias que elevaram consideravelmente o seu padrão de vida.

Os trabalhadores ingleses já não vivem como os trabalhadores dos romances de Dickens, aquela miséria horrível, sujeira, fome, doença e assim por diante. Ao mesmo tempo, em todos esses países, com algumas exceções, como e o caso da própria Suécia, criaram-se setores da economia estatizados, abrangendo ferrovias, transporte aéreo, eletricidade, além dos serviços públicos como água e esgoto. Também siderurgias, fábricas de automóveis e de aviões, complexos de produção química, em muitos casos, tornaram-se setores que passaram as mãos do Estado, que o Estado passou a gerir como proprietário, na Alemanha, na França, na Inglaterra, na Bélgica, na Áustria, na Itália e noutros países, mesmo no Japão.

Mas todo esse processo sofrera um solavanco, que o paralisa e, de certo modo, o impulsiona um tanto para trás, a partir da vaga neoliberal que começa na segunda metade dos anos setenta. Isso porque o processo de reforma, de conquistas obtidas pelos trabalhadores e mais os próprios mecanismos de desenvolvimento capitalista conduzem a uma inundação da economia mundial pelos eurodólares, pelo fato de que o carro-chefe da economia capitalista são os Estados Unidos, que emitem a moeda mundial. A inundação dos eurodólares gerou uma inflação na segunda metade dos anos 70, agravada pelo segundo choque do petróleo, advindo da tomada do poder pelo Aiatolá Khomeini, no Ira, grande produtor de petróleo e depois, logo em seguida, pela guerra deflagrada peso Iraque contra o Ira, que iria durar, como vocês sabem, oito anos. Então, o próprio processo inflacionário derruba os governos social-democratas. Após o governo trabalhista inglês, surge o governo da Sra. Tatcher, a "Dama de Ferro", que já esta em seu terceiro mandato. Vêm os governos republicanos dos Estados Unidos, os dois mandatos de Reagan, sucedido agora pelo terceiro mandato republicano, de George Bush. O governo social-democrata de Bruno Kreiski na Áustria, que dura treze anos, e sucedido por um governo conservador presidido por Kurt Waldheim, homem que serviu ao Exercito Nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Mesmo na Suécia, pela primeira vez depois de 50 anos, o Partido Social-Democrata cedeu o poder ao Partido Liberal durante 4 anos e recupera o poder em condição minoritária, governando através de uma coalizão. Então, em todo o Primeiro Mundo, podem-se dizer, os social-democratas são substituídos pelos neoliberais. Exceções podemos apontar seriam a França, onde Miterrand e socialista e esta em seu segundo mandato, e a Espanha, onde Felipe Gonzalez esta em seu terceiro mandato. Na França, Miterrand não permite que os trabalhadores percam conquistas já obtidas, porem não cumpriu, por exemplo, a sua promessa de diminuir a semana de trabalho de 40 para 37 horas. Diminuiu para 39 horas. Na verdade, a política econômica que ele aplica e uma política neoliberal: não por acaso, a sua vitoria nas eleições presidenciais foi acompanhada por uma elevação das ações na Bolsa de Valores francesa. Quer dizer, o capital francês demonstrou sua plena confiança na liderança de Miterrand. No caso de Felipe Gonzalez, a Espanha recém se liberou do franquismo e é através do governo socialista que se consegue a estabilidade, o pacto social para uma política neoliberal. A Espanha e hoje campo preferencial de aplicação dos capitais europeus, dos capitais alemães, franceses, ingleses e americanos, porque há na Espanha uma defasagem no preço da mãode-obra com relação aos outros países da Europa Ocidental. De modo geral o que esta em vigência nesses países, inclusive França e Espanha, e a política neoliberal.

Daí as privatizações de empresas estatizadas, possíveis dadas à enorme acumulação de capital

pelos conglomerados multinacionais. O que não se podia fazer há 40 ou 50 anos atrás, ou seja: modernizar as ferrovias, que exigiam enormes investimentos, a siderurgia, que também exigia enormes investimentos, fábricas até de automóveis etc., e, por isso, o capital consentia que elas passassem a mão do Estado. O Estado despendia o dinheiro publico para modernizar os meios de produção e agora, que ha uma gigantesca acumulação de capital privado, tais meios são privatizados, revertem a preços vantajosos, ao domínio do grande capital privado. A campeã das privatizações tem sido 3 Sra. Tatcher. Ela privatizou recentemente ate o serviço de águas, o que vai contra os Estatutos da Comunidade Econômica Européia, e já se propõe a privatizar o serviço de eletricidade. Mas, como estudiosos desta questão apontam, em todos os casos ela privatizou com grandes vantagens para os compradores das ações. Na verdade, tais privatizações funcionam como doações ao capital privado.

Por que tudo isso é possível? Aí chegamos também a outro ponto que e importante compreender: e que nos estamos vivendo o ciclo de nova revolução científico-tecnológica. No Primeiro Mundo, as novas tecnologias estão sendo aplicadas com enorme velocidade. São tecnologias que entram em obsolescência em três, quatro anos, lapso de tempo em que surgem novas tecnologias, que as substituem. Em primeiro lugar, a miniaturização tomou acessível a consumidores de massa o computador pessoal, que entra nas casas não só dos intelectuais, dos escritores, dos pesquisadores, mas também nas casas comuns. A informática industrializa os serviços financeiros e penetra também na indústria dos bens de capital, com as maquinas que passam a ser comandadas através de computação. O que permite que processes exigentes de cem operários passa a ser feitos por dez apenas. Além disso, há a biotecnologia, que permite vencer obstáculos naturais a produção agrícola, vegetal e animal, alem de criar toda uma engenharia genérica, capaz de eliminar doenças, revolucionar a tecnologia farmacêutica, a ciência medica e assim por diante. A eletrônica via satélite torna as comunicações ultra-rápidas em todo o universo, incluindo essa invenção tão comum para nos que e a televisão, através da qual se tomam de conhecimento instantâneo os acontecimentos em qualquer parte do globo, sejam os espetáculos programados, sejam, às vezes, os acontecimentos inesperados, como recentemente, os fatos da Praça Celestial em Pequim. Acrescenta-se a invenção dos novos materiais que substituem o aço, o alumínio, a madeira etc., materiais muito mais baratos, duradouros ou descartáveis. Tudo isso configura uma revolução científico-tecnológica, que tem por base novos conhecimentos científicos aplicados a tecnologia da indústria, agricultura e serviços. É claro que isso também entra numa das indústrias mais importantes do mundo, que e a indústria de armas. Ela também sofre uma tremenda influência de todo esse processo e constitui uma das matrizes principais da atual revolução científico-tecnológica.

Esta revolução cintífico-tecnológica encontra-se na base da enorme acumulação de capital em processo no mundo capitalista. Sejam os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental, seja o Japão. E aí nos temos que observar outro fato: se o capitalismo, o sistema capitalista mundial se retraiu, porque perdeu a União Soviética, a China, o Leste Europeu e ate mesmo, aqui na América, perdeu Cuba, se isto aconteceu, entretanto, hoje teve um florescimento enorme no Extremo Oriente. Não se pode mais falar de capitalismo como algo puramente ocidental, como um estilo de vida, um modo de produção, uma formação social tipicamente ocidental porque, entre os países mais capitalistas do mundo, inclui-se o Japão. Nenhum país é hoje mais capitalista do que o Japão. E junto do Japão estão os chamados "Tigres Asiáticos": a Coréia do Sul, Singapura, Tailândia, Filipinas, Austrália, que também se insere no universo oriental.

O capitalismo foi capaz, nesse processo, de algo que os marxistas realmente não previam: a superação das barreiras nacionais, especificamente no caso da Europa Ocidental. As barreiras nacionais, que tanto dificultaram a saída da grande crise dos anos 30, hoje caíram abaixo. Não há barreiras como antigamente entre os países da Europa Ocidental. No ano de 94, já se prevê a

eliminação dos últimos entraves a completa liberdade de circulação de capitais, de homens, de trabalhadores entre os países europeus. Haverá uma moeda única para todos os países. Quer dizer, cria-se de fato uma Europa economicamente unificada. Ainda não politicamente unificada, mas, do ponto de vista econômico, ela já forma uma entidade na qual a hegemonia e indiscutivelmente da Alemanha. Já era da Alemanha Ocidental e será da nova Alemanha completamente unificada. Assim, aparecem três grandes blocos do capitalismo: o bloco dos Estados Unidos, que continua ainda como carro-chefe do capitalismo e que Integra na sua economia o Canadá (na pratica, uma província americana) e México, o bloco da Europa Ocidental e o bloco do Extremo Oriente. Aí há a anotar que esse não e um processo que muda a natureza do capitalismo. A natureza do capitalismo continua a ser a de um regime que persegue o lucro como seu objetivo fundamental, que tem no lucro a sua forca motriz, a sua motivação. Mais ainda: e um capitalismo que continua concorrencial, não mais entre milhares de empresas pulverizadas como no século XIX, porém entre megamultinacionais. Em cada bloco, são 300, 400 empresas, bancos, grandes conglomerados industriais e comerciais que dominam 70 a 80% da economia. Em torno deles, giram pequenas empresas, que lhes fornecem peças, prestam serviços, fazem a pane ainda não regida pela automação, ainda não robotizada. A natureza desse capitalismo continua, na essência, a mesma de antes. Por isso, eu me atrevo a afirmar, com toda a tranquilidade, que a melhor explicação do que e o capitalismo, da sua estrutura e da sua dinâmica, ainda esta em O Capital de Marx, neste livro que muitos já consideram obsoleto, que nem merece sequer consulta dos estudiosos.

Contudo, não se pode dizer que o capitalismo hoje e exatamente igual ao do tempo de Marx. Isso seria um absurdo, em que infelizmente incorrem muitos marxistas. Houve novos processos, aos quais eu já me referi que mudaram a maneira de proceder do capitalismo, mas não a essência desse modo de produção e dessa formação social. No mundo capitalista, junto aos três blocos dominantes, nos não podemos deixar de assinalar que ha enormes áreas marginais. Aliás, a maioria do mundo capitalista esta na margem desses três blocos. Por que não se enquadra neles. Uma dessas áreas marginais e a América Latina, da qual faz parte o nosso país. Quer dizer, a América Latina, particularmente para o bloco dos Estados Unidos, que tem hegemonia aqui, mas para os outros também, e somente uma fonte de lucros, de dividendos, de juros, através do mecanismo da divida externa e dos investimentos diretos. Secundariamente e fornecedora de certas matérias-primas. Porque as matérias-primas da América Latina, segundo mostram as estatísticas, estão, no seu conjunto, caindo de preço, valem cada vez menos. O Primeiro Mundo as produz também ou as substitui, quando precisa. Hoje, a Europa não precisa da carne da Argentina, do Uruguai e do Brasil, porque ela e também grande produtora de carne e ate exportadora. Não precisa dos nossos cereais, que antigamente enchiam os navios que iam para a Europa, porque ela também produz cereais e, com isso, evidentemente, pode pagar mais barato por tudo o que compra da América Latina. As areas marginais da América Latina e do Caribe, da África e da Ásia, são áreas condenadas a viverem o outro lado desse processo, ou seja, o lado da miséria, do atraso, da impotência. Enquanto o lado do Primeiro Mundo vive a alegria da segunda Belle Epoque do capitalismo, que, certamente, como a primeira, terminara numa catástrofe.

Eu quero encerrar esta parte enfatizando que não vivemos o fim da História. O neoliberalismo, justamente por ser "neo", constitui uma expressão da crise da ideologia burguesa. Não prefigura o fim do capitalismo no dia de aranha: já os marxistas deveriam aprender que o capitalismo tem muitos fôlegos e é dotado de elasticidade para superar catástrofes. Mas esta longe de ser esse regime de abundancia perpetua e de harmonia ideal, na qual não se precisa ate de ideologia, não se precisa de projeto totalizante, como alguns vem apregoando.

A segunda parte dessa conferência e para mim a mais importante, porque diz respeito à crise

do marxismo. Como todo esse Seminário vai discutir a crise das ideologias, vão se suceder outros conferencistas e muitos subsídios serão trazidos ao tema. Mas eu, pessoalmente, gostaria de falar a respeito da crise do marxismo, tratar aqui de algumas questões, que podem ressurgir no decorrer do Seminário. Eu não nego, como querem alguns, em particular certos trotskistas, que ha uma crise do marxismo. Não ha duvida que muito do que esta ocorrendo hoje no chamado Leste Europeu, em particular, foi previsto por Trotski, previsto na sua parte critica. Mas não no encaminhamento que a crise esta tendo nesses países. Trotski não previu tal encaminhamento e os trotskistas o omitem. Então, também o trotskismo esta em crise, como uma das vertentes legítimas do marxismo. Ainda ha pouco, realizou-se, em São Paulo, a maior homenagem mundial prestada a Trotski na passagem do cinqüentenário de seu assassinato. A homenagem se efetuou através de um simpósio de grandes proporções, que trouxe a São Paulo notáveis especialistas de variadas tendências do marxismo, inclusive do exterior: franceses, como Pierre Brone, soviéticos, o professor húngaro, Miklos Kun, neto de Bela Kun, espanhóis, argentinos, bolivianos, italianos, etc.

Não ha duvida: avançou-se bastante no conhecimento das questões que cercam o pensamento de Trotski. A meu ver, e todo o marxismo, inclusive o trotskismo, que esta em crise hoje. Porque, de um lado, o que precisa ser assinalado a crítica ao modelo stalinista, que desmorona, no Leste Europeu, inclusive na União Soviética, onde e só residual hoje - e a duras penas sobrevive na China, em Cuba, no Vietnã e na Coréia -, a critica a esse modelo foi feita antes dos social-democratas e neoliberais por Trotski, nos anos trinta. Antes de qualquer outro, ele apontou a degenerescência do socialismo pelo domínio da burocracia, da camada burocrática. Muitas das suas afirmações são reiteradas hoje por economistas da Perestroika, na União Soviética. Mas são as afirmações criticas a respeito da ineficiência econômica, da ma qualidade dos produtos, de tudo isso ligado ao modelo stalinista de planejamento. Mas Trotski não previu as soluções que estão sendo adotadas nesses países. Não previu a questão que se constituiu com o problema do mercado, embora Trotski não fosse contrario as relações mercantis a época do socialismo. Contrariamente ao que propõem alguns trotskistas, Trotski não era partidário da extinção do dinheiro, como e a tese de Mandel, o conhecido pensador trotskista. Trotski considerava que o dinheiro tinha lugar no regime socialista em sua fase inicial e também a economia mercantil, mas ele não podia, de modo algum, pensar em restauração do capitalismo, como esta se dando plenamente na Alemanha Oriental, que vai se fundir com a Alemanha Ocidental. Em parte significativa já esta sendo tentado na Polônia e na Hungria e pressiona fortemente na União Soviética.

O que está se dando, então, no Leste Europeu a meu ver? É, o fim do marxismo? O fim do socialismo? Ou o fim de um modelo do socialismo? A meu ver, e o fim de um modelo, e o fim do stalinismo. Aqui, precisamos distinguir entre modelo e projeto. O projeto socialista continua vivo, ele continua no ideário de milhões de pessoas, na União Soviética, China e em países do Leste Europeu, mesmo ali onde venceram os partidos de direita anti-socialistas, nas últimas eleições na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia. Como ele continua vivo no mundo capitalista, apesar de que atravesse uma fase critica na conjuntura de ofensiva violenta do neoliberalismo capitalista. Sem dúvida, o projeto socialista atravessa uma crise, que e uma crise, em minha opinião, no sentido filológico, uma crise de crescimento, não e uma crise mortal. Não e uma aceleração de mutações mórbidas, que levam a morte, mas e uma aceleração de mutações dolorosas, sem dúvidas alguma, difíceis, porém que levarão a superação da própria crise e ao rejuvenescimento do projeto socialista. O socialismo esta ganhando algo extremamente precioso como ideologia totalizante de construção de uma nova sociedade. Ele esta se libertando do stalinismo. Porque, queiramos ou não, todas as correntes do marxismo eram afetadas pelo stalinismo. Por mais que nós nos afirmássemos anti-stalinistas, sempre a imagem que ficava para as massas, por toda a parte, era a de que socialismo se associava a partido

único, a domínio da burocracia, a privilégios de uma minoria burocrática que detinha o poder, a policia política, a campos de concentração, a expurgos, a processos judiciais falsificados que assassinavam homens honrados, revolucionários de primeira linha, que associavam o socialismo a um crime como o assassinato de Trotski, horroroso, hediondo, e assim por diante.

Dessa macula enorme, dessa monstruosidade, sem duvida alguma - porque foi isso o stalinismo -, nós nos libertamos. E isso e um ganho essencial porque socialismo passa a ser entendido como democracia socialista. É preciso afirmar que o que temos em vista e o socialismo democrático, compatível com as divergências, com a existência de minorias, com a pluralidade de tendências, de partidos, e assim por diante. Mas tal afirmação no futuro será dispensável, porque socialismo, posto em funcionamento de maneira democrática, será por si mesmo sinônimo de determinado modelo de democracia, a democracia socialista, uma democrata que não e igual à democracia burguesa, que não tem em comum a estrutura da democracia burguesa. Portanto, nada tem a ver com a teoria da democracia como valor universal. Porque a democracia não e valor universal. A democracia socialista nunca pode ser entendida como um valor igual à democracia burguesa. Se assim entendêssemos, confundiríamos completamente o que não pode ser confundido. Nem do ponto de vista da Ciência Política nem do ponto de vista de qualquer outro prisma das Ciências Humanas.

Em toda parte, vimos que se ascendem os nacionalismos. Isso também não foi previsto por Trotski, que pensava que, com a derrubada da burocracia stalinista na União Soviética, surgiria uma nova tendência internacionalista. Não e o que esta acontecendo. São os nacionalismos que estão acesos, provocando conflitos violentos. Também nos países do Leste Europeu, são fortes as tendências de restauração do capitalismo. Quem lê hoje a imprensa soviética, encontra afirmações que configuram um modelo utópico: equiparar a União Soviética a Suécia. A Suécia seria o modelo da sociedade ideal para o qual se deveria dirigir a União Soviética. Todavia, se uns puxam fortemente no sentido de uma verdadeira privatização capitalista da economia soviética, ainda há ali a forte resistência de um ideário socialista, que repele tal privatização. Mesmo na Polônia e na Hungria, onde já se avançou alguma coisa no sentido de restauração do capitalismo, não se pode deixar de prever que haverá reações com relação às medidas que entronizem a exploração capitalista. Esta não deixara de provocar uma reação dos trabalhadores, para os quais não desaparece a consciência adquirida de valores do socialismo.

De qualquer maneira, eu desejaria terminar aqui esta conferência sem triunfalismos. Há uma crise do marxismo, não o reconhecer e pior, porque nos impede de ser criativos nas condições da crise. A crise exige o máximo da criatividade dos marxistas para a compreensão do próprio capitalismo, do sentido da estabilização social-democrata, do sentido da ofensiva neoliberal, da nova composição da classe operaria. O que é hoje a classe operaria? Mesmo aqui no Brasil, um terço dos empregados na indústria da informática tem instrução superior. E nos países capitalistas, os trabalhadores que ainda exercem tarefas manuais, o que fazem? Eles controlam e reparam as maquinas. São polivalentes, dominam varias profissões ou especialidades. São altamente instruídos em relação aqueles trabalhadores da esteira de montagem do fordismo, ou ao trabalhador modelado pelo taylorismo. Isso precisa ser estudado, juntamente com os processos de conquista da hegemonia (no sentido de Gramsci) e as contradições do capitalismo nas novas condições. E também a multiplicidade de variações a que o socialismo da origem. Não se pode mais, definitivamente, pensar num modelo único de socialismo como durante tanto tempo foi imposto na União Soviética e copiado pelos outros países. Não se pode pensar na socialização somente como propriedade estatal. Necessitamos pensar na variedade de formas da propriedade social no período de transição, cujo prazo também não "esta delimitado por ninguém. Profunda reflexão exige o papel do mercado e o papel do piano, porque o piano não desaparece. Mas não pode ser o piano total. A idéia de um piano totalitário de uma harmonia total, e uma Utopia. Utopia no sentido de algo que não se alcança. O

socialismo deve dar margem também a certos desequilíbrios de acordo com o arbítrio do consumidores, e também de acordo com a criatividade dos produtores. O piano não pode ser um plano totalitário, tem que ser um piano que admite no seu transcurso os momentos de desproporção e de criatividade provocadora de desequilíbrios, certamente muito diversos dos desequilíbrios próprios do capitalismo.

E um desafio também ao marxismo o reconhecimento do seu atraso na Teoria Política Porque, se o marxismo tem contribuições fundamentais a Teoria Política, e isso e inegável, sobretudo a respeito do conteúdo do poder político, ele, ao prever que o Estado não desaparece de um momento para outro, não estudou as formas do Estado socialista. Que formas terá? Este e um grande problema, por exemplo, para os novos parlamentos que estão se instituindo na União Soviética e em ou países do Leste Europeu, onde não há tradições parlamentares de funcionamento de congressos.

Tudo isso precisa ser estudado e, a partir daí, recriado e levado a prática.

Quanto à questão da democracia representativa e da democracia direta, que papel tem cai uma, como ambas podem se fundir e mutuamente se fecundar, de tal maneira a superar no dia-a-dia suas contradições? Sobretudo, a grande questão da Jornada de trabalho, que a nova tecnologia permite porque, hoje, nos países capitalistas avançados, o movimento operário já está formulando o projeto de chegar ao ano 2000 com a semana de trabalho de 28 horas, o que evidentemente aumentara maneira considerável o período de lazer que os trabalhadores terão a sua disposição. Com isso, sendo possível eliminar as altas taxas de desemprego que existem, particularmente na Europa Ocidental Mesmo com o seguro-desemprego - que não existe em todos os países, não existe, por exemplo, Itália o desemprego ainda e uma chaga, ainda e uma ofensa ao trabalhador, uma humilhação, que continua a existir e a aumentar no mundo capitalista. Ainda há grandes faixas de pobreza que cresce: por exemplo, em particular nos Estados Unidos, com os cortes que o governo Reagan fez previdência social, na assistência aos pobres. assim diante. Por conseguinte ha muita coisa a fazer pela frente. O que essa nova tecnologia permite e exatamente eliminar o desemprego e diminuir, ao mesmo tempo, a Jornada de trabalho. Ou eliminar o desemprego através da redução da Jornada de trabalho. Como dizia Marx, o reino da liberdade não esta trabalho, uma vez que ai se faz o que e necessário. Diante da maquina, nos não podemos arbitrários, ela tem a sua maneira de funcionar e nos temos que dominá-la, conhecendo-a e seguindo a sua mecânica, ai não e o mundo da liberdade. reino da liberdade esta exatamente fora trabalho. naquelas horas que nos pertencem, que nos chamamos de lazer, mas que, para aqueles homens formados numa nova sociedade, são as horas da criatividade. Aquelas horas que o homem dedica para fazer o que gosta e fazer e que por isso mesmo fará mais criativamente podendo realizar suas próprias potencialidades e enriquecer os seus companheiros de sociedade. Construindo uma sociedade - exatamente como Marx chamava - uma sociedade de produtores associados, uma sociedade desalienada, onde o homem, todos os homens decidem não só questões pertinentes ao processo de trabalho, mas o que fazer o que produzir, para que produzir. Isso não será decidido em pequenos gabinetes de executivos de grandes bancos e de grandes conglomerados multinacionais, mas será decidido pelo conjunto da socialismo sociedade. Então. sentido da luta da conquista do tempo livre dilatado, como privilegio não de poucos, mas de todos, e o sentido da desalienação do processo de trabalho, hoje dominado por ínfimas minorias, como e tanto no mundo socialista atual e no mundo capitalista atual. É a conquista da liberdade através de um processo de produção em que todos os interessados - os produtores associados - interferem. Uma sociedade em que a democracia praticada ate o seu extreme limite deixa de ser democracia, porque deixa de ser um regime estatal. Nesse sentido e que eu afirmo: o projeto socialista esta em crise, mas vai sobreviver a esta crise. O marxismo esta em crise, mas vai sobreviver a esta crise! Muito obrigado.

CONFERÊNCIA

O MUNDO LUSO-BRASILEIRO REVISITADO: EM BUSCA DE UMA MEMÓRIA COMUM

Carlos Guilherme Mota IEA/USP

Sim, admitamos: essa pobreza de experiências não é uma pobreza particular, mas uma pobreza de toda a humanidade. Trata-se de uma espécie de nova barbárie. Barbárie? Pois é, Nós a mencionamos para introduzir um conceito novo, um conceito positivo de barbárie pois o que traz ao bárbaro a pobreza de experiência? Ela o leva a começar do começo; a começar de novo; a saber, se virar com pouco; a saber, construir com pouco, será olhar nem para a direita nem para a esquerda. Entre os grandes criadores sempre houve aqueles implacáveis, cuja primeira medida era fazer tabula rasa. Na verdade eles queriam uma prancheta, pois foram construtores.

(Walter Benjamin, 1933)

Os desafios postos neste fim de século aos cientistas sociais do mundo luso-afro-brasileiro temnos obrigado a revisitação das *historicidades* de um conjunto de povos notavelmente heterogêneo. Daí a oportunidade deste congresso, em que se incitam os cientistas sociais em *língua portuguesa* a revisão do próprio *saber* e *imaginar a* social no "mundo que o português criou", com vistas a perspectivar os desafios e as respostas possíveis nas próximas décadas. Retoma-se assim a antiga e sempre atual discussão sobre a responsabilidade dos intelectuais - acenando-se para as aberturas que a imaginação histórico-sociológica vem oferecendo ao propor novos paradigmas para se pensar o social, o econômico e o cultural. Mais complexa se toma tal problemática quando se procura engrenar a reflexão nas inescapáveis transformações que se vão operando no sistema mundial.

Nossa observação preliminar refere-se ao fato de que *a ruptura mais profunda ocorre no piano cultural lato sensu*. O "mundo que o português criou" ruiu, e com ele a concepção lusotropicalista de história, a mistificação de uma suposta especificidade cordial e adaptativa do

português nos trópicos, com peculiaridades de miscigenação democratizante, do ponto de vista étnico. Não pertencemos mais ao mesmo todo, ao menos aquele conjunto de instituições que mantiveram por longos séculos um dos mais pesados aparelhos burocráticos de toda a História, de que o sistema colonial, o escravismo, o corporativismo, a repressão ideológica da Contra-Reforma e suas sutis remanescências de *longue duree* foram componentes indissociados.

Nesta retomada critica, vale recuperar toda uma linhagem de pensamento que, no Brasil, em Portugal e na África, opôs sistematicamente a poderosa concepção de cultura harmônica desse mundo resultante da expansão colonial "civilizadora". Pensadores do calibre de V. Magalhães Godinho em Portugal ou do angolano Mario de Andrade sempre estiveram vigilantes na critica a essa visão paralisante de História - que abrigava uma auto-satisfeita consciência amena de atraso, distanciando-nos da contemporaneidade da história mundial¹.

Também no Brasil, a crítica, desde muito cedo, se manifestou contra a interpretação freyreana, defensora de uma suposta especificidade do "Novo Mundo nos Trópicos". Se Casa Grande e Senzala, a obra-mestra de Gilberto Freyre, aparece em 1933 com ingredientes modernizantes, provocando até mesmo repúdio de setores mais reacionários por dessacralizar os heróis da raça branca gerados nos Institutos Históricos e Geográficos, note-se que nesse mesmo ano surgia a crítica do historiador Caio Prado Junior (Evolução Político do Brasil e Outros Estudos). O conjunto de sua obra certamente representa o início do redescobrimento do Brasil, anunciando "um método relativamente novo" dado pela interpretação materialista. Organiza as informações de maneira a não incidir e esgotar o enfoque "na superfície dos acontecimentos acelera sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerra". Para o historiador paulista, esses acontecimentos constituem apenas um reflexo (termo que parasitara muitas das explicações posteriores) exterior daquilo que se passa no íntimo da História. Caio redefiniu a periodização corrente, valorizando os movimentos sociais do século XIX como Cabanada, Sabinada e Praieira e demonstrando que "os heróis e os grandes feitos não são heróicos e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes em cujo beneficio se faz a História oficial". Uma critica vigorosa e fundamentada a Historiografia oficial ficava estabelecida, ao mostrar que autores difundidos como Rocha Pombo, em volumes alentados e em manuais, dedicavam simples notas de rodapé a movimentos populares do porte da Cabanada (Pará/1833-1836). A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica que impregnava a explicação histórica dominante. Criavase um novo paradigma: era o inicio da critica a visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada Primeira Republica (1889-1930). Com as interpretações de Caio Prado Junior, as classes emergentes pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social brasileira - enquanto categoria analítica. Seus outros livros (Formação do Brasil Contemporâneo, 1942, principalmente) aprimoraram nosso instrumental conceitual, formulando uma sofisticada teoria das classes, da coloniza? Ao enquanto sistema e das idéias. Mas note-se: estudou o sentido da colonização e o peso dos componentes do sistema colonial para avaliar suas persistências na vida brasileira.

Pouco depois, Antonio Candido, professor de Sociologia pertencente a um grupogeração mais jovem, formado sob o Estado Novo (1937-1945), já manifestava em seu depoimento a *Plataforma da Nova Geração* (1944) repudio ao funcionalismo nos estudos de cultura, pois apagava as diferenças e suavizava os crescentes conflitos vividos pela sociedade brasileira na esteira das greves de 1917 e dos movimentos de 1922, 24,26,30,32 e 35.

A concepção de ciclo ou circulo cultural (...) leva quase que necessariamente a de função: a de interdependência necessária entre os traços de uma cultura e da sua

existência em função uns dos outros. Está certo e muito bem. No entanto, a concepção de funcionalidade pode levar perigosamente a uma justificação e, portanto, aceitação de "todos" os traços materiais e espirituais, 'dado o seu caráter necessário'. E vem a tendência para aceitar o total complexo cultural e defender a sua inevitabilidade funcional, digamos assim, em detrimento do raciocínio que tende a revelar suas desarmonias. Não e uma conseqüência fatal da sociologia da cultura, esta visto. E um abuso possível, uma deformação contra a qual chamo a atenção, num país em que ela vai entrando a toque de caixa. Veja você o nosso mestre Gilberto Freyre, - a que ponto esta levando o seu culturalismo. Suas últimas obras descambam para o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo. Enamorado do seu ciclo cultural luso-brasileiro, e levado a arquitetar um mundo próprio, em que se combine o progresso com a conservação dos traces anteriores característicos. Tudo estará justificado se trouxer a marca do mundo que o português criou e que nos vamos desenvolvendo e preservando, sim senhor, com a ajuda de Deus e de Todos os Santos Unidos (...) Aí está um caso em que o método cultural carrega água para o monjolo da Reação.²

Com a passagem dos anos 40 para os anos 50, o Brasil transita da consciência amena de atraso para a trágica constatação de ser país subdesenvolvido. Enquanto muitos intelectuais empenhavam-se em fabricar ideologias para a superação do subdesenvolvimento, mobilizando recursos (seja no ISEB, na CEPAL ou alhures) para a afirmação de uma cultura nacional, de uma "Cultura Brasileira", eis que aparecia em 1958 o livro notável de Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder*. Percorrendo o longo caminho desde a particular Idade Media portuguesa até o século XX brasileiro, Faoro revelou a formação histórica do patronato político brasileiro, concluindo de modo radical e surpreendente seu percurso: a genuína cultura brasileira jamais emergiu a luz dos tempos. Após examinar seis séculos de História notou a persistência de um forte estamento burocrático, desmobilizando sistematicamente as formas de expressão que pudessem trazer a tona projetos sociais sintonizados com a contemporaneidade do mundo:

-... a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático e a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira.³

Mas vale registrar que essa crítica passou quase despercebida, num clima de euforia desenvolvimentista-populista do período Kubitschek, em que se acenava as reformas de base — que jamais ocorreram. Ao contrario, no piano das ideologias culturais observou-se o reforço, o da idéia de Cultura Brasileira, da qual seus representantes máximos foram Gilberto Freyre, cada vez mais 'conservador, e Jorge Amado, progressivamente "tropical"*.

As lutas pelas reformas de base e por um alinhamento terceiromundista do Brasil esbarraram assim em solidas e conservadoras concepções de sociedade e de cultura, enraizadas nos setores dirigentes. O golpe civil-militar de 1964 ocorre nesse realinhamento do pais dentro dos quadros da Guerra Fria, reavivada apos as Revoluções de Cuba, da Argélia e de noticias de guerrilha da África portuguesa. Apesar do intenso trabalho de intelectuais como Paulo Duarte, Florestan Fernandes, Caio Prado Junior, Ferreira Gullar, Antonio Callado, Wanderley Guilherme e tantos outros, que vinham denunciando as formas de dominação econômica, política e cultural vigentes no Brasil, a desmobilização cultural tomou-se a pedra-de-toque desse poderoso sistema político-ideológico. Numa modernizada visão da varanda - marcada pela concepção estamental de cultura - a casa-grande se reaproximava da senzala, e as ideologias da "morenidade" e do homem cordial voltavam a suavizar as diferenças. No piano político, a tradução dessa concepção de cultura revitalizou a metodologia da

Conciliação - velha de mais de um século na História do Brasil- com a vitoria da contra-revolução preventiva e permanente.

Aqui vale registrar a crítica vigilante de intelectuais como Caio Prado Junior, que vinha denunciando desde os anos 50 em sua *Revista Brasiliense* os perigos de um fechamento contrarevolucionário, alias teorizado depois do golpe em *A Revolução Brasileira* (1966). E também a polêmica interpretada de Jose Honório Rodrigues, em *Conciliação e Reforma no Brasil* (1964), em que analisa o caráter cruento da História do Brasil, na qual sempre predominou o espírito anti-reformista - ou seja, quando nas conciliações os acordos feitos, "sempre sem nenhum beneficio nacional e popular, demoravam muito, os dissidentes indignavam-se e conspiravam. Foi esse o papel dos liberais na história brasileira"... Note-se que Jose Honório escrevera em 1961 seu *Brasil e África, Outro Horizonte*, título aliás sugerido por Guimarães Rosa; ele, com Charles Ralph Boxer e outros não era bem-visto nos *círculos* culturais do salazarismo⁵.

Compõem esses cientistas sociais e escritores uma vertente critica e generosa escapada aos tentáculos e a blandície da tentadora ideologia da Cultura Brasileira. Sistema ideológico em que, como escreve Alfredo Bosi em sua *História Conclusa da Literatura Brasileira*, "tudo se dissolve no pitoresco, no 'saboroso', 'gorduroso' no apimentado do regional"⁶.

Nessa vertente de pensamento, esboça-se uma autentica cultura de resistência. Apesar de suas variadas origens, estímulos e compromissos teóricos, seus militantes opõem-se a visão idílica de um Brasil "diferente", com "caráter nacional" especifico, mais propicio a certos avanços de uma suposta "democracia racial" etc.

Novos paradigmas vêm sendo, pois pensados, amadurecidos em obras como as de Caio Prado Junior, Raymundo Faoro, Antonio Candido Florestan Fernandes e muitos outros cientistas sociais, juristas, historiadores. Dentre eles, destaca-se por sua trajetória marcada por uma busca constante de um padrão moderno nas Ciências Sociais, e pela critica ao nosso assustador atraso, o sociólogo (e historiador) Florestan Fernandes,

Com efeito, já nos anos 40, época em que produzia seu inaugural *A Função Social da Guerra Entre os Tupinambás*, Antonio Candido localizava-o como pertencendo a "essa geração critica, critica e mais critica"; nos anos 50, inicia com Roger Bastide o, amplo projeto sobre relações raciais ao Brasil, do qual sairiam as obras extremamente inovadoras - de inspiração marxista heterodoxa, em geral, e que constituem a chamada escola histórico-sociológica de São Paulo - como as de Otavio Ianni, Femando Henrique Cardoso, Luiz Pereira, projeto que culmina em 1964 com sua notável *Integração do Negro a Sociedade de Classes (1850-1950)*; nos anos 60, avança sua teorização sobre a sociedade de classes e a questão do subdesenvolvimento; nos anos 70, amplia sua discussão sobre o capitalismo dependente na América Latina e a Revolução burguesa no Brasil; e nos anos 80, lança uma serie profusa de reflexões sobre o socialismo contemporâneo e sobre o papel dos intelectuais destas partes no contexto mundial.

Portanto, ao lado e contra a vertente ideológica em que se formula a visão edulcorada da lusotropicologia e, subproduto desta, a ideologia da Cultura Brasileira, da "Segurança e Desenvolvimento" e de "Brasil Potencia Emergente", existe a *outra:* a tradição "afortunada" opõe-se a tradição crítica. Feitas estas considerações, vamos aos desafios.

I. SOBRE A NOVA IDENTIDADE

Nos anos 90, o mundo luso-afro-brasileiro esta sendo submetido a desafios decisivos para a redefinição de sua identidade. Apos a Revolução de 25 de Abril em Portugal, das lutas de

independência na África e do fim do regime militai no Brasil, nosso mundo encontra-se numa das grandes encruzilhadas da História Contemporânea, dilacerado por conflitos entre o capitalismo monopolista exacerbado e formas de socialismo que ainda não lograram implantar-se de maneira suficientemente democrática, mercê das contradições da ordem econômica internacional e - no caso dos países Africanos - das peculiaridades das lutas contra o ultracolonialismo tardio.

A atual etapa do processo histórico - com o reordenamento dos centros mundiais de poder (MCE em 1992, em particular) e com a profunda revisão ocorrente no mundo socialista - coloca o mundo luso-afro-brasileiro em questão, restando saber se continuara como sócio menor nos quadros do capitalismo associado e do "socialismo real de periferia" ou se, ao contrario, lograra reunir condições para sua autonomização efetiva. O reconhecimento da necessidade de sua libertação não se desvincula da criatividade com a qual as ciências sociais venham a *identificar e projetar* modos de vida que nos distanciem da condição de países de 3' classe.

Ate porque o capitalismo vem conferindo a este mundo o papel de "subcontinente industrial de reserva", não resta outra opção que a busca de formas socializantes de convivência. Para este encaminhamento, certamente não ha formula única como solução histórica, mas as experiências vividas nas duas margens do Atlântico - e do Indico! - já representam um patrimônio considerável. Patrimônio não-estático, como conceituou Amilcar Cabral, um dos principais teóricos dos movimentos de libertação das ex-colônias portuguesas, morto em 1973:

- "Cultura, fator de libertação? Não, libertação, fator de cultura..."

Nesta inversão, sugere-se um novo paradigma, produto de uma rotação de perspectiva, ponto de partida para a revisão histórica - a busca de uma outra memória - no bojo de uma revolução cultural. Para tanto, dever-se-á proceder a um aprofundamento da crítica histórico-cultural, sem a qual não se desvendarão nossas possíveis identificações, inclusive em nossas inescapáveis diferenças.

Nada obstante, nosso acervo histórico-sociológico e literário e notável, impondo-se sua sistematização numa *Biblioteca Luso-Afro-Brasileira*, a semelhan9a da Biblioteca Ayacucho para a América Latina. Obras ou seletas - em quadrantes ideológicos diversos - como as de Oliveira Martins (*Portugal e suas Colônias*), Charles Ralph Boxer, Jose Honório Rodrigues, Jaime Cortesão, Aquino de Bragança, Barradas de Carvalho, Vitorino Magalhães Godinho, entre tantos outros, precisam dela constar. E que, sempre que possível, acentue-se o exercício das imagens recíprocas (Portugal, África, Brasil).

Uma Rotação de Perspectivas

Buscar a identidade entre os "bárbaros", subprodutos culturais do capitalismo dependente, das ideologias de Segurança Nacional e das formas residuais do ultracolonialismo multissecular, eis nosso objetivo. "Nós somos os novos bárbaros, vivendo a oportunidade das fraturas e desorganização nos centros intencionais", dizia em São Paulo ha alguns anos Severo Gomes, um dos representantes da nova sociedade civil brasileira a seu amigo moçambicano Aquino de Bragança. Citando o historiador Fernand Braudel, ao analisar o nascimento e a dinâmica da civilização européia, lembrou que os bárbaros, antes de reunirem condições para derrubar os grandes impérios, viveram séculos na antecâmara da civiuza9ao. "Conheceram a sua organização produtiva, social e militar e, quando alcançaram vitorias, já eram mais que semicivilizados". No quadra dessas fraturas e que o Brasil, ainda sob regime militar, viu-se obrigado a reconhecer países socialistas da África emergente, antecipando o que ocorreria no piano interno Novos "bárbaros" no Brasil de hoje seriam os trabalhadores -que lutam em sindicatos independentes, e que constituem a vanguarda da nova sociedade civil. E a imensa massa da popula5ao sem os mais comezinhos direitos civis.

Essas forças emergentes permitem lá e cá vislumbrar um horizonte novo, impondo uma

revisão profunda das noções de "civilização", "barbárie", "cultura", "libertação", "democracia". Afinal, Florestan sempre chamou a atenção para *uma outra história*, a história do capitalismo nos países de origem colonial. Em 1981, alertava ainda uma vez:

O que e grave e que o problema da descolonização não foi e continua a não ser colocado enquanto tal. Ele é diluído e pulverizado. Como se não existisse e, substantivamente, o que importassem fossem apenas as debilidades congênitas do capitalismo neocolonial e do capitalismo dependente. (*Poder e Contrapoder na América Latina*, p. 80).

Revisitação a História Comum

Buscar a identidade do mundo luso-afro-brasileiro nesta nova etapa e propor uma política cultural que favoreça a integração, eis um desafio que deve ser avaliado e equacionado em termos j políticos amplos, aconselhado pela perspectiva histórica. Em primeiro lugar, ressalta o fato de que essa identidade pressupõe elementos comuns historicamente determinados. Ora, a dominação ou a dependência externas sempre existiram, do Antigo Sistema Colonial ao sistema mundial de dependências; mas as soluções regionais, que compõem um largo espectro de respostas desde a harmonização ate a negação radical da influencia externa, essas não guardam traços essencialmente comuns. (Note-se que não se trata mecanicamente de relações só entre governos democráticos: o Brasil, que mesmo sob um governo ditatorial, procurando uma falaz saída "terceiromundista" neocapitalista no inicio dos ano 80, sustentou boas relações com os novos países socialistas na África de língua-portuguesa.)

Nesta perspectiva, qualquer proposta de "integração" ou de "mundo" comum, deve pressupor uma historicidade *outra*, visto que as parcelas a serem "integradas" foram criadas e vivem em tempos distintos, quase sempre demarcadas a partir *de fora*. Primeiro, vivemos nos marcos dos Antigos Sistemas Coloniais ibéricos (séculos XVI a XVIII); depois no sistema mundial de dependências no século XIX sob a hegemonia inglesa (com persistências da primeira fase na África e na Ásia); finalmente na configuração do capitalismo associado e dependente no século XX e do socialismo real.

A esses *tempos* decisivos, associem-se formações histórico-sociológicas diferentes. Por exemplo, se no Nordeste brasileiro, no Alentejo etc. detecta-se uma forte concepção estamental de sociedade, em outras regiões uma nítida concepção de sociedade de castas nas baixas camadas (sobretudo em Guine-Bissau, Salvador da Bahia, Minas Gerais etc.) também pode ser observada; já uma acentuada concepção classista de sociedade encontrar-se-ía, sobretudo nos centros avançados paulista, lisboeta, portuense, etc.).

Não há, por fim, de se perder de vista que essa história ocorre em sistemas. Não foi isso que permitiu a Joaquim Barradas de Carvalho situar toda a viagem mental de Renascimento lusíada nas linhas de expansão territorial, sinalizada por farta literatura de viagens? Ou que propicia a Fernando A. Novais perceber a dinâmica e a estrutura do Portugal moderno e suas colônias nos quadros do Antigo Sistema Colonial? Ou a nos outros entender por que, a mesma época da Inconfidência Mineira de Tiradentes (1789), ocorria uma outra em Goa, a Inconfidência dos Pinto? (Os inconfidentes mineiros e goenses tinham noticias recíprocas, prova também de que nossa comunicação no século XX não e de todo impossível...)

Qual história, porem? Em 1970, Vitorino M. Godinho respondia:

Não são, é certo, as mesmas exatamente as escolhas que se nos põem do lado de cá do oceano: mas estão estruturalmente conexas. E por isso importa num esforço conjunto estarmos atentamente a par do que no Brasil se faz como informarmos do

que fazemos. Não que nosso destino (como sói dizer-se) seja necessariamente atlântico, em antagonismo com a ligação, indispensável, a Europa. Mas nesse emaranhado de raízes esta o cerne das resistências que hoje uns e outros temos de vencer se não queremos apenas sobreviver

como museus de revolutas eras mas sim afirmarmo-nos pela capacidade de construir num mundo em perpetua mudança.

II. NOVOS PARADIGMAS

As grandes transformações mundiais que se acentuaram nos anos 80 acarretam para os cientistas sociais destas partes um novo desafio, qual seja o de detectar e revelar os diversos níveis de *historicidade* no interior desse possível complexo sócio-cultural luso-afro-brasileiro. Tais transformações não só vêm provocando funda revisão no mundo do socialismo real, trazendo a tona expectativas quanto a emergência de novas formas de democracia socialistas - que por certo implicam uma reconsideração do conceito de sociedade civil⁷, ou de noções como a de Nação-Classe⁸. O esforço de *aggiornamento* desse conceito clássico - o de sociedade civil - adquire sentido quando se constatam novas forças sociais em situação, seja em Portugal onde se discute o ambivalente estatuto social do campesinato⁹, seja em África, onde as lutas de libertação impuseram uma criativa atualização conceitual: nem o termo "burguesia" sobreviveu a revisão mais critica. Como advertiram Aquino de Braganga e I. Wallerstein em estudo introdutório a sua notável coletânea, "há problemas ate com a língua".

No fundo, tanto o inglês como o português ou francês, idiomas em que os nossos textos (da coletânea de documentos por eles compilados) apareceram originalmente, não são aqueles em que as massas moçambicanas se exprimem. O termo burguesia e altamente ambíguo, mesmo nas línguas européias, e o conceito emergiu da experiência da Europa. O facto verifica-se com muito maior acuidade em África. E o mesmo se aplica ao imperialismo, neocolonialismo etc. Devemos ter presente que continuamos a aprender o significado dessas palavras, e parte da base do nosso conhecimento ulterior consistira na própria experiência dos movimentos (...)¹⁰

Também no Brasil, o conceito de sociedade civil ressurgiu vigorosamente apos uma crise

do "milagre econômico" do inicio dos anos 70, porém com maior abrangência em relação ao período anterior a ditadura de 1964. Organizações de profissionais liberais, de trabalhadores, de cientistas, da Igreja, de associações de bairros abriram novos canais de expressão; outros modos de expressão de uma sociedade informal, chegaram-se mesmo a afirmar-se gerandoa expressão "nova sociedade civil" - que pressupõe formas de representação, expressão e solidariedade para alem da sociedade civil das democracias formais.

Portanto, a exemplo de Marc Ferro - que produziu recentemente um volumoso Dicionário da Glasnost, com a participa9ao de escritores soviéticos e franceses, para que estes se entendessem sobre o tema -, aos cientistas sociais destas partes cumpre produzir um Dicionário Critico de Palavras-Chaves, em que o instrumental conceitual dos analistas mais avançados dos três continentes seja sistematizado e exposto a luz das discussões. No piano historiográfico, já existe o importante Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão: marca uma época de transição, que por certo prenuncia a renovação de perspectivas que um Dicionário Histórico do Mundo Luso-Afro-Brasileiro poderá ampliar... Afinal, conceitos e noções como os de "sistema colonial-fascista", "colonialismo", "ultramar", "neocolonialismo", "lusotropicalismo", "descolonização", "modo de exploração colonial", "raça", "língua" (e "dialeto"...), "Nação-Classe", "sistema mundial",

"nacionalismo", "socialismo real", "socialismo" aguardam dicionarização atualizada.

Se olharmos o problema pelo angulo das transformações que ocorrem no cenário do universo do capitalismo, cabe indagar qual o papel reservado ao conjunto de países de expressão em língua portuguesa. As vésperas da consolidação do Mercado Comum Europeu, Portugal continua sendo definido como uma sociedade *semi-periférica*, para usarmos a expressão de Imanuel Wallerstein.

Ou seja, Portugal permanece sendo Estado semi-periférico, burocraticamente rígido, com fortes traços de corporativismo, com todas as conseqüências deste fato. Apesar de uma serie de mecanismos compensatórios prevenirem conflitos mais agudos entre capital e trabalho, em verdade o padrão de desenvolvimento alcançado e modesto, o Estado com poucas possibilidades de se reformar.

No plano mais geral do sistema inter-Estados tais sociedades podem servir apenas para reduzir os conflitos entre os Estados centrais e os periféricos, funcionado como correias de transmissão e agentes políticos de uma força imperial¹¹.

Nessa medida, Portugal - que não alcançou ainda o patamar de desenvolvimento da Espanha ou da Itália - poderá funcionar como correia de transmissão para os países Africanos de língua portuguesa - e parcialmente para o Brasil - participarem da nova ordem mundial apos 1992. (Claro esta que o Brasil possui outras alternativas de integração, seja com o resto da América Latina, seja com a "África austral; mas a crise econômica que o avassala, somada as dificuldades de. reforma administrativa e debilidade da nova sociedade civil, parece condená-lo a longo período de impasses, não sendo improvável que Portugal seja um dos principais avalistas de seu entrosamento futuro com o MCE.)

Mas vale observar o cenário que se consolida nas Américas - com as vitórias/ eleitorais de Violeta Chamorro na Nicarágua, de Collor no Brasil, de Fujimori no Peru: o que pode ocorrer e a imperialização total dos centros de poder nessas regiões - sob as rubricas mágicas de "internacionalização" e "modernização". Como advertiu Florestan, os países latino- americanos não estão apenas diante da opção: ou "democracia pluralista" ou "socialismo". "Na verdade, (...), a emergência de um novo tipo de fascismo poderá estar articulada a transformação da "democracia pluralista" na cidadela da contra-revolução mundial" Não se verifica, neste lado do Atlântico, de integração equilibrada, programada e apoiada em instituições parlamentares solidas como as do cenário europeu. Demais, a população marginalizada do processo político e cultural e incalculável, numa região em que as políticas publicas não se livraram do clientelismo mais tacanho. Assim, como pensar a modernidade cultural - vale dizer, política - dessas massas - um dos requisites da integração do mundo luso-afro-brasileiro?

Se a revolução assiste hoje a novos desdobramentos na África de língua portuguesa -pluralismo partidário, emergência de novos modos de pensar e socialismo com a formação de uma nova sociedade civil -, na América Latina, em contrapartida, recuos notórios reabilitam uma espécie de "populismo tecnoburocrático" que acaba por integrar... a pobreza a riqueza. E em Portugal, o Estado tarda em se reformar e implementar formas mais avançadas de relação contratual entre capital e trabalho: um Estado semi-periférico, enfim.

Sociedades semiperiféricas, Estados informais, ambigüidades culturais em que "classe" e "raça" não parecem equacionadas nos moldes das sociedades contemporâneas avançada, tudo sugere que os novos paradigmas devam ser buscados para alem dos *conceitos formais e tradicionais* de Estado, Nação, classe, poder e cultura.

Para a reavaliação da ciência que se tem praticado toma-se inescapável o exercício da critica historiográfica, sociológica, econômica, jurídica etc. Um reconhecimento do campo, enfim. Trata-se, num primeiro passo, de superar as reproduções de "distanciamento e estranheza do discurso

científico no interior da própria comunidade científica" - em que no mais das vezes se reproduz a divisão ideológica do trabalho intelectual. A ciência deve pois ser entendida enquanto *prática* social do conhecimento, "em dialogo com o mundo e que e afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nos, acomodados ou revoltados" ¹³.

A expressão mais forte da crise ora vivida nesta etapa de nossa história comum não reside apenas no razoável desconhecimento recíproco no piano meramente factual histórico, ou na atualização do "quem e quem" das ciências sociais em língua portuguesa. A expressão mais funda dessa crise localiza-se na desconfiança dos paradigmas da própria ciência moderna e de sua aplicabilidade nestas partes. Boaventura de Souza Santos comentou e criticou o paradigma "cuja forma de conhecimento proceda pela transformação da relação eu/tu em relação sujeito/objeto, uma relação feita de distancia, estranhamento mutuo e subordinação total do objeto ao sujeito (um objeto sem criatividade nem responsabilidade" 14.

Para o ultrapassamento do velho paradigma, duas condições devem ocorrer. A sucessão de crises que se acumulam no interior desse paradigma - ate porque os "objetos" falam, pensam, sentem, reagem as "soluções" propostas pelos "sujeitos" - e o conhecimento ate então científico entra num processo de derrapagem. A segunda condição para o ultrapassamento pressupõe circunstancias sociais e teóricas "que permitam recuperar todo o pensamento que não se deixou pensar pelo paradigma e que foi sobrevivendo em discursos vulgares, marginais, subculturais (tanto lumpendiscursos como discursos hiperelitistas)" ¹⁵.

O problema esta portanto na questão da *linguagem*, e não na das realidades histórico-concretas. Não basta já dizermos - num esforço literário de união transcontinental superclasses - que "minha pátria e minha língua". A formula9ao mais avançada nesse sentido encontrar-se-ia na poética de Caetano Veloso, refletindo sobre a "última flor do Lácio" e passando da *afirmação* anterior a *indagação* atual:

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó O que quer O que pode Esta língua?"

A desconjunção dessas histórias luso-afro-brasileiras –refletida no imenso cipoal conceitual que ora precisamos deslindar - impõe uma *renovação da reflexão hermenêutica* para articular-se num mesmo campo cognitivo discursos e saberes tão dispares como o discurso literário, o poético, o estético, o político, o religioso, o econômico e o histórico.

A tarefa e imensa e pressupõe humildade, paciência e senso de "longue durée" para melhor apreendermos a complexidade de novos quadros mentais e a especificidade de uma história enquanto povo. E atenção, pois a oposição ciência/senso comum esta abalada: "senso comum", para as consideradas formas subordinadas de "subculturas", constitui frequientemente o fermento de *culturas de resistência* - que por vezes se manifestam em lutas de libertação, como as que ocorreram há nem tanto tempo no "mundo que o português criou" 16.

III. EM BUSCA DE UM NOVO CONCEITO DE CULTURA

Nos anos 70, novas formulações sobre a questão da cultura se apresentaram no mundo

luso-afro-brasileiro. Em Portugal, a busca de um *homem novo* desponta em obras como as de Vitorin Magalhães Godinho - sobretudo em seus ensaios em defesa da "cidadania" ligada a "dignidade d trabalho a todos os portugueses", para que "nosso pais deixe de ser fabrica de braços e cérebros pai; exportar"¹⁷. Também nas reflexões de militares portugueses como Melo Antunes, encontra-se: preocupação em considerar a "questão nacional" na África como o tema básico a ser discutido COB "a *intelligentzia* das colonias', atenta aos reclamos dos "danados da terra"¹⁸, fazendo notar ate um certo "atraso" com que os movimentos armados de libertação nacional se iniciaram nas antigas colônias portuguesas naquele continente". La, a construção de um *homem novo* - agente e produto do processo emancipador - também esteve presente nas principais formulac5es a época da independência, sobretudo nas de Agostinho Neto²⁰.

No Brasil, a dessacralização da noção de Cultura Brasileira - tal como formulada pela lusotropicologia gilbertiana e incorporada pelo Sistema - e completada com a republicação em 197< de *Os Donos do Poder*, de Faoro e com a publicação, em 1975 de *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan. No primeiro, a conclusão sobre a frustração do aparecimento de uma "genuína cultura brasileira" permanecia a mesma de 1958, e atual. Em Florestan, a "abertura" era denunciada, desnudando-se o modelo autocrático-burguês implantado. O sistema político-militar vencera (período Costa e Silva/Médici) a luta armada, em nome de uma *ideologia nacional*.

Cumpria então revelar que essa Cultura "nacional" não existia - com seu cortejo de valores que propagandeavam a democracia racial, a harmonia social e a "a nossa especificidade". Enfim, cumpria denunciar, já nos quadros da massificação, a ideologia da Cultura Brasileira: nesse sentido, "não existe uma Cultura Brasileira no piano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado, ideologicamente, como um fator dissolvente das contradições reais."²¹

Mas talvez tenha sido na África que se formulou a critica cultural mais aguda, no caloi das lutas de libertação colonial. Para alem da dessacralização das formas de dominação, e das noções de cultura e "assimilação", ou de discussões sobre a "especificidade" dessa história, formularam-se *novos conceitos* de cultura, trabalho, sociedade que indicam a emergência de novas matrizes de pensamento, talvez novos paradigmas para reequacionar-se a questão da cultura.

As reflexões de Amflear Cabral ressaltam num amplo espectro da produção e da critica, por sinalizarem significativa rotação de perspectiva. Dentre suas teses, sistematizadas em 1972, avultam as seguintes:

- 1. A luta de libertação não e apenas "um facto cultural, mas também um *factor de cultura*". Logo, seu conceito ultrapassa o saber a história para o "fazer a história".
- 2. Como a luta de libertação e essencialmente um ato político, "só os métodos políticos (incluindo o uso da violência para liquidar a violência, sempre armada da dominação imperialista) podem ser usados no decurso de seu desenvolvimento".
- 3. "A cultura, portanto, não e nem poderia ser uma arma ou um método de mobilização de grupo contra o domínio estrangeiro. E bem mais do que isso. Com efeito, e na consciência concreta da realidade local, em particular da realidade cultural, que se fundam a escolha, a estruturação e o desenvolvimento dos métodos mais adequados luta. Donde a necessidade, para movimento libertação de conceder urna importância primordial, não só a características gerais da cultura da sociedade dominada, mas ainda as de cada categoria social, porquanto, se bem que ela tenha um caráter de massa, a cultura não e uniforme nem se desenvolve igualmente em todos os sectores, horizontais ou verticais da sociedade".
- 4. "O que é importante para o movimento de libertação não é provar a especificidade ou a não especificidade da cultura do povo, mas proceder a analise critica desta cultura em função das

exigências da luta e do progresso e de a situar, sem complexo de superioridade ou de inferioridade, na civilização universal, como uma parcela do patrimônio comum da humanidade, com vista a uma integração harmoniosa no mundo atual".

Nessa perspectiva revolucionária, impõe-se ao estudioso do mundo luso-afro-brasileiro uma reflexão sobre qual o instrumental conceitual mais adequado para *a critica e a reconstrução histórica* de nossos variadíssimos universos sócio-culturais, para que os conheçamos em suas estruturas e historicidades próprias. Ou seja, em suas *diferenças*. Somente então poder-se-á pensar em "nossa" integração, se possível harmoniosa, no mundo atual. Mas (re) conheçamo-nos primeiro, indagando das possibilidades de afirmação em nossos países dos valores de uma nova sociedade civil socialista e democrática.

Para um entendimento entre os cientistas sociais do mundo luso-afro-brasileiro: propostas

- 1. Abandonar a procura de um "modelo" cultural comum de vez que o conjunto de sistemas simbólicos que representa a cultura e aberto e não fechado e fixo (Honorat Aguessy);
- 2. Ensaiar uma tipologia das configurações histórico-sociais que os compõem, vivendo *tempos* diferentes:
- 3. Examinar nada obstante com maior detalhe o fator língua, supostamente o sustentáculo da unidade cultural, num trabalho em comum com os lingüistas, filólogos, escritores, professores de literatura, musicólogos e músicos. (Na formação das pesadas ideologias nacionais, os dialetos, os falares regionais etc. vem sendo apagados pela mídia, em nivelamento que pode desfibrar a resistência de povos que milenarmente organizam-se segundo padrões não-ditados pelos interesses do regime da hora);
- 4. Exercer, por meio da critica histórico-sociológica, a eliminação de reminiscências ideológicas do lusotropicalismo cultural e do mecanicismo supostamente marxizante que obscurecem os diagnósticos sobre as culturas do mundo luso-afro-brasileiro, dificultando a compreensão do direito a diferença;
- 5. Articular projetos editoriais e de pesquisa em comum nos quais obras fundamentais que revelem as historicidades dos variados sistemas simbólicos desse universo sejam explicitadas e discutidas (p. ex., as de Oliveira Martins, Jaime Cortesão, Caio Prado Junior, Aquino de Bragança etc). So o estudo das imagens recíprocas e das diferenças entre os povos que compõem o conjunto poderá conduzir ao reconhecimento de uma possível identidade, baseada na eventual descoberta de uma memoria (em) comum. Hoje, Portugal, Estado semiperiférico; Brasil, marcado por forte tradição patrimonialista emoldurada nos quadros do capitalismo dependente e periférico; África, em transição dos quadros do colonial-fascismo (ou "ultracolonialismo", segundo Perry Anderson) para o sistema mundial, numa vertente socialista: tudo sugere a necessidade de um *aggiornamento* histórico e historiográfico;
- 6. Verificar o papel da imprensa e da mídia eletrônica na produção e difusão das imagens recíprocas: telejornais, novelas, debates. Da mesma maneira, a questão da indústria cultural e dos livros didáticos. Examinar, no caso das TVs, das agendas noticiosas e da indústria cultural, em cada uma das regiões, a participação em seu controle dos diversos grupos sócio-culturais;
- 7.A construção dessa **memória comum** entenda-se: um inventario critico e histórico-sociológico do conjunto de símbolos que represente **de facto** essas culturas, dos minhotos

aos manjacos, papeis e oincas, dos paulistas aos ianomamis - se efetivara somente apos a elaboração de um instrumental conceitual e analítico comum: *Dicionário Histórico-Sociológico de Palavras-Chaves;* manuais de História e de Sociologia Sistemática, de Antropologia, Economia e Direito nos quais se levem em conta os processos histórico-sociais efetivos nessas regiões (e portanto os conceitos em suas temporalidades próprias); revistas especializadas que veiculem sistematicamente o "estado das artes" em cada disciplina - incluindo impasses, lacunas e aberturas transdisciplinares em cada uma delas e no conjunto. (Interessa saber igualmente dos modos de organização das sociedades "informais" nesses países, como, por exemplo, os rumos da psicanálise no mundo Africano, ou do corporativismo universitário em Portugal e no Brasil - em quais paradigmas de ciência e cultura ele se sustenta? Ou, ainda, do significado sócio-histórico do neopopulismo em setores da esquerda brasileira nos anos 1980);

- 8. Criar projetos comuns de circulação de pesquisadores com vistas a conferir, no encaminhamento de investigações em comum, os usos de conceitos-chaves, metodologias de pesquisa e de criticas aos paradigmas científico-culturais vigentes;
- 9. Procurar avaliar o impacto para o conjunto de nossas instituições científico-culturais da integração de Portugal no MCE; de uma possível integração do Brasil no bloco latino-americano; e dos novos países de língua oficial portuguesa na "África contemporânea" (UNESCO, Brazzaville, 1978);
- 10. Analisar os mecanismos de legitimação dos respectivos governos, com especial ênfase a participação da nova sociedade civil que inclui grupos informais de opinião, com códigos externos aos dos aparelhos das democracias formais;
- 11. Estudar sistematicamente os modos de formulação de políticas culturais nos três continentes, não apenas os das universidades e organismos públicos, mas também os da sociedade dita "informal". Examinar, em contrapartida, os conceitos de "cultura" que fomentam a *contra-revolução preventiva* (Florestan, 1981);
- 12. Estudar a participação, neste século, dos cientistas sociais e intelectuais em geral nos processos de democratização nos três continentes, com ênfase na questão de suas matrizes de pensamento;
- 13. Examinar o tratamento dispensado as *minorias*, conforme a região: índios, negros, mulheres, asiáticos, homossexuais, idosos, crianças, doentes mentais. Verificar o acesso aos empregos, a escola, as carreiras e aos aparelhos de Estado. (O pressuposto e que o tratamento dispensado as minorias que alias são maiorias constitui importante indicador de avanço cultural);
- 14. Inventariar e colocar a disposição de um público cada vez mais amplo as conclusões dos projetos interdisciplinares que vem buscando, nos vários centros de investigação, o esbofo de uma história alternativa do desenvolvimento sócio-cultural dos povos que compõem o complexo luso-afro-brasileiro;
- 15. Questionar qual a participação da universidade na elaboração de políticas culturais alternativas, levando em conta indicadores variáveis conforme a região. Associar sempre nessa discussão a explicitação do modelo de universidade adotado: forma de gestão, "vocação" estimulada em qual direção, grupos sociais que dela se utilizam, "projetos" sociais nela inscritos etc.

A hipótese de partida e que a universidade não esta, nestas partes, se preparando para os desafios deste fim de século, em que se gesta uma *nova* ordem mundial. Qual o lugar do "mundo" luso-afro-brasileiro nessa nova ordem? Eis uma pergunta que começa a ser formulada nas principais revistas internacionais e nos centros de estudos mundiais em que se estudam Portugal, a África, o Brasil e o chamado Terceiro Mundo em geral. Cabe a nos agora, a partir do reconhecimento de nossas diferenças e da necessidade de revisarmos os paradigmas científico-culturais que regeram o "mundo

que o português criou", auxiliar na elaboração de instrumental conceitual que permita construir essa *outra História*. Uma Ciência Social comprometida com a "contemporaneidade do amanha dos que não tem ontem nem hoje" (Vinicius de Morais, O Haver).

NOT AS

- 1- Vitorino Magalhães Godinho, sobretudo seus *Ensaios*, sobre História de Portugal, Teoria da História e História e História Universal (Lisboa: Sa da Costa, 1968-1971, 4 vol.). E do angolano Mario de Andrade (Buanga Fele), em seu ensaio "O que e o lusotropicalismo?" (1955) in *Quem é o Inimigo?* vol.1, dir. Aquino de Bragança e I. Wallerstein, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, no cap. Formas de Opressão Cultural.
- 2- Em Mario Neme (org.), Plataforma da Nova Geração. Porto Alegre: Globo, 1945.
- 3- Raymundo Faoro, Os Donos do Poder, Porto Alegre: Globo, 1958, p.269.
- 4- (sobre) Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1962 (ed. comemorat. dos 25 anos de Casa Grande e Senzala: vários autores). Freyre também colaborou com a Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da Republica (1969).
- 5- Conciliação e Reforma no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 11. A 3¹ ed. de Brasil e África: Outro Horizonte saiu pela Ed. Nova Fronteira em 1982, revisada e com capitulo abrangente ate 1980.
- 6- São Paulo: Cultrix, 1970, p.457.
- 7- Penso, sobretudo nas formulações de Norberto Bobbio.
- 8- Penso, sobretudo nas formulações de Amilcar Cabral em 1971, "A Nação Classe", in Bragança e Wallerstein; já cit., p. 126.
- 9- Boaventura de S. Santos, "Social Crisis and the State", in Kenneth *Maxwell(ed.)*, *Portugal in the 1980's*. London: Greenwood Press, 1986, p.190.
- 10-Introdução ao vol.1 de Quem e o Inimigo, de Aquino de Bragança e I. Wallerstein, já cit., p.24.
- 11-Cf. Boaventura de S.Santos, op. cit., p.192, que se utiliza de tais conceitos com restrições.
- 12-Florestan Fernandes, *Poder e Contrapoder na América Latino*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p.33.
- 13-Boaventura de S.Santos, *Introdução a uma Ciência Pos- Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p.13.
- 14-Ibidem, p.34/35.
- 15-Sobre o processo de crise final do paradigma da ciência moderna e sobre a renovação da reflexão hermenêutica, v. na op. cit. os caps. 2,3 e 4.
- 16-Numa obra de critica aguda aos mitos de nossas histórias, ver Luis Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra: Livraria Minerva, 1989. Exemplifica com a noção de "Ultramar" e indica ate a existência de projeto sobre a História da Guerra Colonial.
- 17-Ver nos *Ensaios* do professor Vitorino Magalhães Godinho, vol. IV, em seu polemico e notável prefacio, de grande atualidade para o debate sobre conceitos histórico-sociológicos e sua aplicabilidade ao mundo luso-afro-brasileiro.
- 18-No importante prefacio de Melo Antunes a obra citada; de Aquino de Bragança e I. Wallerstein (p.14).
- 19-Ibidem; p.13.
- 20 Christian Geffray, "Fragments d'un discours du pouvoir (1975-1985): du bon usage d'une

méconnaissance scientifique", em *Politique Africaine*, no. 29, mars 1988. Ver também "La.crise du nationalisme", de Michel Cahen, na mesma revista, e ainda Luis de Brito no seu importante artigo "Une relecture necessaire: la genese du parti-litat FRELIMO". Sobre o "homem novo", uma das principais formulações foi a de Agostinho Neto, "A nossa cultura e o Homem Novo" (1972), em *Quem £ o Inimigo*, op. cit., vol. HI.

21- Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira*. Pontos de Partida para uma Revisão Histórica. 6a. ed., São Paulo: Ática, 1990, p. 287.

CURSO

A CRISE DO MOVIMENTO OPERÁRIO E AS "NOVAS" MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

Carlos Fico DEHIS/UFOP

O presente texto busca sintetizar o que foi o curso intensivo sobre "A Crise do Movimento Operário e as 'Novas' Manifestações Sociais", ministrado no VII Encontro Regional da ANPUH-MG entre 24 e 28 de setembro de 1990. O objetivo do curso foi familiarizar os participantes com algumas das recentes transformações ocorridas na dinâmica social, bem como com as reflexões teóricas e filosóficas sobre o assunto, pois, ao que parece, as "novas" manifestações sociais (especialmente em comparação com o "velho" movimento operário) já podem ser objeto da pesquisa histórica.

Para que não fosse feita uma analise apenas genérica do assunto, foi delimitado um aspecto específico dessas transformações contemporâneas de um ponto de vista comparativo, qual seja a distinção que ha entre elas no Primeiro e no Terceiro Mundo. Nesta ótica, pareceu mais adequado comparar a insurgência dos chamados "novos" movimentos sociais (o pacifismo, o movimento ecológico, os movimentos de defesa das chamadas "minorias" sexuais e raciais), especialmente na Europa, com o fenômeno das manifestações deste gênero que ocorrem na América Latina (e especialmente no Brasil), bem como com as manifestações aparentemente especificas do Terceiro Mundo, onde os conflitos entre o capital e o trabalho de alguma forma persistem como local básico de visualização da dinâmica social. Assim, essa comparação permitiu uma visualização ampla dos temas inerentes àquilo que se entende por alterações no mundo contemporâneo.

O primeiro problema mencionado foi o da periodiza9&o ou, dizendo de maneira direta, o da excessiva proximidade no tempo do processo a ser estudado, algo que se constitui em dificuldade para as analises de tipo histórico. Tal circunstancia se verifica, pois, como era inevitável, o corte cronológico do curso privilegiou as décadas de 70 e 80 do nosso século.

Um dos problemas tratados foi o da coisificação das relações sociais. Habermas, em sua obra Teoria da ação comunicativa¹, faz uma reconstrução do complexo de problemas tratados por Max Weber quanto a emergência histórica das estruturas de consciência moderna e a materialização dessas estruturas de racionalidade em institui§6es sociais. De fato, a partir da distin9ao proposta por Weber entre "racionalidade em relação a fins" e "racionalidade quanto a valores"², uma serie de discussões se impuseram e no curso, apesar de não ter sido o caso de desenvolver exaustivamente o tema, foi possível resgatar alguns de seus aspectos, pois e ampla a ligação entre o mesmo e a problemática da ocorrência de uma "nova maneira de se fazer política".

Também foi Habermas quem chamou a atenção para a convergência entre a tese weberiana, da racionalização e a "crítica da razão instrumental", inicialmente elaborada por Adorno (Horkheimer³. Equiparando "racionalidade em relação a fins" com o que classificaram de "razão instrumental", Horkheimer e Adorno, interpretando Marx a partir de uma perspectiva weberiana chamaram a atenção para o fato de que, sob o signo de uma razão instrumental autonomizada, a racionalidade da dominação da natureza se amalgama com a irracionalidade da dominação de classes

Posteriormente, autores como o próprio Habermas e também Claus Offe⁴ chamaram | atenção para o fato de que haveria esferas nas sociedades complexas que não seriam plenamente determinadas pelo fenômeno do trabalho e da produção. Assim, a consciência social não poderia sei reconstituída apenas como consciência de classe e o sistema político não mais se deteria fundamentalmente na garantia das condições de produção e na superação dos conflitos distributivos,

Ao contrario de partilharem a idéia de que a sociedade e dominada pela economia (o que situa os conflitos Fundamentais no setor do trabalho), esses autores propõem que se entendam a estrutura e a dinâmica das sociedades modernas não como um antagonismo auto-enraizado na esfera da produção, mas como a colisão *entre* "subsistemas da ação objetivamente racional" mediatizados pelo dinheiro e poder, e um "espaço vital autodeterminado".

Tal postura, como e claro, afasta os autores dos paradigmas das teorias dos conflitos e, a partir da crítica habermasiana contra o "domínio epistemológico do trabalho", na produção intelectual marxista, foram feitas varias pesquisas (principalmente sociológicas e políticas) que podem ser denominadas de "antiprodutivistas", isto e, privilegiadoras de outros lugares (que não a fabrica) como centros das relações de dominação e palco dos conflitos sociais. Isto, e claro, constitui-se numa crítica da percepção de que haveria uma continuidade entre desenvolvimento das forcas produtivas e emancipação humana. Foi no âmbito dessas pesquisas, fortemente influenciadas por autores como Michel Foucault, que surgiram noções como as de "modo de vida" (no lugar de modo de produção); valores "materialistas" versus valores "pós-materialistas", esfera da produção e esfera domestica, entre outras.

Todos esses problemas estão profundamente relacionados com as alterações pelas quais passam as sociedades chamadas "complexas" (Europa Ocidental e EUA principalmente). Em geral são mencionados, como faz Andre Gunder Frank⁵, o crescimento do emprego no setor de serviços terciários e no de auto-emprego e a redução relativa da forca trabalhadora tipicamente industrial ou fabril.

Paralelamente a isso, costumam ser destacadas também, como fazem Frederic Jámeson⁶ e Daniel Bell⁷, as inovações tecnológicas que caracterizariam uma fase "pós-industrial" do capitalismo (como a robótica, a cibernética e a informada), isto quando não se cogita de um rompimento com a própria modernidade, tal como em Jean-François Lyotard⁸, na direção do que seria uma "condição pós-moderna". Ora, a positivação da fase chamada "pós-industrial" parece ser uma postura ingênua, porque, afinal, se os mecanismos de exploração ficaram menos evidentes, eles não acabaram. Não se pode supor que uma simples "estetização da vida" funcione como "maquiagem" para as relações de subordinação e dependência que, obviamente, ainda persistem. O setor tipicamente fabril nas chamadas sociedades complexas parece declinar em termos relativos, mas isto não ocorre *com o* sistema industrial. Isto e, a redução do número de trabalhadores caracteristicamente fabris não implica uma debilidade do sistema, pois e de sua lógica um contínuo aumento de produtividade.

A crise, portanto, do clássico movimento operário, identificado com os insucessos do chamado "socialismo real", seria explicada por uma multiplicidade de fatores que tenderiam a classificá-lo como "velho", "ultrapassado" ou "ineficaz". Os "novos tempos" possuiriam características novas que, afinal, teriam que corresponder a novas expressões da dinâmica social. Ao que parece, a

ênfase analítica que os "novos" movimentos sociais tiveram nos últimos anos⁹ correspondeu a este tipo de visão: uma aposta nesta novidade diante do "fracasso" do clássico movimento operário.

Sem duvida que o movimento operário tem problemas. Os enfoques iniciais dos primeiros socialistas pressupunham que, a' partir de uma produção organizada de maneira correta, a boa convivência entre trabalhadores associados livremente surgiria. De fato, desde af já havia o germe de 1101 problema que ultrapassaria décadas e resistiria ate muito recentemente. São conhecidos as propostas de Max Adler (1873-1937) de definocrack industrial, as de Karl Korsch (1886-1961) quanto aos conselhos, as de Otto Bauer (1881-1938) quanto aos comitês de fabricas, as de Antonie Pannekoek (1873-1960) sobre a auto-organização revolucionária da classe operaria em conselhos de trabalhadores. Todas essas propostas, que poderiam ser englobadas como pertencentes ao universo do que se convencionou chamar de "democracia industrial", conformam um grupo, sem duvida, bastante heterogêneo de pensadores, mas, de alguma forma, possuem um traço comum, tal como detectado por Norberto Bobbio: a crença de que a democracia política poderia SCT reduzida a democracia econômica. Alias, já Karl Renner (1870-1950) afirmava que os conflitos entre classes ou grupos sociais diferentes somente poderiam ser solucionados por meios políticos e não exclusivamente através de uns democracia econômica. E preciso referir-se a esse problema clássico do movimento operário e do marxismo ao menos em relação a dois aspectos:

A)os "novos" movimentos sociais chamam a atenção precisamente para o fato de que ha esferas de conflito realmente longínquas (embora não inteiramente deslocadas) da do trabalho - tais como aquelas relacionadas aos problemas ecológicos ou sexuais;

B)por outro lado, apesar do caráter restrito da noção de "democracia industrial" (quando encarada como solução para toda uma sociedade), e obvio que isso não significa que o problema tenha sido superado. Essa critica não pode servir de obstáculo a luta dos trabalhadores pela participação deliberativa na fabrica e nas empresas de um modo geral. Se, de fato, não e possível subsumir o autogoverno dos cidadãos no autogoverno dos trabalhadores, por outro lado resta sempre a questão da democratização das fábricas e empresas.

Os "novos tempos", aos quais alguns autores se referem, possuem uma data inicial: 1968. Felix Guattari fala que "a política tradicional encontrou-se em *total ruptura* e sem qualquer relação com o grande movimento de transformação da subjetividade coletiva. Ela só chegou a captá-lo *do exterior*, em termos de bloqueio, de repressão, e, posteriormente, de recuperação e reestruturação autárcica. Mas com esse desconhecimento e essa denegação, apenas veio demonstrar a sua impotência"¹⁰.

A "nova política", portanto, buscaria requalificar as "lutas de base com vista a conquista contínua de espaços de liberdade, de democracia e de criatividade", enquanto que a política tradicional, estertorante, apenas conseguiria exercitar a dimensão mais repressiva de sua racionalidade.

Os "novos" movimentos sociais, assim, acabam por suscitar muitas esperanças. Se Foucault havia denunciado razão cínica que se põe a serviço do poder e se Derrida havia se contraposto a razão que reprimiu os elementos marginais, os "novos" movimento sociais aparecem justamente come a recusa de alguns setores ditos marginais em sequer considerar o poder.

Marilena Chauí¹¹ arrolou algumas características comuns dos "novos" movimentos sociais: não pretendem falar em nome da sociedade como um todo, desejando apenas ver reconhecidas suas "diferen5as"; coexistem com os outros movimentos sem pretender se situar como "vanguarda"; não pretendem a tomada do Estado, mas pretendem reelaborar a idéia. e o exercício do poder em geral. Nesta linha, essas manifestações não lutariam apenas por bens materiais ou para aumenta?' sua participação no sistema, mas também por projetos simbólicos e culturais, por um significado é uma orientação diferentes da ação social.

Uma das positividades dos "novos" movimentos sociais e justamente esta: eles não são apenas instrumentais em relação a certos objetivos. Na verdade, essas novas formas organizacionais situam-se elas próprias como objetivos. Trata-se de um enfretamento simbólico, uma proposta nova e uma alternativa de vivencia do poder ou com o poder. Exemplos disso podem ser citados: regra geral, esses "novos" movimentos possuem tarefas de curta duração, específicas, suas lideranças são múltiplas, as formas de organização muitas vezes são temporárias e os mecanismos de imobilização contam muito mais com uma espécie de sentimento moral de injustiça diante dos problemas do que com a doutrinação tipicamente política. Ora, tais características, em certo sentido, servem para reavivar a dinâmica social, servem para demonstrar que a maneira de fazer política e de exercitar o poder dos setores dominantes não e a única.

Por outro lado, contudo, levantamentos preliminares desses movimentos, em países como a Alemanha, a Franca e Inglaterra, parecem demonstrar que ha limitações importantes que, resumidamente, podem ser sintetizadas da seguinte maneira: as temáticas inerentes ao pacifismo, a ecologia e a defesa das "minorias" raciais e sexuais incomodam muito menos aos governos e aos setores dominantes do que as manifestações que efetivamente ponham em discussão questões relacionadas a essência do poder político, ao capital, a propriedade privada. Cabe, portanto, discutir o porque de esses "novos" movimentos serem tão facilmente absorvidos pela mídia e incorporados ao *status quo* sem alterá-lo substancialmente.

Muitos autores entenderam que essas inovações nos países desenvolvidos não poderiam ser captadas e explicadas pelo modelo marxista da luta de classes. Em muitos casos, ate mesmo proclamou-se o fim da luta de classes naqueles países. A contrapartida desta linha de analise e a de que haveria ainda, nos países subdesenvolvidos, tais conflitos de classe o que, para dizer o mínimo, sugere sérios problemas de abrangência para o conceito marxista.

Também no Terceiro Mundo se viveu um período de ênfase analítica e de crença esperançosa movimentos sociais. No Brasil, por exemplo, cunhou-se a expressão "Movimentos Sociais Urbanos" para designar as manifestações daqueles grupos sociais penalizados pelo "modo de acumulação de base pobre", que implicava um padrão de superexploração da forca de trabalho e a minimização da participação privada e do Estado nos custos de sua reprodução. A partir destas carências, surgiriam os movimentos de reivindicações de serviços sociais urbanos.

Como se vê e muito grande a necessidade de uma reflexão teórica mais elaborada sobre algumas dessas questões. É preciso relativizar, por exemplo, a noção de ruptura com a modernidade que preside o pensamento dos adeptos da noção de "pós- modernidade" ou de "pos-industrialismo". Parece que ha muito mais um desejo de se viver uma nova época, face ao desencanto com as promessas não cumpridas da modernidade, do que efetivamente uma ruptura que anunciaria estes novos tempos.

O curso, naturalmente, não pretendeu estabelecer conclusões sobre todos estes temas que vão sendo pesquisados, tendo em vista a tese de doutoramento do autor. Buscou-se apenas uma visão geral do problema e uma aproximação das questões teóricas e filosóficas, cujo tratamento e indispensável para o historiador que desejar tratar deste aspecto da contemporaneidade.

NOTAS

1- HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la accion comunicativa*. Trad. Manuel Jimenez Redondo. Madrid: Taurus, 1987. 2 vols.

- 2- WEBER, Max. *Soziologische Grundbegriffe*; Gesammelte Aufsatze sur Wissenschaftslehre. 2¹ ed. I Winckelmann: 1951. pp. 527-65.
- 3. ADORNO, Teodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento;* fragmentos filosóficos. 2* ed. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986.
- 4-Ver especialmente OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: *Trabalho e sociedade*; problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "sociedade do trabalho". Vol. 1 A crise. Tntd. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- 5- FRANK, A. Gunder & FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. *Lua Nova*. São Paulo, n. 17, p. 19-48, jun. 1989.
- 6- JÁMESON, Frederic. Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism. *New Left Review*. n. 146, jul./ago. 1984.
- 7- BELL, Daniel. The coming of post-industrial society. New York, Basic Books Publishers, 1973.
- 8- LYOTARD, Jean-Francois. La condition postmoderne. Paris, Les Editions de Minuit, 1979.
- 9- Foram muitos os trabalhos que, nos anos 70 e 80, analisaram de uma perspectiva otimista e esperançosa as alterações da dinâmica social dos países do Primeiro e, mesmo, do Terceiro Mundo. Uma relação parcial destes trabalhos foi fornecida com a bibliografia do curso. Seguindo E. Laclau e C. Mouffe (*Hegemonia y estratégia socialista*; hacia una radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987. p. 103), se constituíram duas tendências: uma considera os "novos" movimentos como marginais em relação ao sujeito fundamental (a ciasse operaria); outra os considera como os substitutes revolucionários da ciasse operaria em crise.
- 10-GUATTARI, Felix. Os novos espaços da liberdade. Coimbra: Centelha, 1987.
- 11-CHAUI, Marilena. Representação ou participação? In: *Cultura e democracia.* 4* ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 1989.
- 12-Ver especialmente MOISTS, Jose Álvaro. O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISTS, J. A. et alii. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SEMINÁRIO

O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL

RUBIM SANTOS LEÃO DE AQUINO Coordenador e co-autor de livros de História.

Em 1978, em plena ditadura militar, a voz maravilhosa de Elis Regina popularizou o samba Querelas do Brasil. Composto por Aldir Blanc e Mauricio Tapajós, sua letra tem frases-denúncias que nos fazem pensar sobre o ensino da nossa História.

Uma dessas frases afirma que "o Brasil não conhece o Brasil".

Realmente, não conhece porque o ensino da História da sociedade brasileira esta limitado per uma visão conservadora, elitista, parcial, racista, alienante, ufanista, machista... Poucos não passaram pela chatice de saber na ponta da língua os nomes dos Donatários das Capitanias Hereditárias e dos Presidentes da República. E, perguntamos qual a importância disso? Em contrapartida, quantos aprenderam o que representou o sistema das Capitanias Hereditárias ou como vivia e vive a sociedade brasileira durante a República?

"O Brasil não merece o Brasil" e outra afirmativa-denúncia cantada pela saudosa Elis. Isso mesmo! Se temos pretensões de nos integrarmos ao Primeiro Mundo, como afoitamente aclarou o Presidente Collor, não podemos continuar a desconhecer a nossa História, inclusive porque esta sendo ensinada repetindo-se conceitos e afirmativas incorretos. Alguns exemplos podem apontar. Em diversos livros para o 1° e para o 2° grau, o movimento comunista ocorrido no Rio, Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, em 1935, é rotulado de Intentona Comunista. Basta consultar o dicionário para se verificar que a palavra intentona significa projeto louco, plano insensato. Não e por acaso que, todos os anos, no mês de novembro, as ordens do dia dos ministros| militares utilizam aquela denominação, cujo objetivo ideológico visa denegrir o movimento de 1935, | Tendência bastante difundida e a utilização das denominações de Inconfidência Mineira e da Inconfidência Baiana. Ora, Inconfidência é sinônimo de infidelidade, deslealdade. Para as autoridades portuguesas, os envolvidos nas abortadas rebeliões de Vila Rica e de Salvador foram infiéis, desleais e traidores. Como brasileiros, será que devemos continuar a viver sob a visão da antiga metrópole? Por que não aceitar as denominações Conjuração Mineira e Conjuração Baiana,! sabendo-se que conjuração significa conspiração contra as autoridades estabelecidas? Isto semi falar nas explicações absurdas, fantásticas e destruídas de qualquer fundamento histórico. Basta mencionar duas: o Brasil "enviou um grupo de aviadores para a Europa" durante a Primeira Guerra Mundial. A renuncia de Jânio Quadros ocorreu devido "for9as ocultas", identifica a que autor como

sendo os dirigentes dos Estados Unidos: John Moors Cabot (ex-embaixador), Adolf Berle (Secretario de Estado) e Douglas Dillon (Secretario do Tesouro).

É por essas e outras que consideramos valida a afirmativa "o Brasil não merece o Brasil", de certos autores de livros didáticos, acrescentaríamos nós.

Lembraríamos que muitas pessoas buscam divas de analistas e de psicólogos para melhor se ajustarem no seu dia-a-dia. E, durante as sessões, cada vez mais perquirem no seu próprio passado explicações para o seu comportamento presente. Assim procedendo, conscientizam-se do presente vivido e ajustam-se para um futuro próximo.

Individualmente, as pessoas aceitam essa maneira de viver! Mas, não podemos ignorar que o homem é um ser social, ou seja, vive em sociedade. Também não devemos esquecer que o tempo histórico deve ser analisado sob a tríplice perspectiva passado - presente - futuro.

Por conseguinte, e o ensino da História que possibilita ao educando conhecer o seu passado como meio para construir o futuro, porque as raízes desse futuro encontram-se no presente vivido.

A propósito, lembramos o depoimento do estudante da 8° serie Marco Antonio Fagundes no artigo "A História Mente?", publicado na revista Isto É, de 1° de julho de 1978: "A gente fica caladinho. Nunca estudei o que aconteceu de 1964 para cá. História do Brasil e uma matéria só de passado, datas, nomes. Nem lembro direito por que proclamaram a República. Acho que seria mais importante estudar política para entender o Brasil de hoje. Costumamos comentar bastante o curso e sei que a maioria dos alunos esta descontente. No segundo semestre do ano passado fizemos um abaixo-assinado contra um professor. Queríamos participar. Não deu em nada. O diretor disse que estávamos errados e amea9ou uma suspensão coletiva. Ai veio o medo e ficamos caladinhos".

t, uma denuncia-protesto bastante grave. Podemos compreender que reflete a realidade de parte considerável do ensino e, ate mesmo, do conteúdo de muitos livros didáticos de História.

Mais uma vez recordamos outras frases-denúncias cantadas por Elis Regina em Querelas do Brasil: "o Brasil esta matando o Brasil" e "o Brasil SOS ao Brasil".

Como professores de História, defendemos a necessidade de o ensino da História ser formativo e não meramente informativo Desse modo, contribuiria na formação das gerações que proximamente atuarão na sociedade brasileira. Afinal, somos todos nos que fazemos a História como agentes de transformação social.

Como professores de História cabem-nos o papel de formar o educando com uma consciência humanista e sensível a praticas de solidariedade¹ e de justiça social, comprometido como agente democrático e engajado na construção de uma nova sociedade brasileira, onde a justiça e o bem-estar não sejam privilégios de poucos, mas direitos reais de todos os cidadãos brasileiros.

SEMINÁRIO

A NOÇÃO DE TEMPO E O ENSINO DE HITÓRIA

RAQUEL GLEZER Depto. De História – IEA/USP

En fait, l'historien ne sort jámais du temps de l'histoire: le temps colle a sa pensee comme la terre a la bSche du járdinier". ¹

Um dos aspectos interessantes na questão da formação de historiadores no Brasil é o da pouca atenção que vem sendo dada ao estudo das variáveis obrigatórias: Espaço e Tempo.

Deixamos a discussão do Espaço para geógrafos, e nem mesmo acompanhamos, a distância, os debates e as transformações que estão ocorrendo na área vizinha. Geo-história, história dos climas, geopolítica não atraem a aten9ao dos jovens historiadores nacionais.

Quanto ao Tempo, parece-nos haver uma atitude generalizada de considerar o tema arcaico, ultrapassado, envelhecido. Sentimos que alguns historiadores, quando lhes é colocada a questão, simbolicamente, puxam os revolveres e atiram: "tempo e cronologia"; "tempo e periodização"; "tempo e ideologia", ou mesmo, "tempo e periodização europocêntrica". Propor o tema e quase uma ousadia.

As discussões sobre velhos temas, velhas histórias, velhas preocupações, como questões epistemológicas, escolas historiográficas, métodos e técnicas estão hoje, aparentemente, fora do atual saber histórico. Relações vivenciais, emoções, parecem que se tomaram mais significativas para a prática do historiador. ⁵

Raros textos conceituais retomam as questões clássicas.³

Entretanto, para todos que trabalham na difícil e problemática área da Epistemologia e Teoria da História, Tempo e História e ato de reflexão obrigatória. ⁴

Tempo, para História, alem de ser variável, e uma questão teórica fundamental.

O surgimento da História como campo de conhecimento, apreensão da realidade, com teorias, métodos e técnicas de trabalho, tomou-se possível com a Iaiciza9ao do pensamento filosófico, Quando História e Filosofia de História deixaram de ser uma unidade, o processo de conhecimento histórico pode definir seu objeto de estudo - a a9ao dos homens entre si e com a natureza.

Ao ocorrer a separação, História manteve o conceito Tempo, que se era, ate então, sagrado e escatológico, passou a ser laico, mas manteve a finalidade, qualquer que fosse o nome dado a ela Juízo Final foi substituído por Liberdade, Razão, Estado, Progresso, Evolução, Revolução.

A noção do Tempo laicizado continuou sendo a do Tempo sagrado, cristão, com passado, presente e futuro Ocorreu uma permuta de significação: Criação e Queda da Humanidade transformou-se em Passado; Oferta de Salvação, em Presente; Juízo Final em Futuro. O Tempo deixoude ser o meio de expressão da Providência Divina para ser o Tempo da vontade dos homens, direcionado por eles. Esse Tempo tomou-se um absoluto.

Para a História, o Tempo variável obrigatória, acabou sendo o fator básico, elemento de união explicação em si, fator de coordenação do passado dos homens, que, não mais estavam no caminho da Salvação, estavam imersos na estrada do Futuro (qualquer que fosse o nome dado a ele).

O Tempo permitiu a rela9lo entre sociedades com formas diferentes de contagem, a comparação entre elas, a articulação de elementos aparentemente desconexos. Ele tornou-se a explica9ao causal, primaria elementar: fatos eram agregados por proximidade Cronológica. Com o progressivo desenvolvimento do conhecimento histórico, a questão temporal transformou-se em recurso técnico, classificatório.

A preocupação com a História Universal (História Católica) valorizou as periodizações: eras, épocas, impérios, idades. Questões proféticas, escatológicas foram tranquilamente assumidas pela histórica ciência, pois o estatuto científico do conhecimento garantia a neutralidade e a objetividade. A Cronologia, como estudo comparativo dos diferentes calendários, correspondentes a diversas civilizações e formas de contagem de tempo, desenvolveu-se, tornando-se um instrumento de pesquisa básico para articula9ao de contagens originalmente diferentes. A progressiva especializa9ao do conhecimento histórico introduziu os marcos temporais, a partir do único definido como dominante: 0 nascimento de Cristo. Novos marcos foram paulatinamente sendo introduzidos, bem como recortes temporais, etapas, marcos simbólicos.

A percepção do Tempo como elemento articulador se transformou em pano de fundo. Não havia o que discutir, o que falar sobre o Tempo. Afinal, ele sempre esteve/esta/estará a disposição do historiador como elemento explicativo.

A introjeção do Tempo como fator explicativo em sim mesmo pode ser acompanhada na leitura atenta dos manuais de introdu9ao aos estudos históricos, que, do século passado a nossos dias, servem de apresentação do estado consensual do conhecimento histórico.

Do clássico Langlois & Seignobos, ficamos com o Tempo como categoria classificatória dos documentos e depois dos fatos. 5

Bauer separou claramente em dois momentos diferentes o uso do Tempo na periodiza9ao e na Cronologia, uma ciência auxiliar. ⁶

A questão do Tempo não e assunto tratado nos manuais, nem em livros de Teoria da História. E um dado apenas. Desde quando Braudel introduziu a questão das temporalidades, que e um recurso classificatório de fenômenos, pouco mais se avançou no debate. ⁷

Em textos recentes discutem-se questões como formas de contagem de tempo e de como historiadores submetem o Tempo em seu processo explicativo⁸, ou como os conceitos explicativos relacionados a questão temporal se desenvolveram como calendário, passado/presente, idades míticas, antigo/moderno, escatologia e decadência.'.

Podemos comprovar que, mesmo para historiadores preocupados com a questão teórica, Tempo e percebido como elemento articulador pelo uso indiferenciado do termo, como sinônimo de época, era, idade, momento, ideologia e História. ¹⁰

A utilização camaleônica do termo Tempo indica que, de acordo com os próprios especialistas, o conceito não e claro. Como não estudamos a questão do Tempo, este segue sendo, como em senso comum, o articulador dos atos humanos, fator explicativo em si mesmo, inquestionável, pois e percebido sensível e empiricamente.

Falta aos especialistas a retomada da questão básica do tempo. Em alguns campos já se está recolocando a questão como fundamental, para a compreensão do próprio conhecimento científico, Não pode o ensino de História, nos curses de graduação, ficar limitado a apresentar a questão do Tempo como restrita a dois grandes debates teórico-ideológicos, como a questão das periodizações europocêntricas ou etapistas ¹², e, a questão da seleção dos marcos simbólicos sociais dos vencedores e dos vencidos. ¹³

Ao fazer crítica a seleções ideológicas temporais, como a periodização e o marco temporal do vencedor, não se deve jogar fora a questão do Tempo.

Mesmo os críticos mais acirrados das periodizações não abandonam o Tempo-tripartite." Afinal, para todos nos, e claro que o -abandono do Tempo leva a História a extinção. Na sociedade contemporânea, encharcada de informações e dados aleatórios, a consciência histórica não pode deixar de ser um elemento articulador.

O descaso com a questão Tempo deixa a sociedade diante de uma perplexidade: diversos Tempos/diversas Histórias levarão a incompreensão e a certeza de que o Tempo e o solucionador das questões que o homem se colocou em seu caminhar, e, ele, o Tempo, e um deus "ex-machina" que resolverá os problemas que os homens não puderem resolver.

A sacralização do passado, que tanto os historiadores combateram, retornará pela sacralização do Tempo.

NOTAS

- 1- BRAUDEL, Fernand. Écrits sur l'histoire. Paris: Flammarion, 1969. p. 75.
- 2- Vide VIEIRA, M. do Pilar et alii. A pesquisa em História. São Paulo: Ática, 1989.
- 3- Vide CARDOSO, Ciro Flamarion. Ensaios racionalistas. Rio de Janeiro: Campus, 1988 e ZAIDAN FILHO; Michel. A crise da razão histórica. Campinas: Papirus, 1989.
- 4- Escolhi para discutir neste texto a questão do Tempo no ensino dos cursos de graduação em História,' tanto por estar no campo nos últimos anos, como pelo fato de que, apesar das dificuldades conceituais, Ernesta Zarnboni e Circe Maira Fernandes Bittencourt tem, nos¹ últimos. /anos, dedicado alguns artigos a questão do ensino de Is e 2s graus.
- 5- LANGLOIS, Ch. V. e SEIGNOBOS, Ch. Introdução aos estudos históricos, São Paulo: Renascença, 1946. p. 74 172 (1* ed. 1898:)
- 6- BAUER, Wilhelm. Introduction al estudio de la história. Barcelona: Bosch, 1970. (Ped.1921.)
- 7- BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: História e Ciências Sociais, Lisboa: Presença, 1972. (I^s ed. 1958.) -
- 8- CORDOLIANI, A. Comput, chronologie, calendries, e BEAUJOUAN, G. Les temps historiques. In: SAMARAN, Ch. (org). L'histoire et ses mithodes. Bruges: Gallimard, 1961.p 31-51 e 51-67.
- 9- LE GOFF, J. (org). Memória História. Enciclopédia Einaudi. V. 1, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. P. 260, 293, 311, 370, 393 e 425.
- 10-Ver, entre outros, VILAR, Pierre. O tempo do Quijote; BAGU, S. Tiempo, realidad social y conocimiento; ARlfiS, Ph. O tempo da história; e ainda, Le Goff, Duby, Foucault, Thompson, Taylor, etc.
- 11-Vide POMIAN, K. L'ordre du temps. Paris, Gallimard,, 1984, e Current. Sociology, 37 (3), winter 1989-The sociology of Time, org. de Gilles Pronovost.
- 12-Vide CHESNEAUX, JJiacemos tabla rasa del pasado? Madrid: Siglo Veintiuno, 1984. (1 ed.

- 1976), e FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo, IBRASA, 1983. (1* ed. 1981), e FERRO, Marc. *A história vigiada* São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- 13. Vide VEZENTINI, C. & DE DECCA, E. A Revolução do vencedor. *Contraponto*. Rio de Janeiro: 1976 e DE DECCA, Edgar. *O silencio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. Ver também BENJÁMIN, Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 1987, 1989.
- 14- CHESNEAUX, Jean. L'axe passé/présent/avenir. *Espaces Temps*. Paris, n. 29, 1985, p. 13, onde diz: "L'histoire c'est, d'une part, un ensemble de techniques: tout le monde ne peut pas'improviser specialiste de la connaissance histonque... d'autre part, represente la continuite interne de la dimension du temps, l'articulation d'une période à une autre."

SEMINÁRIO

RELATO E ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA

Conceição Cabrini - rede pública de São Paulo

INTRODUÇÃO

Este relate diz respeito a uma experiência, realizada no ano letivo de 1987, com as 6's séries¹ do período diurno na E.E.P.S.G. João Baptista de Brito, localizada no Município de Osasco em São Paulo.

Como estava ingressando no referido estabelecimento, naquele ano, necessitava conhecer minha nova unidade escolar e clientela para poder montar meu objeto de estudo. Interessava-me, sobretudo, saber como era a relação aluno-escola e vice-versa e qual a concepção de História que q alunos possuíam.

Nesse momento preliminar, antes de chegar ap objeto de estudo, procurei discutir a História vista como construção, através de varias visões. Elaborei algumas questões problematizadoras² que diziam respeito a fatos da vida escolar vivenciados pelos alunos, com o objetivo de fazê-los refletir sobre a sua historicidade.

Essas questões foram aprofundadas através do texto "O pássaro que queria pousar na estrela"³. Comparamos as duas formações culturais (a vivencia dos alunos com a do índio Tsiprê), destacando o papel da mulher, a questão da criança e sua educação.

Com o objetivo de deixar claro para os alunos que o fato histórico pode ser reconstituído por diversos modos, lembrei-os do movimento que a comunidade escolar vinha fazendo, ha algum tempo, para exigir a reforma do prédio. Tínhamos varias versões sobre a reformulação da escola: a do diretor, a da A.P.M. (Associação de Pais e Mestres), a dos professores, a dos alunos e, finalmente, a dos órgãos oficiais. Mas a documenta9ao oficial provavelmente estaria registrando o lado dos personagens; "principais": a do diretor (a instancia que solicitava a reforma), a da Secretaria da Educação (o órgão que concederia a reforma), excluindo da documentação os outros personagens e suas versões. Procurei: portanto, através deste acontecimento, discutir o "fazer história", as implicações com o seu registroe a questão da memória.

Para facilitar a compreensão dessas questões, recorri, mais uma vez, a elementos constitutivos da sociedade indígena, através da poesia "Pássaro Vermelho" ⁴. Os autores, Milton Nascimento e Fernando Brant mostram a perda dos espaços físico-culturais das sociedades indígenas

que correm com a dominação européia no Brasil. Discutimos .a versão do fato dada pelos autores e perguntei.como os europeus registraram este fato.

Essa questão fez-nos voltar ao problema do registro e, após analisá-lo, relacionamos a possível perda de identidade, com a expulsão dos indivíduos de seu espaço (físico-cultural). No entanto, a expulsão não acontecia (acontece) pacificamente, porque havia (há) resistência (a poesia e um exemplo) e constante luta pela reconquista daquele espaço.

Chegamos assim ao objeto de estudo "Ocupação da Terra: Invasão/Expulsão - a resistência".

Foi trabalhado, principalmente, o conflito destas relações e construção histórica realizada pelos diferentes agentes envolvidos no conflito. Assim, passamos a estudar: a) "a questão Indígena: ontem e hoje", b)"a questão do negro: ontem e hoje", c) "os despossuídos", Nesse item, voltamos a enfocar a cidade de Osasco⁵ e discutimos o movimento dos sem-terra.

A) A QUESTÃO INDÍGENA - ONTEM E HQJE

Trabalhamos, com documentos e textos historiográficos, visando analisar o projeto de sociedade indígena, o modo de vida e de trabalho, o cheque com o branco e a expulsão da terra.

Organizei uma coletânea de documentos que mostravam o pensamento do colonizador em relação ao indígena. Os alunos confrontaram os documentos, tiraram conclusões e realizaram uma redação em grupo.

Lemos e discutimos textos de ficção como *Kadiew*, que enfoca a questão indígena hoje, a. história da perda e da recuperação da identidade do indígena. E, *Mistério do Grande Rio*, que trata da expulsão da terra na América espanhola..

O livro *A Confederação dos Tamoios* foi lido através de transparências em aula, trazendo a questão da resistência indígena ate hoje, apontando como solução a Assembléia Indígena. Foi confrontada esta versão com a. dos livros didáticos.

Os alunos pesquisaram sobre a sociedade indígena hoje e usaram como fonte o Boletim Comissão Pró-Índio.

B) A OUESTÃO NEGRA: ONTEM E HOJE⁷

Com o objetivo de analisar um outro caso de expulsão da terra, introduzimos a "Questão Negra". Iniciamos o trabalho com a leitura e discussão da "Lenda dos Nagôs". Aprofundamos o tema com a leitura do texto de Antonil: "Como há de haver o senhor de engenho com seus escravos" e 'analisamos as gravuras de Rugendas e Debret.

Encerramos a "Questão Negra" com a discussão em classe sobre o problema do negro hoje.

C) OS DESPOSSUÍDOS⁸

Subsidiados pelas reflexões anteriores, através de textos e documentos sobre a questão indígena e a do negro, os alunos tiveram elementos para captar e problematizar a questão dos "sem-terra". Neste momento, ampliaram-se as generalizações ocorridas anteriormente, percebidas no estudo da sociedade indígena e da questão negra: a percepção da invasão, da resistência e da expulsão, como uma relação de classe. O conceito de classe social foi visto ,no embate da expulsão e reconquista.

Para enfatizar,,a, questão do conflito da terra, mostrando que ela e uma questão social e não étnica, lemos o texto "A Escravidão no Brasil Hoje", de José Souza Martins, e os livros *Deus me*

Livre e Açúcar Amargo, de Luiz Puntel. Com este mesmo objetivo, assistimos ao filme "A Marvada Carne",

para analisar o ripo de expulsão da terra sofrida pelo caipira, relacionando-a com a sociedade indígena.

Encerramos o tema com uma pesquisa sobre os sem-terras de Osasco. Os alunos entrevistaram representantes do PT, PMDB, Igreja e sem-terras de Osasco. Os dados foram tabulados e subsidiaram o debate final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como penso que a apropriação do conhecimento se da num processo de construção, tinha como pontos centrais: os trabalhos elaborados pelos alunos, pela classe (construção coletiva) e o confronto de minhas preocupações com as dos alunos. O conhecimento e produzido no conjunto e não unilateralmente.

Colocávamos em sala de aula as reflexões dos alunos e minhas, dos textos e documentos estudados. Para isso, usava o material disponível: lousa, giz e caderno. O trabalho do aluno ia para a lousa e a classe anotava, em seus cadernos, as reflexões do companheiro. Nesse sentido, eles tiveram contato com a documentação e historiografia, onde era ressaltado o posicionamento diferenciado; percebiam, também, que as suas próprias elaborações eram diferenciadas. O dizer dos alunos não era repetição, mas assumido politicamente.

Por isso, a avaliação não era o "certo" e o "errado" e isso, no início, os alunos estranharam muito. Eu incentivava a argumentação de suas reflexões; toda semana recolhia seus trabalhos. A cada aula discutíamos nossas posições frente a um texto, buscando o projeto social do autor. Essas discussões iam do individual para o coletivo e do coletivo para o individual.

Percebi que, no decorrer do ano, os alunos iam se firmando em seu poder de argumentação, havia sempre um porque do seu falar. "Penso assim porque..."

Acredito que estes alunos poderão experienciar o seu dizer, seja qual for a metodologia dos professores ou da escola, com os quais entrarão em contato. Saberão conviver com o diferente e se posicionarem, assumindo as suas colocações.

Em termos de resultado do trabalho, penso que muita coisa deva ser reavaliada. Por exemplo: um maior tempo para um trabalho final mais elaborado, mais discutido, envolvendo outros professores, pais etc.

Penso, também, que trabalhar nesta concepção de conhecimento exige uma constante reformulação e reconstrução. A partir de um trabalho realizado e avaliado, novos problemas surgirão e a tentativa de resolução estará em nova construção.

NOTAS

- 1- Em 1987 lecionava para 10 classes: três 5^as séries, três 6^as séries, duas 8^as séries e dois 3^os colegiais. Fiz este diagnóstico com todas as classes e, posteriormente, em cada servir e, trabalhei com um tema diferente.
- 2- Questões problematizadoras: o que vocês fazem na escola? Para que estudar história? O que é história? Em que livro você estudou? O que você acha da escola? E os seus pais? Por que vir a escola?

A quem pertence a escola?

ALENCAR, Chico. Brasil - Vivo. Petrópolis: Vozes. pag. 11.

- 4-Idem, pag. 8.
- 5- No estudo dos textos introdutórios, ainda na fase diagnostico, percebi que os alunos não conheciam alguns problemas de sua cidade, Osasco.
- 6- Trabalhei os seguintes textos e documentos: Coletânea de documentos históricos para 1° grau: 5« a 8' serie SP: SE/CENP/1981. p. 13 a 17. O Índio na História do Brasil de Berta Ribeiro. Ed. Global, Excertos. História dos Povos Indígenas; 500 anos de luta no Brasil, RJ: Vozes/CIMI. p. 106 a 109. Kadiew Jose Hamilton Ribeiro, Editora Brasiliense. A Confederação dos Tamolos. R.L:
- Vozes/CIMI. Boletim Comissão Pró-Índio, n^a 11, out.nov de 1982. *Mistério do Grande Rio* Antonieta Dias de Moraes Nova Fronteira. *Seleção de documentos de História da América para* 2^s *grau* Curso da ANPUH. Uberlândia MG/1986, Prof^a. Helenice Ciampi.
- 7- Trabalhei os seguintes textos e documentos: "Lenda dos Nagôs" in *Brasil Vivo*, pp. 44-5. *Cultura e Opulência do Brasil* Antonil Cap. DC. Rugendas "A Viagem Pitoresca através do Brasil", Livros de Ouro. Debret "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Livros de Ouro.
- 8- O material trabalhado foi: -"A Escravidão no Brasil Hoje" Jose de Souza Martins, F.S.P., 1986.
- Deus me Livre Luis Puntel, Ed. Ática. Açúcar Amargo Luis Puntel, Ed. Ática.

SEMINÁRIO

EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Helenice Ciampi/PUCSP

O conhecimento histórico é um campo sempre em aberto, seja porque o processo histórico nunca cessa de agregar novos acontecimentos, seja porque existe uma constante releitura dos acontecimentos.

A História não e constituída por conhecimentos definitivos. Para alguns historiadores, ela e "o constante repensar um objeto em movimento, processo em que o historiador e, a um só tempo, sujeito do conhecimento e da história. O saber produzido por este historiador constituiu, neste sentido, parte da própria história, submetido às determinações e aos limites do seu tempo e, dentro dele, aos condicionamentos sociais que lhe são colocados". Há, portanto, diferentes maneiras de apreender o histórico e a história e reescrita segundo preocupações e diferentes pontos de vista, que são, também, historicamente condicionados.

A revisão teórica pela qual passou a História seja em 30, com os Annales, ou na década de 50, que, de certa forma, prossegue a linha de inovações dos Annales, deve ser pensada quando se indaga o que e ensinar história hoje. As novas perspectivas de investigação sobre a concepção de história, a forma de pensar a história e sua produção, precisam ser discutidas e incorporadas para que possibilitem avançar também nas questões de sua transmissão. "A tarefa inevitável para a disciplina e reescrever a história e ao mesmo tempo reformular o seu ensino"².

Ao discutir a questão da expansão do interesse pela História, Emanuel Le Roy Ladurie afirma que, se, hoje, ela invade o publico adulto, no entanto, o mesmo não acontece no ensino primário e secundário. Ocorre um desnível entre o desinteresse na escola e o entusiasmo no publico adulto. Le Goff, concordando com ele, preocupa-se com a forma pela qual as novas investigações chegam a escola. A advertência de Le Goff e para com a manutenção do discurso tradicional, mais determinista do que nunca, ao lado da introdução de temas substituindo a história por períodos. Critica, pois, em nível do 1° e 2^s graus, a forma como a "Nova História" tem sido tratada, não explicando o porque das coisas aparecerem e se transformarem. Não se trata, insiste Le Goff, da mera substituição dos períodos por temas³. O importante e trabalhar uma nova concepção de história, uma história em construção, como diz Pierre Vilar.

Michel Certeau denuncia, sobretudo, a disparidade entre a produção historiográfica e os manuais. Os temas, às vezes, diz ele, ate mudam, mas se ocultam a maneira como a historiografia se

constrói, as razões das suas modificações, o modo de suas representações, com as problemáticas contemporâneas que determinam a sua construção. "O manual fala da História, mas não mostra a sua historicidade. Através deste défice metodológico impede ao estudante a possibilidade de ver como tudo se origina e de ser ele próprio produtor de História e de historiografia. Impõe o saber de uma autoridade, quer dizer, uma não História"⁴. E fundamental que o aluno perceba as relações de poder perpassam a sociedade e, para isso, ele deve ser introduzido nas questões da produção do conhecimento.

Assim, alterações significativas no processo de produção do conhecimento histórico precisariam ser pensadas nos seus distintos níveis de ensino: o de 1° e 2° graus, que constituem, hoje, no Brasil, o quase único mercado de trabalho dos graduados em História, e o ensino de 3° grau, que deve formar esses profissionais.

Se o curso superior prepara os profissionais dos 1° e 2° graus, o enfrentamento do problema do ensino e o da produção do conhecimento histórico supõem uma reflexão integrada dos três níveis de ensino. Ater-se apenas a qualquer um deles e sacrificar uma visão de conjunto, perdendo-se as relações implícitas das especificidades de cada grau. Creio que, dessa forma, poderemos nos remeter a um outro problema que envolve pensar estratégias para a ampliação do pensamento reflexivo.

No documento "Diagnostico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil", divulgado pelo MEC em 86, o grupo de consultores conclui "que o conhecimento histórico deveria ser encarado, em qualquer organização curricular, em sua tríplice dimensão: produzir esse conhecimento através da pesquisa e da docência; criticar o conhecimento existente e aquele em processo de produção; transmitir o conhecimento a partir de uma posição critica, tanto através da pesquisa quanto da docência. Produzir, criticar, transmitir supõem um novo tipo de formação que coloca em jogo a própria natureza do conhecimento histórico e que tem na pesquisa sua condição básica, implicando, por isso mesmo, a necessidade de repensar também o conceito de pesquisa".

Se ensinar história e criar a possibilidade de investigação, torna-se impossível separar ensino e pesquisa na formação do profissional de história. Ela deve ser única, independentemente do campo em que atuara o profissional. Kant dizia que "não se ensina a história (a filosofia, no original), mas somente o fazer história (filosofia)"⁶.

Nesse sentido, ensinar história e, em todos os níveis, despertar no estudante a capacidade de construir um objeto de conhecimento histórico, de saber se situar na historiografia e de efetivar a investigação proposta. Estamos afirmando que a complexidade da produção do conhecimento histórico precisa ser pensada em fun9ao de sua adequação e não da mera simplificação nos diferentes níveis de ensino.

Para concretizar essa concepção de ensino, professores de História dos três graus, constituíram um grupo de estudos, do qual este texto sintetiza algumas reflexões.

A definição de princípios bem definidos, ainda que não definitivos norteadores do ensino de história, em sua pratica diária, e um dos objetivos do grupo.

O processo de definição e amadurecimento desses princípios se deu no desenvolvimento de nossa pratica profissional, enriquecida, por um lado, pelas nossas leituras sobre o debate teórico e, por outro, pelo debate das propostas de reforma curricular. Esses princípios não são originais. Foram formulados teoricamente por outros autores, embora alguns já estivessem presentes em nossa pratica. Podemos concentrá-los em três pontos: a questão do ensino-aprendizagem, a experiência do aluno e sua expressão, a concepção de história.

O ensino-aprendizagem deve visar, nos três graus, a um trabalho com o pensamento. Faz-se necessária a distinção entre conhecimento e pensamento.

Conhecimento e a aprópriação intelectual de um certo campo de objetos e/ou idéias. Muitas

vezes, é sinônimo de uma mera sistematização, organização de dados da experiência, vendo a experiência como um espelho desordenado do real. O conhecimento compreenderia, então, a ordenação do real sem visar a compreensão do sentido da experiência⁷.

Pensamento e um trabalho de reflexão que se esforça para elevar uma experiência (não importa qual) a sua inteligibilidade, acolhendo a experiência como indeterminada, como não saber que pede para ser determinado e pensado, isto e, compreendido. Para que o trabalho do pensamento se realize, é preciso que a experiência fale de si para poder voltar-se sobre si mesma e compreender-se. O conhecimento tende a cristalizar-se no discurso sobre; o pensamento se esforça para evitar essa tentação apaziguadora, pois quem já sabe já viu e já disse, não precisa pensar, ver ou dizer e, portanto, também nada precisa fazer. Nossa preocupação, entretanto, e com o pensamento, tentando-se fazei uma reflexão histórica que seja produto dos dois pólos: professor e alunos. "Ao professor não cabe dizer: faca como eu, mas faca comigo. O diálogo do aluno e com o pensamento, com o mundo que o rodeia, mediado pelo professor".

É preciso fazer do ensino-aprendizagem uma obra do pensamento, como diz Claude Lefort, isto é, fazer um trabalho de reflexão sobre a matéria da experiência, um trabalho de escrita sobre i reflexão e um trabalho de leitura sobre a escrita, lembrando que ler é aprender a pensar na esteira deixada pelo pensamento do outro, e retomar a reflexão do outro como matéria- prima para o trabalho de nossa própria reflexão¹⁰. E nesse sentido que entendemos a produção do conhecimento no 1° e 2° graus. A partir de elementos levantados para o exame de uma determinada realidade histórica, espera-se que os alunos façam, em sala de aula, um trabalho de reflexão, fruto da sua experiência, observação, interpretação e discussão de dados; espera-se que expressem suas reflexões, estabelecendo relações entre tudo que foi trabalhado e talvez ate avançando alem do que já foi dito em classe, Espera-se, também, que façam a passagem da fala a escrita, da discussão coletiva a sua individualização; e que, posteriormente, tenham oportunidade de ler e confrontar as diferentes reflexões, tentando inferir, concluir, ou seja, avançar, mais uma vez, na compreensão do objeto de estudo. Essa produção de conhecimento será algo novo para os alunos, mas não para o saber instituído.

Tendo em vista a forma como e estruturada a escola e concebido o conhecimento, nosso alunado, em geral, apresenta dificuldade em expressar suas percepções e em exteriorizar as articulações entre o que se lê e o mundo em que vive. Num ensino massificante, as práticas pedagógicas não só discriminam, mas também emudecem os alunos. Privados de uma relação significativa com a linguagem acabam não conseguindo expressar sua realidade.

Na maioria das vezes, no 1° e 2° graus, a linguagem e reduzida a dimensão meramente denotativa ou indicativa, de sorte que a relação entre as palavras e as coisas nunca passa pela mediação *das* significações. Reduzida ao esquema binário da relação signo-coisa, a linguagem foi exilada do sentido e da região que lhe e própria, isto e, da expressão".

É fundamental que o aluno consiga expressar-se para poder então expressar sua realidade, não apenas descrevendo-a e reproduzindo o senso comum, mas resgatando o sentido de suas experiências, desvendando o véu que encobre o cotidiano.

É fundamental que o aluno se coloque a partir de sua situação social: precisamos recuperar com ele sua perspectiva de classe para que se localize na história.

Ecléa Bosi¹² diz que estamos habituados a supor que o "povo" tem um código perceptivo e lingüístico restrito (eufemismo para encobrir: inferior, pobre, estreito), pois tomamos nossos próprios códigos como modelos e somos incapazes de aprender a diferença de um outro código: conciso pela fala, expressivo pelo gesto, marcado pela fadiga e por um relacionamento com o trabalho na forma do cansaço.

Daí todo um trabalho voltado para a análise da realidade mais próxima do aluno, como um momento importante e significativo da pratica pedagógica. Mas, não simplesmente, como uma ilustração, uma aula complementar, uma motivação inicial, mas uma atividade básica do trabalho Pedagógico. A semelhança do narrador de que nos fala Walter Benjámin¹³, o historiador (ai no caso, do professor) deve tecer a trama de sua narração com os fios da experiência, a sua e a dos outros, de modo que seu relato possa ser incorporado a experiência de seus leitores (no caso, seus alunos, acrescento eu). Recuperar a figura do cronista que, segundo Benjamin, esta em vias de extinção na sociedade moderna, pois que estamos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.

Por que seria importante essa recuperação? Porque o narrador conta o que ele extrai da experiência, sua ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a história. Não inclui apenas a própria experiência, mas, em grande parte, a experiência alheia. "O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história" 14.

Centrar as experiências da aprendizagem na realidade social do aluno nos sugere muitas interrogações. Para nos, não se trata simplesmente de atualidades, nem de uma mera substituição do passado pelo presente, que manteria inalterada a consideração empírica do tempo histórico, invertendo superficialmente os termos. Não e um mero presentismo, pois seria um reducionismo empobrecedor das especificidades de outras formações sociais e outros momentos históricos.

Esse centrar implica indagar sobre a historicidade da experiência social, hoje e em outros momentos da história. Marc Bloch insiste sobre o valor da experiência cotidiana vivida, sobre o que chama o "contato perpetuo com o hoje": "Em verdade, conscientemente ou não, e sempre de nossas experiências cotidianas, das quais, para matizá-las, onde for necessário, com tintas novas, tomamos, em última analise, os elementos que nos servem para reconstituir o passado (...) O erudito que não sente a inclinação de olhar ao seu redor, nem aos homens, nem as coisas, nem aos acontecimentos, merecera talvez o nome de útil arqueólogo, porem trabalhara sensatamente renunciando ao de historiador"¹⁵.

Chesneaux nos adverte que esse "contato perpetuo com o hoje" não chega, contudo, a inverter realmente a relação passado- presente, pois compreender o passado seria o objetivo principal do historiador. O presente seria um artifício pedagógico para encontrar boas pistas ou tornar o passado interessante. Porém, e preciso ir mais fundo, e preciso afirmar o princípio da primazia do presente sobre o passado. É preciso levar em conta que a reflexão histórica e regressiva, que funciona a partir do presente, no sentido inverso do fluir do tempo... O presente tem primazia sobre o passado porque unicamente o presente possibilita e permite transformar o mundo. Importante e o caráter operatório de relação com o passado, sua atitude de responder as exigências do presente: seus problemas e lutas.

Centrar a aprendizagem na realidade social do aluno significa que se leve em consideração o aluno como agente capaz de propor questões ou dispor de conhecimento a partir de sua própria experiência, pois hoje o ensino de História esta tão caótico que o aluno e expropriado dos mínimos instrumentos para pensar o processo por ele vivido e sente-se impotente e incapaz de enxergar-se como sujeito.

Por realidade mais próxima do aluno, entendemos tudo o que está ligado a sua própria experiência de vida, o que tem a ver com o que ele sabe, se interessa, se preocupa, pensa, etc., e que esta marcado profundamente pela experiência do meio cultural que o envolve, dos grupos sociais nos quais esta inserido. Não necessariamente só aquilo que o aluno viveu diretamente, mas também indiretamente, através de sua família e/ou de seu meio social.

Tratar um conteúdo vinculado a realidade do aluno permitira mais facilmente se chegar, com

ele, ao conhecimento do objeto, a sua descoberta, ou seja, apreende-lo em seu movimento, em suas contradições.

Ao propor que o objeto de estudo parta da realidade mais próxima do aluno, visamos sobretudo, a aproveitar sua experiência, seu saber histórico.

A linguagem do aluno deve ser pensada como expressão de um sujeito que esta refletindo e não unicamente em sua correção formal. Por isso, devemos ficar atentos para não bloquear, com exigências formais, o aluno na expressão de suas reflexões. O não saber escrever corretamente $n \setminus 0$ impede de pensar. £ esse pensamento, sua relação, seu dialogo com o mundo que o cerca j instrumental básico que desejamos explorar em nosso trabalho pedagógico.

O aluno precisa se acostumar a exprimir-se oralmente e por escrito. Perder o medo, inibição ou a preguiça de fazê-lo, tão próprios de uma sociedade que nos leva cada vez mais a um menor contato com a palavra escrita.

A concepção de história¹⁶ pode ser percebida peia forma de encarar o conhecimento histórico, pela visão de processo e periodização, pelo destaque dado ao elemento fundamental m explicação do processo, pela seleção e tratamento das fontes.

Para nos, a história estuda as ações dos homens, procurando explicar as relações entre seus diferentes grupos. Produzir história, realizar uma reflexão histórica, e procurar captar e recuperar ai relações que se estabelecem entre os grupos humanos no desenvolvimento de suas atividades nos diferentes tempos e espaços. É fazer emergir toda a trama de relações sociais que constituem o nossos objeto de estudo. É identificar os interesses dos grupos envolvidos e resgatar seus projetos alternativos e abortados.

A história, portanto, ao estudar as transformações de uma sociedade, deve procurar a ação dos diferentes grupos que atuam nessa sociedade. Quando uma sociedade e pensada como um todo e se fica atento as ações de seus diversos grupos, explica-se por que seu processo toma um determinado caminho e não um outro. Percebem-se as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.

Ao se pensar o processo com essa preocupação, destrói-se a idéia de sua direção única t inevitável. Afastamos, assim, a noção do principio da causalidade determinista, a idéia de necessidade histórica, afastamos também uma visão maniqueísta povoada de heróis e vilões.

Para se estudarem as relações humanas em seus diferentes móveis, o que temos a fazer buscar os vestígios dessas relações. Tudo quanto se diz, se conta, se constrói, se fabrica, é manifestação da ação humana, e um testemunho histórico e, como tal, não e o espelho fiel realidade, mas uma representação de partes e momentos particulares dela. Ter o conhecimento; histórico como uma construção que deve ser questionada, e não considerá-lo como verdade acabada, e um dos nossos princípios. "Reconhecer e trabalhar a historiografia enquanto produção intelectual do conhecimento, realizada sob determinados e diferenciados condicionamentos sociais, portadora,! portanto, de concepções e visões diversas sobre a realidade social, objeto de analise" 17. ;

Todo "conteúdo" e construção, pois o conhecimento histórico o e. O real não existe senão enquanto conjunto de versões, ou melhor, de representações. No nível de declaração de princípios, todos nos parecemos estar de acordo com isso, mas no nível da pratica muitas vezes nos relacionamos com a produção existente como se ela fosse o real, e não uma representação dele.

Dai a importância de se trabalhar com varias fontes sobre o tema em analise. As fontes trazem evidencias que são incompletas, mas não inverídicas. Representam desejos, interesses, ações. dos diferentes sujeitos envolvidos. Embora a maior parte destas pessoas que estudamos já tenham morrido, e como pessoas vivas que procuramos recuperá-las. São as perguntas que lhes fazemos que nos permitem levantar os interesses dos indivíduos e grupos que deixaram esse registro. São pois as

perguntas feitas aos documentos e suas respostas que vão esclarecendo as relates que buscamos e suscitando a procura de novas fontes. Eis por que e necessário ir levantando os dados extraídos de diversas fontes, procurando relacioná-los, confrontando as diferentes representações para maior aproximação da realidade. O real confunde-se com a própria reconstrução. Dai a nossa preocupação com a construção/reconstrução do conhecimento. Desde o seu primeiro contato com o ensino da história, o aluno deveria perceber que a história não e o passado, mas um olhar sobre o passado. Esse olhar parte (depende) de quem olha: do seu lugar social, do seu tempo, de sua instituição, de suas preocupações no hoje.

Mesmo que, porventura, o professor não trabalhe com mais de uma representação sobre um tema, ou não diversifique as manifestações dos sujeitos envolvidos num mesmo falo, e importantíssimo começar a sensibilizar o aluno para a questão da construção do conhecimento histórico: a gravura que observamos, o documento que lemos, o texto que interpretamos e uma leitura sobre o tema e não a leitura, a verdade. £ neste sentido que toda e qualquer produção literária ou jornalística, a ficção em geral, e objeto de análise histórica. É mais uma representação da realidade, que, por suas características, poderá ajudar o aluno a melhor compreendê-la.

.X.X.X.X.

Um dos objetivos do nosso grupo de estudo tem sido a socialização das experiências, entendida como mais uma oportunidade para refletir sobre a pratica diária; como um caminho concreto para o trabalho integrado dos três graus de ensino, na tentativa de romper as fronteiras institucionais.

Sabemos da dificuldade da reconstituição de uma experiência. E impossível recuperar-se a posteriori e por escrito todo o dinamismo de um trabalho pedagógico. A tentativa permite, entretanto, clarear os princípios que a embasam, as dificuldades enfrentadas e os resultados obtidos dentro dos limites das condições de trabalho que temos e das deficiências da formação profissional que recebemos.

O relato que se segue deve ser entendido dentro destes parâmetros. Chamo a atenção para a forma como a professora Conceição montou o seu objeto de estudo e a relação presente/passado.

Uma vez que a história estuda as transformações sociais, seu objeto de estudo e sempre uma determinada sociedade, em determinado momenta, sempre pensada como um todo, embora nem sempre analisada em sua totalidade.

Nossa preocupação, como vimos, e que o aluno compreenda a realidade em estudo e a explique. Para isso, e preciso interrogai a realidade para estruturá-la, dar-lhe um sentido, um significado com marcos de referenda explicativos.

Ao selecionar o seu objeto de estudo juntamente com seus alunos, o professor deve construí-lo sob a forma de uma problemática, que permita levantar os "comos" e os "porquês" do objeto em estudo. Quanta mais rica e densa for a problematizarão do objeto de estudo a ser examinado, melhor será o resultado da analise, porque o exame da problemática inicial levara, necessariamente, a outros tempos e lugares. A história e um entrelaçar constante de tempos e espaços,

A problemática, inicialmente, ira se situar numa das quatro possibilidades seguintes:

Espaço		Tempo
1)	A avi	0.000
1)	Aqui	agora
2)	Aqui	em outro tempo
3)	Em outro lugar	em outro tempo
4)	Em outro lugar	agora

No relato que se segue da professora Conceição Cabrini, a montagem do objeto de estudo foi fruto do trabalho conjunto professor-aluno. Partiu da 1ª opção, aqui-agora. Sua problematização inicial para a construção do objeto de estudo foi: O que fazem na escola? Questão esta desmembrada e em: Por que freqüentam a escola? Para que estudar história? O que e história?

Seu objetivo era recuperar o conhecimento que os alunos tiveram, anteriormente, de história, para discutir o que e história, aproveitando fatos da vida escolar, sensibilizando-os sobre sua historicidade e sobre como se da a construção de um fato e de sua memória.

Para ampliar/facilitar a compreensão dessas questões, a professora passou a analise da 3* possibilidade: outro tempo e lugar, ou seja, qual o projeto de sociedade e de escola de uma comunidade indígena, através da analise de uma lenda. Em seguida, professores e alunos trabalharam comparativamente a vida do aluno e do indiozinho, destacando semelhanças e diferenças entre as duas realidades em relação a questão da criança e sua educação; o que e ter "um bom comportamento" e qual o papel da mulher nas respectivas sociedades.

Na analise realizada, percebeu-se que a perda da identidade esta ligada a perda do espaço e a luta pela sua reconquista e, ainda, a perda do controle da construção de sua memória.

Assim chegou-se ao eixo temático: a perda de identidade, a perda da terra e a luta pela sua reconquista.

Esta temática foi estudada no ontem e no hoje e com diferentes grupos sociais: o indígena, o negro e o caipira (o caboclo), ampliando a questão do conflito da terra, mostrando que ela não se confunde com um grupo étnico, tratando-se de uma questão social.

Nesse tipo de trabalho, portanto, esta uma nova relação com o tempo. Uma relação não linear entre passado e presente. Uma relação dinâmica partindo de problematizações sugeridas pelo presente, em busca da recuperação de outros momentos, num constante ir e vir entre presente e passado, através de temas ou eixostemáticos.

O trabalho com temas nos diferentes tempos (hoje/ontem) conjugara a pesquisa de campo (com levantamento de dados, entrevistas, tabulação e analise dos elementos apreendidos) com a interpretação e confrontação do material já produzido sobre o tema.

Concluímos que, para avançar na questão do ensino de História, temos que assumir responsabilidade social e política com o momento vivido. Fazer, de data, do ensino uma prática social. Essa luta se trava em vários espaços. No teórico- metodológico, implica romper com a maneira tradicional de conceber o conhecimento, sua produção e transmissão, inteiramente dissociada da

realidade social, da sua existência concreta, da base real e material sobre a qual se constrói o lodo social.

No âmbito profissional propriamente dito, e no sindical, significa envolver-se e pressionar associações profissionais e entidades de classe ou políticas na luta pela valorização da educação como um todo e do ensino publico em especial.

Como membro de uma associação que congrega professoras dos três graus de ensino, pergunto-me como a ANPUH deve enfrentar as difíceis questões do ensino publico. Como encaminhar, sem dissociar, as questões sindicais (luta por melhores condições de trabalho e salário), pedagógicas (formação do professor e sua permanente atualização) e especificas (no campo da pesquisa e ensino da História)?

Nossa associação é precária em recursos materiais e humanos. Há, portanto, que mobilizar recursos e financiamentos e elaborar projetos de intervenção, avançar no questionamento da dimensão social do trabalho do professor de História na rede pública.

Há uma história da ANPUH que se insere no processo da Universidade no Brasil e nas contradições da sociedade brasileira. Hoje, para a ANPUH se redefinir e avançar, penso que seria importante resgatar suas origens. Ela se constituiu e se fortaleceu enfrentando o MEC na luta contra os Estudos Sociais, contra as licenciaturas curtas e pela recuperação do ensino nos três graus. O 1° e 2² graus são partes integrantes de sua história.

NOT AS

- 1- Contribuição ao diagnostico sobre os cursos de História do Brasil. 1982. p. 3 e 4. (Projeto da Reforma Curricular do Departamento de História da IFCH-UNICAMP Mimeografado).
- 2- FENELON, Diz. A licenciatura na área de Ciências Humanas. Ciência e Cultura, 35 (9), setembro de 83.
- 3- LE GOFF, Jacques et alii. A história, uma paixão nova. In: **A nova História**. Lisboa, Edições 70, 1984. p. 12 e 14.
- 4- Idem, p. 13.
- 5- MEC Brasília. Maio de 86. Diagnostico e Avaliação dos Cursos de História no Brasil, pag. 33.
- 6- <u>A reforma do currículo do curso de História;</u> elementos para discussão. Departamento de História/ÚNICAMP, 1985. (Mimeógrafado).
- 7- CHAUÍ, Marilena de Souza. A reforma de ensino. **Revista Discurso**. Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP/HUCITEC, (8): 152-39, maio de 78.
- 8- CHAUÍ, Marilena de Souza. Ideologia e educação. Revista **Educação e Sociedade**. São Paulo, Cortez Editora, Autores Associados/CEDES, (5), 26 de Janeiro de 1980.
- 9- Idem, p. 39.
- 10-CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da Memória. In: BOSI, Ecléa. Memória e sociedade; lembranças de velhos. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. p. XXI.
- 11-CHAUI, Marilena de Souza. A reforma de ensino. Revista Discurso. Departamento de Filosofiada Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP/HUCITEC, (8): 155-6, maio de 1978.
- 12-BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade; lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.
- 13-BENJÁMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1985. pp. 201,197 e 198

e 198.

14-Idem, p. 223, tese 3.

15-Citado por CHESNEAUX, Jean. Hacemos tabla rasa del passado? Mexico, Siglo VientiuJ Editores, 1977. pp. 60 e 61.

16- Aqui retomo, de forma sintética, algumas idéias da segunda parte do livro O ensino da História: Revisão urgente, do qual sou co-autora, editado em São Paulo pela Brasiliense, em 1986.

17- FENELON, Déa. A formação profissional de História e a realidade do ensino. Projeto História, São Paulo, (2): 16, agosto de 1982.

MESA REDONDA

ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTORICIDADE DO REGISTRO FOTOGRÁFICO

Maurício Lissovsky

1) A FOTOGRAFIA DEVIDAMENTE HISTORICIZADA

O tema do presente painel - fontes - nos força a deixar de lado as "aplicações" historiográficas da fotografia: que tipo de história ela ajuda a construir ou quais objetos lhe são mais apropriados. Assumo portanto apenas a tarefa de empreender a uma pequena revisão critica das soluções mais ou menos consensuais a que conduziu, nos últimos anos, a reflexão sobre "a fotografia como fonte" e aponto para algumas questões que, na minha opinião, situam-se no horizonte de especulação mais imediato.

Grande parte dessa discussão despendeu-se na constituição de uma metodologia adequada a utilização da fotografia e no estabelecimento de uma "critica" eficaz. O primeiro inimigo a ser enfrentado pareceu ser a "objetividade" do registro fotográfico - ou seu ilusionismo "homológico" Esta "batalha teórica" inicial parece ter perdido seu apelo, pois bem pouca gente, hoje em dia, sustentaria, diante da parcialidade das outras fontes, o caráter objetivo do testemunho fotográfico.

A elaboração de uma "metodologia" de tratamento da fotografia visava ainda, creio, sua legitimação enquanto "documento histórico" - afinal, o status de sua historicidade não lhe seria concedido gratuitamente. Intervenções diversas convergiram para uma espécie de consenso, um entendimento de base de que a "critica" do registro fotográfico deveria fundar-se nos três elementos que se associam no seu processo de produção. O objeto do registro (o conteúdo da imagem, ou o seu "assunto"), o sujeito do processo (o fotografo), o **medium** (o aparelho, a tecnologia). Considerar estes três elementos significava, em alguma medida, admitir que o registro fotográfico era o efeito de uma interação do olho do fotografo com o olho da câmera, e que não poderia ser trabalhado sem considerar estes dois olhares e sua articulação.

A associação dos três elementos alguém um dia chamou "tripé" da produção do registro fotográfico e o apelido pegou, seja por seu efeito didático ou pela analogia que lhe garantia a propriedade. Dar conta destes elementos equivaleria a empreender plenamente a critica da fonte e, naturalmente, também a sua classificação exaustiva.

Em torno do objeto, ou da cena (como prefiro designar o assunto da imagem fotográfica), as investigações deveriam conduzir a "contextualização": no processo, na conjuntura, no

acontecimento. Este tipo de contextualização associou-se, nos sistemas de recuperação automatizado de informações, à noção de descritores. Um segundo movimento seria de "identificação": do lugar dos personagens, dos artefatos (freqüentemente lidos como "atributos" – termo contrabandeado da hagiografia -, pertinentérrimos quando se trabalha com retratos). Na automação, aproximaram-se dos identificadores.

A experiência mostrou que as investigações em torno do conteúdo dos registros fotográficos eram favoráveis por investimentos "fora da imagem": a consulta a documentos textuais, depoimentos ou coleções de objetos e as outras fontes iconográficas. Recurso extremo, mas em alguns casos bastante útil: ir ao próprio local onde o registro foi produzido, de modo a aprender-lhe melhor as circunstâncias.

Uma segunda investigação do contexto da cena, não menos importante, voltar-se-ia para a forma de expressão de um conteúdo dado. Fundamentalmente um exercício de análise comparativa que toma séries de imagens, colecionadas pelo pesquisador por sua afinidade cronológica ou temática. Tal análise permite contextualizar o registro no âmbito da historia da fotografía.

A preocupação com o sujeito frequente se confunde com a "investigação de autoria" do registro: a identidade do fotógrafo, suas motivações, as condições de produção da imagem. As perguntas consagradas neste aspecto dizem respeito à sua profissionalização, padrões estéticos, finalidade do registro (culto familiar, diletantismo fotoclubístico, divulgação, documentação técnica, controle social, etc.) subordinação (imprensa, governo, empresa). No caso de fotografias de imprensa, existem sempre algumas perguntas adicionais relativas à economia editorial (hierarquia de temas e espaços e usos da imagem) do veiculo para o qual o registro foi produzido e, em particular, 05 3 sua utilização deste ou daquela maneira.

Admitir que a fotografia é uma imagem técnica tornou, sem dúvida,imperativo que a "metodologia" incorporasse uma investigação em torno da tecnologia utilizada na produção de cada fonte em particular: a mais sutil de suas mediações. Descartaria apenas que a tecnologia é mais vulgarmente pensada a partir dos "limites" que impõe à produção dos registros em determinados "estágios" da técnica. Tomada deste modo, a "crítica" da tecnologia mais atrapalha do que ajuda, pois para o fotógrafo que opera o aparelho (na daguerreotipia ou no still-video) a técnica menos "limita" que "resolve". Favorece, induz soluções formais, repertório temáticos etc.

2. NEM TODO TRIPÉ TEM TRÊS PERNAS

Sim, há um tripé. Do ponto de vista das metodologias sua existência contribuiu para a sistematização dos trabalhos e alguma complementaridade bastante profícua entre eles. Mas um breve passeio pelas aproximações "teóricas" da imagem fotográfica, no mesmo período não é capaz de garantir conformidade (não digo uniformidade) entre as leituras. Tomo para comparação quatro ensaios bastante conhecidos e submeto a todos, inclusive o tripé, a infame redução para álgebra. Nenhum de seus autores discordaria, creio, que a fotografia é um processo que toma de um lado o Mundo (em toda s ua variedade e profundidade) e o dispõe, aqui mesmo, sob forma de imagem ("técnica"):

$$1 - M \Rightarrow I$$

Deste processo participam três elementos – ou intervenientes – que constituem o tal tripé: o objeto, o sujeito, a técnica. Apresento o esquema, arbritariamente concebido, abaixo:

$$2 - M \Rightarrow O \Rightarrow I$$

(O objeto é recortado no Mundo e é deste que se re/produz uma imagem técnica)

$$3^a \quad M \quad ^{\wedge} \quad S \implies O$$

$$3b - O \land T \Rightarrow I$$

(O sujeito participa predominantemente da seleção e recorte do objeto; e a técnica, da sua transposição em imagem bidimensional).

Em Roland Barthes a ênfase recai sobre o sentido "testemunhal" da imagem fotográfica – alguns diriam, sua função indicativa. Esta ganha insistente expressão no noema "isto foi". A leitura de Barthes, portanto, toma processo fotográfico em sua forma mais reduzida (1. M => I) Pouco importa neste caso se há ou não uma identidade plena entre mundo e imagem. Ainda lhes resta sempre uma semelhança, que decorre, em ultima instância, dos vestígios de mundo que impressionam a imagem.

Identificar, em *A ilusão Espetacular*, de Arlindo Machado, é não perceber a perspectiva oposta de que sua interpretação dirigi-se a um outro objeto. A preocupação desta obra é desvendar os mecanismos pelos quais os objetos (e não o mundo "fenomenológico") se transfiguram em imagens bidimensionais. Abrange, neste caso, o nível intermediário de representação do processo (2.M = O => I). preocupado com o "ilusionismo homológico" da imagem fotográfica, a ênfase da critica deve recair necessariamente sobre o código (nas dessemelhanças entre mundo e imagem que ele oculta ou dissimula).

Temos um bom exemplo de como esta crítica se desenvolve ao acompanhar Arlindo Machado na discussão da "Herança" renascentista da fotografia: os métodos de construção perspectiva. Nos valores da "infinitude" – tudo se dispõe ao olhar – e da "homogeneidade" – nenhum objeto da cena goza de autonomia estrutural – denuncia-se o compromisso de fotografia com a "objetivação do objeto". Por extensão, com os modos de representação cintífico – antropocêntricos e há "dominação" da natureza. Fazer "boas" fotos, neste caso, estará diretamente relacionado à desconstrução do ilusionismo espetacular: revelar o lugar "cego" da imagem (a câmara, o fotógrafo), denunciar o ângulo de tomada, subverter os planos ou utilizar a luz para quebrar o "realismo" da imagem.

O ensaio de Flusser – Filosofia da caixa preta – parece voltar-se a um outro nível de análise: aquilo que se passa mais precisamente entre o recorte do objeto e a emergência de uma imagem: a técnica, o aparelho (3b. O ^ T => I). Podemos exemplificar esta ênfase selecionando algumas definições de seu "glossário":

"Aparelho fotográfico: brinquedo que traduz pensamento conceitua) em fotografia".

"Funcionário: pessoa que brinca com aparelho e age em função dele".

"Fotografo: pessoa que procura inserir na imagem informações não previstas pelo apar! fotográfico".

O processo fotográfico repousa portanto sustancialmente em T, no aparelho: a caixa p_tj Toda critica da imagem fotográfica deve visar o branqueamento desta caixa. O papel emblemático Flusser atribui a fotografia na constituição da cultura contemporânea não e menos significativo que aquele que lhe havia conferido Benjamim. Enquanto este último, no entanto, articulava-s fundação da modernidade assinalando que sua "invenção foi contemporânea do socialismo, Flusser a toma como "protótipo" dos aparelhos pósindustriais automatizados. Aparelhos onde o operador "funcionário" - só precisa conhecer o *output* e o *input para*, obter os resultados esperados (pelo aparelho, é claro), sem necessariamente compreender o que se passa entre um e outro. O aparelho condenaria o fotografo/funcionário a fotografar apenas o fotografável, sua imaginação inscrita imaginação da caixa preta. So lhe resta, como alternativa, ser o parteiro do acaso.

Finalmente Susan Sontag. A fotografia é pensada em seu ensaio tanto como vestígio quanto como interpretação do mundo. Nenhum destes aspectos pesa mais do que o outro. Seu principal interesse e pelo sujeito do processo (3a. M A S => O). Este "sujeito", no entanto, não está restrito ao produtor da imagem, mas incorpora também a dimensão da circulação: assimila, em um mesmo movimento, o fotografo e o colecionador de imagens. Produção e consumo, a fotografia torna-se então uma forma particular de relação com o mundo.

A fotografia comporta aí uma etica: o mundo como antologia de imagens, nivelandot significados dos acontecimentos. Uma etica da não intervenção, pois participar dos acontecimento e fotografa-los são gestos que se excluem. O carater indicial da imagem, por outro lado, lhe confs uma dimensão magica. Vestígio dos acontecimentos e, metonimicamente, sua posse. Magia e eUc a fotografia, em nossa sociedade, não e um instrumento da memoria, mas um substituto dela: "Ho em dia, tudo que existe, existe para terminar numa fotografia".

Caminhos tão distintos na interpretação da imagem fotografica, antes de marcarav "divergencia", refletem enfases diferentes na avaliação do processo fotografico: o solido tripe sob' o qual erguemos nossas metodologias. Porem, mais do que isso, demonstram que niveis diferentes f analise não produzem analises mais profundas. A cada nfvel de analise, na realidade, corresponds' uma sintese particular e questoes que lhe são próprias. Ser exaustivo, portanto, não e so um problem; de profundidade, mas também superficie.

3. DUAS QUESTOES: TEMPORALIDADE E NARRATIVIDADE

Para alem das considerações metodologicas, ha algumas questoes que, em minha opinial delimitam o campo da utilização da fotografia como fonte para a história. Destaco duas delas:| estatuto do tempo na imagem fotografica e as relações entre a imagem e o texto.

Desde os seus primordios, a fotografia tem sido apreciada como a "arte do instante' Efemera e, de certo modo, indigna. Rodin chegou a denunciar, no registro do instante, a traição *i* próprio espirito do tempo: o seu passar. A história, ao contrario, e a disciplina das durações. *I* dicotomia entre ambas e apenas aparente pois a imagem fotografica e plena de tempo e duração Repasso apenas alguns exemplos importantes.

A primeira destas durações coincide com a produção do registro (no jargão: tempo *de* exposição). Ao comentar as imagens produzidas nas duas décadas que se seguem a invenção *da* fotografia, W. Benjamin sublinha que os daguerreótipos exibem sínteses da expressão de seus

modelos. A longa exposição das chapas não deixava o modelo "ao sabor do instante", mas "dentro" dele. Imerso na sua duração. Para Benjamin, o correlato desta experiência e uma impressão mais "durável" no espectador, que nos afeta, ainda hoje. O aumento da sensibilidade nos filmes e da velocidade nos aparelhos jamais permitiu que qualquer bom fotografo se iludisse com sua arte de capturar instantes. Explorar a duração sempre esteve em pauta. Seu efeito gramatical mais conhecido são as imagens da "velocidade". Toda imagem é portadora dos sinais deste tempo e de outros, decorrentes do processamento químico e da fixação em um suporte qualquer. O estado em que um registro antigo nos alcança, por exemplo, e, em larga medida, resultante destes últimos.

Uma outra temporalidade e da ordem do observador, daquele que contempla uma imagem. É seu tempo de acolhimento. Há alguma literatura (especialmente técnica) em tomo de questões como o "sentido de leitura" de um registro fotográfico, o percurso do olhar. O tema já era objeto de analise na pintura e a ele articulam-se varias "regras de composição". De um modo ou de outro, mesmo nas apreensões mais "guestálticas", há algo como uma "varredura" do olhar sobre a imagem. Portanto, um tempo mínimo para executá-la.

Exercitar a contemplação, aprimorar o acolhimento, talvez seja uma das mais importantes "obrigações" do historiador que lida com imagens. Tanto Barthes como Benjamin assinalaram seu incomodo diante das "fotos-choque": aquelas nas quais a constatação impunha-se. Tais imagens paralisariam mecanismo associativo do espectador. Mais ou menos presente, a função "choque" e inerente a maioria das imagens fotográficas. Aprender a contemplar uma imagem e fundamental para quem não deseja tornar-se prisioneiro da constatação.

A uma terceira temporalidade poderíamos chamar "tempo cristalizado". Diz respeito aos elementos que se integram na cena: o tempo investido na sua produção material, seus tempos relativos. Em resumo, a natureza de sua contemporaneidade em uma mesma imagem.

Por último, o transcurso do tempo. O intervalo de tempo que separa a produção do registro de sua apropriação pelo historiador. Em principio nada o distingue de intervalos que o historiador já avalia na sua relação com outras fontes, inclusive as textuais. Mas cabe mencioná-lo na medida em que a fotografia, mais do que outros tipos de registro, só se torna realmente fonte quando desta apropriação. Considerar este transcurso e atitude mental de prudência metodológica. Com fotografia: redobrá-la.

Anotaria dois argumentos em favor desta atenção especial. Primeiro, o fato de que este transcurso de tempo pode ser facilmente elidido diante de uma fotografia - ela, afinal, é "imediatamente comunicante", como dizia Barthes em um de seus primeiros textos sobre o tema." "Acrescento a pouca familiaridade dos historiadores em geral com as marcas físico-químicas - e também biológicas - que este transcurso produz no suporte do registro. Este desconhecimento pode ser responsável por uma certa elipse do tempo, subentendendo-o, na medida em que sua evidencia grita por meio das marcas perpetradas sobre a imagem.

Um comentário adicional, ainda em tomo do tempo, nos remeteria novamente a W. Benjámin: a fotografia, ela própria como uma experiência do tempo. Experiência do que está distante e próximo ao mesmo tempo, e que evoca o seu valor cultual. Experiência do irrepetível, daquilo cuja atualização depende inteiramente da participação do instante e do tempo. Naturalmente esta experiência do tempo não pode ser proporcionada igualmente por todas as imagens. Há que buscá-las, como Proust.

Uma segunda ordem de questões diz respeito as relações entre texto e imagem. Sua origem decorre da contradição entre a história, como forma narrativa de memória hegemônica nas sociedades modernas, e a fotografia, como suporte não-narrativo, e ademais não verbal, de informação. Pôr a

fotografia na historiografia e, para usar uma expressão de Jakobson; uma tradução inter-semiótica, uma "transmutação".

A forma usual de escapar desta complicação semiótica e o recurso a ilustração. A objeção usual a esta pratica e a de que corrobora a subordinação da imagem ao texto escrito, atribuindo a primeira função mais "didática" que "explicativa". Esta função seria exercida premoninantemente de duas maneiras, que freqüentemente se confundem: uma, pneumônica, cuja atribuição e fixar imagens que são primordialmente verbais; e outra, iconica, de representar os conteúdos do texto. Nas duas maneiras, o caráter indicial da imagem fotográfica é negligenciado.

Como escapar da tentação (e do vício) de ilustrar? Uma primeira medida seria de ordem profiláticometodológica: buscar operar sempre com séries de imagens; e, quando forçado a trabalhar com fotografias isoladas, constituir series por afinidade, como constelações em torno destas. Adiante, uma preparação atléticoafetiva, da ordem da inspiração (também no sentido de "sorver o ar"). Uma preparação do olhar e a elaboração de um perquirir a especificamente fotográfico. Um bom exemplo aqui são as investigações que visam o modo como culturas, sociedades, épocas ou grupos se expressam espacialmente. São relações espaciais entre os elementos que povoam a cena: entre pessoas, entre coisas, entre pessoas e coisas.

Um modo de descrever esta disposição do espírito ao interrogar um registro fotográfico e sugerido por Benjamin: a fotografia como acontecimento/mônada. Uma configuração saturada de tensões. Um cristal constituído por fabulosas forcas de coesão, que a fotografia surpreende. Na ausência destas forças o mundo se despregaria ante nossos olhos. Poderíamos assimilar este olhar a uma câmara de vácuo, sugando a realidade. Desvendando-lhe os mistérios da unidade. Significa portanto abandonar a idéia de que a cena pode ser resultado de arranjo casual ou espontâneo. Do momento em que o historiador toma uma fotografia como fonte, ela torna-se imediatamente intencional. Uma situação plena de vontade de ser daquela forma. Identificar, compreender as forças de coesão que habitam o mundo, e lhe emprestam, em última instancia, sua consistência, e a oportunidade rara que a fotografia oferece ao historiador.

A maneira mais complexa, no entanto, de superar a incongruência entre texto e imagem diz respeito à própria tecitura do discurso historiográfico, a sua carpintaria. Benjamin talvez tenha sido o primeiro a apontar para a necessidade de inventar novas relações entre o texto e a fotografia¹³-

No entanto, suas sugestões não fizeram escola. Antes, a solução preferencialmente apregoada pelos fotógrafos parece admitir, implicitamente, que a imagem deveria ser resguardada do incontrolável "imperialismo" ideoscópico do texto. A ênfase libertaria no ensaio fotográfico, a restrição da legenda a "local, data", confirmam a opinião de que o texto, a bem da "autonomia" da imagem, deva ser rigorosamente vigiado, pois a relaão entre ambos tenderia a ser sempre desigual.

Benjamim afirmava que os fotógrafos deveriam aprender a produzir as legendas de suas imagens e os escritores a fotografar. Não creio que este conselho deva ser estendido aos historiadores, mas admito que a utilização da fotografia como fonte histórica não estará satisfatoriamente equacionada enquanto não aprendermos, por exemplo, a "manipular" as imagens com a mesma desenvoltura que, os textos. Citá-las, no todo ou em parte. Argumentar com e contra elas. Encaixá-las nas demonstrações, refutações e permitir que dialoguem com nossas outras fontes. Distribuí-las em series, qualificá-las, quantificá-las. Ilustrá- las com textos. Enfim, discutir a especificidade da fotografia como fonte tem principalmente sentido se isto puder torná-la uma fonte como outra qualquer, se encaminhar a sua generalidade. Quando isto for verdadeiramente possível, algo no próprio tecido historiográfico haverá mudado. Não sei se a bem da disciplina, mas certamente da sua narrativa.

NOTAS

- 1- Entre os primeiros textos produzidos com este espírito no Brasil podemos citar, a título de exemplo: KOSOY, Boris. *A fotografia como fonte histórica;* introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado, São Paulo: Museu da Indústria, Comercio e Tecnologia do Estado de São Paulo/SICCT, 1980. (Coleção Museus e Técnicas, n° 4.) BRANDAO, Ana Maria et alii. A fotografia como fonte histórica; a experiência do CPDOC(1982). In: *Acervo* Rio de Janeiro, v.2,n.l, p.39-51, jan-jun 1987. LISSQVSKY, Mauricio. A fotografia como documento histórico. In: Ciclo de Palestras sobre Fotografia (1: 1982: Rio de Janeiro). Sobre Fotografia, Rio de Janeiro, Funarte, 1983. p 116-26.
- 2- Ver MACHADO, Arlindo. A ilusão especular. São Paulo, Brasiliense/INFOTO/Funarte, 1984.
- 3- A veiculação de uma imagem na imprensa abre a discussão para um outro ponto, que deixo de lado neste texto: a história da recepção de um registro particular ou de uma serie destes. Acompanhar a trajetória de uma imagem ao longo do tempo pode ser um aspecto importante da sua "leitura" pelo historiador. O próprio investimento do historiador, afinal, e a parte da recepção desta imagem.
- 4- BARTHES, Roland. *A câmara clara*, Lisboa: Edições 70, s/d. MACHADO, Arlindo. Op. cit. FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucitec, 1985. SONTAG, Susan. *Ensaios sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.
- 5- Lembramos que e fundamentalmente como índice que Peirce classifica a fotografia Ver PEIRCE, Charles S.A classificação dos signos. In: *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1975.
- 6- Ver BENJÁMIM, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Obras escolhidas I;* magia e técnica arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- 7- Ver MERLEAU-PONTY, Maurice. O olho e o espírito. In: *Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).
- 8- Diante da fotografia do "instante", o mesmo opositor renasce: Zenão de Eléia. Sem duração, não ha movimento.
- 9- A polêmica neste caso parece restringir-se a discutir se os caminhos pelo olhar em seu movimento de "leitura" são "naturais" ou "culturais".
- 10- Tratei da acolhida visual. Fica só a menção a uma acolhida tátil da fotografia que, numa primeira medida, diz respeito simplesmente a produção (e ao culto) do flagrante fotográfico, mas que possui especial relevância quando trabalhamos com fotomontagens.
- 11- BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: O Óbvio e o obtuso. Lisboa: Edições 70, s/d.
- 12- JÁKOBSON, Roman. Aspectos lingüísticos da tradução. In: Lingüística e Comunicação.
- |13- BENJÁMIM, Walter. O autor como produtor. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1988

SEMINÁRIO

SOCIALISMO, GUERRA FRIA E A AMERICA LATINA

Marco Antônio Villa - Prof. Dept^o de história da Univ. Federal de Ouro Preto

Se o poder autocrático, a violência organizada e o egoísmo cego pudessem conter a evolução das sociedades humanas, a humanidade não teria tido história. (Florestan Fernandes)

Nos anos oitenta dois grandes processos tiveram enorme influencia na luta política na América Latina: a crise do socialismo real na Europa Oriental e a reestruturação capitalista envolvendo os Estados Unidos, o Japão e a Europa Ocidental.

A crise dos governos burocráticos do leste europeu intensificou-se no início da década oitenta com os acontecimentos da Polônia, principalmente devido a criação da Solidariedade que iráinfluenciar os movimentos oposicionistas nas "democracias populares". Ate então os grupos de oposição não tinham se transformado em organizações de massa, restringindo a sua área de influência fundamentalmente aos intelectuais.

Paradoxalmente, a União Soviética, que sempre reprimiu os movimentos oposicionistas que surgiram na Europa Oriental, chegando a intervir militarmente na Alemanha Oriental, Hungria Tchecoslováquia, irá incentivar os movimentos que derrubaram os burocratas do poder. Provavelmente, a radicalidade destes movimentos não foi devidamente avaliada pelo governo soviético, mas a necessidade de fortalecer a "perestroika" contra os seus inimigos internos, obrigou Gorbatchev a jogar esta arriscada cartada. Em outras palavras, o afastamento das lideranças ortodoxas na Europa Oriental passou a se constituir uma das condições indispensáveis para a manutenção "perestroika" na União Soviética.

A reestruturação capitalista também não e um fato novo, mas no decorrer dos anos oitenta foi se desenhando o novo mapa político mundial, onde os derrotados da II Guerra Mundial surgem como os vencedores da nova ordem econômica mundial. A unificação alemã e o clímax deste processo em que os acordos de Yalta, o conflito leste-oeste, o confronto entre os "campos" capitalista e

comunista, as industrias do anticomunismo e da glorificação do "sorex" não passam de peças no museu dos horrores da humanidade.

A guerra fria terminou, mas o "fim de Yalta es tambien el de Rio de Jáneiro; la caída Del de Berlin arrastra consigo a la Doctrina de Seguridad Nacional como justificación ideológica já represión; la crisis terminal de los Partidos Comunistas es también la del anticomunismo como ideología de Estado; y el desvanecimiento del <u>Imperio del mal</u> disuelve en aire la materialidad de su antagonista, el 'mundo libre'".

A indústria do anticomunismo foi substituída pela ofensiva ideológica neoliberal que apresenta como solução aos seculares problemas latino-americanos a reconversão do Estado, com a privatização das empresas estatais, a diminuição dos gastos sociais e o reinado absoluto do mercado, e representa o caminho para um mundo feliz, onde as contradições, inerentes ao capitalismo, são controláveis: e o fim da História.

O projeto neoliberal tem o encanto da simplicidade e seduz pela facilidade com que apresenta o caminho para o desenvolvimento, que deixa de ser um problema político para se transformar em um problema econômico. A complexidade da teoria Keynesiana, dos projetos cepalinos ou da planificação econômica e substituída pela livre circulação das mercadorias sem nenhuma interferência estatal como remédio infalível para o desenvolvimento.

Esta ofensiva neoliberal apresenta-se como uma revolução, quando não passa de uma tentativa de repetição do passado, um retorno ao Estado liberal clássico e as relações internacionais do colonialismo imperialista dos séculos XDC-XX. As alternativas históricas de libertação das classes trabalhadoras da opressão capitalista são consideradas ultrapassadas, arcaicas, defasadas do momento histórico, como se o pensamento socialista fosse contemporâneo do Australopiteco.

A palavra mágica para retirar a <u>nuestra</u> América do subdesenvolvimento e modernidade. Do Rio Grande a Terra do Fogo o discurso das elites nunca foi tão igual (ao menos no discurso já transformamos em realidade o sonho bolivariano). A discussão acerca do intercâmbio desigual, o dialogo Norte-Sul (lembram- se?), o imperialismo estão "fora de moda", representam o passado, um certo rancor latino-americano acrescido de um sentimento de inferioridade, mesmo quando entre os anos 1982 e 1990 a transferência líquida de capitais da América Latina para o Primeiro Mundo foi de US\$222,7 bilhões, a renda <u>per capita</u> na região em dez anos caiu de US\$2,320 para US\$2,090 e o Produto Interno Bruto caiu 9,6% <u>per capita</u>².

Mas estes indicadores econômicos e sociais não estão em primeiro piano para os defensores do projeto neoliberal, os alvos são o nacionalismo econômico e as empresas estatais, e o México surge como o exemplo a ser seguido. Ironicamente, o México, que sempre foi a ovelha negra da diplomacia norte-americana, hoje e a "menina dos olhos" da administração republicana pela aplicação de uma política econômica que rompe com uma tradição de cinquienta anos e pelo pagamento pontual dos juros e amortizações da divida externa. Também a imprensa brasileira, que tanto temia a "mexicanização" do Brasil quando a ARENA e, posteriormente, o PMDB dominavam a cena política, hoje aponta o México como o caminho a ser seguido pelo nosso país³.

Recentemente, em entrevista a revista Isto E, o "brazilianista" Rioran Roett, um defensor da "modernidade", sintetizou com muita clareza o que considera moderno e o que e atrasado: 'Tanto o Lula, no Brasil, quanto o Cuahtemoc Cárdenas, no México, usaram uma retórica do passado em suas campanhas e os dois foram derrotados, com margens relativamente pequenas. Os dois queriam fechar a economia e manter um espaco grande para as estatais. Mas acho que o piiblico percebeu que o modelo que etes propunham não funciona. O resultado e que o Lula esta saindo da política e o Cardenas não tem grande futuro político. O Lula e o Cardenas são homens sinceros e honestos, mas seus programas estão orientados para o passado. Por sua vez o Menem, que ganhou a eleição usando

a retórica do passado, percebeu que executar o programa peronista de governo era receita certa par, enterrar definitivamente a Argentina. Acho que a linguagem do Collor e a do Salinas de Gortari representam melhor os ventos do futuro".⁴

A nova divisão do poder mundial deve restringir a influencia dos Estados a América Latins ficando a Europa Oriental sob a hegemonia da Comunidade Econômica Européia e o Pacífico dominado pelos japoneses. Assim, não e acidental a proposta do Presidente George Bush de constituição de um mercado unificado das Américas ate o final do século e "o primeiro passo nesse processo e um acordo de liberdade comercial com o México". Diz o Presidente Bush: "Hoje, os laços' de nossa herança comum estão fortalecidos pelo amor a liberdade e um desejo comum de democracia. Nosso desafio - o desafio nessa nova era das Américas - e assegurar esse sonho partilhado e todos os seus frutos para todo o povo das Américas, Norte, Central e Sul". 6

A iniciativa americana foi muito bem recebida pela imprensa brasileira. Um conhecido jornalista afirma que "Bush quer comércio com a América Latina. Se nos abrirmos ao capitalismo) diversificador e competitivo enriqueceremos. Caso contrário continuaremos como estamos, à margem da história".

Assim como o governo americano tenta redefinir suas relações econômicas com a América Latina, também o fim do conflito leste- oeste, que representa uma importante contribuição para a paz mundial, significa o restabelecimento da Doutrina Monroe e da política do <u>Big Stick</u>. A recente invasão do Panamá e a primeira intervenção norte-americana nos últimos cinqüenta anos que não foi justificada por um pretenso avanço do comunismo. E o restabelecimento do direito de intervenção dos Estados Unidos nos assuntos internos de qualquer país latino-americano.

Para Adolfo Gilly, "como nunca antes, a fines de 1989, Washington tuvo los manos libres para su empresa militar. No había peligro de respuesta soviética en otro escenario ni de verdadera resistencia de um regímen dictatorial panameño cuyas cabezas estaban desde hace años corrompidas por su colaboracíon en las operaciones de los servicios secretos de Estados Unidos. Pero el objetivo no era cortar esas cabezas, sino destruir la independencia panameiia, desarticular su Estado y sus fuerzas armadas y volver a toda la Republica de Panamá al status de una gran Zona del Canal (algo asi como el proyecto de convertir a Cuba en una extension de la base de Guantanamo y una sucursali de las finanzas y los negocios cubanos de Miami)."

Na invasão do Panamá tão pouco noticiada pela imprensa brasileira, que ignora os doze meses de ocupação militar americana, os Estados Unidos utilizaram pela primeira vez o avião F-1 17 Stealth, fabricado em 1982 mas desde então mantido em segredo, que foi testado em um "cenário de guerra real". Os bombardeios americanos foram devastadores: "en los primeros cuatro minutos de la invasion estadunidense arrojáran sesenta y siete bombas de una tonelada cada una". Nas "primeras catorce horas posteriores a la invasion se registro la caiía de 417 bombas mas otras cinco que provocaram efecto de entre 1 y 1,7 de magnitud en la escala Richter". Morreram de 3.500 a 7.000; panamenhos, 5.000 foram feridos, mais de 20.000 perderam suas casas; o custo material da invasão alcança a cifra de US\$3 bilhões.

Portanto, a "invasion estadunidense a Panamá no es una anomalia como afirmam alguns críticos liberales, sino la consecuencia logica de la reafirmacíon de los interesses imperiales de Occidente. Fortalecidos por la expansion paeffica de la influencia occidental en el Este, las potencias capitalistas se encuentram en una posicíon más fuerte para reafirmar su dominacíon por la fuerza en el Sur". ¹⁰

A invasão e ocupação do Panamá e um aviso a todos os passes que não compartilham doi "sonho americano", o espectro da intervenção passa novamente a rondar a América Latina. Mesmo| assim, alguns pesquisadores continuam negando a permanência do imperialismo, ou descartando-o

enquanto um dos fatores explicativos da história latino-americana. Obviamente que não e o caso de retirar do museu a velha política do antiimperialismo, da contradição principal da nação com o imperialismo, enfim, não se trata de repetir os dogmas falidos da in Internacional, mas considerar que "independência nacional y democracia son hoy condiciones simultáneas, no sucesivas, de cualquier política nacionalista de izquierda o socialista en los países latinoamericanos", ou seja, "esta llegando a su fin - no que haya concluido del todo - el ciclo del nacionalismo antiimperialista autoritario y de la idea de que un estado fuerte frente al extranjero debe ser un estado fuerte frente a sus ciudadanos.

Assim, nos anos oitenta, simultaneamente a política intervencionista estadunidense (Granada, Panamá, El Salvador, Nicarágua), a economia latino-americana ficou estagnada, interrompendo um período de crescimento contínuo de trinta anos. O pagamento da divida externa transforma-se no principal objetivo das políticas econômicas, conduzindo a um aumento das taxas de inflação e desemprego, alem de agravar as condições de vida e trabalho da população (basta recordar o aumento do deficit habitacional, da taxa de mortalidade, do analfabetismo). As tentativas de integração econômica não obtêm o resultado esperado, a produção econômica volta-se para a exportação em busca de saldos na balança comercial para amortizar e pagar o serviço da divida externa, o parque industrial não se renova. Enfim, uma década perdida, onde o único destaque econômico foi o narcotráfico, considerado por alguns como a única multinacional com êxito na América Latina. ¹²

Politicamente, nos anos oitenta assistimos ao fim das ditaduras militares. Da Guatemala ao Chile repetiuse o mesmo ritual já conhecido há varias décadas em nossa América: a queda das ditaduras semeia esperanças de consolidação da ordem democrática, afastando o fantasma do golpe militar. O esgotamento destes regimes, na maioria das vezes, não foi devido às dificuldades econômicas, mas a um desgaste da forma de dominação, o que impulsiona a retirada dos militares do exercício direto do poder.

O padrão de acumulação capitalista não se altera com a "redemocratização" e o modelo econômico desenvolvido durante o período ditatorial quando muito e passível de pequenas modificações, mantendo como principal característica a exclusão da maioria da população dos frutos do desenvolvimento econômico. O retomo dos civis ao governo significa também o restabelecimento da ordem constitucional que manterá os privilégios da classe dominante sem o desgaste da coação da força das armas.

A crise das ditaduras e a "redemocratização" da América Latina não conduziram ao fim dos aparelhos repressivos, que, apesar da mobilização dos movimentos de defesa dos direitos humanos, permaneceram intactos, prontos para, se for o caso, entrarem novamente em operação. Os torturadores não foram julgados, seus crimes transformaram-se em "atos heróicos em defesa da pátria". Os governos civis trabalharam com afinco para virar rapidamente esta trágica pagina da nossa história, colocando um ponto final, impedindo qualquer possibilidade de apura9ao destas violações dos direitos humanos. Aos que exigiam justiça foi imputada a pecha de desestabilizadores das instituições redemocratizadas, como se fosse possível construir um Estado de Direito Democrático mantendo os aparelhos repressivos da ditadura e seus algozes em liberdade. Os militares conseguiram preservar seus privilégios, obtiveram a chancela oficial para os atos cometidos durante o regime de exceção e pavimentaram o caminho para retornar ao primeiro piano da cena política através de constituições que legitimam a intervenção militar.

A transição conservadora desenrola-se em uma conjuntura econômica adversa, acirrando as contradições de classe inerentes ao capitalismo dependente e frustrando as aspirações das classes trabalhadoras. Se a democratização incompleta e uma característica da transição conservadora, a permanência da crise econômica recoloca na ordem do dia o retorno das ditaduras militares, pois os

governos "redemocratizados" não conseguem conviver com as demandas dos dominados e atende-las Atingido o limite da "redemocratização", no horizonte avizinha-se o restabelecimento da "ordem militar.

Assim, a luta pelo socialismo na América Latina desenvolve- se em um terreno adverso dominado pelas ditaduras ou pelas transições conservadoras. O grande desafio e a construção de projeto socialista que rompa com a tradição da esquerda latino- americana (a antiga dicotomia institucional - via armada) e que tenha efetiva *inserção* nos movimentos de massas.

Com o fim do "sorex", a luta pelo socialismo na América Latina deve ser redimensionada não só pelo abandono do dogma marxista-leninista criado por Stalin, como também pela busca alternativas nacionais, com base na especificidade de cada pais, elaborando uma estratégia revolucionaria que tenha como ponto de partida a realidade concreta da luta de classes e não uma teoria apriorística, aistórica, que buscava um farol em Moscou, Pequim ou Tirana, para que nave da revolução aportasse em um porto seguro.

Este redimensionamento não significa sucumbir a ideologia liberal, negar o caráter de classe do Estado e os limites da democracia burguesa, mas de nada adianta vencer as eleições se no exercício do governo não são criadas novas formas de participação ao popular. Participar do processo eleitoral para simplesmente gerir com eficiência e honestidade a **res publica** nada tem de revolucionário.

O fracasso eleitoral da esquerda em toda a América Latina e uma demonstração inequívoca de que não basta ganhar as eleições e administrar a crise do Estado burguês, pois ha não so desgaste, evidenciado nas eleições, como também a esquerda deixa de se transformar em um alternativa política, restando como opção a negação da ordem burguesa um socialismo de tlpc "polpotiano", um caminho nada luminoso para as trevas.

Construir uma alternativa socialista, hoje, significa analisar os 45 anos de socialismo n Europa oriental e os 70 anos de socialismo na União Soviética. De nada adianta negar a crise do socialismo, pois os países do "sorex" foram sempre a referenda do socialismo de quase todas at tendências socialistas que, no máximo, escolhiam algum pais como paradigma (Cuba, União Sovietica Albania, Vietnã).

O socialismo latino-americano, que sempre padeceu de grandes teóricos, necessita também para sobreviver de incorporar as suas demandas políticas clássicas as problemáticas da modernidade senão estará condenado ao limbo da História.

NOTAS

- 1- Gilly, Adolfo. Panamá. E.U.y América Latina (tercera parte). La Jornada, 10/04/1990.
- 2- Vide "PIB" brasileiro cai 5%, prevê estudo da ONU". Folha de São Paulo, 04/07/1990"; ONU critica o plano Brady e prevê menor expansão da economia mundial". Folha de São Paulo, 3/7/90, "América Latina poderá perder mais uma década". O Estado de São Paulo, 1301/91.
- 3- Vide, entre vários exemplos, e editorial "O caminho aberto ao Brasil". **Jornal da tarde,** 02/07/1990.
- 4- Entrevista de Riordan Roett. "O Brasil chegou ao século XX". **Isto É**, (06/06/1990). A modernidade representada por Carlos Salinas de Gortari não atingiu a sociedade mexicana pois "em 1989, em los primeros meses em 1990 fueron asesinados ocho dirigentes campesinos regionales". Vide "80 personas Del sector rural, asesinados el año pasado". La

Jornada. 15/03/1990.

- 5- **Folha de São Paulo** 28/06/1990.
- 6- Idem
- 7- FRANCIS, Paulo. Medida e recuperacSo da Alianca para o Progresso. Folha de São Paulo.
- 8- GILLY, Adolfo. Panama, E.U. y América Latina (segunda parte). La Jornada. 10/04/1990. o 9-
- 9- "Murieron en la invasion al menos 3 mil 500 panamenos".
- 10- PETRAS, Jámes. Aislacionismo sovietico y expansion euro- americana: de Panama a Polonia. El Galo Ilustrado. PP25/03/1990. (Semanário de El Dia).
- 11- GILLY, Adolfo. Panamá, E.U. y América Latina. La Jornada. 13AM/1990. (Sexta parte.)
- 12- Vale destacar o artigo do ex-presidente do Peru, Alan Garcia, onde demonstra a importância do trafico de drogas para a economia dos Estados Unidos, que movimenta US\$100 bilhões em um mercado com 25 milhões de consumidores eventuais e 10 milhões de consumidores freqüentes. Ver Garcia, Alan. "El Negocio mas rentable en Estados Unidos". **Excelsior.** 15/02/1990.

MESA-REDONDA

MOVIMENTOS SOCIAIS E CRISE DAS IDEOLOGIAS NO BRASIL

João Pinto Furtado, DEHIS/UFOl

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O objetivo da presente exposijáo e tão-somente o de levantar uma possível orientação de pesquisa que possa nortear a reflexão sobre um objeto que, por assim dizer, em sua especificidade ainda se "movimenta" diante de nossos olhos. Essa tarefa, a um só tempo instigante e penosa/ sobretudo para o Historiador, impõe o repensar da questão do tempo e suas implicações no processo, cognitivo.

Partimos de uma indagação decorrente da avaliação do contexto presente. Entre o processo' de mobilização que culminou com as eleições presidenciais de novembro de 1989 e o quadro atual,: já no fim do primeiro semestre de exercício do novo Governo, percebe-se um grande hiato no que diz respeito a participação política, a direita e a esquerda. É como se a sociedade brasileira estivesse "á mercê" do Estado. Tal contexto nos sugere a seguinte questão: estaríamos vivenciando a falência do modelo participativo segundo o qual se forjaram os movimentos sociais mais atuantes das décadas de setenta e oitenta? Estariam tais movimentos em busca de novas estratégias e orientações?

Na tentativa de responder parcialmente a essas questões, procuramos orientar nossa reflexão a partir das proposições de Thompson¹, segundo as quais a experiência concreta ocupa lugar central no processo de constituição dos discursos e praticas da classe trabalhadora. Parte-se, portanto, da recusa a uma visão teleológica do processo histórico que, ao atribuir a classe trabalhadora a tarefa da revolução como um *a priori*, no limite, nega analiticamente a esta mesma classe a possibilidade de se constituir em sujeito de sua própria história. Com isto, nos colocamos diante da idéia de "fim da história", questionando a um so tempo a temática hegeliana da reconciliação do espírito consigo mesmo e a marxista, da reconciliação da humanidade consigo mesma por via da revohifao². Por outro lado, questionamos também as proposições de uma pretensa vertente neoliberal que vislumbra, no mundo contemporâneo, o "fim da história", que se traduziria, segundo o "pensador" nipo-americano Francis Fukuyama, na crescente incorporação dos valores liberais e da democracia burguesa em demonstração inequívoca da falência do socialismo.

No sentido de tentar perceber qual e a leitura que os movimentos sociais, sobretudo o

chamado sindicalismo cutista, fazem desta realidade e como orientam sua af ao, partimos também de uma nova orientação metodológica, qual seja a da História imediata. Segundo esta problemática, tentaremos perceber em que medida os movimentos sociais sobre os quais nos debni9amos procuram elaborar suas próprias leituras da História. Partimos da premissa de que, para estes movimentos, ocupa jun lugar central em sua estratégia de mobilização o resgate da história da pratica política dos trabalhadores. Tal e o que se verifica, por exemplo, a partir da analise das discussões ocorridas no recém-realizado "Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais" O Congresso tornado como, de alguma maneira, representativo da discussão que no momento se empreende no interior da C.U.T. - Central Única dos Trabalhadores reuniu, mantendo a proporcionalidade, representantes das diversas tendências que compõem a Central. Assim, Articulação, Cut pela Base, Convergência Socialista, Corrente Sindical Classista, Democracia Socialista e setores do Partido Comunista Brasileiro em processo de filia9ao a CUT procuravam sempre, no curso dos debates, se apresentar como os ilegítimos herdeiros das tradições mais combativas do movimento. E como se a manipulação da história do movimento conferisse substância política aos atores, que passam a falar não apenas por si, mas também em nome de uma suposta identidade de classe⁴. Para melhor entender esta ordem de questões, tentemos acompanhar mais de perto a constituição dos novos protagonistas.

A CONSTITUIÇÃO DOS "NOVOS" ATORES A "Nova" Direita

A partir da segunda metade dos anos 70, e sobretudo nos anos 80, assiste-se, no Brasil, a um aumento significativo da participa9ao política por via de canais extra-instituicionais. Em outras palavras, assiste-se a progressiva reaglutina9ao do movimento popular por um lado, e, por outro lado, a recomposi9ao da correlagao de for9as a direita, onde, sob a pretensão de repensar o papel do Estado, um grupo pTovido de um discurso neoliberal piocuia "marcar" uma posigao de contesta9ao a ordem instituida pelo golpe de 64.

Essa "Nova" Direita, e necessário dizer, por demais velha em rela9ao ao seu projeto de sociedade e suas praticas políticas, procura justificar seu epfteto em furi9ao da base de legitimidade de seu discurso. Atualizando a tematica liberal da Centralidade do Mercado, sob a otica da eficiência e da produtividade, a "Nova" Direita transforma a "mao invisivel do mercado" no mais novo fetiche. Enxugamento da maquina, eficiência e produtividade tem sido palavras-chave. Em seu discurso, a precariedade desses caracteres explica tanto as mazelas da economia nacional, como os tanques de Pequim ou a questão nacional da União Soviética.

Essa "Nova" Direita que, no piano intemacional, se alimenta continunamente nos mitos da "Era Reagan" e do "Tatcherismo" encontrou, apos uma serie de percal9os, em Fernando Collor sua expressão mais acabada. E sintomático que, no processo eleitoral de 1989, as pesquisas apontassem, em uma determinada parcela do eleitorado, para aqueles candidatos que melhor se enquadrassem neste perfil. Assim, por exemplo, o "liberal de primeira hora", Afif Domingos, cresceu nas pesquisas enquanto conseguiu capitalizar este potencial de votos. Também Mario Covas, com seu "choque de capitalismo", procurou cativar esta parcela do eleitorado. Em 1989, as palavras enxugamento, produtividade e eficiência freqüentaram, *ad nauseam*, a imprensa escrita e falada. Não e fortuito, ou obra do acaso, que o principal expoente da "Nova Direita Sindical", Luiz Antonio Medeiros procure, a todo tempo, fundamentar sua legitimidade na eficiência de sua a9ao, nos resultados de seu sindicalismo.

O que existe de comum a todos estes personagens e suas respectivas bases de apoio e a eleição do mercado como cenário privilegiado para a resolu9ao dos problemas sociais. Procura-se, em

suma, exorcizar o fantasma da "estadolatria" e seus efeitos perversos.

A "Nova Esquerda"

Até aqui falamos, ainda que brevemente, da onda neoliberal. Vejamos agora, também de maneira sucinta, a origem do que vem sendo qualificado como a "nova esquerda". Entendemos como expoentes dessa "nova esquerda" fundamentalmente os agrupamentos políticos que deram origem ao Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores, embora os limites que comportem tal definição não sejam exatamente bem delineados. Tais agrupamentos definem-se, inicialmente, pela recusa a "estrutura sindical pelega" herdada do regime militar, bem como pela tentativa de representar politicamente a classe trabalhadora enquanto classe através de um partido de massas⁵. Para os fins a que nos propomos, vamos nos limitar a analise do sindicalismo cutista.

Uma primeira distinção importante entre "nova esquerda" esta e os setores que I tradicionalmente procuravam se definir como porta-vozes da classe trabalhadora, diz respeito as suas I origens e estratégias de ação. A "Nova Esquerda" forjar-se nas lutas sociais que marcaram a segunda metade dos anos 70, procurando imprimir a todo momento um conteúdo de massas a sua ação, em oposição ao "sindicalismo de gabinetes" do trabalhismo populista e ao "sindicalismo de quadros" do "partidão". Em relação a estratégia de ação, percebe-se a recusa da legitimidade da estrutura sindical do regime militar e a busca de novas alternativas de luta, trazendo para as ruas a luta por salários e melhores condições de trabalho. Em uma palavra, a "nova esquerda" contrapõe a luta através do Estado, a luta apesar do Estado. Nesse sentido, percebe-se nitidamente a tentativa de esvaziar o Estado de qualquer possibilidade de atuação no curso da ação sindical. No processo da Assembléia Nacional Constituinte, observa-se a recusa, por parte da "Nova Esquerda", da legislação sindical vigente, e a tentativa de eliminação da unicidade sindical e do Imposto Sindical obrigatório, no que foi veementemente contestada, seja pelo "sindicalismo populista", seja pelo "sindicalismo de quadros" do P.C.B.

O que se percebe em relação a estratégia do "sindicalismo cutista" e que procura fazer uma releitura da história do movimento dos trabalhadores e fundar uma nova pratica sindical. Os próprios : conceitos empregados pela militância denotam e revelam, de certa maneira, esta especificidade. Por exemplo, não e tão forte, no sindicalismo cutista, a dicotomia urbano/rural, assim como trabalha-se, geralmente, com o conceito mais amplo de classe trabalhadora, recusando o uso de conceitos como classe operaria ou campesinato. Também a questão do socialismo e colocada de maneira distinta. O cotidiano da mobilização e também as lutas localizadas são vistos como constituintes micro de um processo de transformação global. Nesse sentido, desvela-se um esforço em prol da construção teórica e pratica permanente do socialismo, o que significa um esforço de reelaborarão da matriz discursiva do marxismo e, no limite, a recusa de um projeto global e único de revolução. Tal e o que se percebe, a nível do discurso, nas proposições de diversas tendências do sindicalismo cutista, a despeito de suas divergências em relação ao conteúdo do socialismo e estratégias de ação. Assim temos desde uma concepção de socialismo e ação sindical mais marcada pela social-democracia, representada pela Articulação, tendência majoritária, ate as concepções trotskistas de grupos como convergência socialista e democracia socialista, que, embora minoritários, detém importantes posições no interior da central. Este jogo de tensões no interior da CUT e responsável, em parte, pela ambigüidade da atuação da Central no contexto que nos e mais imediato, o qual passa a ser visto a seguir.

O CONFRONTO

A par da constatação de que o confronto entre os dois agrupamentos políticos e inerente e mesmo constitutivo de sua identidade, e de que se prolonga nos mais diversos aspectos da vida social,

optamos, no entanto, por um corte temporal e temático que privilegiasse o enfrentamento mais recente ₀ que tange a política salarial do Governo Collor ate o momento do presente Encontro.

No ano passado, os atores citados acima tiveram um enfrentamento mais pontual e ideológico no processo de eleições presidenciais, onde os debates já revelavam as posições claramente antagônicas em relação a temas como o papel do Estado, política econômica etc. Mas, do ponto de vista de que nos ocupamos, e mais interessante tentar estudar a arena das relações trabalhistas no sentido de perceber, na pratica concreta, o jogo de forcas que se estabelece e as estratégias de enfrentamento. Somos remetidos, portanto, ao confronto Governo *versus* Sindicalismo Cutista, o qual já delineia suas características centrais neste I^s semestre de administração.

Uma primeira impressão que se tem e que, apos a derrota de seu candidato a Presidência da Republica, o movimento popular alinhado em tomo da CUT entrou numa espécie de letargia, não conseguindo articular, logo nos primeiros meses, uma postura mais positiva em face das primeiras medidas de impacto em relação a política econômica.

A primeira tentativa de marcar claramente uma postura de oposição a política econômica do Governo Collor traduziu-se na marcação de uma greve geral para o dia 12 de junho de 1990. A citada mobilização foi desmarcada posteriormente pela direção da central, sob o argumento de que não haveria engajamento suficiente para uma demonstração de forca, o que, agravado pela saída da Central Geral dos Trabalhores da mobilização, redundaria em demonstração inequívoca da desarticulação do movimento sindical. Tal postura gera grande polemica no interior da Central e será violentamente contestada por algumas tendências, notadamente CUT pela Base e os grupos trotskistas Convergência Socialista e Democracia Socialista. Tais grupos, cabe reafirmar, embora não majoritários, detem importantes posições na Central, controlando Sindicatos com grande poder de mobilização⁷. Os grupos não alinhados a Articulação, tendência majoritária, detém 6 votos dos 14 da executiva da CUT e posicionam-se, desde o início, contra a participação da Central no chamado "Entendimento Nacional" proposto pelo Governo.

Em junho tem-se um processo de radicalização e enfrentamento na Ford durante campanha salarial. Fala-se em sabotagem e greve de ocupação. O fato ocupou grande espaço na imprensa nacional e, quem diria, assiste-se a Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e membra da Executiva Nacional da CUT, executando a função de "bombeiro", no que foi voto vencido pela base, que insistiu no processo de radicalização, embora sem muitos resultados concretos.

Em agosto de 1990 ocorre um fato decisivo, uma primeira vitoria da "Nova" Direita, sobre o qual o Presidente da CUT, Jáir Meneguelli, diria posteriormente se tratar de um dos mais duros golpes então recebidos pelo Movimento Sindical. Trata-se do julgamento da greve dos funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional (C.S.N.) pelo Tribunal Superior do Trabalho, realizado a 08/08/90.

Neste julgamento, o TST cria uma nova figura jurídica, a greve abusiva, que rapidamente firma jurisprudência, sendo aplicada posteriormente para os ferroviários e eletrecitários em greve. Neste julgamento, o parecer do relator, Ministro Marcelo Pimentel, diz textualmente: "Na defesa do interesse nacional o direito de greve pode ser relativizado". Longe de ser tão somente um fato isolado numa empresa específica, o julgamento significa uma guinada nos procedimentos ate então usuais no TST, onde as reivindicações trabalhistas sempre encontraram maior receptividade'. Através do citado parecer, a Justiça do Trabalho introduz temas como "interesse nacional" e "saúde financeira das empresas" na analise de dissídios trabalhistas. O mercado entra na arena da legislação trabalhista pela porta da frente e, numa situação emergencial de crise, alguns direitos (como o de greve) podem ser suspensos. É o "jeitinho brasileiro" criando uma espécie de "Estado de Sítio" para a legislação

trabalhista. Assim, determinações da conjuntura econômica passam a ser critérios para interpretação e aplicação da legislação. "O principio básico do Direito do Trabalho e a manutenção do emprego" E, ainda citando palavras do relator, "se eu desse o aumento que eles (os trabalhadores da CSN queriam, o Piano Collor teria desaparecido junto com a Companhia Siderúrgica Nacional" Por via da jurisprudência, a "Nova Direita" preenche algumas das lacunas da legislação complementar deixadas em aberto no processo constituinte e coloca no centro das discussões a questão do mercado, ainda que este vá se revelar mais tarde como mera figura de retórica.

É sintomático que, na noite em que se veiculou a notícia do referido dissídio (08 de agosto de 1990), o "porta-voz oficioso" da Presidência da Republica, jornalista Alexandre Garcia, anunciasse exultante no "Jornal Nacional" da Rede Globo o seu resultado, complementando que o julgamento em questão "pode se constituir numa referenda para os Tribunais Regionais em seus julgamentos".

Mais que isto, percebendo possibilidades de avançar nesta estratégia, em 27 de agosto o Governo reedita a Medida Provisória 199 sobre a política salarial com o n² 211, acrescentando a possibilidade de que, mesmo na data-base, a empresa possa alegar problemas financeiros e não conceder reposição salarial¹¹¹. Os conflitos trabalhistas passariam a ter como arena privilegiada a dimensão do mercado. Nesse sentido, a temática da eficiência ganha um conteúdo perverso. Na medida em que a contabilidade das empresas pode incorporar, via manipulação, instrumentos de I arrocho salarial, inaugura-se o capitalismo sem riscos, onde o empresário pode transferir o risco do empreendimento para o trabalhador. Num certo sentido, atualiza-se o procedimento, já consolidado na economia nacional, de privatização de lucros e socialização de perdas, no qua! a classe trabalhadora e sempre chamada a oferecer sua quota de sacrifício. O que se apresenta como o dado novo e, supostamente, a "saída" do Estado da mediação dos conflitos, sob o argumento de que esta estabelecido um processo de livre-negociação. Essa medida foi ainda mais contestada que as anteriores, basta dizer que ate Luiz Antonio Medeiros se contrapôs, embora sem conseguir "resultados" concretos.

Em setembro, data-base das categorias mais combativas no interior da CUT, esperava-se um grande confronto, chegando-se a falar, nos Gabinetes Ministeriais e na grande imprensa, em um "setembro negro" com grande movimentação sindical e política. O fracasso de mais esta expectativa sugere que a classe trabalhadora ainda se encontra na defensiva e que se instaurou no interior da CUT uma nova discussão, desta vez acerca da participação da Central no chamado "Entendimento Nacional". O que se deixa no ar como uma questão ainda em aberto: quais seriam as implicações de uma tal participação? Seria um recuo apenas estratégico? Ou denotaria uma mudança de rumo do próprio movimento sindical?

Citando textualmente Jáir Meneguelli, acerca da desmarcação da Greve Geral de 12 de junho:

"O papel do dirigente sindical não e mandar nos trabalhadores, e representá-los. Por mais que a executiva da CUT quisesse a Greve Geral, e ela queria, naquele momento não foi possível" Num certo sentido, esta postura também serve como termômetro para balizar o atual comportamento da Executiva da Central. Se a participação da Central no chamado "Entendimento Nacional" e uma decisão correta ou não, não se sabe, especialmente quando se procura ter a perspectiva da história em aberto, como pratica a ser construída num processo de elaboração coletiva.

NOTAS

- 1 A maior parte destas proposições encontra-se em: THOMPSON, E.P. *Tradition, revuelta y consciência de classe.* 2* ed. Barcelona: Editorial Critica, 1984. E também: THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa.* 2* ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. V3. e também: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 2 Uma interessante reflexão acerca do tratamento das proposições hegelianas em Marx pode ser sugerida a partir da leitura dos "Manuscritos econômico-filosóficos de 1844", o que é aqui apenas citado, e não desenvolvido, por escapar aos objetivos do presente trabalho.
- 3. O referido Congresso, realizado em agosto de 90, foi objeto de observação direta, onde, na condição de Delegado Sindical, procuramos estar especialmente atentos a discussão sobre a história e os rumos do movimento. Uma síntese das principais posições e discordancias encontram-se impressa no "Caderno de Teses" organizado pela direção do Encontro, onde as principais tendências apresentam, por escrito, suas teses.
- 4- A noção de identidade aqui sugerida foi tomada de empréstimo a: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 5- A este respeito o manifesto de criação do Partido dos Trabalhadores e bastante ilustrativo, pleno de citações. Veja: *Documentos básicos do partido dos trabalhadores*. São Paulo: Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1987.
- 6- Não e nosso objetivo discutir a possibilidade, ou não, de um caráter "popular" da candidatura e administração do Sr. Fernando Collor, neste primeiro momento de governo, embora reconheçamos que deva ser uma discussão de grande interesse para as eleições subseqüentes.
- 7- Para uma analise dos segmentos que compõem a CUT e a correlação de forças em seu interior, veja-se: RODRIGUES, Leôncio M. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- 8- "CUT aceita participar do pacto por oito votos a seis". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 de set. 1990, p.4, cad. 1; e também: "Dividida, CUT vai participar do Pacto Social". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 1990, p. 12, cad. 2.
- 9-Sobre o julgamento da greve na Companhia Siderúrgica Nacional, vejá-se: "Um Freio nas Greves". *Veja*, Rio de Janeiro, Ano 23, n^s 32, p. 44, 15 ago. 1990.
- 10-Entrevista a Revista Veja. Artigo citado.
- 11-Jornal Hoje em Dia, Belo Horizonte, 28 ago. 1990, p. 09, cad.l.
- 12-Em discurso proferido na abertura do Congresso de Unificação das Entidades dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte de 15 a 18 de agosto de 1990.

MESA REDONDA

PERONISMO HOJE: ENTRE O POPULISMO E O NEOCONSERVADORISMO

Jose Luis Bendicho Beired

(Depto. de História - UNESP (Assis)

O conteúdo das medidas tomadas pelo governo presidido por Carlos Menem põe em questão a identidade política das massas peronistas e do seu partido, desencadeando uma ruptura sem precedentes na história do peronismo. O mal-estar presente no interior dessa corrente política também se estende a grandes parcelas não peronistas da sociedade, que viram um presidente eleger-se COIL uma plataforma política que pouco tinha a ver com as iniciativas tomadas apos a posse. De onde Menem e sua equipe extraíram a legitimidade social necessária para empreender um conjunto de drásticas medidas que configuram uma "revolu^ao conservadora"? Qual o significado dessa "revolução" para a sociedade argentina e no contexto da história do populismo argentino? Depois de Menem, o peronismo continuara vivo como corrente populista, ou estaremos assistindo ao seu fim e ao nascimento de um pos-peronismo?

Menem vence o pleito de 1989 num quadro social marcado pelo desespero da população: diante da hiperinflação, da recessão, do empobrecimento acelerado e do crescimento do desemprego.: Essas eleições tiveram um caráter plebiscitário em que a sociedade não consagrou uma oposição qualquer ao governo de Raul Alfonsin, mas sim uma figura que simbolizava uma corrente política historicamente identificada com os interesses corporativos dos trabalhadores. Alternativa que procurou reencarnar personagens como Juan Domingo Peron e os caudilhos novecentistas¹ do interior do pais que lutavam contra os políticos liberais do litoral e de Buenos Aires, colocando-se como paladinos, dos descamisados e como figuras providenciais destinadas a reverter o grave quadro econômico e social.

Do ponto de vista econômico-social, as medidas implementadas pelo novo governo argentino significaram uma ruptura profunda com relação aquelas tradicionalmente defendidas pelo peronismo. Esse movimento populista foi constituído a partir da articulação de diversas correntes políticas e sindicais argentinas, na década de 1940, apresentando um conjunto de propostas que tinham muito em comum com o varguismo, o cardenismo e o aprismo: distributivismo econômico, fortalecimento do mercado interno, protencionismo, intensificação do papel interventor do Estado na economia, industrialismo, nacionalismo econômico e defesa da integração nacional e social.

Com a perspectiva de reconverter o capitalismo argentino, o projeto menemista abandonou todas as propostas acimas elencadas, valorizando exatamente tudo o que lhes e contrario. O modelo

econômico-social de tal projeto e o Chile de Pinochet e aponta para a transformação da Argentina num país essencialmente agro- exportador, com mercado interno livre, baixa inflação, alto grau de desemprego e subemprego, baixos salários e alto grau de polarização social.

A contrapartida política do projeto econômico menemista foi a sua aliança com setores políticos e sociais de direita e de extrema direita: para citar os mais importantes temos a União de centro Democrático - partido neoconservador -, os militares que fizeram oposição a Alfonsin e a direita do movimento sindical, completamente homogeneizado pelo peronismo. Fiador e maior

Beneficiário, o grande empresariado joga um papel fundamental na estratégia menemista. Vide, por exemplo o lugar ocupado pelo grupo multinacional Bunge y Born na definição e implementação de programa econômico no inicio da nova gestão governamental. Apesar da ruptura da estreita ligação desse grupo econômico com o governo ocorrida posteriormente, o empresariado continua sendo o interlocutor privilegiado pelo governo e o principal beneficiário das suas decisões. Nesse contexto, o movimento sindical tem sido relegado a segundo piano enquanto interlocutor e participante das decisões governamentais, rompendo-se uma tradição política no peronismo em que os dirigentes sindicais sempre desempenharam um papel de primeira grandeza.

O governo Menem tem se pautado pela ruptura de um padrão de desenvolvimento capitalista vigente ha cinco décadas na Argentina, em que o Estado ocupava um lugar fundamental. Não e demais lembrar que atualmente esse e um fenômeno geral na América Latina, e que guarda uma relação estreita com a recomposição do capitalismo a nível internacional. No caso da Europa Ocidental, por exemplo, tal mudança tem se processado através da luta dos setores políticos neoconservadores e neoliberais contra o Estado de Bem-Estar Social. Apesar das evidentes diferenças entre a América Latina e a Europa, e um traço comum entre ambos os continentes a impressionante força com que as tendências neoconservadoras tem ganho espaço social e político. O projeto governamental de Menem insere-se nesse quadro, como um dos momentos do avanço do neoconservadorismo, configurando no seu pais o que certos analistas chamam de "revolução conservadora"³.

Entre as consequências da implantação desse projeto, uma das mais evidentes e a restrição e a ameaça as instituições democráticas, uma vez que uma condição básica para o seu sucesso e a restrição das decisões políticas sobre a economia. Tal restrição objetiva lograr a mínima interferência da cidadania organizada sobre o movimento das forcas de mercado. Isto e, a lógica do mercado deve ser cada vez mais preservada das demandas da lógica política, implicando uma redefinição' da identidade dos indivíduos, os quais passam a ser interpelados fundamentalmente como consumidores e produtores, e em segundo piano como cidadãos. Se, de um lado, a redefinição das identidades sociais e estimulada pelo discurso político do atual governo argentino e pela direção do Partido Peronista, de outro, tal transformação e poderosamente impulsionada pelos resultados materiais imediatos da política econômica do governo. Desindustrialização, desemprego crescente, recessão e arrocho salarial fatalmente acabam levando a desmobilização da sociedade civil, a desagregação dos movimentos sociais e das reivindica9oes coletivas por direitos, atingindo duramente a capacidade de luta dos partidos e ate a sua legitimidade frente a sociedade. Mesmo o movimento sindical, tradicionalmente mais organizado, mais numeroso e mais poderoso do que outros movimentos sociais, vê-se acuado frente aos resultados das medidas de corte neoconservador sobre a massa de trabalhadores. Em suma, o quadro e bastante grave. Economicamente; aponta a curto e médio prazo para a deteriorização das condições de vida e emprego da população. Politicamente, num contexto em que a democracia política argentina encontra-se ainda muito frágil, não ha perspectiva de consolidação democrática.

Uma vez que o peronismo protagoniza uma radical transformação da sociedade argentina

postulando medidas e idéias contraditórias com a sua tradicional identidade política, cabe perguntar se o que existe hoje como dominante no seu interior e algo absolutamente divorciado da trading, peronista.

Como vimos, do ponto de vista econômico-social ha uma mudança profunda nas concepção dominantes dentro do peronismo - dizemos dominantes porque ha filiados e grupos organizados dentro, do partido e do sindicalismo peronista contrários as teses defendidas por Menem. Mas, de outro lado também e possível detectar uma serie de aspectos que guardam uma significativa relação de continuidade com determinadas tradições do peronismo.

Recorrendo permanentemente a antinomia nação / anti-nação, o peronismo tem recortado o campo político de modo a definir quem e "amigo" e "inimigo", quem esta e quem não esta ao lado da pátria. Profundamente maniqueísta, uma contrapartida dessa operação ideológica e a adesão explícita a um anticosmopolitismo político e cultural que vê, por exemplo, o liberalismo e o socialismo como correntes ideológicas exteriores ao verdadeiro caráter da nacionalidade argentina. Ao lado disso, continua exaltando o cristianismo enquanto sustentáculo dos valores genuinamente argentinos.

Outro traço de continuidade e a desvalorização da democracia política e dos seus mecanismos de representação em favor do apelo direto ao povo. Nesse sentido, privilegia-se a identificação líder-povo, lider-nação, produzindo um deslocamento da legitimidade do sistema político ela provem menos dos mecanismos eleitorais inerentes a democracia representativa do que da'5 correspondência com os interesses fundamentais da nação. O governo tem produzido uma política dei Estado em que os interlocutores principais são os grupos de interesses corporativos-empresarios militares, sindicatos de trabalhadores e Igreja católica - tradicionalmente qualificados pelo peronismo como as agrupações mais representativas da na{ao. Menem personifica um peronismo que continua' submerso numa cultura política autoritária. A política tende a ser concebida pelo governo sob a lógica da guerra - com os atores sendo interpelados de forma extremamente maniqueísta '-, em que aos adversários não resta outra alternativa senão aniquilar-se. Nessa perspectiva, herdada da tradição peronista, trata-se, pois, de destruir - sem reconhecer a legitimidade - os adversários políticos, considerados defensores de interesses externos, alheios a nação argentina.

Para concluir, pode-se afirmar que a política econômica implementada por Menem esta enterrando a concepção populista que o peronismo teve ao longo da sua história a respeito da gestão da economia. Entretanto, do ponto de vista político, podemos observar uma grande continuidade em determinados aspectos autoritários da cultura política peronista. Atualmente, as posi9oes defendidas por Menem são dominantes na direção do Partido Peronista e tendem a gerar uma crise profunda no seu interior, que por ora não e possível prever o desfecho. Mas, e certo que as iniciativas ate agora' tomadas pelo governo e as concepções subjacentes ao peronismo não são nada estimulantes para a I construção de uma sociedade moderna baseada na democracia e no pluralismo, demandas estas produzidas pela própria modernidade, e que em algum momento hão de querer cobrar os seus direitos.

NOTAS

1-Nascido em La Riojá, província do norte argentino, Carlos Menem procura mostrar-se ao público como um continuador da luta do caudilho mais famoso da região, Facundo Quiroga, imortalizado no livro *Fagundo* de Domingo Faustino Sarmiento, como modelo da barbárie, segundo uma visão liberal da época.

- 2-BOSOER, Fabian "Un Ano de Revolution Conservadora" in *La ciudad futura*. Buenos Aires, n.22, p.6, Abr./Mayo,1990.
- 3-A proximidade do peronismo a grupos de direita não é nova, chegando a ser muito importante na própria origem desse movimento político. A novidade é a aliança com setores neoconservadores que há anos defendem uma política radical de privatização de empresas e dos serviços públicos, com vistas a alcançar um "Estado mínimo". Também é bom lembrar que a aliança com tais grupos não é pacífica, haja vista que entre os militares há oposição às propostas privatistas.

MESA REDONDA

A PESQUISA FORA DAS INTUIÇÕES OFICIAIS

Maria do Carmo Andrade Gomes - LAPHIS

"Preservar a simples hierarquia excludente entre produção erudita e escrita de difusão e negligenciar mesclas, compromissos, identificações. Isso não significa 'descambar' nem divisão entre espaços legítimos e espúrios da reflexão histórica. Simplesmente, essa área de estudos pluraliza sua; formas de existir e a qualidade de produção não pode ter lugar pré-determinado."

Marcos A. da Silva

A empresa LAPHIS - Laboratório de Pesquisa e Consultoria Histórica - surgiu em abril d« 1988 como fruto da vontade de um grupo de pesquisadores que vislumbraram, a partir de experiências individuais diversas, a abertura de um novo mercado. Embora bastante tímido, este campo del realizações apresentava-se como opção de trabalho frente a desestruturação conjuntural dos órgãos de pesquisa do Estado e as sempre restritas oportunidades acadêmicas.

Em nossas trajetórias profissionais, já amadurecidas por cerca de 08 a 10 anos de experiência em órgãos do patrimônio histórico, arquivos e museus, surgiram contatos com a produção cultural regional, como convites para realizações de pesquisas para empresas e particulares, consultoria para televisão ou montagens de exposições, entre outros. A partir destas iniciativas individuais, aprofundamos a discussão em torno da constituição de uma empresa que oferecesse formalmente este tipo de trabalho, de maneira a ampliar nossos horizontes profissionais, forçando a abertura de um leque de possibilidades de pesquisa antes inexistentes ou ignoradas.

Trata-se ainda de um mercado extremamente acanhado, especialmente em Minas Gerais, devido a pouca sensibilidade de autoridades, empresários e promotores culturais quanto a dimensão e apelo social da história e da memória e, mais que tudo, pela crise econômica do país, principal agente constrangedor das iniciativas culturais. O mercado tendeu a se tomar mais amplo quando da vigência da Lei 7505/86, de incentivo a produção cultural pelo patrocínio das empresas, que também para nos foi fator de estimulo, embora não tenhamos trabalhado através dela devido a sua curta e discutida existência.

Apesar das adversidades, o LAPHIS tem caminhado ao longo destes três anos no sentido de seu amadurecimento, enfrentando dificuldades que vão desde a instabilidade das ofertas de trabalho e a desvalorização econômica da pesquisa histórica e do pesquisador ate o despreparo profissional do

historiador para o enfrentamento de questões praticas, como aquelas de ordem administrativa e contábil ou relativas a negociação de orçamentos, cronogramas etc.

O balanço de nossas atividades mostra grande diversidade de produtos e clientela: pesquisa levantamento documental para projetos especiais de empresas como livros-brinde, construção de biografias. pesquisa e montagem de exposições, avaliação de patrimônio cultural para empresas de consultoria ambiental, informes históricos para tombamento de bens culturais e outros. Essa diversidade resulta muitas vezes na necessidade de se buscarem consultores e no convívio com outros profissionais como jornalistas, arquitetos, alem de representar para nos, pesquisadores, um desafio metodológico que buscamos superar com qualidade.

Concluindo, gostaríamos de salientar dois pontos importantes a serem discutidos nesta mesa-redonda:

.a abertura de um novo mercado de trabalho para os historiadores, fruto do amadurecimento das empresas publicas e privadas e da conscientização de seu papel com atores históricos responsáveis por uma parcela de nossa memória:

.a renovação historiográfica que tem permitido a difusão de temas históricos através de sucessos editoriais, da ampliação das fontes e abordagens históricas e da utilização de distintos suportes na condução de suas mensagens, como o cinema, a imprensa escrita e falada, o vídeo, entre outros.

MESA REDONDA

A PESQUISA HISTÓRICA FORA DAS INTITUIÇÕES OFICIAIS

EDUARDO FRANÇA PAIVA INSCRIPTUM PESQUISAS HISTÓRICAS LTDA

O que se deve entender por "instituições oficiais"? Esta expressão estabelece a diferenciação entre as instituições de caráter público e as de caráter privado, mesmo sendo estas últimas reconhecidas oficialmente? Como deveriam ser classificadas as empresas privadas de pesquisa': histórica? É possível conciliar rigor e ética científica com os "fins lucrativos" destas empresas? Estas empresas estão fazendo "história encomendada"?

Utilizar-se destas questões para iniciar um texto que pretende, apenas, abordar alguns aspectos desta atividade e reflexo do curto tempo de existência e de trabalho das empresas, bem como da quase inexistência de espaço para discussão - e inexistência da própria discussão - dos problemas comuns que as afligem. Algumas das questões refletem, ainda, a desinformação em relação a este tipo de trabalho realizado por historiadores. Este desconhecimento e mais comum em centros urbanos menores (mesmo que sedes de universidades que oferecem cursos de História), embora não se encontre ausente nas capitais-sedes de grandes universidades.

Nesta perspectiva, pretende-se esclarecer alguns pontos pertinentes a matéria. Um deles refere-se a chamada "história encomendada", cujas conclusões finais estariam definidas pelo agente patrocinador com o beneplácito da empresa e dos historiadores responsáveis pelo desenvolvimento do projeto; em outras palavras, a história do financiador, como ele a deseja.

O debate em torno deste assunto privilegiara, naturalmente, exposições e relatos sobre os trabalhos empreendidos. Pretende-se demonstrar como essas empresas estão contribuindo para a evolução das discussões pertinentes a História e a historiografia, bem como chamar a atenção para a mudança - lenta, na verdade - de hábitos da população em relação a necessidade de conhecimento de sua história. Complementa este quadro um comentário sobre a atuação do historiador neste processo,; abordando-se a ampliação de seu campo de trabalho e o seu papel de protagonista na recuperação da memória - as vezes de lembranças - de determinadas regiões, empresas e instituições.

A investigação sobre assuntos e temas, pouco ou quase nada conhecidos, e uma proposta constantemente feita as equipes de pesquisadores, embora o trabalho com objetos de estudos mais; conhecidos não seja tão incomum. Nestes casos, sobretudo no primeiro, vem sendo observado um; envolvimento direto e atuante da comunidade com os historiadores, de quem são cobradas reuniões,

explanações e resultados mais objetivos. Percebe-se, então, que alem das avaliações feitas pelos rentes financiadores, os textos produzidos, geralmente sob a forma de relatórios mensais, estão sendo examinados pela própria comunidade.

Este quadro genericamente traçado pode ser exemplificado através da evolução do projeto "História de Venda Nova", financiado pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte e d envolvido pela Inscriptum Pesquisas Históricas Ltda. De origem setecentista, Venda Nova é uma das varias localidades situadas na antiga Comarca do Rio das Velhas que a partir da mudança da capital de Minas para Belo Horizonte, tiveram sua memória quase que apagada. Mais especificamente, este distrito esteve subordinado a varias freguesias e cidades desde a sua origem, nunca alcançou sua emancipação, sendo definitivamente incorporado ao município de Belo Horizonte a partir de 1948. Como periferia da capital, região e, atualmente, uma grande "cidade dormitório", onde significativa parcela da população deseja a sua separação político-administrativa de Belo Horizonte.

A proposta de investigação em tomo da origem e formação histórica da região partiu da própria comunidade, através da "Comissão de História de Venda Nova" - ligada a administração regional e composta por moradores sem formação acadêmica específica. Representantes da Comissão participaram ativamente das reuniões de apresentação e discussão do projeto de pesquisa elaborado pela Inscriptum e apresentado ao agente financiador. A equipe de historiadores tem sido freqüentemente interpelada pelos membros da Comissão, bem como auxiliada pelos mesmos, principalmente em relação as coletas de depoimentos orais, realizadas junto a antigos moradores,

E possível notar a avidez de informações entre os habitantes de Venda Nova. Ela e justificada diante da concretização de sua proposta e da possibilidade de se obterem, pela primeira vez, informações sistematizadas sobre a região onde moram, sobre suas origens ou, em outras palavras, sobre o processo histórico no qual estes habitantes encontram-se inseridos.

Para eles, desencadear um processo de tamanha importância, bem como participar ativamente de sua evolução, e motivo de orgulho. O repasse das informações coletadas para professores e alunos das escolas de I⁹ e 2^s graus da região e um programa previsto pela Comissão, antes mesmo do início da pesquisa. Espera-se, com isso, incentivar o compromisso de preservação da memória regional entre a população e intensificar a promoção de eventos culturais.

Para a equipe de historiadores desenvolver este trabalho em contato direto e permanente com a comunidade idealizadora do projeto, e oportunidade inusitada de cumprir uma de suas funções sociais mais importantes. Trata-se de difundir o conhecimento adquirido e os resultados de suas pesquisas junto a sociedade na qual se insere, da qual e parte integrante enquanto agente histórico e "profissional" responsável pela preservação de sua memória, bem como pela analise das relações sociais estabelecidas, das expressões, representações e transformações de sua cultura.

Alguns trabalhos, empreendidos através de empresas privadas de pesquisa histórica, tem possibilitado a participação de moradores em projetos similares ao relatado. Talvez por estarem desprovidas do aparato burocrático característico das "instituições oficiais", essas empresas venham conseguindo viabilizar a integração entre pesquisa histórica e comunidade, fato muitas vezes cortejado pelos projetos desenvolvidos em grandes universidades e institutos de pesquisa, embora nem sempre efetivado.

Neste sentido, a contribuição para o desenvolvimento da sensibilidade coletiva nesta relação a História e a importância da preservação da memória das regiões, das famílias e das instituições vem apresentando bons resultados, como também tem ampliado o campo de trabalho do historiador. Vem se tornando comum a preocupação da iniciativa privada com a criação e manutenção de seus arquivos, com o registro sistematizado da evolução de suas atividades e com o desenvolvimento de pesquisas relacionadas as cidades e regiões onde encontram-se atuando. Da mesma forma, tem havido contatos

no sentido de se promoverem levantamentos mais específicos, como, por exemplo, o arrolamento de dados sobre exploração mineral em determinadas regiões onde se pretende reiniciar as atividades.

A ampliação do campo de atividades do historiador se da concomitantemente a reconhecimento social - mesmo que, ainda, reduzido - de seu oficio, bem como a disposição do mercado para a absorção de seu trabalho. A formação desse mercado consumidor - composto pelas iniciativas publica e privada - e a oportunidade de prestar serviços a ele não podem ser ignoradas pelo historiador destes tempos. A ele cabe buscar novas frentes de atuação e ao mesmo tempo avaliar transformações, em gestação, na rela9ao entre seu trabalho e a sociedade onde vive.

Dessa forma e necessário demonstrar que os resultados das pesquisas empreendidas polo "profissional" de História extrapolam, muitas vezes, os limites do debate, sendo colocados a service da vida cotidiana da população. Lastreadas por aparelho técnico-metodologico apurado e trabalhando de acordo com rigorosos procedimentos etico-científicos, as empresas privadas e suas equipes de pesquisadores tem eontribuido neste sentido. São projetos de invéstigação sobre o processo de formajáo histórico- cultural das regioes ou, mais especificamente, sobre trajetorias de vidas individuals e de empresas, passando pelo arrolamento de informações necessarias para o tombamento, restauração e preservação do patrimonio cultural.

Já e possi'vel perceber, então, que a referida "história encomendada" não integra as atividades desenvolvidas por essas empresas, resguardadas as pretensas exceções. Os financiadores indicam, geralmente, os temas ou assuntos a serem invéstigados sobre os quais os historiadores tem trabalhado sem imposições de carater metodologico e/ou ideologico. Sob a chancela destes últimos se procedem, inclusive, alterac5es nas propostas originais, comuns nos processos de invéstigação.

A relação com os agentes de fomento vem ocorrendo, ainda, de outra forma: as empresas de pesquisa tem formulado Tojetos e requerido patrocinio da iniciativa privada. São propostos temas de interesse dos agentes financiadores que preveem, geralmente, o produto final sob a forma de livros e videos, dentre outras opções de registro. Embora não tenha se tornado inteiramente inviavel, esta formula de captação de recursos sofreu um duro golpe com o final da Lei n^B 7.505 de 02.07.1986, mais conhecida como "Lei Samey", destinada ao incremento cultural no pais.

O atual governo, ao extinguir esta Lei e não propor nenhum outro tipo de programa de desenvolvimento cultural em substituição, esta contribuindo, -decisivamente, com o retrocesso do quadro histórico-cultural brasileiro. A simples diminuição do ritmo de desenvolvimento das atividades de pesquisa nas areas privada e publica compromete esforços, particulares e coletivos, para a evolução deste setor, assim como os bons resultados já obtidos.

A atual indefinição da poh'tica cultural do governo causa danos irreparaveis a sociedade brasileira, ainda que as consequiencias não sejam inteiramente detectaveis no momento. Uma avaliafao primaria não encontraria dificuldades em identificar uma depredação mais acelerada do patrimonio histórico constitui'do, bem como apontar o retardo no debate - já defasado - sobre a produção, organiza9ao e difusão da informafao no Brasil; areas que tem recebido contribui^oes das empresas de pesquisa historica.

Ainda que se tenha pretendido privilegiar neste texto as atividades desenvolvidas por estas empresas, e importante observar que elas não se encontram em polos opostos as "instituições oficiais" de pesquisa historica. O intercambio de experiências entre elas e efetivo, mesmo que não seja comum o desenvolvimento conjunto de projetos de invéstiga9ao. Neste sentido e necessário salientar que essa cooperação pode ser intensificada, devendo, assim, contribuir para a atenuação de problemas que nos são indistintamente colocados.

MESA REDONDA

A PESQUISA HISTORICA FORA DAS INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Edilane Almeida Carneiro

Dossiê - Agenda de Investigação Histórica Ltda.

Não é novidade para nenhum de nos, historiadores, o problema da limitação de nosso mercado de trabalho, especialmente para aqueles que optam por viver do oficio da pesquisa, seja em instituições públicas ou junto a iniciativa privada.

Entretanto, não e o caso de lamentarmos indefinidamente, procurando culpados. Mais importante é criarmos alternativas. E nessa perspectiva que compreendemos a criação da DOSSIÊ e de outras firmas de pesquisa histórica.

Acreditamos, inclusive, que esse não e um fenômeno isolado. Para se falar, hoje, das possibilidades da pesquisa histórica, e preciso acompanhar um movimento mais amplo, que diz respeito a expansão da História, para alem dos limites da academia e das instituições oficiais, cativando um publico muito maior, sem perder, e claro, o atributo da qualidade e do rigor científico.

Pode ser que essa "moda retro", essa procura de raízes, seja um dos aspectos da necessidade ,de identidade, tanto no âmbito da família, quanto no de empresas ou de cidades. Como se, nos dias de hoje, pedíssemos a História respostas para questões vitais como: quem somos, donde vimos, para onde vamos?

Mas esse não seria o único fator a contribuir para o sucesso da História junto ao grande publico. Também a decepção das pessoas frente a modernidade e ao progresso reabilita a Histona, preenchendo uma carência de fundamentação em relação ao real.

Com efeito, ha muito que se pensar sobre isso. De qualquer forma, essa "moda retro", ou que nome se queira dar, e um fenômeno perceptível e atestado pela popularidade dos livros de História junto a leitores não especializados. O que, diga-se de passagem, esta certamente ligado a combinação de características muito caras a "Nova História", como o retorno da narrativa, com a recuperação da "arte de contar" e, por conseguinte, com a produção de textos mais prazerosos e o tratamento de novos objetos, antes esquecidos por uma história política, de Estados e estadistas, e também por uma certa historiografia marxista eminentemente economicista.

Para nos, e também para outros, esse momento significou a possibilidade de lidarmos com pesquisa, de insistirmos no oficio do historiador, trabalhando com memórias de instituições privadas, genealogias, biografias, histórias de cidades e ate mesmo de cavalos.

Desenvolvemos projetos que nos são encomendados ou apresentados por nos ao cliente, o que não quer dizer, de maneira nenhuma, que nos sejam impossíveis o rigor científico e a preocupação teórica e metodológica.

A propósito do nosso trabalho, importa, sobretudo, pensar suas especificidades e desafios e, para tanto, retomaremos aqui a experiência com a história do cavalo Mangalarga Marchador

Para nos, afora varias outras particularidades, como interesses e objetivos do cliente, nos grande desafio e o dialogo entre nossa empresa e o cliente - no caso, a Associação Brasileira do Criadores de Cavalo Mangalarga Marchador [ABCCMM]. A dificuldade consiste em travai m dialogo entre diferentes, na medida em que nosso interlocutor nem sempre se expressa na nos (linguagem. Alguns jamais pararam para pensar sobre a História e tem uma relação com o passado' cristalizada em estereótipos, apoiada em uma concepção "ingênua" da história, no sentido de que passado e o conhecimento do passado restringem-se apenas a ordenação de fatos isolados, datas L biografias de "grandes homens".

Por isso, e preciso que repensemos sempre os nossos pressupostos metodológicos para explicarmos o que, para nos, pode parecer obvio, como, por exemplo, a relatividade da verdade histórica, a pertinência de uma história-problema contraposta a simplificação de uma histon₄ eminentemente factual.

Voltando a história do cavalo Mangalarga Marchador, e muito elucidativo citar que no nosso primeiro contato com o cliente nos foi solicitada a "comprovação documental" para uma versão da origem da raça Mangalarga que vem sendo transmitida há anos. Conta-se que um prestigiado barão do sul de Minas, o Barão de Alfenas, teria ganho da Família Imperial um garanhão da Coudelaria de Alter do Chão em Portugal. O cruzamento com suas éguas criadas em sua fazenda teria dado início a raça Mangalarga Marchador. Caberia a nos eliminar as controvérsias quanto a datas e a alguns nomes, escrevendo, então, uma história verdadeira, científica e definitiva.

Ao longo de meses de pesquisa pelas fazendas, cartórios, arquivos públicos e particulares, do interior e de outros Estados, convencemo-nos de que, mais do que comprovar essa versão, importava contextualizar esses acontecimentos, recuperar seus personagens e alinhar os vestígios de suas atividades.

Recuamos ao final do século XVIII e início do XDC, para o contexto do abastecimento da Corte pelos núcleos produtores do sul de Minas. Nesse cenário, transitavam os protagonistas dessa história. Fomos encontrálos nos registros, barreiras e recebedorias da Comarca do Rio das Mortes, Passavam com escravos, mantimentos, gado vacum e cavalar, pagando entradas, dízimos, subsídios e outros tributos exigidos. Esse comércio garantialhes uma relativa influencia política. No entanto, são poucos os vestígios das atividades desses criadores - alguns depoimentos, algumas fotografias e poucos documentos.

Empenhamo-nos em preencher as falhas e silêncios com as pistas reunidas e, por certo, com a imaginação, buscando conciliar rigor e encanto, como diz Georges Duby. E, assim, escrevemos uma história do cavalo Mangalarga Marchador, que, com certeza, não e definitiva, mas, sem duvida, transcende o universo estritamente político e diplomático da Corte, para explorar o contexto mais amplo das estruturas sociais e econômicas do Brasil na passagem do século XVIII ao XIX.

Por fim, o nosso trabalho envolvera sempre um constante esforço de sensibilizar o nosso cliente, levando-o a repensar sua relação com o passado, com a memória, com o saber histórico. Dessa forma, a cada pesquisa aprendemos e ensinamos que o acontecimento só tem sentido se integrado em series temporais mais amplas; que "grandes homens" - barões, inclusive - não são entidades aistóricas; que os silêncios são indicadores poderosos; que o documento deve ser interpretado, desmontado e lido como produto de uma dada sociedade.

Na dificuldade do diálogo, o produto de nossas investigações deve falar por nós propondo-se a ser uma reflexão sobre a História.

MESA-REDONDA

REPENSANDO A LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARIA INEZ SALGADO DE SOUZA – Fac. De Educação - UFMG

"A história (ensinada) não era apenas palavras numa página, nem as ações de reis e primeiros — ministros, não apenas eventos. História era o suor, sangue, lagrimas e triunfos de um povo ... o nosso povo. (Saville)

Acredito ser extremamente oportuno o tema deste debate e creio que este e um momento para se esclarecerem dúvidas ou ate mesmo expressarmos nossas opiniões sobre tão contraverso tem a licenciatura em História.

A oportunidade desse debate servira para levantarem-se as questões que cercam polêmico assunto e procurarei fazê-lo não em termos do que são atualmente os cursos de licenciatura mas do que poderá vir a ser.

Existem já análises que eu chamaria de clássicas, como as de Déa Fenelon, Elsa Nadai Raquel Glezer, para so citar as mais conhecidas, onde são mostradas o descompasso entre os *cursos*. de História e o "ensino de História". Eventos foram realizados para se discutir o tema, com excelentes contribuições para o debate, tais como as originadas no seminário "Perspectivas do Ensino & História", em 1988, na USP, ou no grupo de Pratica de Ensino de História no V ENDIPE, em 198£ na UFMG. A tônica das discussões foi, neste último, a constatação de que dever-se-ia ultrapassar etapa das criticas e partirmos, nos, os professores de Pratica de Ensino para propostas conjuntas que visem o redirecionamento dos aspectos julgados críticos.

Creio que o encontro regional da ANPUH e um "locus" apropriado para apontarem-se novos caminhos da prática docente em História. Aqui estão reunidos professores universitários, pesquisadores alunos de cursos de História e professores de 1º e 2º graus. Isto e, todos aqueles a quem interessa e toca de perto, ao menos em tese, a questão da licenciatura de História tal como vem sendo, proporcionada e para onde deve evoluir. Assim, peco licença para não tecer unicamente considerações sobre a realidade atual do ensino, mas voar mais alto e fazer uma digressão acerca da "licenciatura que gostaríamos de poder oferecer aos estudantes de História que desejarem tomar-se professores".

Por que ideal? Porque creio que aquilo que vou propor aqui poderá parecer utópico, fora da realidade, difícil de ser executado, mas foi o presente debate e sucessivas criticas de professores e alunos que levaram-me a esse esboço de encaminhamento para o dilema da Pratica de Ensino.

O que fazer, pois, quanto a formação acadêmica do profissional de História?

Como ponto de partida, e preciso que se esclareça o que se entende aqui por "licenciatura em História". Ao me referir a ela, estou pensando "lato sensu" naquele profissional que cabe, não somente a mim, enquanto professora de Pratica de Ensino, formar, mas sim a todos os professores do curso de História, quer se envolvam ou não diretamente com os aspectos pedagógicos dessa formação. Para se entender esta proposição e necessário que se responda a uma questão básica subjacente: o que e a licenciatura? O que esse vocábulo denota? O que esse nome nos traz a mente e sempre o fato de estar vinculado as questões da qualificação do profissional que se destina ao ensino. No atual sistema, esta qualificação e atribuída ao ciclo de formação docente, que geralmente dá-se no âmbito das Faculdades de Educação. Nos institutos ou faculdades de origem, quando falamos de universidades, esta destinação profissional do estudante não e jamais articulada - nem sequer se menciona ao aluno durante o curso - a problemática envolvida pela licenciatura. Acredito não ser isto apenas uma mera falha burocrática mas um erro conceitual. Nossa contribuição nessa mesa-redonda procura refletir nossa preocupação com este aspecto da formação do profissional de História que se destina a carreira docente.

A experiência, enquanto professora e pesquisadora, possibilitou minha participação nesta mesa-redonda e e com base nela que tentarei esboçar algumas idéias e propor a viabilização de uma nova conceituação do que seja a "qualificação do futuro professor de História". O princípio do qual parto e que não se deve dissociar ensino de pesquisa, não se deve segmentar o curso de História entre a preparação acadêmica do pesquisador e professor universitário e a preparação pedagógica dos futures professores de 1° e 2° graus. Isto posto, pode-se então falar a respeito. da formação ideal do profissional que devem os cursos de História estar aptos a qualificar.

A atualização teórica e o conhecimento, bem como a pratica da pesquisa histórica, pelos professores e alunos dos cursos de História, podem e devem iluminar a futura atuação docente desses profissionais. A extrapolação dos limites da história narrativa, cronológica, institucional deve-se dar não apenas em nível do mundo acadêmico, mas também deve-se fazer parte integrante da nova perspectiva educacional da História. Com isso quero dizer que o que já se faz nos cursos de bacharelado e pós-graduação deve passar a ser praticado nas escolas de 1º e 2º graus. Impossível? Não se trata de colocar professores dos cursos elementares como pesquisadores e os alunos como "aprendizes de feiticeiro", trata-se de colocar a História escolar no lugar que ela merece: o de uma ciência ou campo do conhecimento com metodologia própria que vem avançando e sendo reavaliado constantemente. O que e necessário para que isso se processe? Primeiro, uma rediscussão da qualificação profissional do futuro professor. O encarregado de estabelecer a ponte entre o "conhecimento histórico" e o "ensino de História" será o futuro professor, aluno do que chamamos atualmente de "licenciatura". Ele será o intermediário, o capacitador do entendimento da ciência da História por todos aqueles que, na escola elementar, ou no segundo grau, se defrontarão com esse conhecimento e o recriarão, na medida em que forem levados a conhecer e ampliar o significado da "história que não esta nos livros".

Para tornar a proposta do novo ensino de História viável, o professor deve estar devidamente instrumentalizado. Vale dizer que a sua qualificação profissional tem de ser reestruturada com esse fim. Um principio basico e de que não se deve dissociar os conteúdos disseminados pelo curso de origem da formação pedagógica, tal qual e feito atualmente. Essa dissociação cria um fosso transponível não apenas entre o nível superior e os outros móveis escolares, como ainda entre

pesquisadores e professores, entre criadores e repetidores, entre a história científica e a história e pouco mais que conto da carochinha.

A busca de uma integração entre os conteúdos e sua metodologia e a parte pedagógica e sua transformação em pratica docente deverão passar pela resposta a três tipos de questões:

- que teorias de história vem alimentando a pesquisa?
- que teorias de história alimentam o ensino?
- como se trabalhar com as teorias de história no ensino?

Não cabe aqui dar as respostas, dada a exiguidade do tempo e da natureza deste debate, sim colocar que diretrizes sugeririam para um possível redimensionamento da qualificação dada professor de História em nosso País.

Tendo como pressuposto o compromisso da Nova História com a história popular, ou com quer Marc Ferro, com uma "história dos povos sem história", pode-se apontar como objetivo dessa nova conceituação de profissional da história a democratização da produção da história. Democratizar a produção da história significa ampliar a lista dos que a escrevem aplicando a experiência ^ presente ao conhecimento e interpretação do passado. Um grande número de novas histórias acha-se disponível ao alcance daqueles que saibam e possam delas tirar proveito. Falo aqui de todas as formas de história listadas por Le Goff: a história oral, a história vinda de baixo, a história feita a partir dor arquivos locais. Formas estas que são do domínio do universitário mas que ainda não são conhecida; pelo professor que continua repetindo os manuais didáticos. Tudo isso faz parte de um movimento que vem se dando principalmente em países da Europa, onde a classe trabalhadora, de fora da universidade, reivindicou para si a participação na produção do conhecimento sobre sua evolução histórica. Este movimento e sem duvida de uma história originada "de baixo para cima", como a que vem sendo feita na Inglaterra por comunidades locais de trabalhadores. Esta história mudou os focos de interesse: de nacional passou a ser local, de uma história das instituições passou a uma história do cotidiano, da arte de governar ao estudo da cultura popular. Assim a história popular propõe um revigoramento a base da história, amplia seus objetos e permite a utilização de novas matérias- primas para processar o conhecimento histórico. Todos esses integrantes, acredito, poderiam ser transportados para os cursos de história, fazendo-se através deles a instrumentalização dos futuros professores, pesquisadores e incentivadores da pesquisa em história popular nas comunidades.

O que se propõe aqui, enfim, e uma oposição cerrada a erudição estéril de muitos de nossos cursos de História, os quais contribuem de forma negativa para a história que e ensinada nas escolas, É necessário que os cursos de História se conscientizem de seu papel na formação do profissional de história como um todo: destine-se ele a pesquisa, docência ou a ambos. Para tanto, deve-se estimulai uma integração entre os responsáveis tanto pelas disciplinas de conteúdo específico quanto as de conteúdo pedagógico. Para que isso se de, e imprescindível uma discussão previa de "que história vai ser ensinada", "para que fim".

MESA REDONDA

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima DEHIS/UFOP

Ao historiador que opta por enveredar pela trilha da preservação da memória histórico-cultural de seu povo - e essa e nossa opção -, vários são os problemas que tornam seu caminhar uma tarefa. angustiante. Um deles, a questão da definição do objeto de pesquisa que, em última analise, define o que vai ser preservado, para nos e crucial. Benjámin, nas 'Teses sobre a Filosofia da História", redigidas no ano de sua morte, em 1940, e publicadas seis anos depois, afirma: "Ha um quadro de Klee que se chama Angelus Novos. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto esta dirigido para o passado. Onde nos vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína, e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se a suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce ate o céu. Essa tempestade e o que chamamos progresso". E nessa afirmação de Benjámin que devemos buscar nosso objeto de pesquisa - falamos, portanto, dos fragmentos citados por ele -, são neles que nossa memória encontra a chave capaz de desperta-la. E através deles que podemos, mesmo fragmentariamente, tentar reconstruir algo que diz respeito ao nosso tempo e as nossas inúmeras expectativas.

Outra questão com a qual nos defrontamos sempre: "para que preservar?". Esta indagação e nossa e e também, em maior número, daqueles que se envolvem diretamente com os bens a serem preservados, sejam estes as populações das cidades ditas históricas ou aqueles que por varias razoes, sistematicamente, se afastam ou são afastados de sua própria história. Para essa questão respondemos com uma frase de Fernando Brandt: "Minha arma e o que a memória guarda". Se e esta a nossa arma, e os fragmentos do passado são capazes de colocá-la em ação, a questão esta parcialmente resolvida.

Mas esta memória agora transformada em arma engatilhada, de nada serve na ausência de um alvo claro e determinado. No mesmo trecho citado anteriormente, Walter Benjámin nos da esse alvo. Trata-se da Tempestade que vem do paraíso: forma irônica de se referir a modernidade, que e concomitantemente promessa de emancipação e projeto de dominação. A única forma de resolver de vez este problema e a perspectiva de futuro que a recuperação daqueles fragmentos e, portanto, da

memória, nos da, impedindo, assim, que mais uma vez o anjo da História evite olhar para como em Klee.

Neste sentido, um projeto vem sendo desenvolvido, no Laboratório de Pesquisa Histórico, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, por nossos alunos e sob nossa coordenação, e tem por título "Inventario do Acervo Cultural no Município de Mariana. Propõem inventariar, catalogar e estudar verticalmente os bens culturais moveis e imóveis de Mariana, visando a recuperação, mesmo fragmentariamente, da memória histórica municipal e sua posterior divulgação. O projeto está sendo acionado por partes e divide-se operacionalmente em seis módulos: 1 - urbanismo, 2 - arquitetura, 3 - talha ornamental, 4 - pintura decorativa, 5 - imaginária e 6 - artes decorativas, com subdivisões temáticas que estão sendo criadas ao longo de sua efetivação,

Objetiva prioritariamente:

- 1 criar um núcleo referencial histórico-documental- iconográfico sobre Mariana, sediado no Laboratório de Pesquisas Históricas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais desta Universidade, montado a partir de dossiês organizados para cada objeto estudado;
- 2 instrumentalizar os alunos do Departamento de História desta Instituição, no que tange as pesquisas bibliográficas e arquivísticas, acrescidas da elaboração de textos técnicos;
- 3 contribuir para que esta Universidade possa auxiliar aos poderes públicos constituídos e as instituições pertinentes na tarefa de conservação, revitalização, utilização e divulgação destes bens patrimoniais.

No atual estagio desse Projeto, iniciado em outubro de 1990, a equipe esta estudando o sistema de abastecimento d'água, seu esgotamento e os chafarizes da cidade de Mariana, uma das subdivisões do primeiro modulo (urbanismo).

A escolha desse tema se justifica na medida em que a água consumida em Mariana, ate hoje, não tem tratamento adequado. As elites políticas contemporâneas ainda não se sensibilizaram, de fato, com esse assunto e se negam sempre a discutir verticalmente e a resolve-lo, o que para nos, e uma das questões básicas para o complete desempenho da cidadania, visto envolver a saúde da coletividade pela quais são responsáveis.

Desta maneira, esse Projeto e a materialização de uma forma de ação que encontramos para resolver, em parte, a questão da salvaguarda material dos monumentos históricos e sairmos do marasmo positivista dos inventários ate agora realizados. Tendo como "móbile" o estado de conservação dos chafarizes, estamos criando condições de pressionar, na esfera da política, essa perspectiva de futuro, questionando esse projeto de dominação, imposto pela modernidade e presente nas péssimas condições atuais, entre outras, de captação e distribuição da água na malha urbana.

Ao fim, mas não menos importante, resta salientar que essa pesquisa e financiada pelo Programa de Bolsa de Pesquisa da Coordenadoria de Projetos Acadêmicos da Diretoria de Ensino desta Universidade.

MESA-REDONDA

MEMÓRIA E PATRIMONIO CULTURAL

Ricardo Samuel de Lana

Falar sobre Memória e Patrimônio Cultural no momenta atual e tanto mais oportuno por estarmos vivenciando o processo de desmantelamento do sistema nacional de proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Não intenciono me dedicar aqui a discutir essa questão, mas não poderia deixar de mencioná-la porque Memória e Patrimônio Cultural são integrantes e indissociáveis.

Não com o conceito restrito de patrimônio histórico e artístico oficialmente difundido e que referencia os conceitos de monumentalidade, excepcionalidade ou antiguidade, mas com as posturas mais recentemente difundidas que reconhecem nas manifestações do quotidiano, nas realizações modestas, a história oral - inestimável vertente do patrimônio cultural brasileiro.

Nesse sentido, privilegiar o registro da memória toma-se um imperativo pra quem lida com a preservação cultural na atualidade. Como muito bem coloca Marshall Bermam no seu "Tudo que e Solido Desmancha no Ar...", "o turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes, descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico desenvolvimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmica em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram no mesmo pacote os mais variados indivíduos e sociedade..."

Nesse contexto privilegia-se a versão da história oficial celebrativa e oficializa-se a história dos vencedores em detrimento da história dos vencidos. Resgata-se os estereótipos oficiais que viabilizam a perpetuação dos interesses dominantes esvaziando a lembrança, a emoção, o sentido dos acontecimentos reais. De modo inverso, conforme Bergson, "a lembrança ao atualizar-se toma-se percepção". O registro da lembrança, da memória oral, possibilita a documentação de estruturas sociais pretéritas, de formas de cultura regional, da retenção de idéias, impressões, conhecimentos, experimentos e realizações. Enfim, do que modernamente denomina-se patrimônio cultural de uma sociedade em constante mutação pois, segundo Walter Benjámim, todo dia e o último dia e hoje.

MESA REDONDA

MEMÓRIA E PATRIMONIO HISTÓRICO

Helena Alvim Amenci

Quando se apresenta, uma ocasião como o VII Encontro Estadual de História, onde discute tiram Memória e Patrimônio Histórico, ficam, em aberto, para questionamentos, os caminhos e as diretrizes pelos quais tem-se orientado as atividades realizadas pelo Museu Histórico de Divinópolis.

Não ha, portanto, a idéia de se estabelecer ou definir um conjunto de normas como teoria científica.

Para se chegar a dialética Memória/Patrimônio Histórico consideram-se dois grupos de atitudes.

Estabelecendo o relacionamento Museu e Comunidade, o primeiro grupo propoe ao Museu I^s - tornar-se uma instituição devidamente legalizada, especializada, garantindo sua existência. Sabe-se que muitas instituições tem sido desativadas, ou desvirtuadas de seus objetivos, com facilidade, por não haver amparo legal que as sustentasse. A falta de legislação dificulta, também, a formação de um corpo administrativo e técnico. Todo Museu, toda Casa de Cultura, toda Instituição devem ser criados a partir de leis que lhes garantam a existência e lhes possibilitem a composição de um quadro de funcionários habilitados para o desempenho de suas atividades;

2° - conceituar-se como espaço pedagógico, complementar da Escola, de fácil acesso da população, onde as praticas educativas tem, como prioridade, registro e a guarda dos acontecimentos e feitos da Comunidade garantia da preservação e continuidade da História.

Observa-se que, em muitos Museus, por desconhecimento ou inconsciência de sua importância no processo da educação, as atividades são exercidas por pessoal despreparado, não especializado e desinformado.

Ha improvisação, ou brinca-se de fazer Museu. Não

basta boa vontade, "jeitinho para a coisa".

São necessários conhecimento, técnica, estudo, contato com outras instituições, investimentos, aprimoramentos.

O conceito de Museu como espaço pedagógico fundamenta a crença de que um povo chega

consciência de seu Patrimônio somente apos definir e estruturar o sistema educacional.

Sem educação, um povo não tem condições de se mostrar com saúde, com cultura, com tecnologia, com desenvolvimento industrial, com estabilidade econômica e financeiramente, como nação que faz respeitar.

Vale a pena lembrar que um povo tem consciência de seu patrimônio quando este povo tem consciência de si mesmo.

Pisa-se areia movediça, se se tenta convencer o povo de que seus monumentos, suas praças, suas florestas, seu ambiente não devem ser destruídos, ele se sente abandonado, faminto, desabrigado e desprovido das necessidades básicas de vida.

Preservando-se o Ser Humano, consequentemente preserva-se Sua História, Sua Cultura, Seu Ambiente. O Povo e Patrimônio.

Entendendo-se Patrimônio como acervo, bens ou conjunto de bens de uma instituição, de uma pessoa ou de uma comunidade, o segundo grupo de atitudes mostra o relacionamento de Museu e Patrimônio através do fenômeno do conhecimento.

O objeto que constitui o Patrimônio se faz conhecer em três momentos que, embora distintos, fazem parte de um mesmo fenômeno, a saber:

- . O momento ontológico: o objeto em si mesmo, seu espaço, seu tempo, sua matéria, sua cor, seu cheiro, a existência ontológica do objeto.
- .O momento lógico: a verdade do objeto garantida pela forma; a realidade do objeto garantida pela sensibilidade que o percebeu; sua conformidade com a ordem do mundo no qual se encontra. E a existência lógica do objeto.
- .O momento epistemológico: as novas realidades que o objeto proporciona, as histórias contadas através de sua linguagem memorial revelando referencias universais. £ a existência epistemológica.

Isto significa que as pecas que compõem um acervo, um arquivo, suportam estes momentos, estas existências.

Considerando qualquer uma das pecas do acervo do Museu Histórico de Divinópolis, por exemplo, o boné que pertenceu ao Senhor Francisco Ribeiro da Silva, maquinista da Rede Ferroviária Federal, constatam-se sua matéria, sua cor, seu cheiro, seu tamanho, sua forma em harmonia ou desarmonia com outros bonés de outros maquinistas, de outras ferrovias, de outras pessoas.,que marcaram presença no mundo, proporcionando outras realidades, fazendo História.

MESA-REDONDA

MEMÓRIA E PATRIMONIO HISTÓRICO

Lídia Avelar Estanislau - IBPC

A experiência da releitura e apenas um exemplo da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual - impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador.(--.) Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos.

Ecléa Bosi

Minha contribuição a esta mesa-redonda sobre Memória e Patrimônio Histórico parte de algumas colocações de Chesneaux, retiradas de sua analise a propósito da história e dos historiadores. Estarei, certamente, "chovendo no molhado", mas foi o ponto de partida que escolhi para iniciarmos esta nossa reflexão conjunta. Creio que concordaremos com ele na afirmação de que "o Estado busca controlar o passado. Estado e poder organizam o passado e modelam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos. Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos pelos quais a classe dirigente mantém seu poder. As classes dirigentes e o Estado invocam freqüentemente o passado de modo explicito: a tradição, inclusive em suas componentes culturais especificas, a continuidade e a história são invocadas como fundamento e princípio de sua dominação."

No Brasil, o poder político tem se fundado, entre outras coisas, em hábil apropriação do passado apresentado como patrimônio "histórico". Palavras como permanência, continuidade, tradição, herança estão presentes no discurso oficial de preservação do patrimônio. Muitas vezes, porem, a utilização do passado e menos explícita. A história e chamada em defesa da ordem estabelecida e dos interesses das classes dirigentes através de uma ideologia difusa que perpassa os meios de comunicação, os livros didáticos, o mercado (inclusive o cultural). Mas o Estado também intervém de forma mais concreta a fim de "ritualizar" o passado e desviar, a seu serviço, a memória popular. £. o caso das festas nacionais, das comemorações solenes, de tombamento de monumentos. Tudo isso funciona da mesma maneira: patrocínio estatal de uma celebração histórica, um espetáculo que realiza a ocultação dos aspectos não oficiais do acontecimento.

O conhecimento do passado e vigiado, na fonte, pelo poder de Estado. O controle do

passado e da memória coletiva pelo poder de Estado se da sobre as fontes documentais. A grande maioria dos "documentos de primeira mão", tão caros aos historiadores, são de origem estatal ou paraestatal. Nossa memória e a memória do poder, pois os registros estão nos arquivos do Estado, nos arquivos da Igreja, nos arquivos das grandes empresas, nos arquivos das grandes famílias.

Esse controle e muitas vezes como um "desconto na fonte" - ao se destruirem ou tornar secretos documentos embaraçosos - e faz com que fragmentos da história do mundo so sobrevivam pelo que deles foi dito (ou permitido dizer). A ocultação e um dos procedimentos mais correntes nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. As guerras colonialistas e imperialistas e a escravidão estão entre os temas favoritos dessas operações redutoras. A memória popular e, quase sempre, expropriada ou resta-lhe o recurso de ficar "arquivada" nas lembranças das pessoas, sem monumentos tombados que lhe respaldem o testemunho.

Outra forma de manipulação da história pelo poder de Estado e o exorcismo do passado e o elogio da modernidade. E preciso viver no presente, sem se interessar pelo passado, pois o futuro possível, como não podia deixar de ser, e aquele sistematicamente cultivado pelo grande capital. Tudo isso como se passado, presente e futuro pudessem existir independentes de suas relações!

Entretanto, o passado não desapareceu dos discursos oficiais, nem do cotidiano brasileiro, mas e agora manipulado em função das exigências do momento. O passado e agora despedaçado, convertido em elementos dispersos de um sistema inofensivo.

A ideologia da modernização perde de vista as referencias que permitiriam criticar o presente e assim definir para o futuro a exigência de uma sociedade qualitativamente diferente.

A ocultação do passado e um procedimento favorito do poder, mas não e monopólio das classes dirigentes. O passado incomoda aqueles que estão preocupados em preservar seu poder particular, no interior de todo e qualquer tipo de organização, mesmo que varie a sua etiqueta ou filiação partidária.

O controle do passado pelo poder e um fenômeno comum a todas as sociedades de classe, mas ele se efetua segundo modalidades especificas em função das exigências que cada modo de produção dominante estabelece. Nos sociedades asiáticas, a história e um assunto de Estado, um atributo e um apoio essenciais de cada dinastia. No ocidente feudal, a história prolonga o discurso moral e religioso do cristianismo medieval. Na União Soviética, desde o período stalinista, esquematizava-se comodamente a história do mundo: comuna primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo. Na China, onde a situação e mais complexa, há uma história popular fundamentada na própria experiência de vida, ao lado de praticas autoritárias e dogmáticas, e, assim, ora apela-se amplamente para a memória popular, ora só se fornecem visões tardias e fragmentarias.

No capitalismo liberal também existe uma relação especifica entre as exigências do modo de produção dominante e o funcionamento do saber histórico. Essa relação, entretanto, não e direta nem mecânica: ela e feita, ao mesmo tempo, de intervenções abertas do Estado e de pressões ideológicas difusas.

Os historiadores, ate recentemente, estavam convencidos de que gozavam de "liberdade cientifica", mas hoje já se dão conta de que reproduzem em sua atividade profissional todas as condutas características da sociedade capitalista em seu conjunto. O saber histórico, entrincheirado através da objetividade, finge ignorar que reforça, com toda a autoridade do Tempo, o poder do Estado, da igreja, dos europeus, dos homens ricos...

A História da Educação, por exemplo, nada mais c do que um discurso ideológico que apresenta como construção "histórica" o sistema atual de aprisionamento escolar e de condicionamento dos estudantes a cultura dominante: respeito passive ao saber, competição individual, aceitação das desigualdades sociais em nome da "aptidão" ou da "capacidade". Salvo casos raros, o saber histórico

é açambarcado por um grupo conivente com a classe dirigente, que aceita seus valores e leva, em geral, a mesma vida confortável - do escriba egípcio ao acadêmico soviético, passando pelo político liberal, pelo intelectual progressista ate o pesquisador "de esquerda".

De fato, através das relações especificas de cada sociedade, as classes dirigentes confiaram, quase sempre, o estudo do passado a profissionais: monges, sacerdotes, arquivistas, burocratas, políticos aposentados, ricos ociosos, professores. Estes, muito raramente e ha pouco tempo, se interessaram em resgatar, em cada etapa do passado, a relação específica entre o saber histórico e o modo de produção dominante. Uma sociologia da história, uma história social, ou uma história da história - quaisquer das expressões me parecem redundantes -, quando e feita, e sob forma puramente narrativa: registram-se os progressos do saber histórico, através do tempo, pela acumulação dos conhecimentos e refinamento dos métodos críticos.

"Proclamamos a nossa critica a historiografia dos vencedores, mas continuamos a aceitar com extrema facilidade as evidencias a criticas que o saber histórico nos apresenta: os cortes cronológicos e as periodizações impostas pela lógica da dominação; a concepção de história como passado morto; a autoridade da palavra impressa; a dissociação entre os problemas e a documentação; o exclusivismo profissional do saber; o intelectualismo; o objetivismo apolítico ou, muitas vezes, a ciência como refugio para a neutralidade"²,

O passado que não se leva em conta e aquele que se insere diretamente nas lutas do povo. E neste nosso tema Memória e Património Histórico cabe perguntar:

- A quem o passado incomoda?
- Toda ocultação do passado e censurável em si?
- É possível estabelecer prioridades no trabalho de desocultação do passado?
- Onde acaba a iluminação seletiva do passado em função das lutas reais, das prioridades políticas reais, e onde começa a ocultação deliberada, a falsificação por razão de Estado?

Toda escolha política implica um risco de erro mas nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor. Para compreender os avanços alcançados na satisfação das necessidades é preciso coletivas resgatar processos alternativos ou lutas cotidianas, como também fracassos, derrotas e Utopias. Falar de Memória e Patrimônio Histórico exige alguma discussão sobre as relações do tema com as diferentes concepções de História e do lugar do político nestas concepções e praticas, para podermos pensar em "história da cultura não como a história de todo um modo de vida, mas, principalmente, como todo um modo de luta."³

Na luta contra a ordem estabelecida, recusar o passado com suas imagens de opressão e uma tendência "natural". A versão oficial do passado, de acordo com os interesses do poder e por isso mutilada, censurada e deformada, os movimentos sociais opõem uma imagem conforme. as suas aspirações, capaz de refletir a real riqueza de seu passado.

A vontade de se apoiar no passado para afirmar uma identidade própria e muito sensível nos movimentos de liberação nacional da Europa central, no século XIX e nos movimentos de libertação do Terceiro Mundo, no século XX. O passado toma-se um ancoradouro das lutas do presente e o resgate do passado toma, então, a forma de uma inversão de símbolos e valores.

A preservação de sítios e monumentos históricos do passado faz parte das reivindicações dos movimentos sociais, tai como aconteceu com a Serra da Barriga, nas Alagoas: o direito de um passado próprio se confunde com o direito de existir hoje. Por isso a luta pelo tombamento do lie Ya Nassô Oka - o Terreiro da Casa Branca, na Bahia - o mais antigo templo da religião afro- brasileira, único monumento que figura no Livro do Tornbo ao lado de tantas igrejas. Pela mesma razão a luta pelo

reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional. Também por razoes semelhantes a luta pela demarcação dos territórios indígenas. A afirmação de um passado original faz parte das lutas contra a dominação branca e contra o quase extermínio das nações indígenas no Brasil. Os manuais de história os ignoram com a afirmação de que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil! As terras que ocupavam desde tempos imemoriais e seus modos de vida considerados como "primitivos",. "animistas" ou "folclóricos" - tal como a cultura negra - fundamentam-se em um equilíbrio ecológico e demográfico muito elaborado. Foram os brancos que lhes trouxeram as doenças que os destroem, que lhes submeteram como escravos, que lhes encurralaram sob o pretexto da evangelização.

Para os não-brancos no Brasil - negros e indígenas em particular - o resgate do passado caminha junto a um despertar político.

Felizmente, muitos historiadores já consideram a necessidade de uma revisão da história oficial, como ponto de partida das lutas populares, e o povo brasileiro já encontra aliados na luta pelo seu direito a História. A história do capital já começa a ser contestada pela história do trabalho.

Não se pode negar que a subordinação tem como contrapartida a insubordinação e a resistência, por isso todas as lutas populares são pontos de partida para as lutas de hoje, na medida em que o passado alimenta os movimentos sociais.

Para mudar uma situação e preciso, antes de mais nada, conhecê-la. Para conhecê-la bem e preciso analisar as forcas históricas que a configuram. Quando nos roubam o passado e preciso retomar a história no ponto onde ela parou.

A extinta SPHAN/próMemória sucede o EBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, autarquia especial vinculada a Secretaria da Cultura da Presidência da Republica, cuja estrutura devera atender ao disposto pela Constituição Federal, especialmente os artigos 215 e 216, com seus parágrafos e incisos, e a Lei n^s 8.029, de 12 de abril de 1990, publicada no D.O.U. de 13/05/90, que autoriza o executivo a criar o IBPC.

A Constituição Federal reconheceu uma pratica em que já se empenhavam muitos profissionais e estudiosos ao adotar a expressão patrimônio cultural e estabeleceu a competência conjunta da União, Estados, Distrito Federal, Município e sociedade civil nas ações de promoção e proteção do patrimônio cultural. Não se trata mais de preservar a arquitetura luso-brasileira-eclesiástica, nem os conjuntos barrocos, apenas.

O patrimônio cultural brasileiro compreende "os bens materiais e imateriais, tornados individualmente ou em conjunto, portadores de referenda a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressões; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

A Constituição do Estado de Minas Gerais - art. 208 e 209 - reafirma o texto da Constituição Federal e acrescenta que o Estado, com a colaboração da comunidade, fará a "repressão aos danos e as ameaças a esse patrimônio" e que "a lei estabelecera piano permanente para proteção do patrimônio cultural do Estado, notadamente dos núcleos urbanos mais significativos".

A função do patrimônio "histórico" na pratica política das classes dominantes e relativamente fácil de estabelecer, e seus marcos físicos, ainda que precariamente, estão preservados. Mas a relação ativa que as lutas do povo estabelecem com seu passado e muito mais complexa. O poder mobilizador da memória popular já estabelece suas datas - como o 7 de outubro, o 20 de novembro - e seus monumentos - como o de Volta Redonda. Mas a memória dos trabalhadores esta cheia de Iembran5as das greves que marcaram profundamente nossa história recente. Ate quando as grandes greves, as

datas e monumentos das lutas do povo vão permanecer arquivadas na memória dos trabalhadores? Ate que ponto fazem parte apenas da experiência coletiva dos trabalhadores?

O passado e objeto de lutas políticas muito vivas e o recurso a memória popular precisa ser organizado sistematicamente. É preciso uma política de comunicação entre as gerações para que os idosos contem suas Iembran9as e novas versões da história venham á tona. Trata-se de resgatar, como patrimônio cultural, a capacidade do povo brasileiro de tomar as rédeas de seu destino.de exercer plenamente a sua cidadania.

Assim, a política pública de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro terá que identificar e inventariar toda uma gama vasta de formas de expressão ate então desconsideradas.

O IBPC, particularmente, enquanto serviço público federal, enfrentar numerosas questões e muitos estudos e pesquisas tomam-se necessários para esclarecimentos teóricos e práticos, já que o qualitativo afirma sua primazia sobre o quantitativo, o descontinuo sobre o continuo, o coletivo sobre o individual, o plural sobre o singular.

Todas as questões devem ser abordadas no campo da eficácia política, e não no campo da erudição. O rigor científico não e uma exigência intelectual abstrata, mas uma das condições de um trabalho coerente.

Os cientistas sociais em geral, e os historiadores em particular, tem uma tarefa gigantesca no resgate das lutas de classe e dos conflitos sociais ao longo da história brasileira.

O tema Memória e Patrimônio Histórico, melhor dizendo Memória e Patrimônio Cultural esta a exigir de todos nos um trabalho "ombro a ombro" que propicie outras leituras dos bens culturais consagrados, mas que também favorece a desocultação dos fatos históricos, posto que passado, presente e futuro não são dados, são criados,

Finalmente, concluo esta minha provocação citando Walter Benjamim, para quem "nunca houve um monumento da cultura, que não fosse também um monumento da barbárie."³

NOTAS

- 1- CHESNEAUX J. Du passi faisons table rase? a propos de V historie et des historiens. Paris: Maspero, 1976.
- 2- FENELON, Dea Ribeiro. *Trabalho, cultura e hitória social;* perspectivas de investigação. Projeto História. São Paulo: PUC/SP, 4:21/37, 1985.
- 3- THOMPSON, E.P. *The Politics of Theory in peoples History and Socialist Theory.* London: Raphael Sammuel, 1981, cit. in: FENELON, D.A. op. cit.
- 4- BRASIL, Constituição: Republica Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centre Gráfico, 1988; MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.
- 5- BENJÁMIN Walter. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.

MESA-REDONDA

A CRISE DAS EDEOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Angelo Carrara

O objetivo desta exposição e tentar estabelecer um inventario de eventos válido para a compreensão das transformações ocorridas nos últimos doze anos no âmbito das relates internacionais e das diretrizes das políticas econômicas delineadas por um número considerável de países.

Para isso, escolheram-se os acontecimentos políticos do triênio 1978-80 e o quadriênio 1987-90, respectivamente, como inicio e fim dessa demarcação. E em 1978 que ocorre a invasão vietnamita do Camboja, derrubando o governo do Khmer Vermelho. Em 1979, podem ser enumerados a vitória da revolução sandinista na Nicarágua, a revolução islâmica no Ira, a invasão soviética do Afeganistão, o inicio da Kai Phang na China e a eleição da conservadora Margareth Thatcher como primeira-ministra da Grã-Bretanha. O triênio se encerra com a eleição de Ronald Reagan no final de 1980 para a presidência dos E.U.A, alem da guerra Ira-Iraque, do inicio da guerra civil em El Salvador, da radicalização das posições israelenses na Palestina e da fundação do Solidariedade na Polônia.

A invasão vietnamita veio a se tomar o principal problema político para a completa integração do sudeste asiático, desde o fim da guerra do Vietnã. A Revolução Sandinista, a Revolução Islâmica Iraniana e a Invasão Soviética do Afeganistão constituirão a tríade dos problemas da política internacional a serem enfrentados pelos E.U.A e convergirão para o escândalo Ira-Contras ocorrido em 1988. Já a guerra Ira-Iraque, conjugada com a questão palestina, representou o principal problema defrontado pelo mundo mulçumano, não obstante o envolvimento de vários países não islâmicos.

Alem da ascensão de Thatcher e Reagan ao poder, e licito considerar que os anos oitenta são inaugurados quanto as questões de política econômica, por uma onda conservadora que atingiu a Alemanha com Helmult Kohl e o Jápao com Nakasone, em 82, e o Canada com Mulroney, em 84; e nem a Franca do socialista Mitterrand ficou ilesa, apos a eleição de Jacques Chirac como primeiro-ministro em 86. Deve-se apontar também a emergência, no mesmo período, dos Tigres Asiáticos, com posturas ditas "pragmáticas". Se e claro que a ascensão de tais governos assinalou uma resposta ao processo inflacionário generalizado do final da década de 70 - 12% em 80 - e claro também que as políticas de estabilização, adotadas pelos Sete Grandes, geraram uma profunda recessão econômica internacional, talvez a mais profunda desde os anos 30. Dois fatores ainda assim podem ser citados como responsáveis pela atual fase de expansão iniciada em 83: os E.U.A vêm

desempenhando o papel de motor dessa expansão em função de sua acentuada demanda d_e importação; as taxas reais de juros para os empréstimos em dólares nos mercados internacionais - qu_e entre 1973 e 1980 era de 1% em media - elevaram-se a partir de 81 para uma media de 8%. Instalado no poder, o conservadorismo não alterou suas atitudes durante os últimos anos. A Kai Phang chinesa podia ser apontada,então, como indicio da vitória da "livre iniciativa" em escala planetária. A criação do Sindicato Livre na Polônia naquele momento atestava, por outro lado, a ascensão de um movimento de contestação do regime comunista.

No entanto, no quadriênio compreendido de 1987 a 1990 observa-se profunda alteração no panorama político mundial, que de fato tem implicado uma reavaliação por parte dos governos conservadores. Alias, em 1985, com a chegada ao poder de Mikhail Gorbachev, iniciou-se o levantamento das restrições políticas na URSS. Mas e em dezembro de 1987 que as duas' superpotências assinaram o acordo INF de Washington, para a redução dos mísseis de pequeno e médio alcance baseados em solo europeu. O crasch da bolsa de Nova Yorque em outubro - anunciando que a Reaganomics estava com os dias contados - e a eclosão da intifada, as agitações antiisraelenses nos territórios palestinos ocupados por Israel em dezembro merecem atenção pelas conseqüências futuras,

Em 1988, ano da implantação da Perestroika, a Câmara dos Deputados dos EUA rejeitou o pedido do presidente Reagan de ajuda aos guerrilheiros anti-sandinistas, justamente no mês do anúncio do escândalo Ira-Contras. 1988 caracterizou-se ainda pelo retorno da paz em varias regiões: foram iniciadas as conversações entre o Ira e o Iraque para por fim a guerra do Golfo; entre Angola, República Sul-Africana e Cuba para a solução dos conflitos entre esses três países e a Namíbia e entre China, Vietnã e URSS para por termo a ocupação vietnamita no Camboja. Os princípios de um acordo de paz entre o Marrocos e a Frente Polisário do Saara Ocidental foram aceitos. No final daquele ano, o próprio governo americano aceitou dialogar com a OLP, depois que o Congresso Nacional Palestino declarou a independência dos territórios árabes ocupados por Israel, e, por último, foram firmados os protocolos para a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão.

Será a partir de 1989, contudo, que o conjunto de fatos que hoje domina a atenção mundial precipitar-seia: a queda dos governos comunistas do Leste Europeu e as demais mudanças nas suas estruturas de poder, as transformações operadas pelo governo da África do Sul, o avanço eleitoral do fundamentalismo islâmico no mundo árabe, combinado com o retorno do discurso pan-arabista e os propósitos neoliberais dos governos latino-americanos recém-empossados.

Alguns fatos isolados tiveram importância mais localizada, apesar da repercussão internacional. É o caso do massacre da manifestação pro - democracia dos estudantes na praça da Paz Celestial em junho, em Pequim, a consolidação, pela via eleitoral, do governo iraniano apos a morte de Khomeini, em julho e a visita de Gorbachev a China em maio.

Os movimentos políticos que levaram a queda dos regimes comunistas do Leste Europeu - o "Outono do Povo" - precipitaram- se em setembro, quando a Hungria abriu sua fronteira com a Áustria, dando início a fuga em massa de milhares de alemães orientais para aquele pais e para a Alemanha Ocidental, encerrando-se em dezembro na Romênia e na Tchecoslováquia, apos ter passado pela Alemanha Oriental e pela Bulgária. O movimento nas ruas foi consolidado por eleições realizadas desde marco deste ano em todos os países do Leste, com a vitoria dos não- comunistas, exceção para a Romênia., que elegeu membros do antigo PC. Mesmo na Croácia e Eslovênia os comunistas foram derrotados.

Já na URSS, as mudanças vem sendo operadas de forma mais gradual, posto que abrangem discussões bem mais amplas, como o caso do estatuto jurídico das quinze Repúblicas. Mas a partir da abolição do monopólio do PCUS em fevereiro, declarações de independência das repúblicas vem se tomando constantes, num processo deflagrado pelos Estados bálticos e seguido pelas demais

repúblicas, inclusive pela Carélia - lima região administrativa da RSS da Rússia.

Os conflitos étnicos, iniciados em 1988 pelos armênios e azerbaijanos continuam, encerrando hoje disputas entre usbeques e quirguizes.

Os "ventos liberalizantes" sopraram ate na distante Mongólia e na Albânia.

No campo das relações entre os dois blocos de poder, junho de 1990 assistiu a assinatura DOS tratados em Washington entre Bush e Gorbachev proibindo a fabricação de armas químicas pelas superpotências e destruição de todo o arsenal ate cinco mil toneladas para cada lado, estabelecendo redução de 30% das ogivas nucleares de longo alcance, alem de outros documentos visando o estreitamento das relates entre os dois Estados. Alem disso, e no mesmo mês, os chefes dos sete Estados membros do Pacto de Varsóvia emitiram um comunicado conjunto segundo o qual ate novembro de 90 o Pacto devera adotar novos estatutos transformando-se numa organização política.

No Oriente Médio, a reunificação do Iêmen, em maio, realçou, na reunião de Cúpula de Bagdá, realizada no mesmo mês, o ressurgimento do discurso pan-arabista, cuja liderança e disputada pelo Egito, pelo Iraque e pela Síria. No entanto, a crise no Golfo Pérsico, gerada pela anexação do Kuwait pelo Iraque, provocou, ao contrario, uma cisão entre as principais lideranças. Em contrapartida, junho foi o mês em que a coalizão Likud e mais cinco partidos religiosos direitistas venceram e constituíram o governo israelense, prenunciando o retorno da linha dura de infaustas conseqüências para a questão palestina. Some-se a isso o crescimento do fundamentalismo islâmico (no Sudão, Jordânia, Argélia e Tunísia).

Já no Extremo Oriente, a détente tampouco e menos sentida. Ainda em maio, Formosa propôs a reunificação a China continental e em junho foram reiniciadas conversações sobre a reunificação das duas Coréias. Mesmo a China popular esboça uma atitude mais branda, ao anunciar a anistia em junho de presos políticos, com o objetivo de melhorar a imagem do governo, interna e externamente, e garantir o status de "nação mais favorecida" junto aos Estados Unidos. O Sudeste Asiático foi saudado com o anuncio de abertura do dialogo com o Vietnã pelos EUA para impedir o retorno do Khmer Vermelho ao poder.

Desde setembro de 89, a África do Sul vem conhecendo reformas, quando da eleição de Frederik de Clerk. A partir de então seguiu-se a libertação de vários presos políticos culminada em fevereiro de 90 com a libertação de Nelson Mandela e a legalização do Congresso Nacional Africano. A Namíbia e nação independente desde esse mês. Outras partes da África, como o Quênia, Moçambique e Angola também mostraram sinais de reforma.

Na América Latina, aos golpes militares característicos dos anos 60 e 70, seguiu-se uma onda redemocratizante nos anos oitenta no continente. Por outro lado, em meados dos anos 80, e como uma tentativa de resposta a crise da dívida externa a partir de 82, foram elaborados pianos heterodoxos de estabilização econômica sem os resultados esperados (85 no Peru e Argentina, 86 no Brasil), simultaneamente a outro projeto, ortodoxo, aplicado na Bolívia a partir de 85. O continente vem sendo varrido desde 80 por uma crescente onda neo-liberal e a proposta norte- americana conhecida como "Iniciativa para as Américas", objetivando a formação de um mercado comum, tem sido objeto de estudos por parte desses países. Os próprios EUA, em junho, acordaram com o Japão um conjunto de medidas a serem adotadas pelos dois países para tomar os dois mercados mais abertos e eficientes. Um mercado comum na América do Norte também esta para ser implantado (USA, Canadá e México).

Pode-se, assim, destacar o triênio de 1978 a 1980 como momento de eclosão de uma serie de conflitos cuja resolução dar-se-á apenas no final da década de oitenta. Não obstante, se foi o desmoronamento estupefaciente dos regimes comunistas que deu realce ao final da década, este foi um tanto esmaecido pela crise em curso do Golfo Pérsico, em função do desastre que ela vem

causando na economia ocidental.

Tais são os fatos que destacamos e que devem ser levados em consideração par; entendimento da atual crise das ideologias contemporâneas.

COMUNICAÇÃO

DEMOGRAFIA DA ESCRAVTOAO NORTE-MINEIRA NO SÉCULO ${\sf XIX}^1$

Tarcisio Rodrigues Botelho Prof. do Depart. de História da Universidade Estadual de Montes Claros

INTRODUÇÃO

A historiografia econômica da Minas Gerais provincial, passou ao longo da década de 1980 por uma complete redefinição. O quadro de estagnação e regressão econômica traçado para o século XIX mineiro foi suplantado por uma serie de estudos que, a partir de amplas bases empíricas, apontaram para uma sociedade com um dinamismo particular.

O debate iniciado com o trabalho de Roberto Martins acerca das peculiaridades assumidas pelo escravismo em Minas Gerais² tem gerado uma serie de outros estudos que se dividem, grosso modo, entre aqueles que apontam para uma realidade econômica mais complexa que a descrita por Roberto Martins³, e aqueles que se voltam para o comportamento da população escrava dentro da província mineira.

Nossa atenção, neste momento, se volta para este último segmento do debate. O estudo das características demográficas da população escrava mineira tem se mostrado especialmente rico. Apontando a reprodução natural da população cativa mineira como um elemento importante no seu sistema escravista, o caminho aberto por Francisco Vidal LUNA e Wilson CANO⁴ tem surgido como hipótese bastante promissora na compreensão de parte da peculiaridade da província mineira. Uma serie de outros trabalhos⁵ mostram evidencias de processes de reprodução natural entre os escravos mineiros e avançam algumas hipóteses explicativas'.

No estagio em que atualmente se encontram tais pesquisas, acreditamos ser profícuo o redirecionamento dos estudos, sentido do abandono de perspectivas por demais abrangentes e da volta a percepção de realidades locais. O estudo de áreas mais restritas permite não só o aprofundamento das pesquisas específicas como ainda o mapeamento dos comportamentos distintos perceptíveis na província mineira. E neste âmbito que pretendemos trabalhar, abordando o norte da província, uma região sem ligações diretas com atividades de exportação, para a qual se verticalizara a pesquisa com o uso de materiais empíricos mais ricos e detalhados. Pretendemos perceber as especificidades e os

pontos comuns de uma região economicamente subordinada em relação ao restante da província Procuraremos, com isto, detectar variantes da demografia escrava de Minas Gerais como um todo para assim apontar novos rumos a trabalhar.

Nesta comunicação, apresentaremos os resultados obtidos para dois distritos da região: Vila Januária e São Jose de Formigas, ambos distritos-sede dos municípios de Januária e Montes Claros de Formigas. Pretendemos trabalhar com o período entre 1810 e 1888, quando se esta diante de uma superação definitiva do antigo pacto colonial, dado pela vinda da família real portuguesa para o Brasil e o posterior processo de independência. No contexto regional, observamos uma situação desligamento dos condicionantes primeiros da sua ocupação e desenvolvimento, qual seja, a expansão da pecuária nordestina e o surto minerador, tanto de Minas Gerais quanto de Goiás e outras províncias. Assim, apesar da precariedade das informações acerca da região, podemos afirmar que a mesma se encontrava com uma economia estruturada em moldes razoavelmente estáveis, subordinada as outras regiões mais dinâmicas de Minas Gerais e províncias vizinhas.

Neste primeiro momento da pesquisa, lançamos mão de duas fontes principais de dados: listas nominativas, existentes para a década de 1830; e inventários abrangendo todo o corte temporal a trabalhar. As listas nominativas, por seu caráter pretensamente exaustivo no levantamento da população a qual se referem, permitem um amplo estudo, no qual esperamos deixar observar indícios claros de processos de reprodução natural. A utilização dos inventários pretende fornecer uma fonte de dados constituída a partir de princípios uniformes e conhecidos que abranja um período maior de tempo. Procuramos, com isto, expandir as conclusões obtidas a partir do estudo das listas.

A DEMOGRAFIA REGIONAL: A DÉCADA DE 1830

As listas nominativas de habitantes aqui utilizadas fazem parte de dois esforços de inventariação sistemática da população de Minas Gerais ao longo da década de 1830, o primeiro em 1831/32 e o último entre 1838 e 1840⁷. A semelhança de propósitos na realização destes "censos provinciais abre caminho a comparação entre os dois momentos. Entretanto, seu caráter fragmentário será nosso principal obstáculo. Isto porque não possuímos listas de habitantes nos dois momentos par, os distritos em questão. Assim, há apenas um documento para Montes Claros em 1832 e outro para Januária em 1838. Apesar da diferença de datas na realização destes levantamentos, acreditamos que os mesmos são minimamente comparáveis entre si.

Foi identificada uma população total de 3344 habitantes para o distrito de Montes Claroi em 1832, e 1971 habitantes para o distrito de Januária em 1838. Para Montes Claros, temos um população escrava de 499 indivíduos, representando, assim, cerca de 15% da população total, enquanto para Januária esta população e da ordem de 642 pessoas, 35% da população total do distrito.

Esta grande diferença de peso da população escrava nos distritos em questão se deve própria situação econômica vivida por ambos naquele momento. Ate meados da década de 1840, Montes Claros ainda será uma localidade de economia restrita, a baseada no comercio de produtos locais com a região central da província. Januária, por sua vez, como reflexo da vizinhança com o rio São Francisco e das ligações com a Bahia, apresentara um ativo comercio, ao qual se ligara um; agricultura comercial também importante, baseada, sobretudo no fabrico dos diversos derivados da cana-de-açúcar.

As Tabelas 1 e 2 apresentam as populações destes distritos divididas conforme a condição social, idade e sexo. Tomando o comportamento da população livre como termo de comparação, percebemos uma tendência a concentração do contingente cativo nas faixas etárias mais elevadas, especialmente entre os homens. Entretanto, ao realizarmos a divisão da população escrava entre

aqueles nascidos no Brasil e os Áfricanos⁸, vemos descortinar algo distinto (Tabelas 3 e 4). Há um significativo avanço na participação, entre os brasileiros, de indivíduos que podemos denominar de crianças (ate 14 anos), em detrimento daqueles com 30 anos e mais. Os Africanos, por sua vez, caracterizam-se pela pequena participação de crianças, e por uma presença restrita de mulheres, resultando em altas razoes de masculinidade. Entre os escravos brasileiros as razoes de masculinidade apresentam-se equilibradas.

Quando comparamos os dois distritos, vemos que Januária apresenta uma maior presença de escravos nas faixas etárias mais valorizadas (entre 15 e 44 anos), alem de um maior desequilíbrio entre os sexos, mesmo entre os escravos nacionais. Estas evidências reforçam o que foi dito acima acerca de uma economia mais dinâmica neste último distrito.

A partir deste quadro geral e possível inferir, a nosso ver, a presença de processos de reprodução natural do elemento cativo que estariam a influenciar, em maior ou menor grau, a reposição e o aumento desta população. A forte presença de crianças entre os escravos nacionais ocorre lado a lado com uma significativa presença de escravos jovens e mesmo de Africanos, deixando entrever uma situação econômica que, embora não se iguale a de outras regiões mais dinâmicas da província, não pode ser descrita como de estagnação ou regressão.

A POPULAÇÃO ESCRAVA NO SÉCULO XIX: TENDÊNCIAS

As Tabelas 5 a 8 apresentam o resultado do levantamento dos escravos arrolados em inventários guardados nos cartórios dos municípios de Montes Claros e Januária relativos aos distritos em questão. A divisão desta população conforme a década em que foi realizado o inventario e segundo a dimensão destes planteis (Tabelas 5 e 6) permite traçar o que seria a tendência da distribuição dos cativos conforme o tamanho da propriedade.

Os dados apresentam um comportamento bastante irregular, fruto, principalmente, da pequena amostra disponível. Entretanto, podemos dizer que ate a década de 1860 ha uma forte presença de escravos em grandes planteis (15 e mais cativos), enquanto ha uma tendência declinante dos planteis de médio porte (5 a 14 escravos). Para as pequenas propriedades (1 a 4 escravos), ha uma preservação de sua participa9ao no distrito de Montas Claros, enquanto em Januária eles apresentam um comportamento variável. Os dados das décadas de 1870 e 1880 tem seu comportamento influenciado pela conjuntura de superação definitiva do escravismo.

O que ha de mais significativo nos dados colhidos nos inventários com respeito a reprodução natural destas populações encontra-se nas Tabelas 7 e 8. Nestas vemos as crianças escravas distribuídas segundo o tamanho do plantel. Em cada grupo de plantel temos o peso relativo das crianças sobre o total de escravos em cada plantel, e o peso relativo do plantel no total de crianças. Assim, em Montes Claros, na década de 1830, as crianças representavam 33,3% do total de escravos dos pequenos planteis. Estas crianças em pequenos planteis, por sua vez, respondiam por 18,8% do total de crianças encontradas naquela década.

A Tabela 7 nos mostra que em Montes Claros, ao longo do século XIX, houve um aumento da participação das crian9as em todos os grupos de planteis. Este aumento, todavia, foi especialmente importante nos médios planteis, dada sua constância e seu forte peso. Quanto a distribuição do total de crianças entre os planteis, houve uma diminuição da participação dos pequenos planteis em função principalmente de um aumento da participação dos grandes proprietários.

Para Januária (Tabela 8), ha um recuo das crianças nos pequenos planteis e, aparentemente,

também nos grandes. Apenas as medias propriedades apresentam um comportamento minimamente regular, no sentido da preservação de uma forte participação destes indivíduos ao longo do século Quanto ao total de crianças, ha em alguns momentos perda de espaço dos pequenos planteis em favor das grandes propriedades.

Destas constatações parece emergir um quadro em que os planteis de media dimensão se constituem em locais favoráveis a presença de crianças. Esta tendência em se localizar crian9as em propriedades de médio porte pode significar também um ambiente favorável ao desenrolar de processos de reprodução natural, incluindo-se aí à constituição de famílias estáveis dentro da escravaria. As pequenas e grandes propriedades, apesar de incluírem crianças em proporções significativas, parecem encerrar certos riscos e gerar certa instabilidade que não permite uma maior continuidade na observação destes processos.

O caráter exploratório deste trabalho e as restrições do material empírico não permitem um maior aprofundamento do tema ou uma consolidação das impressões iniciais. Entretanto, abre caminho a indagações importantes. A mais significativa delas diz respeito as condições que favorecem as ocorrências de processos de reprodução natural entre os cativos. Dentro destas indagações, por sua vez, inscreve-se a preocupação com a família escrava. Outro aspecto importante refere-se as ligações entre o comportamento demográfico dos escravos e a economia como um todo. Quais as influências sobre os cativos da economia em geral e das atividades econômicas desenvolvidas em cada plantel em particular são questões que podem ser exploradas de modo bastante promissor a partir de documentação tão rica em informações quanto as listas nominativas e os inventários post-mortem.

TABELA 1

POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL

MONTES CLAROS, 1832

FAIXA	LIVRES				ESCRAVOS				RAZÃO DE	
ETÁRIA									MASCULINI-	
									DADE	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		LI-	ES-
	ADC 0/		A D C O		A D G L O/		A D G 0.4		VRES	CRA-
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%		VOS
0-14	626	22	616	21.6	93	18.6	65	13	1.02	1.43
15-29	372	13	402	14.1	106	21.2	78	15.6	0.93	1.36
30-44	209	7.3	236	8.3	54	10.8	40	8	0.89	1.35
45-59	136	4.8	119	4.2	29	5.8	14	2.8	1.14	2.07
60 +	73	2.6	55	1.9	14	2.8	6	1.2	1.33	2.33
S/INF.	1	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0		
TOTAL	1417	49.8	1428	50.2	296	59.3	203	40.7	0.99	1.46

Fonte: Arquivo Publico Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06.

Obs.: Excluídos 6 casos de não informação do sexo, na faixa etária de 0-4 anos.

TABELA 2

POPULAÇÃO POR IDADE, SEXO E CONDIÇÃO SOCIAL JANUÁRIA, 1838

FAIXA ETÁRIA		UVI	RES	ESCRAVOS				RAZAODE MASCULINIDA- DE		
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULH	MULHERES		ES- CRA-
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	VRES	VOS
0-14	273	20.6	259	19.4	102	15.8	102	15.8	1.05	1
15-29	184	13.8	183	13.8	95	14.8	96	15	1.01	0.99
30-44	124	9.4	126	9.4	88	13.7	49	7.6	0.98	1.8
45-59	51	3.9	54	4	39	6	18	2.8	0.94	2.17
60 +	39	3	35	2.7	23	3.6	8	1.3	1.11	2.88
S/INF.	1	0	0	0.0	0	0.0	0	0.0		
TOTAL	672	50.6	657	49.4	347	56	273	44	1.02	1.27

Fonte: Arquivo Publico Mineiro, Mapas de População, PP 1/10, ex. 15, Doc. 03.

TABELA 3

POPULAÇÃO ESCRAVA POR IDADE SEXO E ORIGEM ("RAÇA")

MONTES CLAROS, 1832

FAIXA ETÁRIA			ÁFRIC	CANOS	RAZAODE MASCULINTDA- DE					
	HOMENS		MULHERES		HOME	HOMENS		MULHERES		ÁFRIC ANOS
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	CIO- NAIS	ANOS
0-14	79	20.5	64	16.6	9	8.7	1	1.0	1.23	9.00
15-29	73	19.0	69	17.9	31	30.1	8	7.8	1.06	3.88
30-44	25	6.5	35	9.1	28	27.2	3	2.9	0.71	9.33
45-59	16	4.2	12	3.1	13	12.6	2	1.9	1.33	6.50
60 +	6	1.6	6	1.6	8	7.8	0	0.0	1.00	ERR
TOTAL	672	50.6	657	49.4	347	56	273	44	1.02	1.27

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Mapas de População, Pasta 13, Doc. 06.

TABELA 4

POPULAÇÃO ESCRAVA POR SEXO, ORIGEM ("RAÇA")

E GRUPOS ETARIOS ESCOLHIDOS

JANUÁRIA, 1838

FAIXA ETÁRIA		NACIONAIS				ÁFRICANOS				RAZAO DE MASCULINIDA- DE	
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES		NA-	ÁFRIC	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%			
0-14	101	19.6	102	19.8	1	1.0	0	0.0	0.99	ERR	
15-29	76	14.7	90	17.4	19	18.3	6	5.8	0.84	3.17	
30-44	46	8.9	42	8.1	42	40.4	7	6.7	1.10	6.00	
45-59	24	4.7	15	2.9	15	14.4	3	2.9	1.60	5.00	
60 +	13	2.5	7	1.4	10	9.6	1	1.0	1.86	10.00	
TOTAL	260	50.4	256	49.6	87	83.7	17	16.3	1.02	5.12	

Fonte: Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, PP 1/10, Cx. 15,

Doc. 03.

Obs.: Excluídos os casos de não informação da idade (ver Tabela

2).

TABELA 5

POPULAÇÃO ESCRAVA INVENTARIADA, SEGUNDO A DIMENSÃO DO PLANTEL

MONTES CLAROS

DATA	1-4		5-	-14	1:	15 +		
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	
1810-19	9	36.0	16	64.0	0	0.0	25	
1820-29	20	27.4	53	72.6	0	0.0	73	
1830-39	43	21.7	52	26.3	103	52.0	198	
1840-49	59	26.7	121	54.8	41	18.6	221	
1850-59	77	26.9	112	39.2	97	33.9	286	
1860-69	82	16.0	169	33.0	261	51.0	512	
1870-79	58	26.7	139	64.1	20	9.2	217	
1880-88	21	14.4	104	71.2	21	14.4	146	
TOTAL	369	22.0	766	45.6	543	32.4	1678	

Fonte: Montes Claros, Cartório do Primeiro Oficio, Inventários.

COMUNICAÇÃO

O ALUNO TRABALHADOR

Das possibilidades de um cotidiano político a uma política para cotidiano

Elisabeth da Fonseca Guimarães

A vida do estudante noturno, assim como a de tantos grupos sociais, esta permeada por uma multiplicidade de relações, muitas vezes, visíveis e abordáveis; outras vezes, imperceptíveis e mesmo impenetráveis. Grande parte dos jovens só se escolariza devido a existência de escolas noturnas, que são freqüentadas, em sua maioria, por trabalhadores, que ocupam suas horas diárias nas mais diversas atividades.

Neste estudo, a proposta e conhecer o aluno da Escola Noturna de Uberlândia, de 5^s a 8' serie do 1º grau, e aprender o caráter político que lhe envolve o cotidiano. Sem a pretensão de dai conta da totalidade, delimitamos o universo empírico desta investigação a partir da experiência de vida desses jovens: a escola, o trabalho, o que decidimos conceber como a recriação da liberdade e o seu procedimento político frente a realidade. Por esse universo nos enveredarmos a procura de uma compreensão maior, não apenas dessa realidade especifica, mas também da sociedade em que vivemos.

Buscamos os elementos, para nossa analise, na própria experiência de vida desse jovem: a infância encurtada, o trabalho precoce, a luta diária pela sobrevivência. Elegemos o ambiente escolar, mais especificamente o turno da noite, o lugar onde esses jovens encontram-se, conhecem-se, relacionam-se, como o espaço principal para o trabalho de campo. Um espaço político de troca de experiência, de tomada da consciência, de decisão, de ação.

A escolha das escolas se fez a partir da distancia que elas teriam em relação ao centro da cidade, com a preocupação de selecionar escolas de vários bairros, de modo a obter uma amostra representativa de nosso universo. Ao total, foram sete as escolas visitadas, desde a localizada na praça principal da cidade ate aquela que se distancia 11 quilômetros do centro.

Para o trabalho de campo, apoiamo-nos em E. P. Thompson e em sua maneira peculiar de "fazer História". Para isso, elaboramos nossa analise com base em conceitos construídos a partir da vivencia desses indivíduos. Valorizamos seus depoimentos, conversas, opiniões. Ate mesmo a exclamação mais banal, mais corriqueira, foi considerada. Essas falas foram cuidadosamente registradas na dissertação final. Alem de evidenciarem a riqueza do grupo investigado, elas nos aproximaram de nossos propósitos de pesquisa.

A fundamentação teórica deste estudo foi construida a partir do pensamento marxista, iniciando pelo próprio Marx e sua concepção de homem, enquanto ser histórico e transformador da realidade. Na trilha do marxismo, chegamos a Gramsci, fil6sofo contemporaneo que pensou o homem como produto da praxis, ou seja, o fazer humano concreto, econômico, produtivo.

A vida cotidiana do aluno notumo e vista por nos como um momento precioso para apreensão dessa praxis. No seu acontecer, acreditamos da-se a critica do senso comum, a passagem da visão primitiva e não elaborada para a construção de uma concepção de mundo própria, de modo a intervir efetivamente na realidade.

O pensamento de Gramsci e fundamental a esta invéstigação, porque nele encontramos passagens que se referem a aspectos gerais de nossa analise, como a possibilidade de transformar a realidade, através da vontade e da ação dos homens, e a aspectos mais especificos, diretamente ligados a questão educacionai, visualizando o aiuno noturno, o promoter de uma nova ordem social. Para nos, a riqueza de Gramsci encontra-se nessa nova leitura do marxismo, o que abre a brecha para que a esfera estrutural seja vista, também, como terreno da consciência e da humanidade. Essa nova leitura so nos e possível pelo carater dialetico dessa filosofia, o que nos conduz a uma estrategia de ação revolucionaria, privilegiando o lado político do individuo. Nessa dialetica nos apoiamos para pensar o cotidiano de nosso invéstigado: uma totalidade fertil para atuação politica, entendida, aqui, enquanto pratica que envolve todas as ações do homem em sociedade.

A) Escola e trabalho: Como não pensa-los juntos?

O aluno notumo, por sua própria especificidade, so pode ser conhecido vinculado a escola, que Die atribui a condição de aluno, e ao trabalho, razao primeira que o leva a procurar os cursos notumos para se escolarizar. Nosso invéstigado e adolescente, com o fisico em formação. Trabalha, em media, mais de 8 horas diarias, e, sem exceção, estuda a noite.

E um trabalhador que ocupa, durante todo o dia, as mais diversificadas atividades, em posição, quase sempre, de subemprego, executando tarefas de extrema responsabilidade: "professor" de matemal, baba, motorista, desenhista, marceneiro, domestica, mecanico, e outros. No que se refere ao cumprimento de seus direitos trabalhistas, a situação assume outro aspecto, de trabalhador eie passa a ser "o menino". Raramente esta registrado em carteira, o salario nem sempre atinge o minimo oficialmente estipulado e o pagamento de horas extras, ferias ou acertos de dispensas são feitos através de "acordos". Mais de uma dezena de vezes deparamos com alunos, com menos de 14 anos, que trabalham desde os 11 sem nenhuma garantia, em atividades nada infantis.

E a escola? Ela participa efetivamente da vida do aluno noturno, de modo a esclarece-lo quanto a seus direitos de trabalhador? Não ha única resposta para essa questão e nem como generalizar. O que existem são fatos, tomadas da realidade que nos encorajám a pensar a escola como um espaco de discussão, de conscientização, de luta. Para isso, 6 preciso ve-la como um elemento ativo na sociedade. Apreender-lhe a organicidade de uma institui?ao que esta viva, que e pane integrante da História.

Para o nosso aluno, a escola representa um caminho para se alcançar uma vida melhor: um trabalho mais "maneiro", a compreensão da realidade através do conhecimento escolarizado, o respeito das pessoas decorrente desse conhecimento. E um espaco de mudanca, por onde ele sonha com uma vida mais digna, menos sofrida.

Em nossas explorações, não encontramos uma única Escola Notuma. Se existe aquela que ignora por complete quem e o aluno notumo e age como se ele não existisse, ha também aquela que precisa ser ampliada e fortalecida (já que se mostra fragil, restrita, ameagada) e que tem a coragem de confiar nesses jovens trabalhadores e por eles, e em direção a eles, tem sido capaz de repensar sua

prática.

B) A liberdade recriada: como o aluno trabalhador reconstr6i este espaço cotidiano

O tempo de trabalho e determinante na vida do aluno noturno. Em detrimento dos "outros tempos" que compõem seu cotidiano, seja o dedicado à escola, ao descanso ou ao que nomearemos de recriação da liberdade, ele se impõe como uma necessidade.

Em nossa análise, apreendemos a capacidade desse jovem para lidar com essa determinação a ponto de conseguir levar uma vida mais leve, mais divertida, mais feliz, sem deixar, com isso, de ser um trabalhador, um estudante, ura ser político. Esta capacidade se evidencia nos momentos em que ele recria a própria liberdade, ou seja, subverte o convencional e atribui a situações, como o trabalho e o estudo, objetivos totalmente contraditórios aqueles que lhe são conferidos oficialmente,

Os momentos de recriação da liberdade existem na vida do aluno trabalhador como parte do tornar-se homem. Eles se traduzem em um se soltar interiormente, na construção de pianos para o future, em viagens do pensamento. Uma reconstrução que acontece continuamente através de permutas entre a seriedade do trabalho e da escola e a vivacidade que lhe e própria da idade. Eles não são simples resistência ao mundo disciplinado. São vitais ao cotidiano desse jovem. Atuam como suportes reconstrutores da experiência diária, permeando a face adulta da responsabilidade com o infantil, o lúdico, o irreverente e o ingênuo de seu tempo.

C)O aluno trabalhador e a manifestação de sua face política

Para apreender a face política do aluno trabalhador, partimos de acontecimentos que não tem caráter político restrito, mas de fatos corriqueiros, de depoimentos de pessoas comuns, sem a intenção ou a projeção de liderança. Optar por esse tipo de analise só foi possível pelo próprio modo como pensamos o homem, em sua capacidade infinita de atuar sobre a realidade, manifestada através das mais primarias decisões, das mais elementares atividades.

O ambiente escolar foi o nosso principal campo de pesquisa. Por isso mesmo, a maioria de nossos debates girou em torno da questão educativa ou foi perpassada por ela. Observamos que a escola pode, e muito, contribuir para o avanço político do aluno noturno, ainda que raramente o faça. Esse aluno tem consciência que o saber escolarizado e fundamental para que ele possa fazer uma leitura coerente da política que se pratica no país, principalmente quando se trata de decifrar o discurso do poder. Mais que isso, esse saber o ajuda a compreender as situações mais elementares de seu cotidiano, a fazer uma avaliação da vida que leva, das relates que estabelece no trabalho, do conteúdo que lhe e transmitido em sala de aula.

A escola pode contribuir definitivamente para o crescimento político do aluno noturno, não apenas em sentido restrito, o que envolve a militância como ponto de partida, mas em sentido amplo, que e próprio da condição humana e que possibilita a esse jovem uma participação consciente na realidade, tornando-o um promotor da história de seu país e não apenas um mero espectador.

Sobre a educação política informal que acontece através dos meios de comunicação, ha de se considerar a influencia marcante exercida pelo radio e pela televisão. A brevidade e a rapidez, com que as informações chegam ate os jovens, garante a eficácia do controle ideológico destes instrumentos. O jornal, que poderia contribuir para uma aproximação mais consciente com a realidade, e pouco lido. Sua leitura, quando acontece, depende de intervalos no período de trabalho e da compra dos mesmos por terceiros. O próprio preço já e um obstáculo para fazer deste veiculo um habito.

A participação política deve ser pensada como uma realidade na vida do aluno trabalhador, principalmente se levarmos em conta a media de idade desse aluno e o momenta histórico vivido. Como uma conquista, ela só pode acontecer nos mais diferentes momentos de seu cotidiano. Nesta

pesquisa, constatamos o quanto a educação formal pode levá-lo a se posicionar politicamente. Este posicionamento, entretanto, só pode ser considerado atrelado a forca da Sociedade Civil, enquanto organismo maior, capaz de desencadear mudanças significativas na sociedade brasileira.

D) Quem e o aluno da Escola Noturna?

Neste estudo, não procuramos imprimir nenhum tom definitivo as nossas explorações, mesmo porque, pela própria riqueza do grupo que investigamos, nunca foi nossa intenção oferecer um perfil do aluno trabalhador. Nossa proposta de conhecer o cotidiano desses jovens está atrelada a própria maneira como nos colocamos diante desse grupo, acreditando em suas possibilidades de atuar conscientemente na realidade social.

O nosso aluno trabalhador e um ser carente. De uma carência que se manifesta nos mais diversos momentos de seu cotidiano. Decidimos delimitar sua situação de carência a partir de três aspectos que consideramos marcantes: o material, o afetivo e o político.

A carência material e palpável. A simplicidade dos trajes, a precariedade do material escolar, a preocupação com a possibilidade de lhe cortarem a merenda (o que faz com que a função primeira da escola se desloque para a alimentação) denotam o quanto e difícil para ele garantir um mínimo de condições materiais necessárias a sua sobrevivência. A manutenção dos estudos, então, nem se fala. Qualquer tipo de recurso material que a escola venha a lhe solicitar deve ser visto com cautela.

A carência afetiva e uma outra agravante da Escola Noturna. Grande parte de seus "meninos" sofre deste mal. Alheia a essa questão, pouco ela tem feito para amenizar essa dor. O próprio Serviço de Orientação Educacional, criado com essa finalidade, atende, prioritariamente, os alunos do diurno. A discriminação entre os turnos escolares afeta o aluno nos mais diferentes setores da escola (biblioteca, pátio para Educação Física, presença da diretora, participação em eventos extracurriculares). Ela concorre para acentuar ainda mais as mazelas afetivas que ele traz de casa.

A carência participativa envolve o cotidiano desse grupo em proporções equivalentes a material e a afetiva. Em termos teóricos, ela se identifica com a incapacidade do homem de se impor a realidade histórica e de se fazer a razão primeira das transformações sociais. Presente no trabalho, na escola e em situações esporádicas do seu cotidiano, ela esta, a nosso ver, vinculada a própria história de vida desse jovem. Em termos mais gerais, compõe o legado autoritário dos anos 60, já em termos de pratica dessa pesquisa, ela se apresenta mediante a falta de determinação de nosso investigado, ao se colocar como um mero espectador das decisões tomadas a sua volta.

A militância política, que pode ser incluída nessa situação de carência, e rara no noturno. Ela começa a despontar com a recriação dos grêmios estudantis. Para alem dos muros da escola, essa militância e praticamente inexistente, com o agravo do descrédito e do desinteresse peio homem publico, por parte do aluno trabalhador. Sobre os poucos militantes que encontramos, acreditamos poder visualizar nesses jovens, embriões dos futuros lideres políticos, capazes de desempenhar função "dirigente", "organizativa", "educativa" e "intelectual". Sua presença na escola e importante a medida que seu relacionamento com os colegas esta mediado por interesses comuns. Nascidos da necessidade de o grupo se impor socialmente, esses líderes estão encarregados de defender as reivindicações estudantis para a elaboração de uma nova concepção de mundo, que inclui as aspirações deste segmento social. Sua pratica se faz fundamentalmente importante dentro do espaço escolar, num trabalho cotidiano de buscas de novas lideranças e de conscientização de seus colegas que, enquanto homens, guardam a vocação histórica de transformar a realidade social.

Ao final de nossas explorações, evidenciamos uma concepção cara a vivência do aluno trabalhador, que nos acompanhou por toda a nossa analise, sem que a ela nos referíssemos explicitamente: o conceito de cidadania. Para conceber o cidadão nos apoiamos em D.Saviani, para

quem o cidadão e aquele sujeito de direitos e de deveres, que esta capacitado a participar da vida da sociedade. Esta participação, para acontecer, pode prescindir da cultura letrada e do saber sistematizado, oferecido pela escola.

Olhamos o aluno trabalhador como futures cidadãos. A Escola Noturna e capaz de nos dar provas desta possibilidade através da história de vida de cada um desses jovens, marcada pelo trabalho precoce, pela carência, pela capacidade de recriar a própria liberdade. E através do trabalho de profissionais engajados na tarefa de ensinar, que são capazes de fazer do período noturno um momento precioso no cotidiano do aluno trabalhador.

Nesta pesquisa, nossa disposição foi a de ver o aluno da Escola Noturna de Uberlândia como um ser histórico, produto das relações sociais travadas no tempo em que vive. A historicidade que envolve suas experiências de vida norteou nosso olhar para que dele não cobrássemos uma participação revolucionaria radical, nos moldes dos anos vinte ou de qualquer outro momento. Ele e portador de um legado que tem sua origem na própria história da sociedade brasileira que, como sabemos, engatinha na conquista de seus direitos políticos. Como parte de um segmento isolado, não podemos reservar-lhes a responsabilidade de, instantaneamente, virar a mesa e reverter este quadro.

Acreditamos na capacidade de esse jovem caminhar em direção a conquista de uma participação efetiva na realidade social. Para isso, ele não pode prescindir do apoio efetivo da Escola Noturna. Não que sejamos favoráveis a esse tipo de escolarização, mas, se ela e parte integrante de seu cotidiano e se não pode ser extinta de pronto, deve ser repensada de forma a acompanha-lo nesse percurso.

NOTAS

- 1- A afirmação baseia-se na pesquisa da autora abaixo citada que relata: "Aluno matriculado no período noturno, na sua grande maioria, já esta engajado em trabalho assalariado durante o dia, quase sempre, em turno de oito horas". Carvalho, Célia P., Ensino Noturno: realidade e ilusão, p.7.
- 2- Para maior compreensão do pensamento deste historiador veja: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 3- Pelo caráter relatório dessa exposição, não registramos aqui nenhum desses depoimentos. Reafirmamos, entretanto, seu valor e sua necessidade para evidenciar a riqueza do grupo pesquisado.
 - 4- GRAMSCI, A., Obras escolhidas, p.16.
 - 5- Idem, Ibidem, p.27.
 - 6- Idem, Ibidem, p.83.
- 7- Fazemos aqui referenda a concepção de política em Gramsci: em sentido restrito, relacionase diretamente a esfera de atuação do Estado e as relações de poder. Em sentido amplo, e concebida como elemento constitutivo da práxis humana. Veja Coutinho, C. N. Gramsci, p.75.
 - 8- Veja Gramsci, A., Op. cit, p.234 e Coutinho, C.N., Op. cit., p.91.
 - 9- Em 21 de novembro de 1985, os grêmios foram oficialmente legalizados.

10-Referimos a Gramsci e ao "destacado papel que ele atribui aos intelectuais na formação e na construção do partido. "Todos os membros de um partido devem ser considerados como intelectuais", diz Gramsci;" e isso não pelo nível de sua erudição, mas pela função que exercem no partido, que e dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto e, intelectual." Coutinho, C.N.,

Op. cit., p.122.

11-Saviani, D. A cidadania que não temos, p.73.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, C. P. Ensino noturno; realidade e ilusão. São Paulo, Cortez, 1984. COUTINHO, C. N. Gramsci. Porto Alegre, L&pm, 1981. GRAMSCI, A. Obras escolhidas. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SAVIANI, D. Educação, cidadania e transição democrática. In: COVRE, M.L.M. A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986.

COMUNICAÇÃO

CONSTANÇA DO SERRO FRIO ESCRAVOS LIBERTOS NAS MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX

Yonne de Souza Grossi: Fafich/UFMG

Ainda hoje, sua voz se confunde com a evocação dos atabaques ecoando pelos vales. E quando tudo esta quieto na Fazenda do Mata Cavalo, quando dorme toda a dor e desatino dos homens, ainda se pode ouvir sua voz agônica de água entre as sombras das paredes: "Deixo livres os meus escravos, como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros de meus bens".

João Evangelista Rodrigues

Nossa comunicação será um fragmento do projeto "Memória Histórica da Fazenda do Mata Cavalo". Este projeto articula o tema de escravos libertos e o tema da propriedade da terra, sendo o objeto a Fazenda do Mata Cavalo, nas últimas décadas do século XIX ate fins dos anos 50, quando a primeira etapa de conflitos pela terra se encerra e finaliza um movimento de agudas tensões contradições sociais.

Aos escravos da Mata Cavalo foi concedida liberdade, em testamento, pela senhora de terra Constança Fortunata de Abreu e Lima. No ano de 1883, ela declara livres os seus escravos e os institui herdeiros de seus bens e das extensas terras da fazenda, localizada no antigo morro de Gaspar Soares, hoje Município de Morro do Pilar, na Zona Metalúrgica do Estado de Minas Gerais, a IS quilômetros da Capital.

O que se pretende aqui e libertar vozes soterradas pelo passado, examinar pegadas solapadas pelo tempo e interrogá-las sobre essa mulher nascida no Serro, Minas Gerais, filha legitimada de Jose

* Este projeto e realizado pelo Grupo de Trabalho "História Social de Minas Gerais no Século XIX", do Centre de Estudos Mineiros, Fafich/UFMG.

Pereira de Abreu e Lima. Ao rastrear sua vida, queremos convidar a decifração de sua obra conclusa, pois os libertos perdem as terras em conflitos e ações judiciais. Sua resistência em nada cancela o arbítrio ou lei, em que os engenhos de contravenção sistemática reproduzem um elemento estrutural da situação de nossas elites agrárias e urbanas.

Ao reconstituir uma possível história de Constança buscamos a chave para desvelar tramas de relações sociais, que nos permitira o acesso a realidade abordada. A dimensão social das redes psicológicas que conformam as relações interpessoais nos remetera também a construção de cenários de interpretação de uma época: era outro o tempo e outra a sociedade. Como Constança pensava aspectos de seu próprio mundo? Como reagia ao fato de ser filha bastarda, produto da "fragilidade humana? Como se colocava diante de questões sociais?

As últimas décadas do século XK evidenciam preocupações com as possíveis transformações sociais, políticas, econômicas, culturais advindas da abolição do regime de trabalho escravo e do final do regime monárquico. Qual seria o acesso de Constança a essas realidades, determinadas pelo movimento da sociedade brasileira? É preciso conhecer o seu mundo de valores para instituir o seu espaço de locomoção social, o que a transformara no significante da interpretação de uma realidade. Como era chamada familiarmente pelos negros de Mãe Tança, pretendemos, também, engendrar o nível das relações senhora/mãe/escravos e seus desdobramentos político-sociais.

Finalmente, queremos mostrar que essa história se rompe em vários pontos, a medida que outros interesses entram no cenário em jogo. A herança dos libertos será desafiada pela forca dos homens e das regulamentações, ou seja, pelo desencadeamento de novas forças sociais. O eixo da história será deslocado, posta em discussão a liberdade de homens a quem e sonegado o estatuto da cidadania, dilema recorrente na sociedade brasileira de hoje.

Cenários Historiográficos

Há coisas que estão presas na memória do tempo, como um monumento, uma obra de arte, uma peça antiga. Através delas pode-se desfiar a teia do acontecimento instituinte, desvendar a trama das relações indeterminantes, descobrir momentos engendrantes de processos. Natalie Zemon indicara o caminho da "atenta escuta as vozes do passado". Dira Euzensberger: "Se mil olhos viram o Durruti, e justo que mil bocas contem o que viram". Ricoeur oferece o "exercicio da suspeita" e a "vontade de escutar", como ingredientes do processo de interpretar; Alfredo Bosi lembra que interpretar significa uma escolha, entre as múltiplas possibilidades eleitas, capaz de circunscrever a questão problematizadora O problema da significação coloca-se para a História e ascende a posições diferenciadas quanto a maneira de se lidar com a realidade, ou seja, com o espectro de singularidades que o existente registra, com os limites expostos pelas rupturas, com os intervalos possibilitados pelas pemianencias Lessa busca de interpreta5ao, para se conseguir significar, e um dos caminhos de força do conhecimento.

No caso presente, o campo territorializado ultrapassa o perfil de um personagem. Perscruta um contexto mais amplo, sem o qual os protagonistas seriam inexeqüíveis. Apagados, deixariam sombras tênues sem configurações capazes de se efetivar com nitidez. Atravessam décadas de um século que coloca o dilema do escravismo diante da construção de relações capitalistas de produção. Como interpretar a tessitura desse processo? Como perceber essa passagem? Será preciso visitar as entrelinhas desse movimento, para esclarecer posições. Trata-se de uma conjuntura critica, em que ha confluência de conflitos, performando lutas potencialmente transformadoras. Entretanto, cabe descartar explicações centradas na analise de tipos e instituições sociais, como a família patriarcal, considerada miniatura da sociedade, perspectiva clássica assinalada por Gilberto Freyre, cujas interpretações se alicerçam em G. Simmel e Franz Boas, entre outros. Em *Casa Grande & Senzala*, o patriarca surge

como representação legitimadora de um governo e o patriarcal ismo encena a imagem tutelar do poder estatal. As interações e conflitos de grupos, segmentos ou classes são escamoteados e mascarado, pelas relações entre componentes da família patriarcal. Assim, procede-se a um reducionismo perverso da realidade, perverso no sentido ambíguo de praticas autoritárias, camufladas pelas relações paternalistas. Mesmo no âmbito familiar, a concepção patriarcal hospeda mecanismos que encobrem o exercício da dominação de classe. Assim, temos a carta de alforria como privilegio de decisão do senhor, conduta consensual entre proprietários e escravos do século XIX. Novos estudos, entre eles o de Cunha e Sleenes, revelam a presença de negociações, conquistas, pactos, atitudes racistas preconceituosas, onde a historiografia tradicional estampava gestos de concessão ou doação, crueldades ou injusticas⁵.

Sidney Chalhoub⁶ chama também a atenção para o significado de certas categorias de analise e suas possíveis direções implícitas. Assim, a tônica no conceito de "transição da escravidão (ou do escravismo, ou do modo de produção escravista) ao trabalho livre (ou a ordem burguesa) é problemática porque passa a noção de linearidade e de previsibilidade de sentido no movimento da história". Em outras palavras, a partir de uma teoria do reflexo com nuanças político-ideológicas, postula-se que a extinção do trabalho escravo se explica pela lógica da produção e do mercado, Implícita esta a noção de base/superestrutura e a idéia reducionista de determinação a partir do econômico. É como se a História se deslocasse do eixo das ações e lutas de seus sujeitos sociais, e significasse a trajetória de uma destinação, delineadora de seus rumos. Assim, a lógica da mudança cabe introduzir categorias de indeterminação, de imprevisibilidade dos fenômenos, ou seja, a noção de processo social. Dessa forma, será possível aproximar-se do significado que os agentes sociais emprestaram as suas ações⁷.

A propósito, lembra Chalhoub a historiografia norte-americana sobre a escravidão, que desde os anos de 1970, com as influentes obras de Eugene Genovese e Herbert G. Gutman⁸, tem debatido o que o autor chama "aparente paradoxo", pois, ao mesmo tempo que comprova a eficácia política da dominação senhorial, desvenda atividades culturais realizadas de forma autônoma pelos escravos. A presença da classe senhorial deixa marcas na maneira como os escravos organizavam o seu mundo, mas este acolhimento de normas não significa negar que os negros instituíam um mundo próprio, mesmo sob as condições adversas da escravidão. Em outras palavras, não se pode fazer apenas uma leitura senhorial da situação de cativeiro. É o que outros historiadores tem feito para explicar a conjuntura de crise do regime de trabalho escravo e de guerra civil: um exame atento ao significado da liberdade para escravos, proprietários e governantes, naqueles anos decisivos'.

O que se pretendeu, com essa discussão, foi mostrar alguns complicadores ao se mapearem vestígios não tão evidentes quanto se desejava. Onde auscultar as marcas das transformações sociais, contidas em documentos cotejados pelo tempo? Como integrar o material coletado como um construto, cujos desdobramentos exponham as contradições da História em movimento? De que forma evocar a natureza instituinte dos conflitos de classe, quando dissimulada em dramática harmonia? O tema em questão pretende hospedar alguns desses cenários, forjados pela memória histórica da Fazenda do Mata Cavalo:

Corpo de água e pedra. Geografia fluvial no limite da cerca. No impasse da porteira. Rede vazia no alpendre da casa grande, fantasma de olhos vendados contra o céu vazio. Vazio e azul. Azul e voraz. De um azul denso imaginário pasto de relíquias. No mais só resta esse desejo montanhoso de desembestar estrada afora. Perguntar aos quatro ventos com todas as bocas e vozes, todos os pássaros e mãos, todos os bichos que habitam suas vertentes e verdades: Cadê mãe Tança.

João Evangelista Rodrigues

Um Fidalgo da Casa Imperial

No dia 3 de março de 1857, na cidade de Conceição - hoje Conceição do Mato Dentro -, então Comarca do Serro, na Província de Minas Gerais, tudo esta preparado para que seja feito o testamento público de Jose Pereira de Abreu e Lima. Em marco daquele ano, trigésimo sexto da independência e do Império do Brasil, vai se dar o surgimento de um significativo capitulo da história He Constança Fortunata de Abreu e Lima, MAE TANCA. De fato, quando Francisco Honório dos Santos, segundo Tabelião Público Judicial e de Notas, abre as paginas do livro do cartório para registrar e dar forma ao testamento, que será ditado por Jose Pereira de Abreu e Lima, esta começando a ser escrita uma história da Fazenda Mata Cavalo¹⁰. Abreu e Lima, o testador, "cristão e católico", vai doar seus bens e suas terras as filhas Constança e Ana. Sua primeira vontade diz respeito ao destino de seu próprio corpo apos a morte. Ele o quer sepultado na Igreja Matriz de sua freguesia, envolto no hábito de São Francisco. Cuidado o corpo, lembra-se de sua alma e pede que "se digam duzentas missas por sua intenção, com a brevidade possível".

Abreu e Lima faz também uma declara9ao, quase em penitência: diz ter vivido em estado de solteiro e que, por "fragilidade humana", era pai de duas filhas de nomes Constança Fortunata de Abreu e Lima e Ana Ignês de Abreu e Lima, declarando-as únicas herdeiras de seus bens. Não faz referencia a mãe das filhas, que permanece esquecida no testamento e na sua história. Quem a recupera e Constan9a, ao fazer testamento em 8 de agosto de 1883. Na peça testamentária, declara-se filha de Inácia da Silva Campos e legitimada pelo Capitão Jose Pereira de Abreu e Lima; diz também que e solteira, nunca foi casada, nunca teve filhos. Seus pais já haviam falecido em 1883, como sua irmã Ignês, pois aquela manifesta o desejo de ser enterrada no Distrito de Morro do Pilar, na Igreja Matriz, perto de sua irmã Ignês. Ela deseja que por sua alma se digam "dois oitavários de missas". Determina que se de aos pobres a quantia de cinqüenta mil reis e mais cinqüenta mil para consertos da Matriz. Essas providencias devem ser tomadas enquanto seu corpo estiver sobre a terra.

Jose Pereira de Abreu e Lima, quando dispõe de sua terça em testamento, beneficia seus escravos com uma condição: seriam libertados aqueles a quem suas herdeiras julgassem dignos da alforria. Essa liberdade, entretanto, só poderia ser gozada quando da morte das duas filhas herdeiras. Conclui a declara9ao testamentária, concedendo a Constança e Ana prazo de dois anos apos o seu falecimento para prestar contas em juízo. Constança do Serro Frio, pois lá nasceu, cuja existência e justificada pelo pai como um produto solteiro, resultado da "fragilidade humana". ira no futuro, também solteira, conviver com seus escravos, conceder-lhes liberdade, doando-lhes os bens herdados: "Deixo todos os meus escravos livres como se de ventre livre nascessem e os instituo herdeiros dos meus bens, com a condição, porem, de ficarem morando, vivendo em sociedade nesta minha fazenda, sem poderem vender nem alienar, por qualquer forma e aqueles que assim o não fizerem não terão parte alguma e serão excluídos" 11.

Constança, a herdeira, a quem os escravos irão chamar de Mãe Tarça, lega outros bens a um seu compadre, Tenente Jorge Benedito Ferreira, "pelos bons serviços". Deixa-lhe todos os seus "trastes de prata" e "pedaço de terras de cultura, que estão alem do rio e principia pelo espigão que vem do alto do Tejucal ao rio, divisando com terras dos herdeiros do finado Salvador Martins Correia, e outro peda9O de campos com poucas capoeiras, no lugar denominado Terra Quebrada, que divisa, por um lado, com Francisco Rofino Ferreira e, por outro, com o mesmo Francisco" Redigido e aprovado o testamento pelo Tabelião Fernando José de Heredia, foi "cozido com cinco pontos de retrós preto e outros tantos pingos de lacre vermelho por banda, na Fazenda do Mata Cavalo, em 8 de agosto de 1883" 3.

Teófilo Thomas Ferreira possuía, na região do Morro do Pilar, três fazendas: das Lajes, do

Salvador e do Mata Cavalo. Ele comprou, ao longo de anos, áreas de terras dos escravo libertos que viviam ali trabalhando na agricultura. Aqui tem inicio a perda das terras deixadas por Jose Pereira de Abreu e Lima as suas filhas e posteriormente doadas aos escravos. Em 1939, as terras adquiridas por Teófilo Thomas são herdadas pelo filho, Jose Batista Ferreira - o Inhozinho -, que em 1941, as demarcou e adquiriu outras áreas, de pequenos proprietários e lavradores negros que ainda viviam na região, ampliando assim suas propriedades ate o ano de 1956. Durante esse período, isto e, entre 1939 e 1956, sucederam-se conflitos judiciais, contestações e assassinatos pelas terras da Fazenda do Mata Cavalo. Nos cartórios da cidade de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, estão os vários processos movidos por negros e latifundiários envolvidos na luta pela propriedade da terra. Ha, no Cartório do Crime, intrigantes processos sobre a questão. Passada a etapa de luta reivindicatória, em 1957, a Fazenda do Mata Cavalo, já com o nome de Fazenda Cachoeira ou Bom Retiro, e adquirida por Leandro Ordones de Castro, que a vende, em 1985, a Fernando Gomes Cardoso¹¹.

Abreu e Lima adquirira a fazenda de Antonio Francisco Soares e emprestou o seu nome de família a seus escravos, reproduzindo o costume de uso, pelos negros, do sobrenome de seus proprietários. De fato, nas terras da região grassavam numerosos os Pereira de Abreu, libertos ou cativos. Jose Pereira de Abreu e Lima, poeta e medico, trouxe seus escravos do Arraial de Córregos, no princípio do século XIX, depois de passar por Serro e Conceição. Naquela época, o Bispo D. Viçoso fez uma visita pastoral ao Morro do Pilar, ganhando de Jose Pereira alguns versos em latim. Fidalgo da Casa Imperial e Cavaleiro da Real Ordem do Cruzeiro, Abreu e Lima era amigo de D. Pedro JJ, de cuja intimidade em família participava¹⁵. Teve tempo e dinheiro para aperfeiçoar o seu latim e estabelecer relações estreitas com a Igreja Católica. Essa proximidade dava-se pela fé proclamada e laços com o clero: seu irmão Lucas de Abreu e Lima casou-se com a irmã do Vigário de Morro do Pilar, Padre Anastácio Cardoso Neves. Tal casamento fortaleceu os laços que uniam os Pereira de Abreu e Lima a "importante família do sacerdote", oriunda de Sabará. O Padre Anastácio era pessoa influente no Morro do Pilar não só pelo poder sacerdotal, mas também pelos bens que possuía: uma grande casa, um rancho de tropas, uma fabrica de ferro e a Fazenda do Barroso.

Jose Pereira de Abreu e Lima locomovia-se num meio social em que. conviviam famílias ligadas ao campo e a produção incipiente de ferro: gente de títulos e senhores de terra. Entre eles, o citado Vigário Anastácio, que casou sua sobrinha com Manoel Vieira Costa, proprietário de um retiro que pertencera ao Capitão Francisco de Paula Câmara, irmão do Intendente Câmara, responsável pela fundação da Real Fabrica de Ferro de Morro do Pilar¹⁶. Nessa época, residiam no arraial algumas famílias alemãs, empregadas em fabricas de ferro. Outro proprietário era o Coronel Antonio Jose Rodrigues, dono das terras denominadas Paiol, na "Cordilheira do Cipó", e de uma fabrica de ferro, na estrada para Conceição. Familiar de Jose Pereira, Antonio Honório de Abreu e Lima era latifundiário e também proprietário de uma fabrica de ferro, situada em um lugar chamado Coqueiro¹⁷.

Todos eles viveram seu tempo nesses lugares. Deixaram rastros espalhados em cartórios e em igrejas das vilas por onde passaram. Deixaram também, sepultados nas terras, seus corpos, misturados aos objetos de ferro que fundiram, sinais de seu desejo de riqueza e de poder. Pelo poder e pela riqueza os homens lutam. Pelo desejo, sobrevivem.

Na cidade de Conceição do Mato Dentro, em 4 de dezembro de 1930, os negros e seus descendentes começam a perder as terras da Mata Cavalo. Numa ação executiva, movida contra o negro Benedito Pereira de Abreu para cobrança de custos, o executado não oferece embargos a penhora de seus bens. Residente em Morro do Pilar, o negro Benedito teria de pagar a quantia de 473 mil reis. Em 8 de dezembro de 1930, outras terras da fazenda são penhoradas e postas em leilao¹⁸. Em 9 de abril de 1932 foram vendidos ao advogado Oscar Silva os bens penhorados (terras), pertencentes aos negros Manoel e Honório Nunes Pereira. No ano de 1935, pela carta de arrematação passada a

favor do mesmo advogado e extraída dos autos da ação executiva movida por Jorge dos Santos Pereira, perdem seus bens os negros Benedito Raimundo Pereira de Abreu, Manoel Nunes Pereira de Abreu, Frederico Pereira de Abreu e Benedito Primo Pereira de Abreu. Jorge do Santos Pereira, embora descendente dos escravos da Mata Cavalo, em conflito com seus co-proprietários negros, move contra eles uma ação executiva. No auto da penhora estão relacionados os seguintes bens: "uma casa nova de vivenda coberta de telhas, com cinco compartimentos, sendo três assoalhados e dois térreos, com esteios de braúna, somente barreada, inclusive uma área de dois ou três litros mais ou menos, plantações de bananeiras, com uns pés de café, situada na Fazenda de Mata Cavalo, município de Morro do Pilar, avaliada por 600 mil reis; um casebre muito ordinário, com bananeiras e pés de café; uma pequena área de terra, na serra, no lugar denominado Costa, distrito de Mono do Pilar, pertencente a Manuel Nunes de Abreu"".

Todos os bens arrematados pelo advogado Oscar Silva foram vendidos a Jose Batista Ferreira, fazendeiro residente em Morro do Pilar, em 26 de fevereiro de 1941:

Nem reza. Nem pranto. Apenas um no na memória do tempo indivisível. Um ofício de oferendas. A renovação cotidiana de uma esperança sem tréguas. Desassossego de família, passado de pai para filho, de geração em geração. Todos querem ver e ouvir Mãe Tança. Delinear sua figura na varanda. Ouvir sua voz. A mesma voz que em 1883 arou a terra escura e plantou na alma destes seres a Utopia da liberdade, a dignidade originaria da vida.

João Evangelista Rodrigues

A cidade de Morro do Pilar esta situada na Zona Metalúrgica, com uma área de 421km2 e altitude de 714m. Sua população e de 4.170 habitantes, sendo 1.470 na zona urbana e 2.700 na rural. O município foi criado pela Lei n⁵ 1.039, de 12 de dezembro de 1953. e instalado a 1° de Janeiro de 1954, por Laurival Ferreira Carneiro, então Intendente Municipal, em reunião presidida pelo Padre Tarcísio dos Santos Nogueira²⁰.

Auguste Provençal de Saint-Hilaire, em seu livro "Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais". descreve sua viagem a Província de Minas, em 1816²ⁱ. Fornece informações sobre as forjas do Intendente Câmara e narra:

a alguma distância de Gaspar Soares, transpus o Rio Preto, que deve o nome a cor que suas águas, absolutamente límpidas, tomam do leito em que correm, um pouco mais longe, transpus varias vezes o Picão, que, como o Rio Preto, se lança no Rio Santo Antonio, cujas águas se vão reunir as do Rio Doce. A povoação do MORRO de Gaspar Soares (...) não é mais que uma sucursal da paróquia de Conceição, e deve o nome ao gerente de uma das mais antigas jazidas que foram exploradas no País. Quis-se fazê-lo denominar Morro de Nossa Senhora do Pilar, porque sua igreja foi edificada sob a invocação desta santa; o nome mais antigo, todavia, sempre prevaleceu... se bem que se. encontra ainda atualmente ouro no leito do Rio Preto e na costa dos morros, esse metal não *i* objeto de uma exploração regular e constante. Somente quando os proprietários de escravos não tem ocupação a darlhes e que os enviam a cata de ouro. Cada escravo e obrigado a trazer ao seu senhor uma certa quantidade, e é castigado quando não entrega o que dele se exige... As montanhas que se contornam pelo lado direito quando se vai a vila do Príncipe tem os flancos cobertos de relva e os cumes cobertos de matas virgens²¹.

Gaspar Soares, ao descobrir Morro do Pilar, para lá levou seus escravos domésticos. Extraía

outro nos morros e, quando os trabalhos de mineração a talho aberto se aproximavam do arraial, u de lugar as casas e a igreja, cedendo outra área para as novas construções. As precárias condições de trabalho, às vezes, provocavam acidentes. De uma feita, 18 escravos morreram devido ao resvale terra e pedras. Gaspar Soares dirigia o povoado de forma arbitrária e autocrática. Ao escolher o para a nova capela, chegou um frade missionário para evangelizar. Gaspar não gostou da tônica do discurso sobre a "vida dissoluta dos amasiados". Não teve duvida: pediu ao missionário que escolhesse o lugar mais apropriado para edificação da igreja, que ele achava ser uma esplanada, coberta por espessa vegetação, onde hoje esta a matriz. Entretanto, ordenou a dois capangas que abrissem, nesse mato, uma sepultura e, quando o padre chegasse, fosse agarrado e enterrado "com terra fina, será quebrar osso, nem derramar sangue". O que foi realizado, segundo as lendas da região.

No município de Morro do Pilar, ainda, são encontrados vestígios de objetos de ferro ali produzidos por pequenas fundições, a que os habitantes dão sempre o nome de "fabricas". Não é possível indicar a quando remontam as primeiras fundições em Minas Gerais. O engenheiro alemão Eschwege diz que em 1811, quando chegou a Província, verificou que a maioria dos ferreiros e grandes fazendeiros tinham também o seu forninho de fundição "sempre diferente um do outro, pois cada proprietário, na construção, seguia suas próprias idéias". Para os estudiosos, as primeiras fundic5es de ferro se devem ao conhecimento metalúrgico de escravos Africanos. De fato, "o escravo constituiu uma peca fundamental da indústria siderúrgica mineira, ate a abolição da escravidão"²²,

Constança morreu em 21 de agosto de 1887²³, na fazenda do Mata Cavalo. Seu pai havia falecido em 04 de novembro de 1857²⁴. Seus herdeiros e escravos libertos, ao todo 43 pessoas, estão arrolados em seu testamento: Bina, Rita, Branca, Ernesto, Regina, Elelvina, Maria, Janoaria, Margarida, Sammuel, Irene, Generosa, Faustino, Tito, Benigna, Emilia, Monica, Neno, Rofino, Joao, Sofia, Processo, Felicio, Rosalina, Diniz, Cornélia, Maízes, Josino, Jose, Bobaça, Celestina, Hipólito, Brenato, Urbano, Jose, Elax, Justa, Patrício, Honório, Francelina, Antonio, Custodia, Lino. Destes, 27 eram casados, 04 viúvos e 12 solteiros, isto e, sem estado civil declarado. Não ha referenda a filhos de escravos, lembrando-se que a Lei do Ventre-Livre e de 1871.

Constança: A Alteridade

Para Ecléa Bosi, ha fatos que, embora testemunhados por outros, só repercutiram profundamente em nos²⁵. Esse pressuposto pretende introduzir Constança Fortunata de Abreu e Lima em um dos espaços socialmente destinados a mulher no século XIX. Trata-se de um espaço privado, é verdade, pois a esfera pública, no que tange a política e a economia, é domínio e inscrição masculina na sociedade. Michelle Perrot²⁶ observa que "no teatro da memória as mulheres são sombras tênues". Quase sempre ha o silêncio dos arquivos sobre "as mulheres singulares" que representam presenças sem existência. A informação detêm mais sobre a mulher, "entidade coletiva e abstrata", desatada de suas singularidades, conformando rostos anônimos, sem reserva de espaço.

As mulheres depositam sua memória " no mundo mudo e permitido das coisas"²⁷. Distanciamento e intimidade performam a teia de seu quotidiano.. Assim, Constança toca seus "trastes de prata", testemunhos de sua condição de classe, quando se toma senhora de terras²⁸. Dá lições ao corpo, cavalgando num "silião" de montaria feminina, rastro talvez de seus momentos de lazer, ou da necessidade de transitar da fazenda aos povoados vizinhos para o exercício de atividades sociais e religiosas, quando as maneiras de transporte ainda eram precárias. Na região não havia estradas de ferro, e o recurso era a montaria. Na fazenda, quais seriam os cantos onde Constança gostava de se encolher para perscrutar seu mundo interior? Se descobríssemos, quem sabe, poderiam "então falar de suas estradas, de suas encruzilhadas, de seus bancos. Toda pessoa deveria fazer o cadastro de seus campos perdidos. Thoreau afirmava ter o mapa dos campos inscritos em sua alma"²⁹. Ou será que os

Dramas de Constança eram murmurados em "suas canastras", preenchendo um espaço de sua solidão, protegidos da vigência de uma passado que não passou, "retornando sob forma de pesadelo sobre um presente não redimido"? E as "caixas velhas" de Constança teriam fechaduras e chaves, ocultando objetos simbólicos, suporte de múltiplos sentidos desconhecidos? Comprometidos num jogo nunca tramado? "No reino dos valores a chave fecha mais do que abre. E o gesto que fecha e sempre mais nítido, mais forte, mais rápido que o gesto que abre"³!. Quando "duas medalhas de ouro" adornavam aquele corpo que não foi vivido, possivelmente reprimido pelos costumes de uma época castradora da mulher? "Ouro velho" e "prata velha" falam de preocupações materiais. Já "louças, colheres para chá e tachos de cobre" nos conduzem ao mundo domestico, aparentemente descartável, mas que revela possuir suas permanências.

Como terá sido interpretado por Constança o silencio testamentário de seu pai sobre a existência de sua mãe, a serrana Inácia da Silva Santos? Como convivia com o jogo de uma filiação bastarda, que não tramou? O pai, lugar privilegiado da lei, normatizador dos mapas condicionantes da infância, o outro significativo em que se espelhara a criança... um silencio de ausências. O pai, na confissão de sua "fragilidade humana", a rejeição pública do prazer, simulacro de sombras geradoras de Constança. Nega o desejo de ser pai ao mesmo tempo que o reforça, no gesto jurídico de deixar sua herança as filhas. Entretanto, a essas criaturas, quem sabe, será posta e reposta a questão da identidade? Donde a imagem do outro, "que exige de nos criação, para que dele tenhamos experiência" A fratura da alteridade poderia ter dificultado a Constança o convívio erótico com o lado masculino da sociedade, num tempo em que "as expressões do desejo sexual" eram pouco discutidas Talvez Constança procure um dos ingredientes compensatórios de sua perda/amor na condição de proprietária, que coloca novamente a questão da autoridade paterna. Esta delega poderes sobre bens aquela que prescindiu de poder em sua formação e condição social anteriores, Haja vista que a figura da mãe nem mesmo e mencionada pelo pai. O dilema será talvez resolvido, em parte, pela construção de um mecanismo de expressão filial: o de se tomar Mãe Tança.

O que Mãe Tança quer dizer? Sobretudo, dizer para quem? Mãe: terra, fecundidade, onde, segundo a lei arcaica grega, se depositava a semente geradora de filhos (escravos de Constança?). Na Grécia antiga oriental, anterior ao século VII AC, o direito e de consangüinidade, direito da terra. Heran9a e filiação são matrilineares. Grave sera o delito que o filho pratica contra a mãe. Contra o pai não será considerado delito, pois o pai não e parente. A protagonista e a mãe uterina, quem determina a linhagem. Nessa concepção, e a terra que deposita a semente. Como a agricultura recorta uma questão não definida ainda, a terra será percebida como protagonista de todas as coisas. Quanto a mulher, e o apêndice da terra³¹. Dai o duplo movimento mãe/terra, mãe/mulher, onde a subjetividade se identifica de forma clara e distinta, permitindo o surgimento do engenho arcaico. Também é possível constelar "o arquétipo da Grande Mãe: gestar, parir, cuidar, nutrir, sentir pulsar o corpo, acolher; ... ser mãe concretamente de um filho, ou simbolicamente de qualquer pessoa..."³⁵. Todavia, como recolher os esfacelamentos interiores de Constan9a, para construir a emergência de um lugar protegido pela vigência do simbólico?

Que poder se esconde sob a religiosidade de Constan9a? Talvez desfaça "um sentimento de inadequação permanente" passível de desconforto diante de valores sancionados socialmente, e não cumpridos inteiramente. A confissão e a penitencia são rituais "que reconhecem a potencia da desordem" A Auxiliam os mecanismos de controle da sociedade, cuidando de níveis integradores. Na peça testamentária de Constança ha indicadores da tradição católica, como presença legitimadora de vida terrena, com suas promessas para além-túmulo. Assim, seu desejo de ser sepultada na matriz, "conforme o uso da terra"; sua ordem para que "se digam dois oitavários de missas", enquanto seu "corpo estiver sobre a terra"; exige, também, durante a "dramaturgia dos funerais" que seja dada aos

pobres a quantia de cinqüenta mil reis, bem como igual quantia para consertos da matriz. Os mesmos cuidados com a alma encontramos presentes no testamento de seu pai. Aqui vale lembrar os costumes medievos de orações e dádivas para se instrumentalizar a redenção³⁵.

Invisível, o pai ainda exerce seu poder sobre a filha. Impalpável, a memória da mãe e apenas o registro de um amor culpado, no fechado mundo masculino da "fragilidade humana". Com Constança, também, nenhuma palavra que nos diga de seu destino: da mãe, apenas o nome e a cidade de origem. Identidade e lugar, elementos arcaicos de controle⁴⁰. Aqui o silêncio já nos diz sobre a condição da mulher naquela sociedade.

Finalmente, a doação de Constança: por que não deixou seus bens a igreja? Que formas de negociações permearam suas relações com os escravos, a ponto de lhes delegar um mandato familiar de permanência "em sociedade"? Esperava não só que cuidassem das terras, como também que nunca se separassem. Será que a efervescência abolicionista preocupava Constança, levando-a a temer pela sorte de seus escravos 'libertos, porém despreparados para enfrentar o novo mundo de relações sociais de trabalho? Não se sabe se a ressonância das transformações pelas quais o País passava, prenunciando o final do regime de trabalho escravo e do regime imperial, atingia as montanhas da província de Minas, no seu isolamento dos centros de decisão e poder políticos. Posta a questão, cabe aos negros libertos por Constança assumir a situação de proprietários e construir socialmente o estatuto de sua cidadania. As pedras da fazenda falarão de liberdade, sim. Mas também de combate e de perda:

Rios e pedras. Cadê Mãe Tança. Nuvens e lendas. Cadê Mãe Tança. Túneis invisíveis. Cadê Mãe Tança. Tambores e ritmos. Cadê Mãe Tanca. Danças noturnas, Cadê Mãe Tanca. Grutas de medo. Cadê Mãe Tanca. Vultos e ventos. Cadê Mãe Tanca. Vozes da África. Cadê Mãe Tança. Lanças de guerra. Cadê Mãe Tanga. Mar e marfim. Cadê Mãe Tança. Letras e Leis. Cadê Mãe Tança. Janela infinita. Cadê Mãe Tança. Pastores da noite. Cadê Mãe Tanca. Prenuncios de morte. Cadê Mãe Tança. Chicote e senzala. Cadê Mãe Tanca. Leões do deserto. Cadê Mãe Tanca. Heranca e suplicio. Cadê Mãe Tanca. Segredos de Minas. Cade Mãe Tança".

Joao Evangelista Rodrigues

NOTAS

- 1- Natalie Zemon Davis. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 21.
- 2- Hans Magnus Euzensberger em entrevista a *Foiha de S. Paulo* quando do lançamento de seu livro *O curto verão da anarquia 'Buenaventura Durruti e a guerra civil espanhola*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- 3- Paul Ricoeur. *Da interpretação: ensaio sobre Freud.* São Paulo: Imago, 1977, C.I e 2. Alfredo Bosi, *Ceu, Inferno.* São Paulo: Atica, 1988, pp. 274-287.
- 4- Clotilde A. Paiva e Luiz D.H. Arnaut. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas, *Anais* V Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1990, pp. 85-106. Ver, sobretudo, a 1" parte.
- 5- Ver Manuela Carneiro da Cunha. Sobre a servidão voluntária: outro discurso; escravidao e contrato no Brasil Colonial. In: *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade,* São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986, pp. 145-57. Robert Sleenes. Lares negros, olhares brancos; histórias da família escrava no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*, Marco Zero/ANPUH. V.8, n^s16, p.189-203, Marc/ago. 1988.

- 6- Sidney Chalhoub. *Visões da liberdade, uma história das últimas décadas da escravidão na corte.*São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 19.
- 7- E. P- Thompson, A miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Athusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 8- . Eugene D. Genovese. Roll, Jordan, Roll. The word the slaves made. Nova York: Rondom House,
- 1974. Herbert G. Gutman, The black family in slavery and freedom. 1750-1925, Nova York:

Pantheon, 1976.

- 9-Sidney Chalhoub, Op. cit., p. 26.
- 10-- Testamento de Jose Pereira de Abreu e Lima, 1857, Cartório do 2ª Ofício, Conceição do Mato Dentro. Minas Gerais.
- 11- Testamento e inventario de Constança Fortunata de Abreu e Lima, 1883, Cartorio do 2° Ofício, Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais.
- 12-Idem.
- 13-Idem, ibidem.
- 14-Anotações em escrituras e registros de terras, do arquivo particular de Fernando Gomes Cardoso,
- Belo Horizonte. Alem desses documentos, ha informações verbalizadas de advogados que seguiram a tramitação dos processos (dados obtidos em entrevistas).
- 15-C^s A. V. Matos. *Indagações e noticias sobre Mono de Gaspar Soares*. Diamantina: Typ. G.A.

Estrela Polar, 1921, p. 73.

16-Idem, pp. 15, 18, 20.

- 17- Idem, ibidem, pp. 8, 9, 10, 11.
- 18-Anotações constantes do arquivo particular de Fernando Gomes Cardoso, Belo Horizonte.
- 19-Idem.
- 20-Informações Básicas, Morro do Pilar, IBGE, Belo Horizonte, 1982.
- 21-Geraldo Dutra de Morais. História de Conceição do Mato Dentro. S/E, 1942, pp. 155, 158.
- 22-A esse respeito consultar o estudo exemplar de Douglas Cole Libby, *Transformando o trabalho em uma economia escravista*; *Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- 23-Testamento e inventario de Constança, op. cit.
- 24-Testamento de Jose Pereira de Abreu e Lima, op. cit.
- 25-Ecléa Bosi. Lembranças de velhos; memória e sociedade. São Paulo: Queiroz, 1983, p. 332.
- 26-Michelle Perrot, Praticas da memória feminina. In: A mulher no espaço público, Revista

Brasileira de História. São Paulo: Marco Zero/ANPUH. V9, n^B 8, p.9-18, Ago./ Set.1989.

- 27-Idem
- 28-Estes e outros objetos que serão citados por nos estão arrolados no testamento e inventario de Constança, op.
- 29- Gaston Bachelard. A política do espaço. São Paulo, Martins Fontes: 1989, p. 31.
 - 30-Citado por Renato Mezan in: Heloisa R. Femandes (org.) *Tempo do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 70.
 - 31-Gaston Bachelard. Op. cit, p. 85.
 - 32-M. O. Merleau-Ponty. O visível e o invisível. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 187.
 - 33-Peter Gay. A educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 110.
 - 34-Gregório F. Baremblitt. *Fabricam-se "homens"*. Belo Horizonte, mimeo, 1985, p. 249, versão preliminar.
 - 35-Vera Paiva. Evas, Marias, Liliths... as voltas do feminino. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 38.
 - 36-Idem, citando Mary Douglas, p. 75.
 - 37-Vera Paiva, op. cit, p. 75.

38-Georges Duby. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro, 1987. p. 34.

39-Idem, p. 28.

40-Elias Canetti. Massa e poder. Brasília: São Paulo, UNB/Melhoramentos, 1983, p. 319.

COMUNICAÇÃO

TROPAS E TROPEIROS NO ABASTECIMENTO DA REGIÃO MINERADORA NO PERÍODO DE 1693 A 1750

Claudia Maria das Graças Chaves Vera Lucia Dutra Vieira UFMG

I

O período de 1693 a 1750 tem como parâmetro o início do povoamento da capitania mineira era função do descobrimento dos veios auríferos ate a decadência visível da mineração. E nesta fase de surgimento das primeiras vilas e povoamentos que se iniciam, junto a mineração, as atividades ligadas ao comercio e a agricultura.

Estas atividades que dão apoio e subsídios a mineração são fundamentais para a formação e desenvolvimento das Minas Gerais. Neste quadro, os tropeiros desempenharam um importante papel como agentes dinamizadores do sistema. Eles tornaram possível a entrada e escoamento de mercadorias oriundas de outras regiões ou mesmo da própria capitania. Assim, interligaram a região mineradora a São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, atuando ao mesmo tempo como atravessadores, comerciantes e, ainda, como mensageiros e contrabandistas.

A importância de se estudar o trabalho dos tropeiros no período colonial revela-se, sobretudo, através das incipientes analises econômicas das minas gerais, que não permitiram ainda um consenso quanto ao estagio de desenvolvimento das atividades agropastoris da região, durante a primeira metade do século XVIII.

Procurando comprovar a existência da agropecuária já nos primórdios de Minas Gerais, consoante a hipótese de que as atividades agropastoris não passaram a existir somente apos a decadência da mineração, mas simultaneamente, dando-lhe apoio e subsídios, este estudo visa colaborar nas discussões sobre o assunto. Para tanto, a analise da questão será fundamentada com o exame da variedade de mercadorias originadas na própria capitania e comercializadas no mercado interno e externo.

II

O comercio e a agricultura, desenvolvidos marginalmente ao lado da mineração, escaparam

em grande parte ao rígido controle português devido a dinâmica interna do sistema que não se enquadrava no modelo colonial do "exclusivo metropolitano". Em outras palavras, queremos dizer que a colônia não respondia somente aos estímulos externos da metrópole, pois tanto o comercio como a agricultura permitiram o desenvolvimento econômico interno e ao mesmo tempo garantiram a existência do sistema colonial.

Se o comercio interno permitia a circulação de riquezas, assegurando que parte delas ficasse retida na colônia, a agricultura, por sua vez, contribuía para a fixação do homem na terra e produção os gêneros de consume de primeira necessidade. Embora estivesse voltada para uma produção de subsistência, ela gerava os excedentes que abasteciam o mercado interno.

Esta questão do abastecimento interno tem sido objeto de análises e debates nos últimos anos e parece-nos bastante complexa. O principal problema, ao se levantar essa questão, reside no fato de que seria necessário haver brechas no sistema colonial de monoprodução, possibilitando a existência de um excedente comercializável que pudesse ir além da simples produção para o autoconsumo, ou seja, o problema seria a aceitação de um setor mercantil de subsistência. A polêmica gerada em torno dos trabalhos de Giro Flamarion Cardoso' e de Jacob Gorender² traz a tona esta discussão. Para Gorender a estrutura da plantagem dentro do modo de produção escravista e bissegmentada, isto e, e uma unidade produtora de bens destinados a exportação e para o autoconsumo, produzindo uma economia mercantil (bens comercializáveis voltados para o mercado mundial) e natural (bens destinados somente ao autoconsumo). Giro Flamarion, no entanto, aponta para a existência de um modo de produção secundário ou "brecha camponesa", o qual possibilitaria o plantio de mantimentos para a subsistência e também para a produção de excedente comercializável. Entretanto, apesar de Ciro Flamarion apontar para essa linha de análise, a discussão acerca da agricultura excedentária não se esgota, devido a resistência de alguns autores cuja rigidez conceitual não lhes permite ver a dinâmica interna do sistema colonial.

Outro interessante conceito sobre agricultura excedentária e aquele definido por Paul Singer. De acordo com este autor, falar no caráter excedentário da agricultura de subsistência seria redundância, pois "a produção de subsistência se divide em duas partes, uma destinada ao autoconsumo, outra, destinada ao setor de mercado³. E este mesmo autor que, ao fazer uma retrospectiva da "velha capital" mineira, aborda as especificidades desta capitania em relação as outras Áreas de monocultura cafeeira através de seu conceito de setor de subsistência:

Verifica-se, pois, que na periferia da área mineradora desenvolvem-se atividades de subsistência, cujos excedentes eram destinados ao mercado das Gerais. Era inevitável que isto acontecesse, desde que os produtos de subsistência, alem de escassos, alcançaram preços elevadíssimos na área de mineração, onerados como eram por altos custos de transporte (.,.). Isto mostra que o desenvolvimento do setor de subsistência, em Minas, foi. quase concomitante com o do Setor de Mercado Externo. Mas, e preciso considerar que, tendo sido o primeiro condicionado pelo último, e 16gico que aquele só poderia alcançar sua plena expansão apos o desenvolvimento deste⁴.

Ao resgatarmos a polemica acerca da "brecha camponesa" e ao trazermos o conceito de subsistência de Paul Singer, gostaríamos de destacar a importância da agricultura excedentária em Minas durante a primeira metade do século XVIII⁵, na medida em que o seu simples reconhecimento nos traz importantes elementos paia analisarmos o papel da agricultura no abastecimento do mercado interno e no desenvolvimento da atividade comerciai.

Essa atividade criou fortes vínculos com a agricultura de subsistência, pois quanto mais o comercio se desenvolve e intensifica, mais estímulos confere a produção do excedente agrícola. Este

processo constitui-se numa via de mão dupla, pois o estímulo dado a produção agrícola resultara fatalmente no escoamento dessa produção para o comercio.

Com a descoberta dos primeiros veios auríferos, a região das minas assistiu a chegada de grande contingente populacional. No princípio, a ausência de uma política de distribuição de terras, somada ao despreparo das pessoas que as minas se dirigiam, contribuiu para as crises de fome dos anos de 1697/1698 e 1700/1701. Passada esta fase inicial, começou-se a plantar roças de subsistência, muitas vezes conjugadas as lavras. Mas o alto preço que se pagava por qualquer alimento nas minas atraiu grandes senhores de escravos, cujas fazendas passaram a produzir para abastecer a população mineradora:

Desta forma, a mineração viveu sustentada por uma agricultura voltada para o mercado interno Primeiramente, era a agricultura de subsistência composta das pequenas explorações agrárias que sustentavam os primeiros descobridores e mineradores; posteriormente, grandes fazendas vieram a abraçar a atividade agrícola de manutenção. E importante frisar que as pequenas rocas continuaram a existir, colaborando para a produção de alimentos⁶.

A questão da agricultura na capitania mineira no período de auge da extração aurífera foi e tem sido, ainda, desconsiderada por muitos historiadores. Alguns chegaram mesmo a negar a existência de tal atividade antes do declínio da mineração. A maioria destes autores elaborou seus estudos tendo por base o relato de Antonil. Porem, e necessário ressaltar que, se num dado momento Antonil afirma ser estéril o solo das minas "achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento" e ele ainda quem afirma ser a agricultura, assim como o comercio, uma forma de se obter o ouro extraído das lavras:

E com isso não parecera incrível o que for fama constante se conta haverem ajuntado em diversos tempos assim uns descobridores dos ribeiros nomeados, como uns mais afortunados nas datas, e também os que, mantendo gados e negros para os venderem por maior preço, e outros gêneros mais procurados, ou plantando, ou comprando rocas de milho nas minas, se foram aproveitando do que outros tiravam⁸.

No entanto, os historiadores que trataram deste assunto atentaram somente para o seu primeiro argumento⁹. Entre eles podemos citar Mafalda Zemella e Mirian Ellis, que desconsiderara a produção interna de alimentos, alegando que o abastecimento da capitania provinha exclusivamente da importação. Outros autores da historiografia clássica desenvolveram esta mesma analise: Waldemar Barbosa, Augusto de Lima Junior, João Domas Filho, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior. A crença de que a mineração foi a única empresa existente nesta primeira metade do século XVIII e a conseqüente negação de outras atividades econômicas persiste ainda em alguns autores contemporâneos, como e o caso de Laura de Mello e Souza em seu livro "Os Desclassificados do Ouro":

A percepção inicial de que a Metrópole se prejudicava pensando se beneficiar desdobra-se no desvelamento gradativo da verdadeira natureza da economia mineira e na conscientização do estado de pobreza da capitania de Minas, que passa a ser o foco principal das atenções(...) Assim, paradoxalmente, a famosa capitania seria na realidade "uma das capitanias mais pobres, que tem a América", o que se devia em grande parte a diminuição dos jornais e ao desprezo pela agricultura, manufaturas e criação de gado^{10.}

Por seu lado, já na década de 1960, Charles Boxer valorizava a agricultura e o comércio em Minas na primeira metade do século XVIII, abrindo um campo bastante amplo para se estudar o caráter multifacetado da economia mineira:

O preço alto dos mantimentos significava que, em maioria, as pessoas em de fazê-lo, tinham uma fazenda ou roca, nas quais plantavam legumes, e criav aves, porcos, etc. para elas e seus escravos, vendendo o excesso para o consumo i cidade, com bom lucro".

Estudos mais recentes, como o de Carlos Magno Guimarães e o de J. F. Graziano da Silva têm dado novos enfoques a agricultura de subsistência que reforçam a idéia de sua produção excedentária desde o principio da extração aurífera:

Não só a agricultura foi atividade desenvolvida desde o inicio da colonização das minas, como desde cedo teve caráter escravista e mercantil¹.

Ш

Estudar o século XVIII em Minas Gerais e não levar em consideração a agricultura e o comércio interno e o mesmo que negar a existência de uma vida econômica própria da colônia em relação a metrópole, quando, pelo contrario, estas atividades foram praticadas intensa independentemente dos interesses metropolitanos. Desta maneira, o viés circulacionista que menosprezava o mercado interno em favor de um "capitalismo" perde o sentido em função do dinamismo alcançado por estes setores.

O volumoso comércio praticado nas minas foi viabilizado em grande parte pela produção interna de gêneros alimentícios, ainda que os gêneros importados e os provindos de outras capitanias houvessem contribuído para o fornecimento de mercadorias a região mineradora.

Essas mercadorias importadas e provindas de outras capitanias chegavam a Minas transportadas em lombos de burros, em viagens que duravam ate 60 dias por caminhos bastante difíceis, muitas vezes impraticáveis devido às chuvas prolongadas. Esses fatos tomavam altos 05 preços de tais mercadorias, o que estimulava a produção de gêneros alimentícios e de produtos manufaturados em Minas.

Os tropeiros, ao fazerem quase todo o transporte de mercadorias destinadas ao comercio, tornaram possível a existência do mercado interno, pois garantiram a circulação dos produtos importados e dos produzidos no interior da própria capitania, dando maior vigor as atividades agrícolas e comerciais, tidas como marginais dentro do sistema colonial.

A atuação das tropas e tropeiros não se limitou, portanto, ao contrario do que muitos autores supõem, ao simples transporte das mercadorias chegadas ao porto do Rio de Janeiro para as minas, Esta foi apenas uma face da atividade dos tropeiros. A outra e a intricada rede comercial que eles estabeleceram internamente, com produtos extraídos das próprias capitanias. A circulação das tropas estimulou a fixação dos povos nos caminhos que se dirigiam para as minas pela facilidade que apresentavam para o escoamento dos produtos de suas lavouras.

A dupla articulação dos tropeiros - o transporte e o comercio de produtos tanto oriundos de outras capitanias quanto os produzidos em Minas e o transporte e comercio das mercadorias importadas - torna-se mais perceptível a partir da documentação já levantada.

Dois editais publicados pela Câmara de Vila Rica, o primeiro de 1722 e o segundo de 1733, ilustram bem o duplo comercio das tropas:

(...) tem chegado a nossa noticia ha muita falta de viveres, assim vindos do Rio de Janeiro como do Sertão dos Curraes, e ainda do termo desta vila, e que muitos moradores della, assim que entrão as carregaçõens de huas, e outras partes as VÃO logo atravessar (...)¹³

(...) mandamos que nenhuma pessoa de qualquer qualidade ou condição que seja atravesse mantimentos desta terra como são milho, farinha, feijão, e azeite de Mamonne, nem outros sim possão recolher em suas casas, mantimentos de lavradores nem também de viandantes para as vender a comissão (...)"

Em documentações deste tipo podemos identificar a dupla articulação dos tropeiros atuando o comércio interno e externo da capitania, o tipo de dificuldades encontradas nas estradas e a existência de outros agentes comerciais tais como atravessadores e comissários que, ao lado dos tropeiros, movimentavam a rede comercial de Minas. O estudo destes documentos nos possibilitara, portanto, o desenvolvimento de nossa pesquisa, na medida em que nos trazem elementos suficientes para discutirmos o papel dos tropeiros na economia mineira.

NOTAS

-]. CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.
- 2- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.
- 3. SINGER, Paul. Desenvolvimento e crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- 4. _____. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Nacional, 1968. p. 203.
- 5-Idem, ibidem.
- 6-SILVA, J.F.Graziano (coord). Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978.
- 7-ANTONIL, Andre João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo: d. p.292.
- 8-Idem, ibidem.
- 9-Cf. GUIMARAES, Carlos M. & REIS, Liana M. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750) Revista *do Departamento de História*. Belo Horizonte, Fafich/UFMG. N⁵ 2. 15, 1986.
- 10-SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 35 11-BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969. p. 67.
- 12-GUIMARAES, CM. & REIS, Liana M. Op. cit. p. 21
- 13-CMOP n° 6, p. 28v e 29. APM.
- 14- CMOP n° 6, p. 155, 155v, 156. APM.

COMUNICAÇÃO

LIBEERAIS E CONSERVADORES NA PROVINCIA DE MINAS GERAIS

identidade política e representação de interesses.

Ricardo Arreguy Maia - Mestrando em Ciência Política pela UFMG

Esse trabalho e parte integrante de minha dissertação de mestrado sobre a política e os políticos mineiros no século XIX (1835-1889). Ele reflete a preocupação com a inexistência de estudos sobre a vida política e partidária dessa terra por esse tempo, e encontrou ai seu incentivo. Esse esquecimento, sem dívida, relaciona-se diretamente com um certo viés econômico que, por muito tempo, tem privilegiado o estudo de regioes nas quais se implantaram as grandes unidades produtivas de agroexportação escravista.

E bem verdade que a situação de esquecimento começou a ser relativamente superada em inícios da década de 80, com o trabalho renovador de Roberto B. Martins, sobre a economia escravista mineira do século em questão. Este, além de ter estimulado um debate dos mais positivos¹, desnudou um dos grandes preconceitos a propósito da realidade mineira daquele período: aquele que afirma ter havido aqui uma estagnação, uma involução econômica. Esse argumento - mal explicado pela falta de maior embasamento empírico - tem como escudo a (falsa) noção da "transferência da mão-de-obra escrava, da mineração, para a cafeicultura do Vale do Paraíba"². Obviamente que esse argumento incorre num absurdo, ao pretender estabelecer uma linha de continuidade entre realidades que tem entre si, no mínimo, 40 anos. Acredito serem esses os fatores responsáveis pelo virtual esquecimento de quase um século de vida política da História de Minas³.

Diante desse quadro, esse trabalho não poderia ter uma ambição que não fosse tentar uma primeira aproximação - um reconhecimento de um campo sobre o qual ainda não se pode contar com as vantagens do debate ou se propor o exercício da revisão.

A par dessas considerações, estabeleceu-se que a necessidade maior que se impunha seria de conhecer a "cara do monstro", ou seja, conhecer o sujeito da atividade política ou ainda, o grupo social envolvido em tal atividade. O que se fez, então, pode ser caracterizado como uma "depuração' de todos os indivíduos que tomaram posse por eleição nas diversas legislaturas das casas parlamentares da época (Assembléia Provincial e Gerai - Senado e Câmara), na Província e pela Província, foram levados em conta somente aqueles cujas carreiras foram consideradas "consistentes" sem interrupções e que durassem mais de duas legislaturas provinciais, todos os senadores e os

deputados gerais com mais de uma legislatura seguida). Dessa forma, com o grupo - a elite política reduzido a 202 indivíduos, foi feito o levantamento de uma biografia mínima de cada um, onde constou a "naturalidade - região de origem", "profissão-ocupação", a indicação de "parentes na política" e a "filiação partidária". De posse da maioria desses dados - que foram levantados no Arquivo Publico Mineiro, em documentação das mais variadas origens (desde anais, jornais e atas de eleições, ate genealogias, biografias e dicionários biográficos, etc.), e com o cruzamento das informações, chegou-se a resultados que permitiram a confrontação com estudos voltados a definição da elite política imperial e a definição das coalizões sociais formadoras dos partidos liberal e conservador. Da mesma forma, foi possível fazer um primeiro esboço de como o sentido de regionalismo influi na questão da opção partidária, num procedimento estatístico que tem revelado bastante proficuidade. Assim, seguindo a mesma divisão regional proposta por Roberto Martins, e que também e utilizada por Douglas Cole Libby, a elite política mineira ficou distribuída conforme mostra a Tabela 1.

Um primeiro dado a ser destacado e o da sub- representação da maioria das regiões, a exceção da Metalúrgica- Mantiqueira e dos vales do Jequitinhonha-Mucuri-Doce. Dessas, destaque para a super-representação da primeira, cuja importância como região dinâmica em termos políticos, administrativos e também econômicos (a incidência de fazendeiros nessa região e o dobro daquela observada na Mata e na dos vales do Jequitinhonha- Mucuri-Doce) permanece durante todo o século.

TABELA I

ELITE POLÍTICA MINEIRA, POR REGIÕES

(considerando o peso populacional de cada uma em 1873)

REGIÕES	POPULAÇÃO (%)	INDIVÍDUOS	
		NA ELITE* (%)	
Metalúrgica-Mantiqueira	22,98	46,06	
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	16,61	18,79	
Sul de Minas	16,76	13,94	
Zona da Mata	16,72	11,52	
Zona Oeste	12,08	4,24	
São Francisco-Montes	4,91	3,03	
Alto Paranaíba	4,81	1,21	
Paracatu	1,90	1,21	
Triângulo Mineiro	3,25	0,61	

^{*} excluídos os de origem externa a Província ou desconhecida. fonte dos dados sobre população: LIBBY, D.Cole. Transformação e trabalho em uma Economia Escravista - Minas Gerais no Século XIX. São Paulo, Brasiliense, 1989, p.367 (anexo 1).

Igualmente motivo de destaque e o equilíbrio na distribuição partidária - entre liberais e conservadores - dentro das principais regiões representadas: na Metalúrgica-Mantiqueira 39,74% são liberais, contra 35,53% de conservadores. Na mesma ordem, para o Sul de Minas, 39,13% contra 43,14%. Na Mata ha uma surpreendente igualdade: 42,11% para cada agremiação. Como exceção digna de nota, a vantagem pró-conservadores no âmbito da região dos vales do Jequitinhonha-Mucuri-Doce, onde, contra 29,03% de liberais, tem os conservadores 48,39% de Província apresenta 35,15% de liberais contra 41,09% de conservadores. Estes dados refletem uma tendência apenas, cumpre que se ressalte, uma vez que ficaram "sem informação", no que tange a filiação partidária, cerca de 25% dos dados, o que obriga a uma postura cautelosa na interpretação dos mesmos.

Por sua vez, o perfil ocupacional dessa elite permite que se tenha uma idéia de ate que ponto a natureza da atividade econômica exercida pelo indivíduo influencia sua opção - sua identidade -partidária. Utilizando os critérios propostos por Jose Murilo de Carvalho, adaptando-os, as treze profissões arroladas (advogado, magistrado, fazendeiro, medico, padre, militar, bacharel, professor, funcionário publico, comerciante, jornalista, industrial e engenheiro civil) foram agrupadas segundo o "possível impacto da ocupação sobre a orientação da elite com referenda ao estado"⁵, ou seja, de acordo com a origem da renda advinda de cada ocupação. De tal forma que três grandes grupos ficaram configurados, conforme demonstra a Tabela II.

TABELA II FILIAÇÃO PARTIDÁRIA POR NATUREZA DA RENDA (%)

	LIBERAIS	CONSERVADORE	S/INFORMAÇÃO	TOTAL
Estado	25,-80	47,58	27,42	41,61
Profissoes	43,24	45,95	10,81	37,24
Economia	36,59	34,15	31,70	13,67
Outros	31,81	40,91	27,27	07,38

Profissões: advogados, médicos, comerciantes, jornalistas e engenheiros civis. Estado: magistrados, padres, professores, militares, funcionários públicos. Economia: fazendeiros e industriais. Outros: bacharéis e sem informação. Porcentagem referida ao total de profissões aferidas.

Um dos pontos mais importantes a ser destacado e, primeiramente, a constatação de que os setores produtivos tem baixa representação na elite - o que antecipa, para o período do Império, a tendência verificada por J.Wirth, D.Fleischer e Amilcar V.Martins, valida para a República Velha⁶. Mas e também surpreendente a relativa semelhança na representação dos outros dois setores, que aglutinam, de um lado, as profissões urbanas, e de outro, a burocracia estatal. Sugere mesmo uma partilha consciente dos assentos nas Assembléias, por parte dos representantes desses dois setores. Por suas vez, e de se ressaltar a semelhança do peso proporcional dos partidos no âmbito tanto do grupo "profissões", quanto no "economia". O destaque, enquanto fenômeno importante, fica para a maioria de conservadores na categoria "governo", que vem confirmar parcialmente visão uma comum

literatura sobre os partidos políticos imperiais, que e a de considerar a burocracia como o **locus** por excelência de onde se recrutavam os quadros do Partido Conservador⁷, se bem que coloque em xeque vários outros estudos, nem sempre necessariamente amparados por verificação empírica.

A melhor compreensão do fenômeno partidário no Império, a descrição da elite política mineira desse período, e a verificação das coalizões sociais que formam os partidos são algumas das perspectivas que esse trabalho pretende oferecer. Ao se propor desvendar uma realidade ha muito esquecida, ele visa resgatar a história política de Minas do século XIX do segundo piano - mero interregno entre, de um lado, a Minas colonial, da civilização urbana e "mais democrática", impar no contexto brasileiro, e, de outro, a Minas dos arranjos políticos da Republica Velha, de onde eram recrutados os quadros políticos de ascendência nacional, que cristalizariam uma tradição.

NOTAS

- 1- Ver, entre outros, MARTINS, Roberto B. *Growing in Silence:* of nineteenth-century Minas Gerais. Tese de doutoramento apresentada a Universidade de Vanderbilt, 1980. SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *CADERNOS IFCH-ÚNICAMP*, n.17, jun.1985, e LUNA, Francisco V. & CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *CADERNOS IFCH-ÚNICAMP*, n.10, out., 1983.
- 2- Apud MARTINS, Amílcar V. & MARTINS, Roberto B. Slavery in a non-export Economy: Nineteenth-century Minas Gerais revisited. In: *HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW*, v.6, n.3, p. 538, ago.1983.
- 3- Justice seja feita a Francisco IGLESIAS, com seu *Política econômica do governo provincial mineiro* (1835-1889). Rio de Janeiro: MEC/INL, 1958. De mais a mais, os estudos sobre Minas no século XK se restringem a temas pontuais, tais como a siderurgia, a imigração, a guarda nacional, a produção de viveres para a corte, a cafeicultura e a industrialização, demografia, mão-de-obra, os viajantes estrangeiros, os partidos republicanos, mas nunca sobre a política e os partidos imperiais.
- 4- Mas, nesse caso, são 22,58% de dados desconhecidos, o que obriga a um certo cuidado era afirmações muito positivas a esse propósito.
- 5- Cf. CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem;* a elite política imperial. Brasilia: UNB, 1981, p.76.
- 6- FLEISCHER, David V. *O recrutamento político em Minas Gerais, 1890-1918*. Belo Horizonte: UFMG, 1981; WIRTH, John. *O fiel da balança*, Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. cap.5,;e MARTINS, Amilcar V. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, 1981. cap.II.
- 7- Essa e a visão de Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978; de Raymundo FAORO. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1985 e também de CARVALHO, *op.cit.*, entre outros.
- 8- Ver o resumo dessas posições em CARVALHO, *op.cit.*, p.155-8 e MATTOS, Dinar Rohloff de. *0 tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, Brasilia: JNL, 1987. p.130-1, notas 84 e 85.

COMUNICAÇÃO

DA HISTÓRIA AO MITO:

Dimensão simbólica da política republicana no Brasil

Luiz Vitor Tavares de Azevedo DEHIS/UFOP

Neste texto destacam-se alguns trabalhos e artigos recentes que abordam a relação entre história - mito - "sacralização da política" concernente ao período republicano no Brasil.

Atualmente fala-se muito em "crise das ideologias", em meio a tantas reflexões sobre o tema. Destaco um trecho de um artigo publicado no Jornal do Brasil de autoria do Frei Betto, dominicano e teórico da Teologia da Libertação, onde afirma:

O marxismo-leninismo deixou de ser uma ferramenta de transformação da história para tornar-se uma espécie de religião secularizada, defendida em sua ortodoxia pelos sacerdotes da escola do Partido e cujos princípios eram ensinados como dogmas inquestionáveis. No sistema educacional, a ortodoxia virou 'ortofonia' - as portas do século XXI, repetia-se nas salas de aula da República Democrática Alemã (...) o monismo do manual de Plekhanov, 'A Concepção Materialista da História', de 1895, e as lições mecanicistas da 'História do Partido da União Soviética', publicada por Stalin em 1938. Em sumo, em nome da mais revolucionária das teorias políticas surgidas na história, ensinava-se a 'não pensar'. Assim como certos teólogos tridentinos acreditavam que a leitura da "Suma Teológica', de São Tomas de Aquino era suficiente para se aprender teologia, os ideólogos do Partido diziam que, uma vez aprendida a lição oficial, não se fazia necessário conhecer nenhuma outra corrente filosófica e nem mesmo outros teóricos marxistas. Trotski, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Giamsci eram nomes que suscitavam repulsa¹.

Mais recentemente Nikolai Burharin passou a ser considerado mais do que Trotski, o mais efetivo adversário do stalinismo².

Por outro lado e preciso enxergar também, como afirma Tom Laughwood, que "a queda da ineficiente Utopia socialista, ao invés de abrir caminho para o realismo, promove a Utopia do capital".

Leandro Konder, ao tratar da recepção das idéias de Marx no Brasil, ate o começo dos anos trinta*, destaca o aspecto de que a dogmatica stalinista enconlrou aqui campo fertil em meio ao credo positivista, hostil a especulações filosóficas que se afastam do contato direto com os "fatos" e os "danos",

considerando-as suspeitas de serem "metafísicas". Apreendendo "fatias da realidade", o modo

de pensar de tipo positivista se dispõe a esgotá-las, ate chegar a uma visão capaz de ser exposta em formulas sucintas, sintéticas, cristalinas, nas quais se expressa a essência "útil" e "positiva" da realidade setorial abordada.

Em contrapartida, o modo de pensar dialético parte da idéia de que as realidades setoriais existem em mudança e os processos de transformação das diferentes coisas são interligados, de modo que e ilusório tentar-se evitar a discussão sobre os problemas globais, que se referem as questões mais abrangentes, relativas a aspectos globais da existência humana. Sem uma certa visão dinâmica e provisória (mas imprescindível) do todo, e impossível avaliarmos a extensão de cada parte. Por isso, as tarefas que a filosofia enfrenta nunca podem ser integralmente assumidas pelas ciências, que, para serem eficazes, se limitam ao campo particular de cada uma delas.

A dialética pressupõe a capacidade de o sujeito revolucionário transformar a realidade objetiva e , ao mesmo tempo, se transformar: isso não se consegue automaticamente, e preciso tomar iniciativas fecundas para se obter tal resultado. O sujeito que cede a tentação de se instalar numa crença excessivamente segura, então, passa a tentar comandar com arrogância a mudança a da sociedade (dos outros) sem enfrentar o desafio de promover sua própria mudança, *sem se* empenhar em sua "autotransformação" (como preconizava Marx).

Ainda segundo Konder, o stalinismo e o modo de pensar do tipo positivista se uniram (apesar de algumas divergências) em torno do esvaziamento da dialética, impondo-lhe uma derrota histórica muito grave.

Alias, este mesmo modo de pensar de tipo positivista atuou no campo da luta simbólica pela construção do mito de origem da Republica no Brasil como bem demonstra a brilhante analise de Jose Murilo de Carvalho em "A Formação das Almas, o Imaginário da Republica no Brasil" Segundo o autor, varias vertentes usavam de maneiras muito distintas o instrumento simbólico. A vertente liberal quase não se utilizava de símbolos, porque a ela não interessava que a República fosse popular. As outras duas vertentes, a jacobina e a positivista, foram as que mais particularmente investiram nessa guerra de símbolos. A vertente jacobina inspirava-se diretamente na Revolução Francesa, no uso da alegoria feminina da Republica ou na preferência pela Marselhesa. Comparados aos jacobinos, os positivistas eram ainda mais empenhados. Eram positivistas aqueles que haviam formulado mais claramente uma idéia de Republica incluindo um projeto de utilização da arte como instrumento de doutrinação política. Foram positivistas os que mais sistematicamente empregaram esses mecanismos, formando pintores e escultores.

Uma das lutas historiográficas mais árduas se deu pela fixação dos heróis republicanos brasileiros. Aqueles que participaram diretamente do "15 de novembro", que eram, evidentemente, os candidates mais óbvios a heróis da Republica, não tiveram muito êxito nesse campo. Tentou-se exaltar Deodoro, Floriano Peixoto, mas nenhum deles se tomou muito popular, talvez porque um dos pecados originais da "Republica que não foi" tenha sido o de não ter contato com a participação popular, mais efetiva, conforme a análise desenvolvida por Jose Murilo de Carvalho em trabalho anterior⁶.

A República não obteve sucesso nas tentativas de se legitimar através de simbologias. Só logrando êxito no momento em que os historiadores optaram por Tiradentes. Ele uniu Independência e República e, mais que isso, foi cristamente falando um mártir, tomando-se também uma espécie de "totem cívico". Seu sacrifício vicário aparece identificado, explicitamente, com a imagem de Jesus Cristo. No momento de criar um herói de consenso que a representasse no imaginário popular, na hora de lutar por um mito de origem, a República teve que socorrer-se com alguém fora do movimento. Isso porque ela nasceu cercada de muitos conflitos e com exígua participação popular.

Sem querer mitificar história, pode-se aceitar a idéia de que os mitos se renovam, porque as situações que eles simbolizam se repetem, não querendo também cair num mecanicismo

empobrecedor.

Ao caracterizar o Estado pós-1930 no Brasil como um Estado de Compromisso, F. destaca que foi a incapacidade de auto-representação dos setores dominantes a suas clivagens internas que possibilitaram o surgimento de um regime político centrado "na personalização do poder", n_a "imagem (meio real e meio místico) da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade" e da "necessidade da participação das massas populares urbanas"⁷. Este aspecto das místicas da personalização do poder esteve presente em graus diversos em mais de uma experiência política na América Latina: o conteúdo mítico foi mais forte na Argentina de Perón e Evita, com menor intensidade em Vargas e muito menos ainda com Cárdenas, no México, onde o mito foi a própria Revolução Mexicana.

Ernesto Laclau chama a atenção para os componentes não classistas, tais como as tradições populares, que compõem o universo de demandas políticas mobilizadas pelo populismo através do princípio articulatório que unifica essas contradições não classistas com os conteúdos que fazem pane do discurso político e ideológico das classes dominadas. Neste sentido afirma o autor: "...o elemento estritamente 'populista' não reside no movimento como t*\ nem em seu discurso ideológico característico - que, como tais, terão sempre um pertencimento de classe - e sim em uma contradição não classista especifica articulada a esse discurso..."

Esse conteúdo não classista no discurso veicula significações bastante ambíguas, como a própria noção de "povo" e todas as significações relacionadas ao imaginário coletivo em confluência com as tradições populares, "resíduo de uma experiência histórica única e irredutível e (que), enquanto tal, constituem uma estrutura de significados mais solida e durável do que a própria estrutura social. Esta dupla referenda ao povo e as classes constitui o que poderíamos denominar de dupla articulação do discurso político"'.

Num trabalho intitulado "Sacralização da Política", Alcir Lenharo¹⁰ afirma que, ao se tentar uma síntese da construção da figura mítica de Vargas, observou-se estar ela acoplada em dois pianos distintos, citando Monica P. Velloso: "de um lado a magia, a intuição, a profecia e a predestinação; de outro, prevalece o espírito de racionalidade, de planificação e de previsão"¹¹. O autor destaca

a utilização alegórica de uma imagem exaustivamente empregada no discurso político, por sinal muito cara ao imaginário do cristianismo, desde seus primórdios: o corpo. A nação, por exemplo, e associada a uma totalidade orgânica, a imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, e apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, e descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade 12. Prosseguindo em sua analise, Alcir Lenharo observa que o corporativismos e apóia inteiramente na imagem de organicidade do corpo humano. As partes que compõem a sociedade foram pensadas tal como o relacionamento dos órgãos do corpo humano: integralmente e sem contradições. O objetivo do projeto, portanto, visava neutralizar os focos de conflitos sociais, tornando as classes (órgãos) solidarias umas com as outras. Ao lado dessa referenda, uma outra também ganha ressonância: toda uma pedagogia do corpo foi sendo detalhada, de modo a colonizá-la para a produtividade do trabalho. De uma aproximação estetizante

generalizada, não será difícil acompanhar as passadas que levam a instrumentalização do corpo, também militarizado e cada vez mais apto para o trabalho. O que mais choca e o endereçamento religioso que esse tratamento recebe. Modelado para o trabalho, o corpo e disposto valorativamente enquanto oblação litúrgica; cada cidadão e convidado a dar sua vida, verter seu sangue para a salvação do corpo maior da pátria, se necessário.

E ainda:

a sacralização da política visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas. Da mesma forma, os canais convencionais, alimentados pela religiosidade, podiam ser utilizados como condutores mais eficientes dos novos dispositivos de dominação que o poder engendrava¹³.

Como ponto de inflexão na história do período republicano, Vargas e referencial obrigatório para o processo de consolidação do capitalismo no Brasil através da criação também de um imaginário político a ele associado - o "trabalhismo". De acordo com a tese de Pedro Cezar D.Fonseca,

o estudo dos discursos de Vargas remete diretamente a questão do papel do individuo na construção do real. Mas este transcende, embora se suponha, a genialidade do estadista. E o estudo sobre Vargas toma-se o desvendar da construção do capitalismo, das possibilidades da industrialização, da factibilidade do nacionalismo, da capacidade de integrar socialmente as grandes massas pela política de desenvolvimento econômico¹⁴. Na abordagem de Ângela de Castro Gomes,

foi só a partir do Estado Novo que sua (Vargas) figura come;ou a ser projetada como a de um grande e indiscutível líder nacional. Em 1938, a máquina política do Estado, tendo como cabeça do DIP, começou a articular, possivelmente, uma das mais bem sucedidas campanhas de propaganda política de nosso país. Getulio Vargas era seu personagem central, e desde este ano ate 1944 o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as suas realizações.

As palestras de Marcondes certamente em muito contribuíram para tal divulgação, mas elas podem ser particularmente valiosas para o entendimento de uma faceta especial desta construção: a de Vargas, 'pai dos pobres' e líder das , massas trabalhadoras. O Ministro do Trabalho iria caracterizar um certo tipo de imagem do Presidente, e mais ainda um certo tipo de postura diante do povo trabalhador¹³.

É ainda Alcir Lenharo quem diz que dentro do imaginário religioso e católico do povo brasileiro

se encontra o culto do amor a pátria, a fé na pratica e no futuro, o apostolado para a pátria, a predestina; ao do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo e a nova relação - de comunhão - entre Getulio e as massas, as novas leis, atos e atitudes aprovados por todos, concretização da universalidade eclesial ("Pai, que todos sejam um"). O discurso do poder penetra e caminha por dentro do conjunto de símbolos, imagens e personagens familiares ao imaginário cristão. Sem

querer calcar imagens sobre imagens (O discurso do poder opera muito mais àvontade com o movimento ambíguo delas), e possível perceber uma projeção da pessoa de Getulio a um piano de divinização, desdobrável em uma trindade d» imagens que se interpenetra e se contem em uma só: Getulio ora corresponde S imagem do Pai, que vela e protege pelos filhos, imagem que recebe seu acabamento principal na figura do grande legislador social; ora identifica-se mais com a imagem do Filho, líder que intervém na estória, predestinadamente, o Messias que veio pai, mudar seu fluxo e afastar outros intermediários; ora corresponde a figura do Espírito a iluminar os caminhos dos seus subordinados para uma nova ordem, amparada por outras luzes. Até mesmo a grandeza futura da pátria parece assemelhar-se ao tempo da escatologia, em que a bem-aventurança e finalmente alcançada". A morte de Getulio, assim como mais tarde a de Tancredo Neves, insere-se na cadeia simbólica que da um sentido de tragédia a história do Brasil republicano: Tiradentes - Vargas. Tancredo. A idéia do sacrifício, da martirização de figuras políticas aparece com freqüência no imaginário político.

Num artigo publicado no Jornal do Brasil, o pesquisador do IUPERJ, Luis Eduardo Soares, afirma:

Getulio saiu da vida, pelas próprias mãos, para entrar na História. A morte, foi, pan ele, artifício da virtude. Acuado, atingido em sua honra e em seu poder, acusado de trair o interesse comum e o bem publico para beneficiar projeto egoísta, individual, encontrava-se, em agosto de 54, politicamente morto e, paradoxalmente, desindividualizado - tornara-se mais um. Parecia condenado a descer do Palácio do Catete para fundir-se, virtualmente anônimo, as multidões solitárias. Antecipou-se ao golpe, golpeando-se a si mesmo atingindo seu próprio corpo. Logrou, pelo suicídio, reviver politicamente e sobreviver a seus adversários. Voltou a individualizar-se, distinguindo-se como objeto da comoção nacional e ator do novo processo que desencadeou, enquanto produtor de fatos significativos e protagonista central de seus desdobramentos, mesmo in absentia. A assunção do lugar determinantes de agente ou de sujeito do processo simbólico-político correspondem, paradoxalmente, a negação radical das razoes egoístas (em sentido pragmáticoutilitário, no psicológico) da própria ação. Esse paradoxo fundiu Getulio ao homem publico Vargas; os interesses privados foram subsumidos pelo interesse publico (...). O corpo baleado de Vargas tomou-se o próprio templo do espírito publico. A verdadeira carta que legou a posteridade foi a história política reescrita a luz - ou a sombra - de sua pena (no duplo sentido da palavra).

Reinventando o passado, pode injetar sentido no future concorrendo para criá-lo (...). Na saga de Vargas, a virtude moldou a fortuna, mas ao preço de sua razão: o vitorioso tornou- se vitima imediata da própria vitoria. O paradigma acionado e o sacrifício cristão que redime todo o povo. A sociedade brasileira entende, em seu conjunto, muito bem essa linguagem. Destinatária do gesto nobre, a multiplicidade humana que coabita o território nacional habilita-se a experimental uma unidade imaginaria. A morte de Vargas, refratada simbolicamente pela interpretação popularizada, provoca um sentimento de fraternidade, contrapartida da amarga orfandade compartilhada, que e esteio da construção política de nossa identidade cultural. O ódio do pai que abandona, suicidando-se, e transferido aos seus adversários, sobre os quais pesa o estigma do algoz. Getulio sobrevive como

refernciaa central da própria história da nacionalidade, alem do bem e do mal. 17

o mesmo autor o calvário de Tancredo reedita o martírio de Vargas - em certo sentido, pelo avesso: joguete do destino, ao invés de senhor da própria morte; afastado, pela tragédia, de toda interferência nos rumos políticos da posteridade, ao invés de artífice do futuro justamente pelo recurso a própria exclusão; reconduzido ao domínio privado, que passa a subsumir a dimensão publica constitutiva da figura do presidente, ao invés da conversão do corpo privado em espírito público, observada na saga de Vargas. Ambos os heróis, por sua atividade ou passividade, por obra da virtude ou desígnio da fortuna (e vontade divina, completaria o imaginário popular), remetem ao paradigma cristão e guardam, portanto, algum vestígio semântico da escatologia messiânica. Ambos, por seu sofrimento, na lenta agonia ou no súbito e funesto desenlace, expiam nossas culpas, a terrível responsabilidade por tantas injustiças sociais, ambos, por performances míticas análogas e opostas, prometem a redenção do povo. Por isso, ambas as cerimônias fúnebres transformaram-se em extraordinárias consagrações populares e puderam ser vividas como verdadeiras celebrações religiosas do pacto mítico fundador da nacionalidade¹⁸.

CONCLUSÃO

Lima Barreto, um dos escritores-cidadãos mais críticos em relação ao significado da República no Brasil, criou, através do personagem Policarpo Quaresma, um dos melhores retratos do contraditório e paradoxal sentido da "coisa publica" aqui na Bruzundanga. Como a história não e só o dado imanente mas também construída pelo que dela se imagina, Policarpo tornou-se, ironicamente, um herói incompreendido, perdido "atrás da miragem de estudar a pátria", para afinal constatar que "a pátria que quisera ter era um mito, era um fantasma criado por ele no silencio de seu gabinete"".

Na verdade, uma questão importante esta em saber como se opera a passagem da história ao mito, como opera esse misterioso processo de heróificação, que resulta na transmutação do real em sua absorção no imaginário...tomando-se a interrogação, no dizer de Raoul Girardet²⁰, mais delicada ainda, pela presença, mais ou menos importante mas sempre detectável nesse tipo de construção mítica, de certa parcela de manipulação voluntaria. Ainda segundo Girardet,

os mitos políticos de nossas sociedades contemporâneas não se diferenciam muito, sob esse aspecto, dos grandes mitos sagrados das sociedades tradicionais. A mesma e essencial fluidez os caracteriza, ao mesmo tempo que a imprecisão de seus respectivos contornos. Imbricam-se, interpenetram-se, perdem-se por vezes um no outro. Uma rede, ao mesmo tempo sutil e poderosa de liames de complementaridade, não cessa de manter entre eles passagens, transições e interferências. A nostalgia das idades de ouro findas desemboca geralmente na espera e na pregação profética de sua ressurreição. É bem raro, inversamente, que os messianismos revolucionários não alimentem sua visão do futuro com imagens

ou referencias tiradas do passado. O passo e rapidamente dado, por outro lado denúncia dos complôs maléficos ao apelo ao Salvador, ao chefe redentor; é a este que se acha reservada a tarefa de livrar a cidade das forcas perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação. Do mesmo modo que o mito religioso, o mito político aparece como fundamentalmente polimorfo: é precioso entender com isso que uma mesma série de imagens oníricas pode encontrar-se veiculada por mitos aparentemente os mais diversos; e preciso igualmente entender que um mesmo mito e suscetível de oferecer múltiplas ressonâncias e não me numerosas significações(...)

O poder de renovação da criatividade mítica e, de fato, muito mais restrito" do que as aparências poderiam fazer crer. Se o mito e polimorfo, se constitui um, realidade ambígua e movente, ele reencontra o equivalente de uma coerência nas regras de que parece depender o desenrolar de sua caminhada. Esta pode set representada e apresenta-se efetivamente como uma sucessão ou uma combinação de imagens. Mas nem essa sucessão nem essa combinação escapam a uma certa forma de ordenação orgânica(...)

Assim, o tema do Salvador, do chefe providencial, aparecera sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor e aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forcas mas. Sempre associado também a imagens de luz - o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar - e as imagens de verticalidade - o gládio, o cetro, a arvore centenária, a montanha sagrada. Do mesmo modo, o tema da conspiração maléfica sempre se encontrara colocado em referenda a uma certa simbólica da macula: o homem do complô desabrocha m fetidez obscura; confundido com os animais imundos, rasteja e se insinua; viscoso ou tentacular, espalha o veneno e a infecção...²¹.

Na medida em que o discurso antipopulista centrou sua ação na figura de Vargas e combatia acirradamente as diversas modalidades políticas nas quais se expressava seu prestigio político - getulismo, trabalhismo, reformismo -, a oposição acabava dando consistência ao mito que queria destruir.

A temática do corpo também aparece no discurso oposicionista: ao defender o principio da homeostase social, ou seja, o estado de equilíbrio do organismo vivo em relação as suas varias funções, Carlos Lacerda apresenta um quadro de distinção para os agentes responsáveis pela normalidade das instituições: os "clínicos" - os políticos engajados na manutenção da saúde social, e os "cirurgiões" - os militares sempre prontos a realizar intervenções cirúrgicas emergenciais mas de efeito duradouro²².

A UDN, que empunhava nas suas campanhas políticas o higiênico "lenço branco" para evitar o maléfico contagio popular e populista, acabou contaminada. pelo estilo mítico ao indicar Jânio Quadros como candidato as eleições presidenciais de 1960.

Em meio a volatividade das referencias políticas, podemos concluir, com Carlos Lessa, que a democracia e uma palavra muito pouco discutida no processo político brasileiro. Basta recuperar a memória recente da nossa transição democrática. A campanha das Diretas Já, o maior fato político de massa do país, desemboca numa eleição indireta em que foi possível praticar as excelências a avaliação maniqueísta: de um lado estava o do Tancredo, que encarnava todas as virtudes; e de outro, o personagem que temporariamente encarnava todos os defeitos: Paulo Maluf. Era uma corrida entre o bem e o mal, em que toda a população torceu para o bem ganhar. Além de

ganhar, o bem ainda morre, o que completa o quadro simbólico. Quer dizer: o mergulho para entender o autoritarismo não foi feito porque foi substituído pelo gesto ritual da vitoria do bem sobre o mal. O início da transição para a democracia foi assim pouco mais do que um ritual vudu, onde se transferiu para Maluf todo o mal da ordem autoritária. No piano mágico, foi exorcizado o mal²³. Donde se conclui que "yo no creo en brujás pero que las hay, las hay..."

NOTAS

- 1-. BETTO, Frei. Os donos da verdade socialista. *Jornal do Brasil*, 16/09/90, p.9. Idéias/Ensaios (grifos nossos).
- 2- COHEN, Stephen. *Bukharin e a Revolução Bolchevique*; ama biografia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
 - 3. LAUGHWOOD, Tom. Troca de Utopias. *Jornal do Brasil.* 0;?./09/90 p.9-10 (Idéias/Ensaios.)
 - 4. KONDER, Leandro. A derrota da dialética. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
 - 5. CARVALHO, Jose Murilo. *A Formação das almas*; o imaginário da Republica, no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 5.______, *Os bestializados*; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 - 7- WEFFORT, Francisco. *O populismo na político, brasileira.* 2. ed. Rio de Jáneiro: Paz e Terra, 1980. p. 69.
 - 8- LACLAU, Ernesto. Para uma teoria do populismo. In: *Política e ideologia na Teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 171.
 - 9- Idem, ibidem, p. 174 (grifos do autor).
 - 10LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 1. ed. Campinas: Únicamp/Papirus, 1986.
 - 11-VELLOSO, Monica P. Cultura e poder político. In: *Estado Novo-ideológico e poder*. Rio clc Janeiro: Zahar, 1982. p. 97. Apud LENHARO, A., op. cit.
 - 12-LENHARO, A., op. cit. p. 16-7.
 - 13Idem, ibidem, p. 18.
 - 14FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas*; o capitalismo em construção, São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 467.
 - 15GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*-. São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 238-9.
 - 16LENHARO, A., op. cit., p. 194-5. Sobre a questão da imagem do pai em sua relação com o
 - aparecimento da religião, ver Sigmund FREUD, *Totem e tabu e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas completas *de* S. Freud, vol. XIII.)
 - 17-SOARES, Luis Eduardo. Os dois corpos do presidente. *Jornal do Brasil*, Idéias/Ensaios. p. 8-9.
 - 18-Idem, ibidem, p. 9-10.
- 19-BARRETO, Afonso H. Lima. *Tristefim de Policarpo Quaresma*. p.235 Apud PRADO, .Antonio Arnoni, *Lima Barreto, o crítico e a crise*. São Paulo: Martins For.tes, 1989, p. 9.
 - 20-GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 - 21-Idem, ibidem, p. 15 e 17.
 - LPH Revista de História, v. 2, n 1, p. 05-16, 1991

22-AZEVEDO, Luiz Vitor T. Carlos Lacerda e o discurso de oposição na Tribuna da Imprensa

(1953-1955). Niterói:UFF, 1988. (Dissertação de Mestrado em História.) 23- LESSA, Carlos. Quando o Estado vem antes da Nação. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 1989.

COMUNICAÇÃO

O NAUFRÁGIO DO MARIALVA: Ainda inédito de Tomás Antônio Gonzaga

Ronald Polito

"queimei o coração, que He mais q'. tudo (...) Ah como estou diverso!" (fragmento do poema)

INTRODUÇÃO

A obra de Tomas Antonio Gonzaga continua a exigir um tratamento editorial mais minucioso com vistas ao estabelecimento definitivo de todos os seus textos. Autor usualmente conhecido pelos poemas que dedicou a Maria Dorotéia - os poemas reunidos sob o título *Manila de Dirceu* -, Gonzaga escreveu ainda as formosas *Carlos Chilenas*, cuja autoria não e mais um fascinante problema crítico. Mas Gonzaga escreveu também outros textos em geral desconhecidos mesmo pelos interpretes de sua literatura. Dentre eles anotamos seu *Tratado de Direito Natural* e sua *Carta sobre a Usura*.

Afora esses trabalhos, a tradição critica veio - lhe imputando, entre outros, a autoria de um *Tratado sobre a Educação*, um poema a Virgem Conceição e um poema sobre o naufrágio do Marialva, navio português que naufragou em Moçambique na primeira década do século XIX. Ainda hoje seu *Tratado sobre a Educação* continua perdido, mas o poema sobre o naufrágio do navio Marialva, localizado a algumas décadas pelo historiador e filólogo Rodrigues Lapa, deve ser reunido as suas Obras Completas, sem o que as interpretações de sua vida e de sua obra podem permanecer parciais ou insuficientes.

Esta comunicação visa dar uma breve noticia sobre o poema e informar acerca dos procedimentos adotados para seu estabelecimento, pois *O Naufrágio do Marialva* ainda continua inédito e desconhecido pela maioria dos estudiosos da área e nunca chegou a ser publicado integralmente.

1. BREVE HISTÓRICO DO POEMA

É necessário reafirmar que o trabalho desenvolvido por Rodrigues Lapa em torno do estabelecimento de texto da obra de Tomás Antonio Gonzaga continua ainda hoje sendo um marco não superado. Por ironia do destino, foi preciso que a obra e a biografia do poeta esperassem 150 anos para que um conterrâneo seu viesse ao Brasil e solucionasse a maioria dos problemas inerentes ao estabelecimento de seus textos, coisa que a intelectualidade brasileira não foi capaz de fazer com o mesmo apuro no período anterior e, depois de Rodrigues Lapa, pouco avan9ou no sentido <je aperfeiçoar ainda mais seu trabalho.

E como complemento deste empreendimento arquitetônico que foi o de Lapa em torno da obra de Gonzaga, o historiador e o filólogo português ainda foi agraciado com o que ele considerou uma das maiores felicidades de sua vida de pesquisador:, encontro, entre os manuscritos da "Biblioteca Nacional, em 1967, do poema inédito de Gonzaga *O Naufrágio do Marialva*. Este poema, adquirido pela Biblioteca Nacional em 1910 de um particular parece nunca ter sido visto por nenhum estudioso brasileiro ate esta data e mesmo depois dela. Em outros termos: simplesmente nenhum de nossos intelectuais chegou sequer a verificar o fichário da Biblioteca Nacional, já que o encontro do poema por Lapa não foi fruto de uma busca intensa, pois o mesmo lá se encontrava catalogado a espera apenas de que alguém abrisse uma gaveta de fichário...

Desde meados do século passado se tinha noticias de que Tomas Gonzaga havia escrito o poema *O Naufrágio do Marialva*. Essa informação consta em.histórias literárias e em edições de obras de Gonzaga, como na edição de *Marília de Dirceu.*, de 1862, organizada por Joaquim Norberto, ou *no livro Filinto Elísio e os Dissidenies da Arcádia: a Arcádica Brasileira*, de Teófilo Braga. Com a virada do século parece que este poema caiu no esquecimento e mesmo depois de ser encontrado por Rodrigues Lapa -'.e continua não referenciado nas obras atuais de história literária. Confira-se, entre outros, sua ausência na obra de Jose Guilherme Merquior, *De Anchieta a Euclides: Breve História da Literatura Brasileira*.

O sucinto e primoroso artigo que.Rodrigues Lapa publicou sobre o poema de Gonzaga, no Suplemento Literário do *Minas Gerais*, em 19.06.1967, e referencia obrigatória para o trabalho de estabelecimento deste texto. Nesse artigo podemos encontrar não apenas um breve relato acerca do naufrágio do navio Marialva, as possíveis motivações que levaram Gonzaga a escrevê-lo e a transcrição de algumas dezenas de versos do poema, como igualmente.o deslindamento de um problema autoral. Com efeito, 6 autor conclui que o. poema de Gonzaga dedicado a Virgem Conceição, referido anteriormente entre os inéditos do poeta, não e nada mais que uma parte do, próprio poema *O Naufrágio do Marialva*, pois o primeiro canto do *Naufrágio* e dedicado a Virgem a modo de uma oração para que proteja os navegantes Portugueses. No mesmo artigo, Lapa indicara sua intenção de "preparar o texto par uma edição critica", o que ainda não tivera "ocasião de fazer". Ao que nos consta, consultando os estudos biobibliográficos sobre Rodrigues Lapa, esse trabalho nunca foi realizado. É exatamente esta a tarefa que nos propusemos desenvolver.

2. O NAUFRÁGIO DO MARIALVA E A OBRA LITERÁRIA DE GONZAGA

A. A Obra Literária

A importância do poema *O Naufrágio do Marialva* para a compreensão da obra e da biografia de Tomás Antonio Gonzaga não deve ser minimizada. Apesar da avaliação de Rodrigues Lapa com a qual concordamos, ao considerar o poema do ponto de vista literario³ sem 'maior significação, o autor adverte sobre a relevância do mesmo para uma melhor compreensão da biografia de Tomas Gonzaga, sendo o único texto literário que nos restou do período em que viveu em

Moçambique (1792-/1809/). Afora este fato, evidentemente, algumas passagens do poema não estão isentas de certa qualidade estética, principalmente aquelas em que o autor descreve grandes panoramas marítimos.

£ necessário anotar o significado do mar e das peripécias marítimas na obra de Gonzaga em sintonia com aquilo que poderíamos considerar uma particularidade da mentalidade portuguesa do período moderno - o fascínio pelas grandes aventuras marítimas -, o autor, tendo cruzado o Atlântico pelo menos 4 vezes durante sua vida, parece ter guardado fortes impressões dessas viagens. Isto pode ser verificado por mais de um poema no livro *Marilia de Dirceu* em que ele nos traça grandes quadros marítimos e nos revela conhecimentos náuticos adquiridos como que a espera de se manifestarem mim vasto painel épico. É assim que podemos ver o poeta buscando preparar Marilia para cruzar com ele os mares e ir ao encontro de seus "saudosos lares", como no poema 55 das *Obras Completas* (edição de 1957):

Veras ao deus Neptuno, sossegado, aplainar co tridente as crespas ondas;

ficar como dormindo o mar salgado;
verás, verás d'alheta
soprar o brando vento;
mover-se o leme, desrinzar-se o linho,
seguirem os delfins o movimento,
que leva na carreira
o empavesado pinho.

Alguns outros poemas do período em que viveu em Vila Rica ainda pintam cenas marítimas, mas o exemplo e suficiente para essas considerações. O que desejamos indicar e esse fio de continuidade entre seus poemas e que desemboca em seu empreendimento épico que e *O Naufrágio do Marilva*. Igualmente, a relevância desse poema não se restringe estritamente a compreensão de suas relações com o restante da obra poética de Gonzaga, nem tampouco com sua biografia, pois também importa observar que o mesmo deve ser inserido no quadro da poesia épica arcádica no Brasil e em Portugal da época.

Deve-se ressaltar este aspecto ou faceta do autor: tendo composto uma obra épica, Tomas Antonio Gonzaga revela-se possuidor de uma pratica poética plural, alem do fato de nos ter legado textos não literários em sentido estrito. Sua obra literária, portanto, inclui textos poéticos nos mais diversos registros no interior do Arcadismo: poemas encomiásticos, líricos, bucólico-pastoris em sentido estrito, o longo e hibrido poema trágico-herói-cômico que são as *Cartas Chilenas* e, por fim, este poema épico.

B. O Poema

O Naufrágio do Marialva e um texto incompleto, como alias quase todo o restante de sua obra literária ou não. Restou-nos um fragmento (cerca de oitocentos versos) do que pode ter sido um poema épico com aproximadamente dois mil versos decassílabos brancos. Nele e descrito o périplo do navio português Marialva que afundou na entrada de Moçambique em 1802.

Segundo Lapa, o poema não foi escrito logo apos o fato. Gonzaga, que conheceu inclusive sobreviventes do desastre, só o teria feito apos 1808. Os motivos que levaram o poeta a retornar aos versos são difíceis de avaliar. No entanto, parece razoável, como sugere o mesmo Lapa, ter em mente

a fuga da família real portuguesa para o Brasil como possível elemento a compor a motivação de Gonzaga quando representa epicamente a "missão" portuguesa pelos mares e "avalia" o seu destino histórico.

Do poema restaram-nos dois fragmentos do Canto I² e os Cantos 3⁵ e 4º. Ainda não foi encontrada certamente a sua parte mais importante, o Canto 5°, em que seria descrito o naufrágio do navio, quando Gonzaga lançaria mão do melhor que tinha para a pintura da grande cena final. O Canto I³, como se disse, e uma invocação a Virgem Conceição para que proteja o poeta e os navegantes em sua missão. Um dos fragmentos do canto já anuncia a confrontação mitológica principal que perpassa todo o poema: a luta entre Venus e Palas em suas tentativas de levar os Portugueses aos prazeres ou aos trabalhos.

O Canto 2^Q provavelmente descreveria a partida do navio de Portugal, a viagem pelo Atlântico, sua chegada ao Rio de Janeiro e o encontro de Venus com os navegantes, quando ela lhes prometeria os prazeres da cidade. O Canto 3² narra a intervenção de Palas, que busca levar os Portugueses a fugir dos prazeres e fazer jus a memória dos "bons patrícios" e seu passado de conquistas e glorias. Em realidade, consoante a diversos outros textos do autor, o longo discurso de Palas, a ocupar quase todo o canto, estrutura-se segundo comparações históricas, mitológicas e argumentos lógicos bebidos na retórica do tempo, todos recorrentes em sua obra.

Venus, indignada pela vitoria momentânea de Palas, arma uma emboscada para os navegantes. Mal os Portugueses levantam ancora para partir da Cidade do Rio, Venus procura o nome "que prezide no porto" e lhe pede que, em vingança, quebre o navio sobre as pedras. Toda a cena e muito interessante porque a primeira tentativa de afundamento do navio ocorre precisamente na Ilha das Cobras, Sugar que Gonzaga conhecia por certo com precisão, tendo passado ali quase três anos preso. A divindade do porto toca as águas com o cetro e

as agoas correm com forca nunca vista, e arrebatão o grande Marialva sobre as pedras,

que rodeão a Ilha delatada,

que dá grande cidade está defonte, e he uma fortaleza guarnecida,

que da Ilha das Cobras tem o nome.

O navio se salva por influxo

da portectora Palas: vai dar fundo

num lugar a saída acomodado que o Poço se appellida: novamente as agoas o arrebatão, e vão pollo em cima da restinga pedregoza

que parte com huma ilha inculta,

e breve que o nome tem dos Ratos.

O Canto 4ª narrara basicamente as tentativas sucessivas de Venus em fazer mal aos Portugueses. Mas com um porem: não destruindo-os de um único golpe, como a deusa esclarece, "porque quero acaballos pouco a pouco / ao pezo successivo dos trabalhos, / que he mal inda peor q'. a mesma morte". Neste canto estão as melhores cenas marftimas do poema, a antecipar o que o poeta nos reservaria para o naufrágio propriamente dito.

Para Rodrigues Lapa, o poema de Gonzaga indicia o quanto ele estava mudado. \acute{E} o próprio poeta que nos diz no Canto 1°: "queimei o coração que he mais q'. tudo", para versos a frente exclamar: "Ah como estou diverso! Muitas vezes / depois da fea noite tormentoza / apparece a

manhaã serena, e limpa, / seguida por hum sol ardente, e claro." Igualmente, o fato de Gonzaga abandonar Venus, a antiga divindade adorada pelo poeta nos versos para Marília, e aproximar-se de Palas como deusa protetora dos Portugueses, indica não apenas uma oposição visível a *Os Lusíadas*, mas igualmente o distanciamento de sua antiga orientação pelos prazeres e a opção por uma deusa que e símbolo de contenção racional e equilíbrio. Por fim, o fato de Gonzaga riscar certos versos talvez ousados do poema e sobrepor-lhes uma visão austera, apolínea, e interpretado por Lapa como sinal de abandono de sua antiga orientação mais sensual.

Aqui não e o espaço para podermos discutir com minúcias o encaminhamento geral que Lapa imprime a sua interpretação do poema. Anotamos apenas que os poucos elementos indicados por Lapa não nos parecem suficientes para concluirmos acerca de uma mudança do poeta. Lembramos inclusive a insistência com que Lapa sempre buscou encontrar exatamente os elementos desta mudança, sem nunca tê-los detectado claramente.

Desse modo, se Marília sempre foi comparada a Venus e Cupido, sendo mesmo mais poderosa que ambos, a pastora de Dirceu também foi comparada a Apolo, divindade que, do ponto de vista dos valores que representa, se aproxima de Palas. Por outro lado, Gonzaga parece ter sido um poeta que sempre buscou a adequação de certas representações em relação ao gênero poético que praticava, o que pode explicar não apenas a adoção de Palas como deusa protetora dos Portugueses, como também a maior contenção do poeta na descrição de cenas sensuais, o que talvez conviria melhor ao seu empreendimento épico.

É possível, de antemão, indicar as principais linhas de forca interpretativas que buscaremos imprimir ao poema. O navio Marialva, como metáfora do próprio reino português, não poderia ter outro destino que não o naufrágio, tal como Portugal, que, abandonado por D. Maria I e a corte, e deixado a mercê da invasão napoleônica. Igualmente, ao refazer o itinerário seguido pelo poeta, o Marialva se transforma talvez em metáfora da própria biografia de Gonzaga. Se o navio não afundou na Ilha das Cobras, ele vai encerrar seu périplo exatamente em Moçambique, onde o poeta viveu seus anos de degredo. Tomás Gonzaga não teria mudado de modo significativo, ainda que terminando seus dias possivelmente mais cético e pessimista em relação a sua pátria, o que dificilmente viremos a saber com maior certeza sem estarmos de posse da conclusão do poema e de novos documentos esclarecedores sobre o período moçambiquenho do autor. Por fim, e como metáfora efetivamente exterior ao texto, e o próprio poema enquanto fragmento, enquanto ruína, que pode ser tornado como vitima de um naufrágio, esperando ser um dos sobreviventes da história.

3. PARA O ESTABELECIMENTO DE TEXTO: TRACOS GERAIS

Em primeiro lugar, queremos chamar a atenção para um fato de suma importância. Sendo o segundo poema autografo de Tomas Antonio Gonzaga (o primeiro autógrafo e o poema dedicado a D. Maria I em 1777 e constante em reprodução fac-similar no segundo volume das *Obras Completas* de 1957). *O Naufrágio do Marialva* adquire um significado especial. A rigor, esta peca documental, juntamente com o outro autografo, se transforma no meio mais eficaz de cotejamento e comprovação acerca da autoria dos outros poemas de Gonzaga, *Marília de Dirceu*, as *Cartas Chilenas* e demais poesias, dado que estes textos são, no limite, apócrifos.

Em se tratando de um poema quase inteiramente inédito, esta por ser feito todo o trabalho de estabelecimento de texto, trabalho este que deve abarcar a um só tempo aspectos gerais e específicos, no sentido da preparação de uma edição crítica para o poema.

Como primeira etapa será efetuada a identificação detalhada do manuscrito, seu histórico, descrição sumaria de seu estado de conservação, formato, caligrafia, tinta, papel, datação etc. Nesta

etapa será efetuado também o levantamento sistemático referente ao afundamento do navio Marialva em Moçambique, através da imprensa da Corte e dos Relatórios do Intendente da Marinha e Armazéns Reais da

Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Concomitante a identificação, vem sendo desenvolvida sua transcrição diplomática (paleográfica) a partir de microfilmes cedidos pela Biblioteca Nacional. A transcrição visa indicar todas as variantes internas ao texto, mapear lacunas, interpolates, detalhes de ortografia e pontuação divisão em estrofes, medida dos versos etc. Para esta transcrição utilizamo-nos de outros autógrafos do autor, como o poema dedicado a D. Maria I anteriormente referido, e documentos seus no exercício de funções públicas. Os procedimentos finais adotados, bem como as indispensáveis normatizações advirão necessariamente da adoção de algumas regras gerais a esse tipo de trabalho e da utilização de bibliografia específica, adaptadas as particularidades do próprio texto. Nesta etapa do trabalho contamos com a indispensável colaboração do Prof. Jose Guilherme Ribeiro e, num segundo momenta, com o auxilio do Prof. Joaci Pereira Furtado.

A partir dos tipos de edições de textos mais comuns, será possível definir a forma final adotada para a edição do poema. Apos a transcrição diplomática, o texto será submetido a uma leitura contemporânea, de ortografia e pontuação, em que a utilização de dicionários e gramáticas, do período e de hoje, e essencial. Com respeito a pontuação, a leitura contemporânea buscara interferir o menos possível na cadencia e nas pausas do próprio texto. O leitor terá, portanto, acesso a transcrição diplomática e a leitura atual do poema.

Paralelamente a sua transcrição diplomática e leitura contemporânea, vem sendo coletadas ilustrações diversas visando reunir um conjunto de imagens capazes de familiarizar o leitor com o poema e sua época. Em princípio, a lista de ilustrações conteria: desenhos e plantas do navio Marialva; desenhos e informações acerca do naufrágio do navio nos jornais e relatórios da época: reproduções dos principais deuses presentes na trama do; poema (Palas, Venus, Eolo, Noto, Netuno, Anfitrite e o Gigante Adamastor), de preferência coletadas da pintura e da escultura rococós e neoclássicas; mapas da baia da cidade do Rio de Janeiro; mapas do porto de Moçambique, etc,

Por fim, será constituído o aparato critico do texto tendo em vista basicamente: ¹ 1. especificações gerais de versificação e metrificação; 2. variantes de versos e de partes do poema; 3. campo de significados das palavras e expressões empregadas; 4. particularidades lingüísticas; 5. campo figurativo da linguagem; 6. graus de intertextualidade entre o poema e outros textos de Tomas Antonio Gonzaga, bem como entre o mesmo e outros poemas épicos do período e da literatura em geral; 7. análise do ideário do poema, comparando-o ao quadro geral das idéias do autor e de sua época; 8. constituição de glossários e índices em tomo das principais referências históricas e mitológicas constantes no poema (pessoas, personagens, lugares, fatos etc).

Este aparato crítico leva em conta, entre outros elementos, principalmente os poemas épicos *Ilíada, Odisséia* e *Os Lusíadas* para a verificação de possíveis relações intertextuais entre *O Naufrágio do Marialva* e esses textos, afora os poemas épicos árcades para considerações gerais acerca dos códigos empregados. Pensase também em refazer os cotejamentos efetuados por Manuel Bandeira entre *Marilia de Dirceu* e as *Cartas Chilenas*, em texto hoje já clássico no que se refere a comprovação da autoria das *Cartas*, verificando os mesmos elementos anotados pelo autor no interior d'O *Naufrágio do Marialva*. Ressalte-se, nesse sentido, o levantamento estatístico de Bandeira relativo a freqüência no emprego de anáforas por pane de Gonzaga, bem como sua comprovação de que apenas Gonzaga, e não Claudio Manuel da Costa, emprega a expressão "desrinzar". E o que se vê no fragmento do poema para Marília citado anteriormente, em uma passagem das *Cartas Chilenas* e, mais uma vez, no próprio *O Naufrágio:* "que se rompão / as velas desrinzadas". Por fim, as diversas particularidades de código inerentes a obra de Gonzaga, anotadas com minúcia por Rodrigues Lapa

e outros intérpretes, permitirão estender ainda mais as relações entre os textos do poeta.

COMUNICAÇÃO

UMA REPÚBLICA DE LEITORES As Cartas Chilenas e a história da leitura (ensaio de intenções)

Joaci Pereira Furtado

"Escrever e propiciar a manifestação alheia; em que a nossa imagem se revela a nos mesmos".

Antonio Candido

I. INTENÇÕES

Como as Cartas Chilenas tem sido lidas?

Lamentamos começar a presente comunicação provocando certa decepção aos que esperam ouvir respostas. É sintomático iniciarmos nossa fala com uma pergunta. Padecemos aquela fase da pesquisa em que se tateia no escuro, buscando definir a forma que o trabalho vai assumindo a medida que se avança nas leituras, se experimentam modelos técnico-metodológicos ou se conversa demais com colegas e professores. Assim, ate que neste momento nos comportamos semanticamente com muita coerência, pois em latim "communicare" significa "tornar comum" - e outra coisa não faremos aqui senão socializar nossas duvidas, projeções e as poucas certezas. Na realidade, desejamos apenas tornar publicas algumas idéias que submeteremos ao espancamento acadêmico nos próximos dezoito meses - algo que, para satisfação ou desespero de todos, pode começar aqui.

Por mais ociosa ou abstrusa que pareça a pergunta com a qual iniciamos, responde-la pode clarear aspectos de um importante tema da cultura brasileira: a obra de Tomás Antonio Gonzaga (1744-1810?). Reverenciado também como inconfidente, pode-se dizer que ele e um dos mais nobres poetas de língua portuguesa, citado e estudado em uma infinidade de situações e ainda hoje despertando interesse. Talvez um cidadão medianamente informado não precise de muito esforço para lembrá-lo se lhe perguntarmos quais os grandes nomes da Literatura brasileira. Em todo caso, se nos limitarmos a opinião dos críticos desde o século passado, notaremos um tranqüilo consenso quanto a excelência dos escritos gonzagueanos.

Mas nossas preocupações restringem-se a sua sátira, que ocupa um lugar especial na obra de Gonzaga. Trata-se de um texto cuja autoria ate ha alguns anos era discutida, singularizado pelas circunstancias em que foi escrito, portador de problemas editoriais ainda não resolvidos (o que não

e uma exceção na obra desse poeta) e, ao mesmo tempo, seu segundo trabalho mais conhecido. Nosso propósito aqui e esboçar algumas considerações sobre um estudo que se dedique as formas de interpretação das Cartas desde sua publicação, em 1845. As dimensões de tal empresa ficam bem mais complexas se considerarmos a freqüência com que o panfleto e invocado pela historiografia referente ao período final da mineração. A definição de seu autor também fez acumular uma enorme bibliografia - isto sem contar sua tradição critica. Portanto, a idéia que esclareceremos adiante e a de uma história da leitura das Cartas Chilenas.

O que diremos a seguir - perdoem se isto ressoa como uma insistência lamuriosa - apenas da conta do atual estagio de nossas reflexões sobre um tema com o qual convivemos ha algum tempo e registra as mudanças que operamos em nossos pianos iniciais¹. Trata-se de um exercício, um "ensaio" que inaugura a nossa longa e tortuosa experiência de escrever uma dissertação de mestrado. Vocês encontrarão, com certeza, lacunas e contradições, algum rebuscamento na maneira de nos expressar e, não raro, afirmações perigosas. Mas esperamos que todos tenham paciência com nossa fragilidade de aprendiz - o que não significa pedir misericórdia. Desejamos que, ao menos como um primeiro passo, tenha valido a pena.

II. PROPOSIÇÕES ou NA CÂMARA ESCURA

Talvez jamais saibamos como os habitantes de Vila Rica, naqueles fatídicos anos de 1780, entendiam o que Critilo dizia com suas Cartas Chilenas². A leitura contemporânea do panfleto perdeu-se para sempre, pois dificilmente alguém deixaria por escrito - ou relataria para alguém que escrevesse - suas impressões sobre algo então considerado subversivo e que ate deve ter sido lido por uma minoria de letrados.

É provável que o grosso daquela população sequer tenha ouvido falar da existência de tal libelo, já que ela era em sua maioria escrava e analfabeta³. Isto reduz - e muito - o número dos habitantes a que nos referimos. Alias, não ha registros de como o panfleto circulou, embora seja certo que não foi impresso⁴. Supõe-se que cópias manuscritas foram afixadas em lugares públicos da movimentada capital mineira⁵, mas isto seria uma tarefa, no mínimo, arriscada para quem desejava manter-se incógnita após escrever treze (ou mais) "cartas" dizendo, por exemplo, que o governador Cunha Menezes se sairia melhor como sapateiro⁶. Há indícios de que a existência da sátira chegou ao conhecimento do agravado representante de Sua Majestade, que ate teria ordenado uma inócua busca dos "pasquins"⁷. Mesmo durante a devassa da Inconfidência Mineira mencionou-se algo a respeito⁸, mas isso não impressionou as autoridades, que pareciam preocupadas com outras coisas'. As próprias cópias que sobreviveram aos humores da História são objeto de controversia¹⁰, sendo muito possível que nunca saibamos a forma exata do poema lido naquele tempo.

De qualquer forma, baseadas em manuscritos da época, as Cartas Chilenas ressurgem em 1845 - embora em 1826 a "Epistola a Critilo" já houvesse sido publicada" -, com sete das treze "cartas" que constituem a versão que hoje parece definitiva. Somente a partir de então possuímos registros do que as pessoas pensavam quando liam os "sucessos do Fanfarrão" narrados por Critilo. Não nos referimos aqui a qualquer pessoa, mas a um tipo muito especial de leitor - o intelectual, principalmente aquele interessado na História e na Literatura do Brasil. O anônimo folheador das Cartas - de certo trazido a elas pela miríade de interligações entre Tomás Antonio Gonzaga, Marília de Dirceu e a Inconfidência Mineira - não nos legou sua opinião, pelo menos não da maneira explicita e sistemática como os estudiosos fizeram. Mas isto e assunto para outro lugar.

Desde que o panfleto foi impresso, uma considerável bibliografia sobre ele vem se acumulando; seja em obras exclusivamente dedicadas ao poema ou em passagens de compêndios de Literatura ou História brasileira. O fato e que diversos historiadores, críticos, teóricos da Literatura,

escritores, filólogos e diletantes em algum momento de suas fainas intelectuais se debruçaram sobre as Cartas. E são eles os únicos que, de uma ou de outra forma, nos deixaram suas impressões acerca do provocante escrito satírico. Sim, porque mesmo em se tratando de áridos estudos estatísticos sobr_e sua autoria - de longe, o aspecto que mais desafiou a curiosidade ou a soberba eruditos -, certas posições foram inevitavelmente assumidas, por mais sutis que pareçam. Afinal, a simples tentativa de se colocar o libelo sob a pena de Antonio Diniz da Cruz e Silva¹² e não de outro e mais eloqüente do que se imagina. Mais que isso, dos que se propuseram a escrever algo sobre as Cartas Chilenas poucos se furtaram a interpretação explícita - o que tem sido feito ha quase cento e cinqüenta anos.

Isto quer dizer que e possível acompanharmos as maneiras como esse texto foi apreendido por uma sofisticada espécie de leitor - a que hoje o dialeto estatístico muito provavelmente chamaria de "formador de opinião" - e analisar suas idéias sobre ele. Em outras palavras, podemos escrever uma história da leitura das Cartas Chilenas a partir do discurso "erudito", "cientifico", "competente" - ou o nome que se queira dar em contraposição a "popular", "leigo", "informal" -, tentando, sobretudo percorrer o caminho inverso da relação leitura-leitor - ou seja, saltar das paginas em que o autor registrou suas idéias a respeito do panfleto para o universo intelectual de onde ele as retirou. O que implica em perceber "como" e "por que" os dizeres de Critilo foram entendidos como um "prefacio" a Inconfidência Mineira³ ou como o protesto injuriado de um iluminista ainda que de última hora e amorenado pelos trópicos". Essas opiniões também são historicamente contaminadas, apesar da pretensa assepsia dos que se imunizam com o discurso e o instrumental "científicos". Alias, isso fica mais evidente quando, ao circularmos paralelamente pela bibliografia sobre as Cartas e a Inconfidência, notamos acentuada identidade entre o que se diz sobre uma e outra - isto e, pelo menos ate certa altura e em sua grande maioria, o que se escreve acerca da sátira e da conjura conflui para a construção de uma leitura mitificadora de ambas, entorpecida pela idéia de que elas representariam um momento crucial de resistência a tirania e a opressão, por sua vez eivada dos valores da Ilustração, atenta aos movimentos insurrecionais (em especial a Independência norte-americana) e alimentada pelo altruísmo libertário dos inconfidentes, que Joaquim Jose da Silva Xavier teria levado ao extremo", é claro que esta afirmação e bastante simplificadora, atropelando inegáveis tensões interiores a longa bibliografia sobre os dois temas. Mas ela funciona como o fio de Teseu, possibilitandonos caminhar por onde trechos de diversos percursos formam uma única trilha. É esse traco comum permeando o entendimento da sátira de Critilo - pelo menos ate meados deste século - que desejamos compreender, Afinal, deve haver uma explicação para a coincidência de opiniões entre, por exemplo, Sílvio Romero, Caio de Mello Franco e Alberto Faria 16 - os quais, apesar de atribuírem as Cartas a autores diferentes, vêem no panfleto a mesma dignidade democrática que teria movido os conspiradores de Minas. Ha certamente modos de esclarecer a cristalização desse discurso, os labirintos intelectuais que percorreu, seus veículos com o momento, seu parentesco com a historiografia tradicional da conjura, os indícios do que poderíamos chamar de "ideologia". Enfim, de certo modo podemos entrar nos gabinetes dos letrados do passado e estabelecer com eles um paciente dialogo - ainda que nem sempre muito fluente -, examinando sua bibliografia, os métodos e sobretudo suas idéias ao ler (e escrever sobre) as palavras de Critilo.

Talvez já esteja evidente que não concordamos com o que poderíamos chamar de "leitura convencional" das Cartas Chilenas - e, por extensão, da Inconfidência Mineira ¹⁷. De fato, a conjura derivou mais de um desarranjo circunstancial entre os interesses da elite mineira e a política colonial da Coroa portuguesa - seguida de uma reacomodação quase que imediata - do que de um sentimento nacionalista apimentado pelo exemplo da América Inglesa ¹⁸. Quanto a sátira, não e preciso grandes malabarismos hermenêuticos para notar que o libelo transpira indignação e perplexidade com "desordem de um governo despótico"", voltando- se saudoso para aquilo que havia sido ou deveria

ser a normalidade. Mas qual normalidade? Bem, para satisfazer essa pergunta e preciso levar em conta certas sutilezas do pensamento de Critilo - algo que, por um motivo ou por outro, possivelmente a totalidade de seus críticos e estudiosos sempre ignorou.

Assim como a etiqueta "iluminista" não fica bem na roupagem discursiva do panfleto, debitá-la simplesmente a um vago "despotismo esclarecido e mentalidade colonial" também diz pouca coisa. Na realidade, as posturas das Cartas não se esgotam nos limites de maniqueísmo entre "Ilustração" e "Absolutismo" - que, alias, nem são tão incompatíveis assim²¹. Como já não ha mais dúvidas quanto a autoria da satire²², ela se afina perfeitamente com o restante da obra de Tomas Antonio Gonzaga - um case muito especial de mimetismo estético-ideologico²³.

Trajando os mais puídos valores do "Ancien Régime" luso, Gonzaga circula ate com certa elegância pelos salões da moda intelectual européia de então. £ o caso de seu tratado sobre o Direito Natural²⁴, assunto da agenda de Montesquieu e Rousseau mas que ele esvazia de qualquer conteúdo revolucionário, submetendo a "sociedade civil" aos imperscrutáveis desígnios divinos e a vontade inquestionável do Principe²⁵. As liras²⁶ - e nisto coerente com a forma como os cânones do Arcadismo foram lidos em terras lusitanas - resolvem sem maiores transtornos a incompatibilidade que a princípio o catolicismo tridentino de Gonzaga imporia ao paganismo árcade. Os versos a Marília, se apenas muito discretamente se referem a tradição judaico-cristã e jamais mencionam o nome de Deus, por outro lado insinuam-se por um cipoal de imagens literárias, onde a mitologia greco-romana desempenha um papel meramente figurativo, enquanto a presença ambígua do fado e da Providencia mal encobre a mão do cristianíssimo Todo-Poderoso²⁷.

Apesar de se servir da sátira - uma arma amplamente utilizada no século XVHI para se lançar acido sobre os comportamentos sociais -, nas Cartas Chilenas, em que pese sua repugnância a opressão despótica e profunda simpatia pelo "rei- filosofo, o poeta indigna-se diante dos desmandos do Fanfarrão - um chefe que "só vem para castigos de pecados"²⁸ - e nada mais. Nenhuma palavra sobre insurreição ou resistência. Desejos de que a observância das "sagradas leis do reino"²⁹ retome logo a sofrida Chile, Critilo espera que os súditos padeçam cristamente aquele desgoverno - ate o "dia em que mão robusta e santa / depois de castigar-nos, se condoa / e lance na fogueira as varas torpes"³⁰. Seus versos ficariam como testemunho de uma calamidade que nunca deve se repetir³¹ - o que vai depender mais da virtude do governante do que da vontade dos governados³².

Gonzaga não esta nem adiante nem atrás em relação a seu tempo, mas com as idéias "no lugar"³³: exatamente no clima de pombalismo, versão lusa da reforma conservadora do Estado absolutista que se convencionou chamar de "despotismo esclarecido"³⁴, ainda que em termos teóricos essa conciliação não seja tão tranqiiila³⁵. De algum modo, sua obra ate pode ser considerada "revolucionaria", pois foi uma solução original - em diversas formas e situações - para decisivas inquietações do homem moderno a partir do que se experiênciava em Portugal e seus domínios. Isto e, Gonzaga, Dirceu e Critilo encontraram "respostas possíveis" para problemas específicos que a política, a arte e o conhecimento - as voltas com o vendaval de mudanças que varria a Europa setecentista - enfrentavam no reino português.

Não foi por falta de pesquisa ou erudição que os estudiosos das Cartas Chilenas passaram insensíveis por essas sinuosidades do pensamento gonzagueano. É. claro que se pode atribuir alguma culpa aos crônicos problemas de documentação da época e a tênue confiabilidade editorial dos textos de Gonzaga - mas isto e insuficiente para inocentar seus leitores "cultos" de qualquer envolvimento com métodos, teorias, posições sociais, ideologias, enfim, com a História. É muito provável que a maioria deles tenha cumprido - e bem - um certo papel social, onde cabe refinar e divulgar a maneira como determinada classe vê as coisas - mesmo se nessa visão "os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura..."³⁶.

III . PERCEPÇÕES OU O ENIGMA DA LEITURA

Mesmo sem saber, quando uma pessoa lê um poema na verdade ela o reescreve. Assim um como quadro pode despertar as reações mais diversas - do desprezo nauseado a admiração histérica -, a obra literária possui uma formidável elasticidade interpretativa, que tanto pode elevá-la ao Olimpo dos "clássicos" quanto atira-la a vala comum da mediocridade. Van Gogh e James MacPherson ilustram bem os dois casos³⁷.

Podemos ser acusados, pelo que acabamos de dizer, de confundir "interpretação" com "juízo de valor" - mas realmente não conseguimos divorciar as duas coisas, mesmo que sejam distintas³⁸. Acabamos de ver que uma obra de arte hoje incensada ate pelo senso comum pode ter sido execrada no passado justamente porque não foi "bem compreendida" naquele tempo. Nossa cultura desenvolveu um aparato sofisticado, freqüentemente com pretensões de objetividade, que não só pontifica sobre "o que e arte" como também hierarquiza os objetos artísticos conforme sua "excelência". Dá-se a isso o nome de "critica" ³⁹. No campo da Literatura e ela que estabelece a nobiliarquia dos "grandes autores" e organiza a percepção "erudita" das obras, reformando seu significado ao gosto da sensibilidade do momento. Em outros termos, a medidas que as gerações de críticos se sucedem na dissecação de suas paginas, o texto literário e reescrito e reinscrito naquele instante histórico através de novas incisões interpretativas, ainda que suas palavras sejam as mesmas. O leitor "culto", embora vinculando a publicação de seu modo de ler a certeza de que este e pelo menos mais plausível do que o de muitos, não desenvolveu anticorpos contra os contágios de seu ambiente histórico-cultural. Como qualquer comum dos mortais que detém os olhos sobre os versos de um poema ou as linhas de um romance, o "erudito" - seja historiador, critico, teórico da Literatura - age, ainda que de maneira privilegiada, como "segundo autor" da obra que lê, recolocando-a em seu contexto, reabilitando-a para novos significados, traduzindo numa dimensão semântica o que e velado peio imaginario ⁴⁰.

Isso resulta dos "vazios" textuais que o leitor ocupa com suas representações, tomando a obra dialeticamente múltipla em sua compreensão⁴¹. E nessa relação assimétrica entre texto e leitor - cuja fluidez cabe mais as projeções do segundo do que a polissemia do primeiro - interpõe a realidade de quem le⁴² - o contexto da leitura, diriam os especialistas, onde seu sentido e construfdo⁴³. Ora, isso tem implicações muito serias, pois estamos irrecorrivelmente sentenciados a cumprir nossa pena como prisioneiros da História: somos contemporaneos de uma sensibilidade, pertencemos a uma classe social, estamos infectados por idéias e preconceitos, temos nossos interesses e duvidas - enfim, somos cidadãos do volúvel e multifacetado universo da cultura que, entre outras coisas, nos propicia a atmosfera da leitura⁴⁴.

Portanto, através do esquadrinhamento da extensa lista bibliográfica sobre as Cartas Chilenas, tencionamos espreitar o leitor quando, solitário diante dos versos de Critilo, ele se pergunta: "o que o texto me diz e o que eu digo sobre o texto?" Porem, de nada vai valer esse esforço se esperamos ouvir uma resposta que confira com modelos transcendentais ou atemporais de percepção estetica fo, pois essa experiência tem data - e, o que e mais grave, suas próprias feições historicas feições historicas for aqui que entramos com o instrumental do nosso oficio, pois os historiadores dispõem de algumas armas - mesmo que intelectualmente neolíticas - para enfrentar questões a respeito - ou pelos menos já conviveram com essa problemática o suficiente para vislumbrar algumas saídas - como, por exemplo, sair a cata das listas de freqüência das bibliotecas ou dos títulos que elas guardavam O u então analisar estampas que retratem o ato de ler O u ainda estudar o livro enquanto objeto e mercadoria, percorrendo o longo circuito sócio-econômico que separa o escritor do leitor Mas esses procedimentos aplacam apenas um tipo de curiosidade: o de saber qual o lugar da leitura e do livro em nossa cultura o que não satisfaz totalmente a pergunta do princípio deste parágrafo.

Na verdade, desvendar a interpretação de textos no passado requer ferramentas muito mais

sutis - e assim mesmo corremos o risco de ser pouco menos que superficiais ou anacrônicos⁵². A própria idéia de leitura varia de uma época para outra: já houve quem a considerasse prejudicial a saude³³. Talvez, se pedirmos socorro à teoria literária, seja possível avaliar as potencialidades coercitivas - mas não determinantes - dos textos. Aos historiadores caberia constatar "quais as leituras que efetivamente ocorreram"⁵⁴. Parece uma solução razoável, principalmente quando pensamos no estranho moleiro friuliano de Carlo Ginzburg⁵⁵ ou na curiosa tragédia quinhentista relida por Natalie Davis*.

Os leitores que resolvemos investigar tem suas idiossincrasias, naturalmente - o que nos coloca enigmas específicos, cujas respostas não poderão ser menos singulares. Eles formam "comunidades interpretativas" que no Brasil obedecem a estatutos rígidos e exclusivistas, uma certa elite que lidera a opinião literária, que freqüentemente impõe o império do seu gosto e que não por acaso coincide com as classes dominantes. Não estaríamos exagerando se afirmássemos que, pelo menos ate recentemente, esse público de privilegiados lia para si e recitava para "uma sociedade de iletrados, analfabetos ou pouco afeitos a leitura" O destino de muitos autores sempre dependeu da sua aquiescência - ou benevolencia Dai não e difícil imaginar a atuação do crítico - ainda mais específica, pois ele seria algo como um "leitor habilitado", ungido pela erudição para refinar a interpretação literária, E talvez por isso mesmo, o que e pior, esse discurso sempre corre o risco de se maquiar com "aparências de conceitos", isto e, com "racionalizações, cuja função imediata será ideológica, no sentido negativo do termo, de ocultamento do lugar (da classe) de onde se fala" - algo que virtualmente elimina aquela relatividade do texto artístico.

Mesmo que essa nossa idéia de um tom afinando a leitura das Cartas Chilenas acabe em frangalhos, restara a tarefa, não menos instigante, de compreender os sentidos que a sátira assumiu nos últimos cento e cinquenta anos⁶³. É possível que apos revirar tudo encontremos uma infinidade de opiniões que se esquivem a qualquer amarra classificatória ou contra as quais não localizamos provas de cumplicidade com discursos ideológicos - mas, pensando bem, "não ha relações de sentido que não estejam referidas e determinadas por um sistema de dominação"⁶⁴.

IV . PROJEÇÕES

Escrever a história da leitura das Cartas Chilenas talvez seja mais complicado do que a princípio parece. Afinal, trata-se de quase um século e meio de interpretação - agravada pelo fato de localizar-se entre o ano de 1845 e a década de 1980, época de mudanças radicais que solaparam ate mesmo o Brasil. Obviamente isso tem reflexos particulares em nosso caso, principalmente se imaginarmos o longo desfile de modas intelectuais do período, ao qual nossos críticos compareceram com muito empenho⁶⁵.

Traduzido em termos práticos, nosso trabalho consistira num levantamento minucioso do que já se escreveu sobre O libelo - uma tarefa parcialmente concluída⁶, mas agora ampliada pela garimpagem de menções em textos não específicos. Basta lembrar que não ha um escrevinhador da província⁶⁷ ou livro de História do Brasil que não se refira ao texto. Ao mesmo tempo não podemos perder de vista a trajetória da critica literária brasileira - o que nos fornecera subsídios para compreender suas interpretações⁶⁸. Por fim, a questão do "como se lê" e de longe a mais delicada e aqui registramos apenas algumas impressões iniciais a respeito.

Mas o momento mais grave caberá a montagem de esquemas explicativos da leitura do; versos de Critilo e a proposição de fases correspondentes a sensibilidade de cada momento - ou seja relacionar com seu contexto a maneira como cada período enxergava o panfleto, algo que não se resolve com receitas mecanicistas e que obedece ate a uma tripla mediação⁶⁹. Lembremos as conseqüência trazidas pela simples impressão do texto: exumado das tumbas arquivísticas, torna-se

mais facilmente objeto da dissecação acadêmica, adquirindo dimensões e significados distintos das intenções originais que levaram a sua redação. Por outro lado, o próprio percurso editorial do libelo já nos permite estabelecer referenciais para uma periodização das leituras, uma vez que ele passa de panfleto manuscrito a texto de revista, de texto de revista a livro, de livro a reedições, de reedições a antologias, de antologias a obras completas e de tudo isso aos manuais de Literatura, aos estudos literários e as teses universitárias. São formas diferentes que corporificam modos distintos de compreensão afetados pelo agitado transito de idéias e sensibilidades estéticas que congestionaram os séculos XIX e XX. Basta lembrar a marcante ótica romântica, as analises de tempero positivista, a avalanche modernista ou a insólita heterodoxia da "Nouvelle Histoire". Todos os leitores estão em maior ou menor grau comprometidos com essas e outras maneiras de encarar a realidade e particularmente os versos dos poemas. Mas por detrás da leitura de muitos deles podemos nos deparar com a câmera escura a inverter o sentido das coisas.

NOTAS

- 1- FURTADO, Joaci Pereira. A republica de Critilo; Tomas Antonio Gonzaga e as "Cartas chilenas". São Paulo, mimeo., abril de 1990. (Projeto de pesquisa apresentado a Comissão de Bolsas do Departamento de História da USP). 56 p.
 - 2- GONZAGA, Tomás Antonio. Cartas chilenas, em que o poeta Critilo conta a Doroteu os factos de Fanfarrao Minesio, governador de Chile. In: __ . Poesias - Cartas chilenas. Rio de Jáneiro: MEC/ENL, 1957. p. 181-315. (Prefacio e notas de M. Rodrigues Lapa.)
 - 3-GORENDER, Jácob. Escravismo na mineração. In: . O escravismo colonial. 3. ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 427-50. SOUZA, Laura de Mello e. Os protagonistas da miséria. In: Desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XV111. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 141-213.
 - 4-HELLEWELL, Laurence. O livro no Brasil; sua história. Trad. Maria da Penha Villalobos e Lolio L. de Oliveira. São Paulo: EDUSP, 1985. p. 22.
- 5- FERREIRA, Delson Gonçalves. As "Cartas Chilenas" e a Inconfidência Mineira. Análise & Conjuntura. Belo Horizonte. V. 4, n. 2/3, p. 181, maio/dezembro 1989. LAPA, Manuel Rodrigues. As Cartas chilenas; um problema histórico e filológico. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1957. p. 8-9, 13-5.
 - 6- GONZAGA, T. A. op. cit., p. 313.
- 7- MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa; a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal (1750-1808). Trad. João Maia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985. p. 124.
- 8- AUTOS DA DEVASSA DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA (ADIM). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1977. v. 9. ADIM. Rio de Janeiro, MEC, 1936/38. v. 2.
 - 9- PENNA, Jr., Affonso. Prefácio. In: LAPA, M. R. op. cit., p. XVI.

10-LAPA, M. R. ibidem, p. 107-26. 11-Idem, ibidem, p. 12.

12-MEIRELES, Cecília. Um enigma do século XVHJ: Antonio Diniz da Cruze Silva. PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL COLOQUIUM ON LUSO-BRASILIAN STUDIES. Nashville, The Vanderbilt University Press, 1953. p. 161-4.

13-FRANCO, Caio de Mello. O inconfidente Claudio Manuel da Costa. Rio de Janeiro: Schmidt, 1931. p. 131.

14-FERREIRA, D. G. *Cartas chilenas*; retrato de uma época. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 184-96.

15-Apesar de breves, Heloisa Starling tem considerações interessantes a respeito da apropriação ideológica da Inconfidência Mineira. Ver STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*; os Novos Inconfidentes e o golpe de 1964. Petropolis: Vozes, 1986. p. 83-7.

16- FARIA, Alberto. Crytonymos das "Cartas chilenas". In: *Accendalhas;* literatura e folclore. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurílio, 1920. p. 7-50. Muito embora Faria descarte a participação de Gonzaga na Inconfidência - pois ele não teria se aparceirado "com revolucionários levianos" (p. 256) -, seu texto transpira certa simpatia pela "justeza de Critilo -no que não destoa do discurso mitificador que cerca o libelo. FRANCO, C. de M. op. cit., p. 129-235. ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1980. v.2, t.l.

17-"Por extensão" porque a historiografia tradicional aproxima as duas. Mas, como veremos, não ha necessariamente uma continuidade entre a sátira e a conspiração.

18-MAXWELL, K. op. cit. MOT A, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil (1789-1801)*. Lisboa: Horizonte, s/d. 131 p.

19-GONZAGA, T. A. op. cit., p. 192.

20-BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1981. p. 84.

21-FALCON, Francisco Jose Calazans. Estado absolutista e Ilustração. In: . Despotismo esclarecido. São Paulo: Ática, 1986. p. 11-6.

22-Pelo menos ficou bastante difícil propor outro nome que não o de Gonzaga apos a publicação do convincente trabalho de LAPA , M. R. op. cit.

23-Não temos a pretensão de dizer qualquer novidade a respeito, ate porque já foi feito algo nesse sentido em trabalho recente, que aqui utilizaremos largamente. Trata-se de POLITO, Ronald. *A persistência das idéias e das formas;* um estudo sobre a obra de Tomas Antonio Gonzaga. Niterói, mimeo., 1990. 273 p. (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.)

24-GONZAGA, T. A. Tratado de direito natural. In: ____. Obras completas de Tomás Antonio Gonzaga. São Paulo: Nacional, 1942. p. 357-556. (Ed. critica de M. Rodrigues Lapa.)

25-POLITO, R. op. cit., p. 82-98.

26-Uma boa edição: GONZAGA, T. A. *Marília de Dirceu*. Lisboa: Sá da Costa, 1944. 267 p. (Prefácio e notas de M. Rodrigues Lapa.)

27-POLITO, R. op. cit., p. 62-71.

28- GONZAGA, T. A. Cartas chilenas..., p.291.

29-Idem, ibidem, p. 218, 252,261,263.

30-Idem, ibidem, p. 255.

31- Idem, ibidem, p. 190, 232. POLITO, R. op. cit., p. 11, 197.

32-POLITO, R. op. cit., p. 98-113.

33- A expressão vem de uma velha disputa: COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura brasileira: um intimismo deslocado, a sombra do poder? *Cadernos de Debate*. São Paulo, n. 1, p. 65-7, p. 1976. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. ibidem, p. 61-4.SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: . *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p. 13-28. 34- Mas o termo não e muito feliz. Ver FALCON. F. J. C. op. cit. p. 5-10. Ver principalmente *A época pombalina*; política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. 532 p. 35-POLITO, R. op. cit., p. 43, 46-7, 97-8.

36-MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideológia alema.-São* Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 21 (Introdução de Jacob Gorender) Ver também CHAUÍ, Marilena. *O que e ideológia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125 p.

37-COLL Jorge. O que é arte. 6. ed. São Paulo: Brasiliense,1985. p. 19, 21-2.

38-JÁUSS, Hans Robert. O texto poético na mudança de horizonte da leitura. In: LIMA, Luiz Costa, org. e *trad. Teoria da literatura em suas fontes. 1.* ed. Rio de Janeiro: Francisco Alyes, 1983>,v 2., p. 308, 312. . . *A estética da recepção:* colocações gerais. In: LIMA, L. C, org. e trad. 4 *literatura e o leitor;* textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 19.79. p. 46.

39-COLI, J. op. cit., p. 1.2,22.

- 40-ISER, Wolfgang. Problemas da teoria da literatura atual. In: LIMA, L. C. *Teoria da literatura...*p. 379-80,_. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: op. cit., p, 408-9. É muito oportuna a transcrição das palavras de Silviano Santiago a respeito: "Entre o livro impresso e a sua consideração como clássico um clássico das letras se situa a sua própria inclusão na História, sistema delicado e flexível, e também a sua condição de elemento modificador dentro do sistema a que ele pertence agora por direito adquirido junto aos críticos e historiadores. A acomodação da obra na História e o seu naufrágio no catalogo só podem ser anulados por um critico que a tome presente, contemporânea, ou seja, transforme-a em prisioneira do próprio contexto histórico do critico. Se a obra e a mesma (em qualquer século que e lida), e apenas o nome do seu *segundo* autor (isto e, do critico) que lhe imprime um novo e original significado".SANTIAGO, Silviano. Eca, autor de "Madame Bovary". In: . *Uma literatura nos trópicos*.São Paulo: Perspective 1978. p. 50. (Grifo do autor). Ver também CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985. p. 74.
- 41- ISER, W. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, L. C. *A literatura e o leitor...*, p. 88, 90, 120, 132. Problemas da teoria... In: idem, ibidem, p. 379,. 382.
- 42-ISER, W. A interação..., p. 105. , Problemas da teoria..., p. 371. LIMA, L. C. O leitor demanda da literatura. In: . *A literatura e o leitor...*, p. 23-4, 34.
- 43-E como diz Wolfgang Iser: "... o sentido do texto e apenas a pragmatização do imaginário e não algo inscrito no próprio texto ou que pertencesse como sua razão final." ISER, Wolfgang, problemas de teoria..., p. 408.
- 44-Desta vez damos a palavra a Luiz Costa Lima: "sempre falamos de algum ponto; numa sociedade de classes, sempre falamos a partir de uma classe. Ora, porque a experiência estética não e regulada por conceitos, ela se torna mais apta tanto a abrigar prenações, quanto a permitir a visualização ou realização de experiências novas." LIMA, L. C. O leitor demanda..., p. 21. Ver também ISER, W. Problemas da teoria..., p. 375.
- 45-JAUSS, H. R. O texto poético..., p. 313.
- 46-GUMBRECHT, Hans Ulrich. A teoria do efeito estético em Wolfgang Iser. In: LIMA, L. C, (org.) *Teoria da literatura...*, p. 432.
- 47-Ou como prefere Jauss: "A percepção estética não e um código universal atemporal, mas, como toda experiência estética, esta ligada a experiência histórica". JÁUSS, H. R. O texto poético..., p. 314.
- 48-PROUST, Jacques. História social e história literária. In: GODINHO, Vitorino Magalhães, coord. *A história social;* problemas, fontes e métodos. Trad. M. A. M. Godinho. Lisboa: Cosmos, 1973. p. 301-16.
- 49-DARNTON, Robert. Primeiros passos para uma história da leitura. In: . *O beijo de Lamourrette*; mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, p. 156.

50-op. cit., p. 109-31, 132-45.

5

54-Ou seja, suas "bases institucionais": "quem", "o que", "onde" e "quando" se le. Ver op. cit., p.159.

51-idem, ibidem, p. 167.

52-idem, ibidem, p. 159-60.

53-idem, ibidem, p. 167. O autor já fez algumas tentativas em, por exemplo: . Histórias que os camponeses contam: o significado de Mamãe Ganso. Um burguês organiza seu mundo: a cidade como texto. Os leitores respondem a Rousseau: a fabricação da sensibilidade romântica. In: . .0 grande massacre de gatos; e outros episódios da história cultural francesa. Trad. Sonia Coutinho. 2. ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 21-101, 141-88, 277-328.

55-GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes;* o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. M. B. Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 309 p.

56-DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerra*. Trad. Denin Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 188 p. A autora esboça um histórico de como o caso foi contado e recontado nos últimos quatro séculos (ver p. 20-1, 139-57), mas infelizmente ela não deu muita atenção a isso - o que não deixa de empobrecer a obra.

57-DARNTON, R. op. cit., p. 127.

58-CANDIDO, A. op. cit., p. 77.

59-Idem, ibidem, p. 81.

60-Idem, ibidem, p. 84-6, 91.

61-LIMA, L. C. O leitor demanda..., p. 21.

62-ISER, W. A interação..., p. 129.

63-Usando novamente as palavras de Darnton: desejamos "enfrentar o elemento de relação que se . encontra no núcleo da questão: como leitores mutáveis interpretam textos variáveis?" DARNTON, R. *O beijo...*, p. 172.

64-MICELI, Sergio. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli e outros. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. XIH.

65-ODALIA, Nilo. Formas do pensamento historiográfico brasileiro. *Anais de História*, Assis, n. 8, p. 31-40, 1976. A análise pode ser estendida a toda intelectualidade brasileira, em particular os críticos.

66-Ver bibliografia do projeto citado.

67-MAXWELL, K. op. cit., p. 138.

68-Citemos, por exemplo, MARTINS, Wilson. *A crítica no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 2 v. CANDIDO, Antonio. *O método critico de Silvio Romero*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1945. 224 p. 69-PROUST, J. op. cit., p. 307.

Original Recebido em /09/90

Aceito para Publicação em 03/04/91

DISCURSO DO PSD MINEIRO NA GONSTITUINTE ESTADUAL (1947) E PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1947-1951)*

Corina Maria Rodrigues Moreira Tereza Cristina de Oliveira Miranda , Bacharéis em História pela UFMG

Este estudo pretende analisar a atuação da bancada pessedista na Assembléia Estadual Constituinte (1947) e a primeira legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais (1947-1951), através dos discursos destes deputados em plenário, objetivando a) perceber quais os interesses veiculados pelo partido; b) estabelecer a existência ou não de urna ligação ideológica destes deputados com o partido pelo qual foram eleitos; c) identificar a vinculação destes deputados a política local; d) verificar o tipo de oposição que faziam ao governo estadual, uma vez que este encontrava-se nas mãos da UDN; e) analisar qual a visão que estes deputados tinham de suas funções legislativas.

A importância de tal analise liga-se ao fato de ser este um momento singular da história política brasileira - momento da chamada redemocratização, sobrevinda da dissolução da ditadura varguista e consequente formação do sistema pluripartidário com base nacionais.

A opção metodológica pela utilização do "discurso" reside no fato de esta ser urna fonte inestimável para a "apreensão de um universo vivo, complexo e sutil, que traz o sabor inigualável da experiência vivida" sendo ele, visto aqui enquanto pratica política e, portanto, visceralmente relacionado a um momento histórico determinado.

CENTRALISMO E PRAGMATISMO: UM PARTIDO MAJORITARIO NA OPOSIÇÃO

Um fato que muito nos chamou a atenção, quando da leitura dos discursos dos deputados pessedistas em plenário, foi a sua estruturação sistemática e lógica, que geralmente obedece a uma linha diretiva básica, qual seja, a de explorar, inicialmente, aspectos mais gerais para, apos esta introdução, dirigir-se, objetivamente, ao assunto que leva o deputado, naquele momento, a ocupar o plenário com seu discurso.

Esta postura e adotada como que para tornar bem clara qual a posição tomada pelo partido no interior do Poder Legislativo, demonstrando-nos a objetividade com que os deputados levantam as questões que lhes são de interesse. Discursos objetivos e bem articulados, que visam a um fim determinado e constituem o meio de efetivação da ação política destes parlamentares e que, sem dúvida, possuem a eficácia necessária para a mobilização dos setores aos quais lhes interessam atingir em sua luta pela sustentação do poder que lhes permitira a manutenção do status quo.

Verificamos, a partir daí, que os interesses veiculados pela bancada pessedista no Legislativo

mineiro, através de seus discursos, estão previamente determinados pela acolhida que terão por um público específico, ou seja, fala-se dali aquilo que aquele publico espera ouvir, e fala-se com muita clareza ^e objetividade. E qual e este público ao qual estão destinados os discursos? Por que se esta enviando a mensagem para este público determinado?

O grande interesse veiculado por estes deputados em seus discursos refere-se aos problemas municipais, e assim não poderia deixar de ser, uma vez que a própria Constituição Federal (e, por conseqüência, a Estadual, já que esta última esta elaborada nos moldes da primeira) confere grande importância aos municípios. Além disso, a idéia corrente daquele momento e a da importância da estruturação de municípios fortes e independentes (econômica e politicamente) come base para o fortalecimento da nascente democracia brasileira, que se fundamentaria no crescimento econômico da Nação.

Por outro lado, a estruturação do poder tinha sua fundamentação nas bases de poder locais, ou seja, a própria entrada destes deputados na Assembléia Legislativa havia sido fruto das injunções de um poder local que, apesar do centralismo do regime ditatorial do período anterior, não havia perdido sua vida política própria, dando continuidade a formação de homens públicos e de confrontações políticas.

O apelo ao município possuía, portanto, um duplo significado: uma citação comum naquele tempo, em razão de creditar-se a eles importância fundamental no desenvolvimento da Nação, era deles ainda que partiam os votos que permitiriam a interferência nas esferas institucionais de (decisão, interferência esta que era de fundamental importância no processo de redemocratização do País, sendo eles os "legítimos representantes do povo mineiro" e, por isso mesmo, os condutores autorizados deste processo

Entretanto, não se fala somente dos municípios, mas para eles também. Quando os deputados fazem referencias genéricas ou específicas aos municípios, significa que eles estão dando um retorno aos seus eleitores (ao menos a nível discursivo), pois eles ali estão enquanto seus representantes e de seus interesses, não podendo decepcioná-los, uma vez que deles dependem para continuar sua vida política.

Estes discursos acabam transformando-se, em última instancia, em claros chamamentos eleitorais, pois, dando "feed- back" aqueles que os elegeram, os deputados acabam por mostrar que não se esqueceram porque ali estão, podendo, portanto, ali continuar, defendendo os interesses de seus eleitores e de sua região.

As municipalidades são lembradas, também, e diversas vezes, em discursos de oposição ao governo estadual, e e neste momento que podemos notar um outro lado da constante referenda as localidades do interior do Estado: a necessidade de manutenção do poder local ter.do fundamental importância na conservação de cargos em instancias institucionais de poder o que, por sua vez, fundamenta a fixação daquelas elites políticas no cenário local, urna vez que o intercambio de favores e mutuo e constante.

Assim sendo, quando se sente ameaçada em seu domínio, esta elite política corre o risco de perder não só a influência que ali possui, mas a que remete as esferas de decisões mais amplas e que, em última instancia, são as que lhes permitem mante*r* o status quo.

Desta forma, quando os deputados fazem referenda aos abusos de poder que estão ocorrendo no interior em detrimento de seus correligionários, ou a modificações que o governo estadual esta fazendo nos quadros administrativos municipais, preenchendo-os com partidários seus, o que os esta preocupando, acima de tudo, e a perda de terreno eleitoral e, conseqüentemente, a perda de poder que daí advêm.

O que podemos notar, portanto, e a dupla importância dos municípios no cenário político

que se estabelece naquele momento: uma importância atribuída - célula última sobre a qual se funda a democracia - e uma importância real - instancia que lhes permite a intervenção nos meios de poder institucionais. Entretanto, esta duplicidade não e, de forma alguma, estática, uma vez que estes dois pólos interagem-se para a fundamentação de um padrão que se insurge .contra o centralismo excessivo e que prega a autonomia do município contra o "federalismo hegemônico", propugnado pelo regime anterior.

Desta forma, a constante referenda aos municípios enquanto fundamentadores do desenvolvimento econômico e político da Nação - dos quais estes deputados são os representantes e pelos quais são responsáveis, tendo, por isso, que lhes dar algum retomo que justifique a sua presença no Legislativo e que lhes permita arrecadar votos em algum próximo pleito, promovendo, assim, através do fortalecimento das municipalidades, o fortalecimento da própria Nação - contribui não só para a manutenção do poder, mas sambem para o direcionamento de seus interesses, no sentido da conservação ou da transformação.

E é neste sentido que falamos de interação da duplicidade contida nas referencias as localidades, ou seja, a sua importância atribuída e real fornece o subsidio para a realização de uma proposta de autonomização dos municípios que, alem de ser vista como ideal para a real democratização do Pais, fortalece a possibilidade de maior controle.

Porem, as bandeiras levantadas em plenário pelos deputados pessedistas não referem-se unicamente aos municípios, mas possuem, em última instancia, um fundamento que as aproxima dos discursos concernentes as localidades. Referem-se a problemas enfrentados pelo funcionalismo público (principalmente os salariais), a questão do abastecimento e da melhoria de condições de vida da capital, a reclamações acerca da incidência do fisco e, como pode-se notar, a fatos específicos, que visam a determinados segmentos da sociedade e a farta colheita eleitoral que estas camadas lhes podem proporcionar. E é ai que falamos em proximidade de fundamento entre um discurso e outro, apesar de, neste último caso, isso nos parecer bem mais claro.

Continuam, portanto, a defender interesses determinados, para e por um publico específico, que lhes dará o mesmo retorno que eles lhes estão dando quando se lembram e remetem-se a ele direcionam o discurso para um publico específico, do qual se colocam como porta-vozes e ao qual estão dirigindo-se no intuito de legitimar e, em certos casos, perpetuar sua presença no Legislativo

Este constante esforço em direção a um eleitorado específico faz-se presente no decorrer de toda a Legislatura em questão, mas toma-se ainda mais evidente no 2^s semestre de 1950, com a proximidade das eleições para a Presidência da Republica, para o Governo de Estado e para as Casas Legislativas. E se durante todo o período legislativo essa preocupação mostrar-se recorrente nos discursos referentes aos municípios e a defesa de interesses determinados, com a aproximação do pleito, a evidencia acaba recaindo sobre os discursos de oposição a administração estadual.

Neste ponto, acreditamos ser importante nos de termos em uma questão de suma relevância no que tange a analise da atuação da bancada pessedista no Legislativo mineiro: qual o tipo de oposição feita por estes deputados ao Governo Estadual.

Já nos referimos a oposição levantada em torno das questões municipais e daquela advinda da aproximação das eleições, que põe na balança as atitudes tomadas pelo Poder Executivo durante a sua administração. Estas duas maneiras expressas de oposição têm claramente objetivos político-eleitorais, e referem-se basicamente a problemas políticos (política aqui vista como administração de conflitos). E e esta a oposição levada a cabo pela bancada pessedista no decorrer de toda a Legislatura em estudo: uma oposição política, e não uma oposição de princípios.

Este fato pode-se tomar bastante claro no momento em que apreendemos qual a visão que estes deputados possuíam de suas funções legislativas, do papel do Legislativo e mesmo do Executivo,

e qual o papel de uma oposição no interior deste quadro institucional. E a determinação destas funções e papeis e uma preocupação constante destes deputados, que a elas referem-se diversas vezes, como que para delimitar a posição por eles tomada, evitando, assim, a cobrança daquilo que, não lendo sido estabelecido, esta alem de suas possibilidades de realização.

É assim que vemos surgir as expressões "colaboração", "construtiva", "discreção", "cooperação, palavras que nos levam ao centro da delimitação de funções e papeis por eles propostas: a Assembléia Legislativa deve cooperar com o Poder Executivo na criação de melhores condições de vida para a população através de seus deputados, que são os representantes do povo e, por isso mesmo, devem estar atentos através de uma oposição discreta, construtiva, que vise unicamente, a colaboração com o Executivo em prol do bem comum.

O Executivo e visto como o vértice dos três poderes, aquele que põe em prática as contribuições dadas pelo Legislativo - esfera onde estão representados os interesses públicos - para a efetivação do bem-estar da população.

No interior de um Legislativo tão altruísta, o papel assumido por estes deputados, enquanto oposição, não poderia ser outro senão o da colaboração - e isto e o que esta fazendo quando denuncia os atos do Executivo que, a seu ver, vão contra os interesses da população. Uma oposição discreta e tranqüila, que não agite a opinião publica em demasia, uma vez que a desordem só faz impedir a administração do bem publico.

O que podemos notar, entretanto, e que, por trás desta posição colaboracionista corroborada pela função que se atribui ao Legislativo, existe a não-diferenciação de princípios entre um partido e outro (UDN e PSD), uma vez que o caminho tornado pelo Governo Estadual para a resolução dos problemas existentes não e questionado - questiona-se, sim, a forma política que esta direcionando estas resoluções. A oposição e feita quando existe ameaça de perda de poder ou possibilidade de conquistá-lo, o que transforma o Legislativo mineiro em um palco onde a disputa por posições na vida político-administrativa fica evidenciada. Não podemos nos deter com maior profundidade nesta questão, uma vez que para isto necessitaríamos de uma análise relativa também aos discursos não só dos representantes da UDN no Legislativo, mas também no Executivo mineiro, e o que aqui fizemos foi unicamente constatar o fato que nos foi transmitido pelos discursos pessedistas.

O que podemos verificar, portanto, é que a imagem construída pelos deputados pessedistas da legislatura em estudo fixa-se em tomo da junção da visão que tem de seu papel enquanto legisladores e representantes de seus eleitores com a de seu papel enquanto opositores a um governo estabelecido também através do vote. Na verdade, a oposição que faziam ao governo mostrava-se claramente partidária, ou seja, opunham-se a UDN e, uma vez que o Governo do Estado estava por ela ocupada, opunham- se a ele. Mais interessante ainda e perceber que a junção destes dois papéis anteriormente descritos e que ira determinar a atuação destes deputados em plenário. Enquanto legisladores e porta-vozes dos interesses de seus eleitores, empenhados na construção de determinada realidade histórica, visando ao bem- estar coletivo, não podiam sistematizar uma oposição que viesse a obstruir as realizações de uma administra9ao, no momento em que esta propunha benefícios para a população.

Por outro lado, contudo, não podemos nos deixar levar unicamente por aquilo que e dito pelos deputados em plenário: colocando-se enquanto defensores do bem comum, defendendo interesses bastante específicos e fazendo uma oposição centrada no âmbito político, o que estes deputados nos demonstram e que, como partido conservador que representam, partido este que propunha o equilíbrio enquanto conduta essencial da vida política, e majoritário na ocupação de funções institucionais decisórias, não necessitavam tomar atitudes mais drásticas (e nem assim queriam, uma vez que a condução da vida administrativa do Estado não lhes era de todo desagradável ou mesmo contraditória

com seus princípios liberais-conservadores), devendo preocupar-se basicamente com a manutenção ou obtenção de seus meios de interferência nas injunções políticas institucionais, o que lhes permitiria controlar, com maior eficácia, o caminho a ser tornado pela Nação naquele decisivo momento histórico.

Assim sendo, o que podemos concluir e que a linha diretiva da atuação da bancada pessedista mineira na Primeira Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, analisada através dos discursos destes deputados em plenário, e dominada por um alto tom pragmático: defendendo interesses específicos, levando a cabo uma oposição essencialmente política e conciliatória, tinha o objetivo explicito de não comprometer sua posição privilegiada de ter em mãos a condução de um processo de reestruturação do poder da maneira que mais lhes conviesse.

NOTAS

Trabalho realizado sob financiamento do CNPq com orientação da Prof³ Lucila de Almeida Neves Delgado e que faz parte de monografia apresentada no Bacharelado do Curso de História da UFMG.

BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947; uma analise histórica. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais, 1989.

BASTOS, Tocary A. & Walker, T.W. Partidos e forcas políticas em Minas Gerais. Revista Brasileira

de Estudos Políticos. Belo Horizonte, v. 31, p. 117-57, maio 1971. BOSCHI, Caio Cesar. O poder legislativo em Minas Gerais (1947 - 1975). Revista do Arquivo

Publico Mineiro. Belo Horizonte, v. 27, p. 61-119, 1976. CARVALHO, Orlando M. *Ensaios de sociologia eleitoral*. Rio de Janeiro: Universidade de Minas

Edições Brasileira de Estudos Políticos, 1958. A força dos partidos e a estrutura ocupacional das chefias políticas em Minas. Direito. Belo Horizonte, 4, 122-39, da Faculdade de v. 1953. Revista -----. Os partidos políticos em Minas Gerais. In: II SEMINARIO DE ESTUDOS

MINEIROS, Belo Horizonte, UFMG, p.23-41, 1956. DIAS, Fernando Correia. Estado e desenvolvimento em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos*

Políticos. Belo Horizonte, v. 25/26, p. 111-36, jul.1968/jan.1969. DULCI, Otavio Soares; As elites mineiras e conciliação a mineiridade como ideologia. (Trabalho

apresentado no 7ª Encontro de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.)

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. 3* ed.. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. FLEISCHER, David V. A bancada federal mineira; trinta anos de recrutamento político, 1945-1975.

HIPPOLITO, Lucia. *PSD*; de raposas e reformistas, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: SEMINARIO DE ESTUDOS

MINEIROS, 2, Belo Horizonte, 1956. Anais. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas

Gerais, 1956. p.43-91. LIMA JR., Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros*; a experiência federal e regional: 1945-1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

M1CELI, Sergio. Carne e osso da elite política brasileira, 1930. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3* ed. São Paulo: DIFEL, 1986. Tomo UJ. v.3.

MONTEIRO, Norma de Góes. A revolução de 30. Vargas e sua luta pela política em Minas. In: // Seminário sobre a Cultura Mineira (Período Contemporâneo). Belo Horizonte, v. 2, p. 13-37, Conselho Estadual de Cultura, 1980.

NASSIF, Alberto Aziz. El analises del discurso; ofício de artesanos. *Taller de invéstigacion para la comunicacion masiva*, (s.l.), n. 16, p. 5-66, ago. 1982.(Notas introductoriais para su estudio.)

NETHOL, Ana Maria. Los mecanismos del discurso; el campo del poder y las perspectivas da particion popular. *Cadernos Comúnicagao da ABEPEC*. João Pessoa, S.N., p. 11-08, 1979.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1973. (Tese de

mestrado em Ciência Política.) PICCINI, Mabel. Sobre la produccion discursiva, la comúnicacion y las ideologias. *Taller de investigacion para la comunicacion*. S. 1., n. 22, p. 1-30, abr. 1983.

RESENDE, Maria Efigênia Lage & CASTRO, Claudia Cambraia Godoy. Política e partidos (1930-1986); catálogo bibliográfico e documental. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, n. 3, p. 7-108, nov. 1986.

ROBIN, Régine. História e lingüística. São Paulo. Cultrix, 1977.

SILVA, Vera Alice Cardoso & DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Tancredo Neves*, a trajetória de um liberal. Petrópolis: Vozes/UFMG, 1985.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). 2* ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

WIRTH, John. Minas e a Nação; um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In:

FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1977.

Tomo IU. v.l.p.76-99.

COMUNICAÇÃO

O DISCURSO JUSCELINISTA NA PEEFEITURA DE BELO HORIZONTE

Marlene Corrêa Maia Dept^o de História – Fafich/UFMG

Nesta comunicação, pretendemos apresentar algumas considerações acerca da pesquisa que estamos realizando no bacharelado do curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, sob a orientação da professoras Lucila de Almeida Neves Delgado.

Constitui nossa proposta de trabalho analise do discurso juscelinista durante a administração da Prefeitura de Belo Horizonte nos anos de 1940 a 1945.

Tal período, apesar de seu indiscutível significado na história da cidade, não foi analisado com grau maior de profundidade. De maneira geral, o que encontramos são estudos particularizados, enfocando temas como o projeto da Pampulha a reforma urbana, a "modernização" das artes, entre outros.

Assumimos como ponto central de nosso estudo a hipótese de que o discurso juscelinista, durante a administração da Prefeitura de Belo Horizonte, enfatizou a "modernização", sobretudo no que concerne aos aspectos de progresso e desenvolvimento da cidade. De acordo com a concepção de IK., a cidade deveria preparar-se para acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo no país. Era precise reestruturar Belo Horizonte, de forma a conferir-lhe um perfil de metrópole.

O período que estamos trabalhando e bastante rico em fontes primarias, o que está viabilizando a execução do nosso projeto. Inicialmente, a documentação que estamos analisando e o conjunto de quarenta e quatro discursos publicados no jornal Minas Gerais ao longo da administração de JK. Estes, numa primeira avaliação, possibilitaram a formulação da hipótese central e têm contribuído, através de seu amplo potencial explicativo, para identificação de propostas, projetos, objetivos e idéias que permearam a atuação de Juscelino Kubitschek.

OUTRO tipo de fonte que estamos analisando e o Relatório do prefeito de Belo Horizonte datado de 1942. Este material nos têm permitido conhecer os projetos executados, os orçamentos e as dificuldades que envolveram a rotina administrativa de JK.

As memórias "Meu Caminho para Brasília - A Escalada da Humanidade" e "A Escalada Política" – tornam possível em contato mais precioso com as idéias do homem, do político e do administrador.

Devido à imprecisão do termo, sentimos a necessidade de formular uma conceituação

compatível com nossa proposta de trabalho. Nesse sentido, entendemos por discurso um conjunto de signos do qual fazem parte a fala, as palavras, os gestos, as ações, a imagem. A analise desses elementos implica a exploração do texto e do extratexto. Não basta o estudo da palavra em si. É preciso resgatar as condições de produção do discurso, a contextualidade. Explorar o conotativo, além do denotativo, ou seja, a idéia que o enunciado expressa.

Como subsidio teórico, estamos utilizando trabalhos que discutem a problemática da análise de discurso. As abordagens que se referem especialmente a associação da lingüística a história nos têm fornecido métodos para uma interpretação mais precisa dos textos. A intenção e de elucidar as marcas enunciativas, a essência do conteúdo do discurso e estabelecer relações entre estas e o contexto de produção que será conhecido através do estudo de uma bibliografia referente ao período.

A partir da analise de alguns documentos podemos apresentar algumas considerações acerca do conteúdo do discurso.

JK retoma a idéia que norteou o projeto inicial da capital, ou seja, a necessidade de se criar para Minas Gerais uma verdadeira metrópole, "um centro econômico e sócio-cultural, enfim, que comandasse a província"¹. A idéia e retomada por JK como forma de justificar seus projetos.

Essa concepção modernizadora e ampliada e dinamizada por JK, na medida em que o espaço metropolitano de Belo Horizonte assume novos contornos, com o alargamento e pavimentação de ruas e avenidas (a Afonso Pena e um exemplo), o alongamento e construção de redes de esgotos, obras sociais (Hospital Municipal, Lar dos Meninos), além de empreendimentos no setor cultural (Instituto de Belas Artes) e ainda o conjunto da Pampulha, uma inovação estética em termos de arquitetura.

A administração juscelinista estava intimamente ligada ao contexto nacional, num momento de auge do Estado Novo. Segundo Lourdes Sola, "1940 marca o início das realizações econômicas propriamente inovadoras, planejadas em 1939"². É o instante de efetivação do piano qüinqüenal com a implantação de usinas hidrelétricas, estrada de ferro e rodagem e fabricas de aviões. Um espírito de progresso e de desenvolvimento assolava o país, refletindo-se também no governo de Benedito Valadares que afirma em um discurso proferido na inauguração da Delegacia Regional do Serviço da Alimentação da Previdência Social (SAPS) que "o governo de Minas se orgulhava de emprestar toda a sua cooperação a essas patrióticas iniciativas, que tantos benefícios traziam aos operários mineiros"³.

A atuação de Juscelino Kubitschek estava vinculada a administração de Benedito Valadares, e o que constatamos em vários discursos, como, por exemplo, o que se refere ao quinto aniversario da administração: 'Tão bem quanto eu, conheceis essa obra, inegavelmente gigantesca que, na capital de Minas, atesta a eficiente e patriótica orientação dada aos negócios públicos pelo governador Benedito Valadares e que transmudou, em todos os aspectos, a fisionomia de Belo Horizonte, tomando-a hoje a terceira cidade do Brasil em grandeza e conforto'**.

Acreditamos que JK, ao privilegiar o binômio progresso e desenvolvimento, procura, sobretudo, adequar sua administração a conjuntura nacional.

Ha que se ressaltar uma nítida preocupação da administração JK em atender as aspirações de diversos segmentos da sociedade. Ao mesmo tempo que criava instituições assistenciais, intensificava a atividade cultural e modificava o espaço urbano da cidade. O compromisso de seu governo com esses aspectos da administração e reafirmado em um discurso proferido em 1943, no Rotary Clube, onde JK argumentava que "numa cidade em formação ainda, dotada de um piano não executado em sua totalidade, o dever primacial do administrador era, em primeiro lugar, compor a fisionomia material da "urbs" 5.

Entendemos que na construção dessa "fisionomia material", algumas obras merecem destaque: O Lar dos Meninos e o Restaurante da Cidade, obra ressaltada pela imprensa como um "nobre empreendimento da administração municipal".

Assinalamos também a construção da

Pampulha, obra conjunta da administração municipal e estadual. Segundo Adalgisa Arantes Campus, "o conjunto da Pampulha tem um significado político de autopromoção do prefeito e do governador, essa antiga necessidade dos políticos se perpetuarem no tempo através do espaço, podemos dizer qu_e a Pampulha e um passo para Brasília"⁷.

No nosso entendimento o momenta em questão apresentou-se como ponto de partida para a projeção nacional da imagem do político JK, caracteristicamente popular e compromissada com o progresso e o desenvolvimento.

Realçamos que esta imagem foi gestada neste período e o seu trabalho na prefeitura de Belo Horizonte significou, sobretudo, um primeiro esforço no sentido de alcançar o cenário nacional. Em 1976, em entrevista a Revista Manchete, JK afirmou: "minha eleição para deputado federal foi a maneira pela qual o povo de Minas, e em especial o povo de Belo Horizonte, expressou o seu reconhecimento pelo meu trabalho a frente da Prefeitura. Eu havia feito apenas o meu dever. Mas isto bastou para que todos se sentissem gratos ao esforço que imprimi a frente da municipalidade da Capital".

Através da conclusão da fase de análise das fontes primarias estamos buscando caracterizar o conteúdo do discurso e obter elementos para avaliar o seu grau de inserção na realidade em que foi produzido. A partir dessa etapa, acreditamos encontrar subsídios para fundamentação e comprovação de nossa hipótese.

NOTAS

- 1-TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana, V. 5, cap. II, p. 1224.
- 2- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: 13* ed. Difel, 1982.
 - A instalação, ontem, na Capital, da Delegacia Regional e dos Postos do SAPS. In: *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 16 de agosto de 1944, p. 06.
- 3- Pelo 5⁹ aniversário da administração Juscelino Kubitschek. In: *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 19 de abril de 1945, p. 08.
- 4- Homenagem do Rotary Clube a Belo Horizonte. In: *Minas Gerais*. Belo Horizonte, 16 de dezembro de 1943, p. 08.
- 5- Administração JK de Oliveira Inaugurado na Capital de Minas Gerais mais um restaurantes da cidade. In: *Revista Nacional Bancária*. Belo Horizonte, Coleção Linhares, maio 1945, p. 26.7
 - 6- CAMPOS, Adalgisia Arantes. Pampulha, urna proposta estética e ideológica. (rnimeo).
- 7- JK Os anos difíceis do PSD mineiro. In: *Manchete*. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1976, p. 28.

COMUNICAÇÃO

VOCABULÁRIO DE HISTÓRIA MEDIEVAL

Celso Taveira

No estágio atual de nossos trabalhos fizemos levantamentos de termos em três obras, selecionadas em função da importância que representaram e ainda representam para a historiografia do período: "O outono da Idade Media", de Johan Huizinga, publicado pela primeira vez em 1919 em holandês e em 1932 em francês; "Maomé e Carlos Magno" de Henri Pirenne, publicado por F. Vercauteren em 1937, a partir dos manuscritos deixados pelo autor em 1935, ano de sua morte; o primeiro tomo de "A sociedade feudal" de Marc Bloch, que tem por título "A formação dos laços de dependência", publicado em 1939 (o segundo tomo, "As classes e o governo dos homens", do qual fizemos levantamento apenas no primeiro capítulo, dedicado as origens e consolidação da nobreza como classe social, foi publicado em 1940).

Três momentos, portanto, na historiografia do século XX dedicada a Idade Media: uma análise psicológica no primeiro caso, uma tese inovadora no segundo, uma análise a mais completa possível da estrutura social, uma síntese ainda não igualada, que e como vem sendo considerado ate hoje o livro de Marc Bloch¹.

Em 18 meses de pesquisa coletamos em Huizinga um total de 313 termos, em Pirenne 114 e finalmente 504 em Marc Bloch. É evidente que muitos deles se repetem nos três textos, sobretudo aqueles que se inserem no repertorio básico, o que nos permite já neste momento tecermos algumas considerações reveladoras das dimensões de cada um dos livros consultados.

E sabido que a monumental analise de Huizinga se tomou o primeiro fundamento da história das mentalidades hoje tão cultivada na Franca e, por extensão, no Brasil. Passo gigantesco pela ampliação do âmbito da pesquisa (coletâneas de documentos e sobretudo um minucioso estudo dos cronistas da época) e pela importância atribuída a psicologia do cotidiano medieval, onde o autor utilizou recursos que viriam a ser igualmente utilizados por Marc Bloch, por exemplo, o recurso as fontes literárias e poéticas.

Ao traçar um vivo painel da vida no final da Idade Media no Norte da Franca e nos Países Baixos, o autor utilizou no titulo a palavra "outono": o outono da Idade Media. Em edições subseqüentes, a palavra foi curiosamente substituída por "declínio", tal como na edição francesa de 1932 e nas edições posteriores em língua portuguesa. Foi somente na edição francesa de 1980 (Payot) que o titulo original foi restaurado. Cumpre-nos registrar, sobretudo a importância do caráter simbólico atribuído pelo historiador holandês a esta palavra, que designa a estação do ano em que a natureza perde energia e definha. Assim, a civilização medieval dos séculos XIV e XV definha e cede lugar a um outro tipo de civilização.

Ora, e justamente este caráter simbólico que predomina ao longo dos 22 capítulos do texto

original (transformados em 23 nas Edições portuguesas que seguem a versão condensada inglesa & 1924). Neste sentido, ficamos desconcertados diante de nossa própria proposta de trabalho, em função da despreocupação do autor quanto ao teor técnico da terminologia utilizada, ligado que esta o pl^ do livro a exploração dos estados psicológicos. Assim, quando o autor afirma:

La distinction technique entre le saint et le bienheureux, l'organisation de la sainteie par la canonisation officielle, bien que d'un formalisme inquietant, n'etaient pourtam pas en opposition avec l'esprit du christianisme. L'Eglise restait consciente de l'egalite originelle de l'etat de saint et de celui de bienheureux, et de l'insuffisance de la canonisation².

A citação ilustra nossa dificuldade em dois aspectos: primeiramente chamamos atenção paia esta "distinção técnica entre o santo e o bem-aventurado", onde o autor, embora preocupado com uma questão técnica, permanece num domínio vago de santidade institucionalizada e formal, mas carente de um desenvolvimento do conteúdo. Consideramos essencial em nosso Vocabulário o registro de um aspecto inesgotável da Cristandade medieval, qual seja, o culto dos santos e o reforço continuado do contingente dos mesmos, formando uma verdadeira legião beatificada. Ora, o texto não fornece subsídios para tal, embora nos aponte sua importância enquanto fenômeno social de primeira grandeza Em segundo lugar, desta mesma citação poderíamos reter o termo "canonização", mas os dados são igualmente tênues.

Da mesma forma, no estudo da categoria social dos cavaleiros, encontramos uma expressão do tipo "ideal cavalheiresco":

Nous retrouvons l'ideal chevaleresque applique la guerre dans ies combat; singuliers, entre deux ou plusieurs adversaires³.

Ou ainda, num momento crucial, quando nos deparamos com a temivel palavra "feudal";

Les trois grands ordres de Terre Sainte et Ies trois ordres espagnois, nes de la penetration mutuelle de l'ideal monastique et de l'ideal feodal, avaient bientot pris le caractere de grandes institutions politiques et economiques⁴.

É evidentemente difícil concebermos um verbete para "ideal feudal" ou "ideal monástico", mas eis que podemos identificar aí o lampejo de quem pensa a história. O ideal feudal confunde-se naturalmente com o ideal cavalheiresco e, em Marc Bloch, encontraremos justamente o caráter militar como fundamento das instituições feudais:

L'orgueil est un des ingredients essentiels de toute conscience de classe. Celui des "nobles" de l'ere feodale *vat.*, avant tout, un orgueil guerrier⁵.

Portanto, podemos não abrir um verbete para instituições feudais vistas numa ótica literária e idealizada, mas certamente as considerações de Huizinga nos serão úteis na elaboração de um verbete destinado a nobreza medieval.

"Maomé e Carlos Magno", última obra de síntese de Henri Pirenne, também marcou época e suscitou debates em função da tese do autor acerca da expansão do Islã no século VIII como marco para o início dos tempos medievais⁶.

Debates hoje superados, com a rejeição generalizada da tese, contrabalançada pela ampla aceitação de um dado geográfico dos mais significativos: a gradativa transferência do eixo econômico do Sul para o Norte da Gália franca, num processo consumado na época carolíngia. Neste contexto, adquire grande importância para o historiador belga e para a historiografia posterior o termo "portus", marcando o novo caráter fluvial e continental assumido pelo comercio. Portanto, ao tratarmos do verbete "portus", estaremos nos referindo não apenas a uma nova configuração do espaço geográfico na Idade Média, que a distingue da Antiguidade, mas também a pólos de um futuro desenvolvimento econômico, quando os Normandos cessarem as agressões e iniciarem a pratica do estabelecimento

definitivo no continente europeu.

Por outro lado, nada encontramos de interessante acerca do termo "feudo", que aparece num sentido generalizante do tipo:

En esas tierras del Norte, feudo de la ley Salica y la ley Ripuaria, las costumbre son mucho mas rudas que en el Sur. Incluso se encuetran alli paganos⁷.

Como vemos, o termo aparece inteiramente vazio de sentido, num contexto que implica essencialmente a rivalidade entre a realeza merovíngia neustriana e a dinastia pepínida austrasiana, ou então o conflito Romanismo-Germanismo implícito na oposição entre os francos merovíngios romanizados e os carolíngios austrasianos não romanizados.

A nosso ver o livro de Pirenne e um amalgama de inovações do ponto de vista de uma "história econômica e de conservadorismo do ponto de vista de uma história política. Abundam no texto expressões latinas próprias do império romano tardio, tais como: "judices provinciarum", "quaestor sacri palatii", "magister officiorum", resultantes sem duvida do esforço do autor em demonstrar sua tese acerca da permanência da Romania ate a época de Carlos Magno. Ora, neste sentido e o próprio termo "România" que pode nos interessar de perto, em função do significado a ele atribuído por Pirenne, indicando a permanência das estruturas antigas ate o triunfo do germanismo vindo da Austrália a partir da segunda metade do século VIII.

"Maomé e Carlos Magno" de Pirenne, "A sociedade feudal" de Marc Bloch: ambos publicados no final da década de 30, e, no entanto, que salto representou o segundo. Com Marc Bloch, deparamos pela primeira vez com um manancial quase que inesgotável de material para nosso Vocabulário, doravante as voltas com reflexões ate então inimaginadas no século XX.

"L'ampleur de la synthese, aujourd'hui encore irremplacee"9.

A comparação evidencia a transformação profunda nos métodos e nas vias abertas. Em Marc Bloch, temos o primeiro esforço de compreensão da sociedade feudal em suas mais variadas manifestações, um "questionário" (Robert Fossier) segundo expressão do próprio autor:

Un livre sur la societe feodale peut se definir comme un effort pour repondre a une question posee par son titre meme...¹⁰

Ao questionar o próprio título de seu livro (assim como outros historiadores o fizeram depois), o autor nos coloca ao mesmo tempo diante de seu metodo e diante de nossas dificuldades. 0 metodo:

...un livre d'histoire doit dormer faim¹¹. As dificuldades:

Ainsi la langue technique du droit elle-meme ne disposait que d'un vocabulaire a la fois trop archaique et trop flottant pour lui permettre de serrer de pres la realite. Quant au lexique des parlers usuels, ils avaient toute l'imprecision et l'instabilite d'une nomenclature purement orale et populaire. Or, en matiere d'insututions sociales, le desordre des mots entraine presque necessairement celui des choses¹².

Destes dois pianos da linguagem, o falado e o escrito, sabemos o quanto o primeiro e preponderante numa sociedade estruturada basicamente nos costumes. Assim, ao depender quase que exclusivamente da palavra escrita, o medievalista vê-se privado de qualquer testemunho localizado fora da esfera reduzida dos letrados. E no entanto, talvez muito mais importante para ele seja o depoimento vivo da palavra falada, ou seja, da palavra inexistente, do testemunho surdo das camadas inferiores da sociedade. E por isto que Marc Bloch na verdade analisa a aristocracia laica da época feudal e não a sociedade feudal em seu conjunto. Portanto, se e impossível trabalhar com a palavra inexistente, o historiador deve se contentar com a existente. Mas, ao sentir-se feliz por dispor pelo menos desta, ele não pode nunca perder de vista o fato de que esta pode preparar-lhe uma armadilha.

Por outro lado, embrenhando-nos nesta palavra dispornível, acreditamos poder dispor de um poderoso instrumento crítico que nos permite, já neste momento, tecer algumas considerações próprias. O autor fornece dados abundantes para a elaboração de um verbete sobre a nobreza feudal ao longo de quase todo o livro. Se nos detivermos no capítulo primeiro do livro primeiro do II tomo (pp 395-407), encontraremos as seguintes afirmações:

Chez beaucoup de peuples germains, il avait existe certaines families qualifiees, officiellement, de "nobles": en langue vulgaire "edelinge", que les textes latins rendent par "nobiles" et qui, en franco-bourguignon, survecut sous la forme "edelenc" (...) leurs membres comme disent les documents anglo-saxons, etaient "nes plus chers" que les autrês hommes (p. 396)¹³.

Um pouco mais a frente, o autor assinala a presença do termo "nobilis", comportando seja a idéia de uma distinção de nascença, seja aquela de uma certa fortuna, seja ainda a simples possessão de um alódio, o que implicaria a ligação com pessoas mais humildes. Além disso, no processo generalizado de servilização, o próprio privilegio de ser livre pode ser associado ao conceito de "noblesse". Finalmente, na confusão amplamente disseminada na época, o termo acabou adquirindo um valor militar:

La synonimie, fugitivement entrevue, entre les mots de "nobles" et de "libres" ne devait laisser de traces durables que dans le vocabulaire d'une forme speciale de subordination la vassalite militare". (p.400) (...) la petite eglise que les religieux de Saint Riquier, vers le milieu du IX siecle, re'servait aux devotions du personnel vassalique entretenu a la cour abbatiale, portait le nom de chapelle des nobles ("capella nobilium") (pp. 400-401)".

A partir do início do século XI, ao nos apróximarmos da segunda idade feudal do autor, encontramos uma afirmativa que a nosso ver contrasta inteiramente com o rigor das considerações precedentes¹⁵. Ao mencionar um tratado de paz datado de 1023, visando a proteção das "nobles femmes", o autor nos diz o seguinte (os grifos são nossos):

<u>En un mot</u>, si la noblesse, comme classe juridique, demeurait inconnue, il est, des ce moment, <u>au prix d'une legere simplification de la terminologie</u>, pleinement loisible de parler d'une classe sociale des nobles et, surtout peut-etre, d'un genre de vie noble. Car c'etait, principalement, par la nature des fortunes, l'exercise du commandement, les moeurs que cette collectivite se definissait (p.402)".

Fortuna, comando, maneiras; eis como a nobreza passa a se definir a partir do século XI,

mas isto somente se toma possível a partir de uma "ligeira simplificação da terminologia". O que mais nos chama a atenção e este recurso escorregadio que a línguagem nos oferece, a expressão inicial do autor, "en un mot", que subitamente conduz o leitor a uma conclusão, que a nosso ver acaba por se constituir numa especie de afirmação aprioristica. Em suma, para compreenderrnos algo acerca da formação da nobreza feudal, devemos simplificar o conteúdo da palavra e aplica-la a um "genero devida nobre" já constituído no século XI, no momento em que comecamos a sair deste século X tão obscuro.

Este exemplo que retiramos no autor atende amplamente aos objetivos de nosso projeto e desta nossa comúnicação. Podemos explicitar aí os três níveis nos quais concentraremos nossos esforços: definição análise de conteúdo e significado do mesmo para o autor considerado, o todo girando em torno da palavra, este documento arqueológico registrado nas fontes escritas e que se constitui na materia-prima do historiador.

Concluimos esta comunicação, registrando o fato de que, ao sairmos em busca das palavras que o historiador utiliza, estamos nos confrontando com o material maior da ciência historica. Diante

da palavra eslamos diante do instrumento através do qual a realidade e apreendida. Ou, talvez rnais precisamente, diante da palavra estamos diarste da aparencia externa da realidade historica que nunca conseguimos perceber em sua totalidade. Pois, para conseguir esta façanha, necessitariamos também do silêncio dos documentos.

NOTAS

- * O presente trabalho conta com a participação dos estudantes José Fulgêncio P. C. da Silva, Francisco Eduardo Andrade, Jane Regina Ferreira e Ana Maria de Oliveira, bolsistas pela Coordenação de Piojetos Academicos da Direioria de Ensino da Universidade Federal de Ouro Preto.
 - 1- Utilizamos as seguintes edições; para o livro Huizinga. L'Automne Age. Paris, Payot, 1980; O Dedlínio da Idade Media. Lisboa, Ulisseia, s/d; Idem. São Paulo, Verbo/Edusp, 1978. Para Henri Pierenne. Mahoma y Carlomagno, Madrid., Alianza, 1985; Maomée Carlos Magno. Lisboa, Dom Quixote, 1970. Para Marc Bloch, La societe feodale, Paris, Albim Michel, 1989 (coll. L'evolution de L"humanite); La sociedadfeudal. MNexico, Uteha, 1958 (col. La evolucion de la humanidade, 2 vols); A sociedade feudal, Lisboa, Ed. 70, 1987, 2* ed.
 - 2- "A distinção tecnica entre o santo e o bem-aventurado, a organização oficial, ainda que de urn formalismo inquietante, não estavam no entanto em oposi5ao ao espirito do cristianismo. A Igrejá permanecia consciente da igualdade original do estado de santo e daquele de bem-aventurado, bem como da insuficiência da canonizafao". J. Huizinga, *L'Autome...*, cap. 12, p.172. As traduções são de nossa responsabilidade.
 - 3- J. Huizinga, op. cit, cap.7, p.106, "Reencontramos o ideal eavaiheiresco aplicado a guerra nos combates singulares, entre dois ou varies adversaries".
 - 4- J. Huizinga, op. cit., cap.6, p.87. "As três grandes ordens espanholas, nascidas da penetração mútua do ideal monástico e do ideal feudal, haviam logo assumido o caráter de grandes instituições polidcas e econômicas".
 - 5- Marc Block, *La societe'...*, t. II, cap.l, pp.406 e 407. "O orgulho e urn dos ingredientes essênciais
 - de toda consciência de classe. Aquele dos "nobres" da era feudal foi, antes de tudo, um orgulho guerreiro".
 - 6-A questão foi inicialmente proposta no livro As cidades na Idade Media.
 - 7-Henri Pirenne. Mahoma y Carlomagno. Madrid: Alianza, 1985, pp. 161 e 162.
 - 8- Idem, p.42.
 - 9- R. Fossier. Prefacio. in: Marc Bloch. *La societe....* "A amplidao da sintese, ate hoje insubstituivel".
 - 10-Marc Bloch, op. cit., Introdução, p.16. "Un livro sobre a sociedade feudal pode se defirtir como um esforço para responder a uma questão colocada por seu tiailo".
 - 11-Idem, p.17. O autor cita o jurista ingles Mailland"... um livro de história deve dar fome".
 - 12-Idem, livro II, cap.2, p.123. "Assim a própria língua tecnica do direito dispunha apenas de um vocabulário simultaneamente muito arcaico e muito flutuante que lhe permitisse aprender de peito a realidade. Quanto ao léxico dos falares usuais, eles possuiam toda a imprecisão e instabilidade de uma nomeclatura puramente oral e popular. Ora, em matéria de instituições sociais, a desordem das palawas arrasta quase necessai'iamente a desordem das coisas".
 - 13-"Entre muitos povos germânicos, existiram certas famílias qualificadas oficialmente de "nobres": em língua vulgar "edelinge", que os textos latinos expressam por "nobbiles" e que sobreviveu em

- franco-borgonhes sob a forma "edelenc" (...) seus membros, como dizem os documentos anglo saxões, eram "nascidos mais caros" que os outros homens".
- 14-"A sinommia, fugitivamente entrevista, ent5re as palavras "nobres" e "livres", não devia deixar traços duráveis a não ser no vocabulário de uma forma especial de subordinação: a vassalidade militar. (...) a pequena igreja que os religiosos de Saint Riquier, por volta de meados do século IX, reservavam as deveções do pessoal vassálico mantido na corte abacial, era chamada de capela dos nobres".
- 15-"Estamos nos atendo ao aspecto estritamente metodólogico, conscientes de que, do ponto de vista histórico, as considerações do autor nesta seção vem sendo alvo de discordâncias. Ver o já citado prefácio de Robert Fossier a edição de 1989 do livro de Marc Bloch.
- 16-"Numa palavra, se a nobreza, enquanto classe jurídica, permanência desconhecida, torna-se plenamente lícito, a partir deste momento, ao preço de uma ligeira simplificação da terminologia, falar de uma classe social dos nobres, sobretudo talvez de urn gênero de vida nobre. Pois era principalmente pela natureza das fortunas, o exercício do comando e pelos costumes que esta coletividade se definia".

COMUNICAÇÃO

OS MONUMENTOS PÚBLICOS: PODER MEMÓRIA E SOCIEDADE

Carlos Aurilio Pimenta de Faria

Comunicação apresentada no VII Encontro Regional da ANPUH-MG, em Mariana, no dia 27 de setembro de 1990.

Nesta comunicação, exponho a discussão teórica que serve de base a um trabalho mais específico, intitulado "Memória e construção de uma consciência político-social: analise dos monumentos belohorizontinos aos inconfidentes", apresentado em dezembro de 1990 como requisito para o Bacharelado em História da UFMG. Aqui, minha intenção primeira \acute{e} apresentar e discutir a importancia de determinados símbolos que nos são tão familiares, e que, no entanto, parecém muitas vezes mimetizados na paisagem urbana. Falo dos monumentos publicos que, se são ostensivamente expostos a etemidade, parecém também contar com a apatia do transeunte apressado e atordoado pelo cotidiano.

Segundo Georges Balandier, o poder não consegue se manter "nem pelo dominio brutal nem pela justificação racional". Quando ele se estabelece únicamente pela forca e pela violencia incontida, sua existência não pode ser segura. Tampouco a clarificação racional seria suficiente paia a perpetuação do poder e sua necessaria credibilidade. "Ele (o poder) s6 se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela rnanipulação de simbolos e sua organização em um quadro cerimonial".

O passado e seus personagens são instrumentos imprescindíveis para a construção da legitimagao. A história e, por vezes, idealizada e manipulada ao sabor das necessidades e a servijo do poder presente.

Podemos descongelar do bronze e do granito um rico material de analise. Estas figuras paralisadas guardam em sua cristalizafao todo um movimento social e político.

A verificação etimologica da palavra "monumento" nos fornece sua precisa significação. A palavra latina "monumentum" nos remete a raiz indo-europeia "men", que exprime uma das mais importantes funfoes do espfrito (mens) que e a memoria. O verbo latino "monere" significa "fazer recordar", e daf "avisar, iluminar e instruir". O monumento e, portanto, um "sinal do passado"². A Enciclopedia Brasileira Merito da como principal definição de monumento: "Qualquer obra de arquitetura ou escultura destinada a transmitir a posteridade a memoria de fato ou pessoa notavel". Mais adiante, lemos que a edificação de monumentos visa "uma continuidade espiritual que caracteriza

uma tendência natural da vida em sociedade"3.

É exatamente essa "naturalidade" que buscaremos questionar, argumentando quanto as funções desta ligação visceral e explícita entre monumento, poder de imposição e poder de perpetuação.⁴

Enfatizando a idéia matricial de perpetuação pretendida pelos idealizadores dos monumentos objetivamos buscar a significação e mensagem que se quer transmitir. A idéia amplamente aceita de desconhedmento e descaso pelos monumentos e também importante. O temor de sua efetivação, o temor que a imagem/símbolo caia num limbo, conduz a processos de ritualização que reporiam a mensagem na ordem do dia.

Creio que nossa própria vivência na cidade possa justificar esta noção de desconhecimento e descaso. No entanto, procuremos outros suportes. O seminário "Cidade, Cidadãos e Cidadania" promovido pela Secretaria Múnicipal de Cultura de São Paulo em início de 1989, teve como uma de suas conclusões, que Marilena Cham considera de "grande interesse político e cultural":

3- Descobriu-se que a população ignora a autoria e o significado de todos os monumentos e esculturas espalhados pela cidade, como se eles ¹integrassem a memória coletiva como sinais e marcas desprendidos de se sentido artístico e histórico⁵.

Atendo-nos a Belo Horizonte, podemos citar uma coluna do jornal de maior circulação no Estado, o Estado de Minas, que se chama "Cenas de BH" e tem como subtítulo "Descobrindo a Cidade". Frequentemente, essa coluna traz artigos sobre os mais diversos monumentos da cidade, explicitando seu significado e localização e colhendo depoimentos junto a população e aos funcionários públicos ligados a área cultural e a conservação da cidade. A tônica e sempre a mesma: revelar o desconhecido.

Nelson Brissac Peixoto, comparando fotografias e monumentos, discute a saturação simbolica das cidades modernas, em que os monumentos, como pontos referenciais, são tragados por uma "avalanche de signos", tomando-se "virtualmente invisiveis". Escutemos Brissac Peixoto:

... Um espaço sem hierarquia nem ordem, saturado, achatado, onde o fundo se confunde com o primeiro piano e a paisagem se fragmenta em milhares de pedacos. Sujeira visual que provoca uma total obstrução da legibilidade. A proliferação dos signos os priva de qualquer significado*.

A rigidez e aparente distância dos monumentos podem, porém, nos iludir quanto a sua poderosa inserção na sociedade e quanto a sua significação político-social. Claude Lefort ressalta que nada há de mais vivo, "de mais presente em uma sociedade do que a relação que mantém com as imagens do passado". Segundo esse autor, "o pensamento e a a^ao política se nutiem dos exemplos que ela (a sociedade) se da."\(^l\). Os monumentos, entretanto, são imagens e referencias do passado construidas para o futuro pela interferencia do poderio publico. Não podemos, portanto, julga- los como imagens referenciais coletivamente instituldas, posto que suaintencionalidade tem, normalmente, origens na administração publica, cujá representatividade (quando existente) não deve, analiticamente, fundir suas ações e propósitos aos de toda a sociedade. Lembremo-nos também de Georges Balandier (1982), que destaca a necessidade que o poder tem de produzir imagens e manipular simbolos para a sua própria realização e conservação.

Todo o clamor da Nova História por um tratamento dos documentos como monumentos, ou

seja, a exortação a percepção de que os documentos não são "ingênuos" (para utilizar a expressão de Marc Bloch), nos mostra, por contraste, a especificidade de nossa abordagem sobre os monumentos públicos. A Nova História conclama a busca da intencionalidade dos documentos e ao questionamento de sua aparente objetividade, afirmando que "o documento e monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade"*. Os monumentos têm sua intencionalidade de perpetuafao explícita, por sua própria natureza, consn'tuindo-se como verdadeiros "lugares da memoria", da memoria permitida e louvada.

Seja, então, pelo descaso ou desconhecimento ou pela saturação ambiental, aquele significado original vai se desgastando. Aquilo que foi construido para fazer recordar, forçar a lembrança, cai num limbo. Díi a necessidade da repetição, da ritualização, ritualização essa que também abre espaco para reformulações da mensagem e para novas aprópriações.

O rito e, segundo Claude Riviere, "a atitude fundamental, verbal, gestual e postural, onde qualquer um se reconhece como inferior frente a manifestação de uma potencia", ao mesmo tempo em que (e aí a razão fundamental por que a política se ritualiza) "o rito e o meio teatral de dar credito a uma superioridade e, portanto, de obter respeito e honra através da ostentação de símbolos de dominação, de riqueza, de realizações algumas vezes imaginarias, de que o inferior carece".

Esses ritos, que Riviere chama de "seculaxes", tem funcionalidade política como elemento de legitimação, hierarquização, moralização e exaltação.

Pierre Bourdieu afirma que os "simbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tomam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração 'lógica' e a consolidção da integração moral"¹⁰.

Retornamos aqui a Riviere para quem a questão do nomos, da regra, do imperativo e resolvida apenas pela crença e pelo rito que a consolida". Nesse sentido, podemos perceber a instauração de monumentos em sua função exemplar e em sua ligação com o civilismo, que deve ser visto como a "aceitação das Iimita9oes inerentes a vida social" Se este acordo faz sentido apenas enquanto o individuo participa do estabelecimento desta ordenação, vemos as cerimonias inaugurais desses monumentos como congrajámento da população e de seus "representantes" com a memoria que então se incorpora ao patrimonio da cidade.

Desta forma, dilui-se uma intenção estabelecedora e institucionalizante que apenas se pretende universal. Dissipa-se, então, a idéia do monumento como recurso formal e dominante de "preservação da identidade social por um passado historicizado" idéia essa que e realmente significativa. Esse passado historicizado e importante base para a criação de um civismo que seja conserisual, o que nos remete a questão do monumento ao herói.

Discorrendo sobre a função do herói, Paulo Miceli ve nele, esta "supergente que vira estatua", uma finalidade essêncialmente moralista, que se presta para avaliar e dirigir capacidades e condutas. "O herói aparece como responsavel pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papeis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral num espaco onde e perigoso entrar e quase sempre proibido especular ou ser indiscreto".

A heroificação a que se refere Miceli se incutiria por vezes em uma dimensão muito mais ampla em que a memória e ritualizada e sacralizada (lembrando-nos de que a categoria do sagrado e muito mais abrangente que a do religioso), formando um princípio de estruturação e organização do dinamismo social.

Notamos também como as ritualizações podem desviar aquele impulsos originais, forjando uma nova imagem, mais adequada a um novo contexto sócio-político e vinculando-se

outra forma aos novos "chefes de cerimonial".

Em uma rápida menção aos monumentos, Freud (1973), para explicitar a caracterização dos histericos como sofrendo de "reminiscências" das quais não conseguem se desembaracar, também vê os monumentos como símbolos mnêmicos. Freud aponta como anormalidade um apego emocional persistente tanto de histericos em relação a acontecimentos traumaticos do passado como de transeuntes que parassem compungidos ante a lembrança expressa pelos monumentos. Ele deixa implícito que essas "memorias corporeas" deveriam ser assimiladas, assim como os traumas, de modo a não alhear as pessoas da realidade e do presente.

Os monumentos, assim consideramos, são claros sinônimos e expressões da vontade e efetivação da perpetuação de determinadas lembranças. A edificação de monumentos encerra urna arbitrariedade: a apropriação, não apenas da memoria coletiva presente e futura de um passado destacado, mas também a frequente apropriação do próprio desejo coletivo, visto serem estes muitas vezes exigidos em nome de toda a população. O intuito (voluntario ou não) de se forjar uma imagem propria e propagá-la, que e implicito nos documentos, e nítido nos monumentos. Esses "arquivos de pedra", como os chama Le Goff, "acrescentavam (e podemos usar aqui o presente!) a função de arquivos propriamente ditos um carater de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmorea" ¹⁵.

Os monumentos podem ser objetos que buscam definir e caracterizar a identidade de uma nação. Os monumentos são frequentemente associados a um passado comum, a uma herança coletiva que aponta parametros e exemplos selecionados e cultuados¹⁶. Sendo elementos que balizam uma ligação entre passado, presente e futuro, os monumentos podem ser considerados artifícios que intentam garantir a continuidade da nação no tempo. Desta maneira, encontramos um sentido para o exemplo extremado das estátuas de Sadam Hussein erigidas no Kuwait ocupado (ver nota 4).

Em um artigo que discute os "patrimônios culturais" em suas inter-relações com a memória e as ideologias nacionais, Jose R. Goncalves afirma que os monumentos "são considerados parte orgânica do passado e, na medida que os possuimos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado" ¹⁷. O autor utiliza aqui o termo monumento de forma bastante abrangente, não se referindo especificamente as estatuas, mas queremos colocar reticências sobre seu adjetivo "orgânica". Como visamos ressaltar uma vontade instauradora que pode ser arbitraria, esclarecémos que estas "intrusoes perpetuadoras" não são necessariamente recebidas e mantidas de maneira organica ou natural. Para exemplificar, apelamos, uma vez mais, para acontecimentos recentes. Estátuas que simbolizam um período repressor tem sido sistematicamente removidas ou destruidas por populares na União Soviética e no Leste Europeu desde fins de 1989 ". O socialismo estatista foi um pródigo construtor de estatuas e cultuador de seus fundadores. Ainda na esteira da onda iconoclasta assinalada, vejamos o seguinte artigo:

Uma estátua de Lênin foi destruída pelos operários de uma fábrica de estátuas de Erevan, capital da Armênia. Como não há mais encomendas de estatuas e bustos de líderes comunistas, os operários da fábrica Art-Kombinet foram despedidos. Em protesto, quebraram todo o estoque''.

Também este artigo nos mostra como esta forma de reforgo a identidade coletiva e a legitimização era amplamente utilizada pelo regime soviético. Entretanto, devemos notar como a percepção governista da mudança dos ventos refrea este movimento. Ali não mais existe uma passividade cordata da população. A própria repressão não mais tem sido considerada eficaz ou prefere-se, estrategicamente, eviti-la. Dilui-se o que Backsko chama de "comunidade de sentido".

"Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de urn novo imaginario, a relação de significado não se estabelece e o simbolo cai no vazio, se não no ridfculo". ²⁰ Mas neste exemplo não se trata de vazio ou de ridfculo, trata-se de não mais incorrer na furia da popuiação,

O fim da opressão e a procura de uma nova construção refletem-se na destruição de antigos símbolos ou exemplos, demonstrando claramente como estes podem ser impostos, forçando uma organicidade que no fundo e artificial.²¹

Temos ainda um exemplo em que a destruição torna-se simbolo de uma nova ordenação. Em Managua, Nicaragua, um monumento demolido foi assim conservado para perpetuar aquele sentimento de revolta popular. Há ainda uma placa com os seguintes dizeres:

PARTE DE ESCULTURA DEL MONUMENTO AL DICTADOR A. SOMOZA G. QUE SE ENCONTRABA EN EL ESTADIO DE SU MISMO NOMBRE DERRUBADA POR LA IRA DEL PUEBLO, EL DIA DE LA VICTORIA REVOLUCIONARIA²².

A memória oficial pode ser debil. Sua credibilidade não depende somente da vontade instauradora. Devemos averiguar sua aceitação e sua organização, que e indispensável para suplantar a simples "montagem" ideológica. Montagem essa que e, segundo M. Pollak, "por definição precaria e fragil"²³.

Paitindo deste questionamento, vemos os monumentos publicos como um elo escassamente analisado de interação entre poder e sociedade, que se revela, assim, extremamente significativo e multifacetado.

NOTAS

- 1- BALANDIER, G. 1982:7.
- 2- LE GOFF, J. Documento/Monumento, 1984: 95.
- 3- ENCICLOPEDIA BRASILEIRA MERITO. Vol.13: 436.
- 4- Esta mesma naturalidade pode ser contraposta a um exemplo recente, que nos parece essêncialmente forçado e artificial. Uma refugiada Kuwaitiana anunciou que as tropas invasoras iraquianas ergueram 3 estatuas do presidente Sadam Hussein na capital do emirado ocupado. Ainda mais significativo e o fato de estas esculturas representarem o novo presidente do território anexado em 3 diferentes versoes: em uniforme militar, com túnica e turbante arabes e usando um temo ocidental. Desta forma, enquanto o país ainda se encontra macicamente dominado por forças militares iraquianas, bombardeado por ideologias pan-arabicas e quando se procura justificar a anexação por um passado comum desmembrado pelo imperialismo ocidental, aquelas estatuas surgem como imposijáo, como busca de legitimação que nos soa tão ostensiva quanto os tanques. FOLHA DE SÃO PAULO, 16 outubro 1990.
- 5- CHAUÍ, Marilena. Fantasia política? In: FOLHA DE SÃO PAULO, 03 maio 1989, p.A3.
- 6- PEKOTO, N.B . 1990: 472.
- 7- LEFORT, C. 1990: 164.
- 8- LE GOFF, J. Documento/Monumento, 1984: 103.
- 9- MOTA, Roberto. Apud RIVIERE, C. 1989: 9-10.

10-BOURDIEU, P. 1989: 10.

11-RIVIERE, C. 1989: 16.

12-BURDEAU, G. 1979: 106.

13-DUARTE, L.F.D. 1986: 741.

14-MICELI, P. 1988: 10.

15-LE GOFF, J. História, 1984: 181.

16-Em uma serie de cartas escntas entre 1881 e 1883 a uma amiga na Alemanha, a jovem educadora alema Ina Von Binzer, comentando sobre o Rio de Jáneiro, justifica a pobreza de monumentos da cidade pelas "poucas tradições ou lembrancas historicas" que o pais possuia. BINZER, I.V. 1982: 62.

17-GONCALVES, J.R. 1988: 268.

18- Para uma coletanea de artigos reportando cronologicamente alguns destes movimentos, ver FARIA, C.A.P. 1990:68-70.

19-FOLHA DE SÃO PAULO, 26 outubro 1990.

20-CARVALHO, J.M. 1990: 13.

21-Ainda uma outra ilustração: manifestantes destruiram, a machadadas, uma estatua do exditador paraguaio Alfredo Stroessner, na cidade de La Colmena. ESTADO DE M1NAS, 05 de setembro 1989.

22-Fotografia presente em: FERLJNGHETTI, L. 1985: 25.

23-POLLAK, M. 1989: 9.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudl. Lisboa, Imprensa Nacional,

1985. v.5.

BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasilia, UnB, 1982. BINZER, Ina Von. Os meus romanosjálegrias e tristezas de uma educadora alema no Brasil. Rio de Jáneiro, Paz e Terra, 1982.

BOURDIEU, Pierre. O poder simb61ico. Rio de Jáneiro, Difel, 1989. BURDEAU, Georges. O Liberalismo. Lisboa, Europa-América, 1979. CARVALHO, Jose Murilo de. A formação das almas. São Paulo, Cia das Letras, 1990. DUARTE, Luiz F.D. Memoria. In: Dicionario de Ciências Sociais - Fundação Getulio Vargas. Riode Jáneiro, FGV, 1986.

BACZKO, Bronislaw. Imagina^ao social. In: Enclclopedia Einaudl. Lisboa, Imprensa Nacional,

1985. v.5.

BALANDIER, Georges. O poder em cena. Brasilia, UnB, 1982. BINZER, Ina Von. Os meus romanosjálegrias e tristezas de uma educadora alema no Brasil. Rio de Jáneiro, Paz e Terra, 1982.

BOURDIEU, Pierre. O poder simb61ico. Rio de Jáneiro, Difel, 1989. BURDEAU, Georges. O Liberalismo. Lisboa, Europa-América, 1979. CARVALHO, Jose Murilo de. A formação das almas. São Paulo, Cia das Letras, 1990. DUARTE, Luiz F.D. Memoria. In: Dicionario de Ciências Sociais - Fundação Getulio Vargas. Rio de Jáneiro, FGV, 1986.

ENCICLOPEDIA BRASILEIRA MERITO. Verbete: Monumento. São Paulo, Merito, 1967. p. 436. FARIA, Carlos A. Pimenta. Memória e construção de uma consclencia político-social; analise dos

monumentos belo-horizontinos aos inconfidentes. Belo Horizonte, Depto. História-LPH – Revista de História, v. 2, n 1, p. 05-16, 1991

UFMG, 1990.

(Monografia de Bacharelado.)

FERUNGHETTI, Laurence. 7 dias na Nicaragua libre. Porto Alegre, LPM, 1985. FREUD, Sigmund. Cinco lições de psicanalise e contribui^oes a psicologia do amor. Rio de Jáneiro, Imago, 1973.

GONCALVES, Jose Reginaldo. Autenticidade, memoria e ideologias nacionais; o problema dos Matrimonios culturais. Revista Estudos Historicos, Rio de Jáneiro, Venice, 1(2), 1988.

LEFORT, Claude. As formas da História. São Paulo, Brasiliense, 1990.

LE GOFF, Jácques. Documento/monumento e História. In: Enciclopedia Einaudi. Vol.1. Lisboa,

Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MICELI, Paulo. O mito do herói nacional. São Paulo, Contexto, 1988.

PEKOTO, Nelson Brissac. As irriagens do outro. In: O Desejo. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

POLLAK, Michael. Memoria, esJruecimento, silencio. Revista Estudos HistoYicos. Rio de Jáneiro, Venice, 23), 1989.

REVIERE, Claude. As liturgias políticas. Rio de Jáneiro, Imago, 1989.

COMUNICAÇÃO

A COMARCA DO RIO DAS VELHAS: RASTREAMENTO DAS FONTES

Beatriz Ricardina de Magalhães

Construir, produzir, resgatar forarn as palavras de ordem que mais se destacaram nas discussdes do primeiro dia deste seminário. O objeto de nossa comunicação é, pois, exatamente este: contribuir para a construção de uma história moderna de Minas; proper a recuperação da documentação, dando-lhe transparência atraves de urna ampla investigação das fontes primárias; motivar os estgiários para o estudo do seculo XVIII, estimulá-los a elaborar monografias, comunicações e/ou mesmo trabalhos pontais, e, sobretudo, chamar atenção para a criação do banco de dados sobre essa fase da historia, no Centro de Estudos Mineiros, FAFICH, UFMG.

Das quatro Comarcas criadas em Minas Cierais no secuio XVIII, a do Rio das Velhas tem sido a menos visitiada paia hisioriografia.

Pode-se especular em torno dos motivos de tal marginalização. Apesar de ela não ter tido a glória da sediar o governo regional, e de não conhecer, em seus fastos, a corrida dos diamantes, em 1776', era a Comarca mais populosa da Capitania, registrando uma distribuição extremamente desigual da população, contando, também, com uma assusiadora taxa *de* mortalidade infantil (90,76%). (Vide mapa dos habitantes).

Este é um primeiro desafio. Quais as atividades econômicas dessa população? Por que aí se instala um contingente tão vasto de negros? Como era sua distribuição geográfica? Em que eles se ocupavam? Como era a vida coitidiana nas vilas (Sabará, Pitangui, Paracatu, Minas Novas, Caeté etc.) e nos seus termos?

Temos conhecimento da existência de vários rnapas da Capitania. Chamo atenção, partioularmenie, para os de Joaqaim Joss da Rocha - um dos indiciados nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira de 1789 - sobretudo o relative a "Comarca do Sabara", pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro". Como bom cartógrafo que era, ele tema definir os limites da regiao, indicar povoados, igrejas, caminhos, relevo, e, sobretudo, a hidrografia. (Vide mapa, p. 12).

1 . Uma primeira tarefa seria não so checar esses dados como também investigar, através de outras fontes, os traços paraculares da Comarca que, em 1780", tinha uma superfície de 1.620 léguas e era habitada per 123.352 almas. Seria válido, pois sobre esses indícios, tentar contstruir outros rnapas identificando meihor a regiao? Talvez mesmo fosse o caso de se iniciar urn trabalho

utlizando-se das informações apresentadas por Cunha Matos em sua Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837). Há, tanto no Arquivo Público Mineiro (APM), como no Serviço Cartográfico do Exercito, sediado no Rio de Jáneiro, seções cartográficas extremamente ricas e pouco conhecidas.

II . Temos a satisfação de trazer aqui um primeiro levantamento de fontes manuscritas e impressas que acreditamos merecerem exame.

1. Manuscritos pertencentes ao acervo do APM

O nurnero'de códices referentes a Câmara Múnicipal de Sahara 'e de 246 (cujás datas.vão de 1719 a 1892), sendo que 108 referem-se ao século XVIII⁴.

- 2. Documentos transcritos publicados na RAPM relativoes a Sahara (vila e/ou comarca) nos seguintes volumes: I, II, VI, VII, XIII e XVII.
- 3. Na RAPM, n⁵ 3, foi publicada a Memoria Historica da Capitania de Mirias Gerais de Joaquim Jose da Rocha, cuja riqueza de informações possibilita um confronto de 'lados entre as quatro comarcas. Pelo fato de ter sido publicada no século XIX (1837) ela se refere também a 5* Comarca, a do Paracatu.

' 5 . Obras impressas

A carência de pesquisa documental nas obras publicadas sobre essa regiao e um fatonotdrio. Apos um levantamento 'na Biblioteca Múnicipal de Sabara isso foi amplamento comprovado. Elas podem ser caracterizadas como obras de registro de curiosidades, roteiros turisticos, biografias de personagens ilustrês etc. Uma ressalva, entretanto, deve ser feita quanto as publicações relativas a história da arte⁵. Há, contudo, um trabalho de maior envergadura sobre a cidade, da autoria de Zoroastro Vianna Passes⁶.

III. NOSSA PESOUISA: RESULTADOS PROVISÓRIOS

Isto posto, na medida em que nos voltamos para a história regional de Minas no secuio XVIII, nessa fase de levantamento de suas fontes primárias (G. T. "O século XVTII mineiro"), pretendemos concentrar esforços no estudo dessa ilustre desconhecida Comarca do Rio das Velhas.

O trabalho teve início em 1988, através de um, convenio firmado com a Diretoria Regional da antiga SPHAN, hoje Institute Brasileiro do Patrimonio Cultural (TOPC). Por sua vez o CPc; da UFMG nos favoreceu, durante dois anos, com quatro bolsas para estagiarios, os quais elaboraram a catalogação e o fichamento dos inventários do cartório do P. Ofício da Comarca de Sabará, pertencentes ao acervo do Museu do Ouro.

Esse Projeto foi desenvolvido pelos alunos do Departamento de História, FAFICH, Alem da catalogação dos inventarios foram preenchidas fichas descritivas dos dados rnais significativos encontrados em cada inventario. A organização final ficou sob a responsabilidade cje Valeria Pereira da Silva.

Ha 591 inventarios do Cartorio do I^s Oficio, assim distribuídos: 269 para o século XVUj e 322 para o XIX. Arualmeme encontram-se fichados 104 inventarios do século XVIH (39%) e 208 do século XK (64,5%).

Embora tendo trabalhado com cerca de 39% dos inventarios do século XVHI, tivemos condição de apurar certas tendencias da população dessa Comarca.

Foram elaborados alguns quadros: 1 - local de residencia; 2 - sexo do inventariado; 3 . ocupação; 4 - proprietaries de imoveis; 5 - mimero de escTavos; 6 - posse de metais; 7 - registr₀ das fortunas (monte-mor).

A titulo de exemplo, vamos apresentar apenas dois desses quadros provisorios.

SÉCULO XVIII — MONTES-MORES REGISTRADOS NOS INVENTARIOS — FORTUNAS

DÉCADAS	NÃO REG.	ATE	100 a	500 a 1	1 a 5	5 a 10 contos	20 contos r.	+ 20 contos
		1000.000	500.000 r.	conto r.	contos	r.		
1720-1729*	-	-	-	-		-	-	-
1730-1739	02	_	01	02	04	02	01	=
1740-1749	02	-	01	-	07		-	=
1750-1759	-	-	_	02	03	_	-	01"
1760-1769	02	-	01	01	03	_	02	=
1770-1 779	30	03	03	01	05	01	-	-
1790-1799	03		01	_	_	_	ı	=
SEM DATA	10	02	-	01	05	_	ı	-
TOTAL	49	05	07	07	25	03	03	01
%	49%	5%	7%	7%	25%	3%	3%	1%

^{*} Inventários em oitavas de ouro sendo: 1 monte-mor 2.736 oitavas e 3/4 de ouro; 1 m.m. 790 oitavas de ouro e 2 m.m. nad registrados. ** Monte-mor mais elevado encontrado nestas fichas, vr. de29:185.750 reis.

Curiosamente, comparando com os dados encontrados para a Comarca de Ouro Preto, nela a concentração maior de posse de escravos se da no plantel de 1 a 4 escravos, 42,9% -

Entretanto, uma discrepância significativa e encontrada na faixa seguinte, no plantel de 5 a 9 escravos. Na Comarca de Ouro Preto situam-se 26,6% dos proprietaries para 8,7% na Comarca do Rio das Velhas'.

O segundo quadro se refere ao volume da riqueza, a saber, ao patrimonio acumulado. Voltando ao mapa de população (1776) (p.), o segmento masculino na Comarca do Rio das Velhas atingia 30,23%, assim constituido: 14,32% de brancos e 57,48% de negros, enquanto que a Comarca de Ouro Preto contava com 25% da população masculina da Capitania. Em relação a população negra, os brancos representavam 15,76% e os negros 68%. Nesse aspecto elas muito se assemelhavam.

Contudo, no quadro abaixo, não ha distinção de cor ou de raca. Nas Minas, onde as oportunidades de enriquecimento eram maiores, sabe-se que predominava uma minoria de brancos.

NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO (POR INVENTARIO) SÉCULO XVIII ESCRAVOS

DÉCADAS	NR*	1 A 4	5 A9	10 A 14	15 A 19	20 A 29	30 A 39	40 A 49	+ 50
1720-1729		02	01		01			_	_
1730-1739	_	04	02	02	01	03			_
5 740-1749		04	01	04		01	_	_	
1750-1759	02	01			01	01	_	_	or*-
1760-1769	04	03	02	_	_	01	_	_	_
1770-1779	12	24	03	02		01	_	_	
1790-1799	02	02			_	_	_	_	_
SEM DATA	12	04	_	_			_	_	_
TOTAL	32	44	09	08	03	07			01
%	30,8	42,3	8,7	7,7	2,9	6,7			0,9

OBS.: * NR — Não registrado

- ** 58 escravos
- 1 menção a escravas prenhes e com.bebes. (1730/39)

:

Aqui o contraste é significativo. Dos 51% registrados, 25% possuíam um patrimonio de 1:000\$000 a 5:000\$000. Enquanto que na Comarca de Ouro Preto, embora a forma de cálculo seja diferente, a média de riqueza variava entre 2:973\$490 (1 período) e 1:953\$712 (3° período), que significa a existência de maiores ganhos na Comarca do Rio das Velhas. Na verdade, ate o presente, o patrimonio mais alto encontrado e o de Mathias de Crasto Porto (residente no arraial de Roca Grande, Comarca de Sahara, falecido em 1742), cujo volume atingiu a cifra de 80:287\$962 reis.

Sena importante verificar, ao longo do século, o grau de concentração da riqueza, a relação existente entre o volume da riqueza e a posse de escravos, o local de residencia, a atividade econômica exercida, a repartição do patrimonio, o número de herdeiros, etc. para melhor identificar esses personagens.

IV - E, finalizando, ha uma observação importante a fazer: o Mtiseu do Ouro e depositario de um rico e variado acervo. São Inventirios, Testamentos, Livros de Irmandades, Processos Criminals etc. Recentemente foram transferidos para ele (29A)9/89) trihta metros lineares de documentos: Inventarios e Testamentos, Processos Judiciais, Libelos, Autuações, Listas de Escravos etc. Esse volume veio duplicar o acervo do Museu. Trata-se de um material valiosi'ssimo, salvado da ação do tempo, mas que ainda não foi devidamente catalogado. E, dificilmente, nos tempos atuais, ele ira merecer um tratamento adequado apesar do empenho da atual direção do Museu¹⁰.

NOTAS

- 1- Mapa eiaborado por Jose Joaquim da Rocha," Memoria Hlstorica da Capitania de Minas Gerais". In: Revista do Arquivo Publico Mineiro. Belo Horizonte, nº 3: 425-517.
- 2- Arquivo Publico Mineiro, Belo Horizonte. <u>Mappa da Comarca do Sabari,</u> s/1, 1778 (740 x 500 mm). Para melhor conhecimento não so das caracteristicas do mapa, como também da identidade do seu autor, ha um excelente estudo:
- ÁVILA, Cristina et alii. "Cartografia e Inconfidencia; Considerações sobre a Obra de Jose Joaquim da Rocha". In: <u>Análise e Conjuntura; Inconfidência Minelra e Revolução Francêsa</u>. Bicentenario 1789/1989 vol. 4, n°s 2 e 3, 1989.
 - 3- TEKEIRA COELHO, Jose Joao. "Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais". In: RAPM, volumes 1 e 2, ano VHI, 1903.
 - 4- "Catalogo da Seção Colonial". In: RAPM, nº 28 (XXDI),1977.
 - 5- Conta com autores como Affonso AVILA, Anibal MATTOS, entre outros.
- 6-PASSOS, Zoroastro Vianna. <u>Em Torno da Histórla de Sahara</u>. 2 vis., Rio de Jáneiro, SPHAN, nº 5, 1940.
- 7- Alunos do Departamento de História, FAFICH, bolsistas do CPq, da UFMG, que auxiliaram na pesquisa: Carla Alfonsina D'Auria, Carla Valeria Vieira Linhares, Rosalvo Almeida Filho, Rosa Maria Amado e Silene Cunha de Oliveira.
- 8- MAGALHAES, Beatriz Ricardina de. <u>La Soclete Ouropretaine Selon Les Inventaires</u> "Post-Mortem". (1740-1770). These de doctorat EHESS. Univ. Paris VI, 1985 (mimeo).
- 9- Esta comparação, evidentemente, não e muito significativa pois para o referido trabalho foram estudados 106 inventarios (todos encontrados no pen'odo de 1740/70) e para a Comarca do Rio das Velhas fez-se um levantamento de apenas 39% dos documentos (cujo maior volume, 42, se concentra na década de 1770/79). Detectamos uma tendencia que, talvez, com o avanco da pesquisa, se confirme. O importante e iniciar o estudo nessa direção a fim de se perceber a diferencia^ao existente dentro do territorio mineiro. A questão não e fazer um "inventario das diferenças", mas buscar um conhecimento mais aprofundado da população que representava, apróximadamente, um quinto dos brasileiros da época.
- 10-Aproveitamos para agradecer a permanente boa acolhida não so da parte do Prof. Alexandre Magalhaes, diretor do Museu do Ouro, como também do Prof. Jose Arcanjo do Couto Bouzas, coordenador de pesquisas.

COMUNICAÇÃO

OS ESTUDOS DE D. MARIA CAROLINA E A MUDANÇA DA CAPITAL¹.

Angela Cristiana Sampaio Mestrado em Sociologia/Fafich/UFMG

"miséria é miséria em qualquer canto riquezas são diferentes fracos doentes aflitos carentes riquezas são diferentes o sol não causa mais espanto miséria é miséria em qualquer canto cores raças castas crenças riquezas são diferentes" (MISÉRIA;Antunes,Brito,Miklos)

Diferenças. Palavra banalizada, mas que se constitui em um conceito difícil de ser respeitado, inclusive em análises históricas. O observador/pesquisador, na maioria das vezes, despossui o seu objeto de sentidos, os quais não reconhecem, pór perceguir cegamente nele atributos e questões anacrônicas, as quais constituem o seu presente, e não pela reconstrução atenta as teias do passado que revestem esse obejeto².

Esperando não incorrer nessa limitação analítica, propondo fazer aqui um breve exercício, uma tentativa de levantar alguns elementos que possam ser acrecentados à discussão sobre os significados da construção de Belo Horizonte. E através de um discurso jornalístico sobre um tema particular, a educação formal da mulher brasileira, em fins do século XIX, foi possível detectar um eixo analítico – o conhecimento científico, e o que dele pode decorrer, como saneador dos espaços,corpos e espíritos - recorrente nos "discursos mudancistas" (da capital).

Utilizando uma matéria do jornal "Gazeta de Ouro Preto" (OP), publuicado em 25/jan./1888, sobre o ingresso de uma mulher, D. Maria Carolina de Vasconcelos - seu nome dá o título à matéria como ouvinte, na Escola de Farmácia de Ouro Preto, algumas questões pertinentes, ao que foi mencionado acima, se colocam. Mantendo a grafia da época, segue-se um de seus trechos mais expressivos:

"A mulher brasileira...é o que infelizmente nós vemos: tem por única instrução o catecismo na infancia, os omances damninhos na puberdade de colaboração com a valsa ao piano e o canto piegas. Execessivamente sentimental, desconhecendo o homem e a si, as mais das vezes levianamente namora na janela ou na sala. Fraca de espírito e de corpo, chlorotica, ignorando os preceitos da hygiene, abusando do espartilho, da anquinha e do salto alto, que alem de arruinarem-lhe a saúde tornaram-se ridícula e caricatura, aguarda o futuro para condenar a prole as enfermidades do espírito e do corpo.

"As questõe de interesse geral, ela não as compreende, vive em um mundo à parte, fora de circulação das idéias. Ignora o que seja a pátria, ciência e humanidade – não concebe o mundo em que gravita o homem do qual só sabe apreciar o aspecto da futilidade. (...)"

Futilidade. O autor do trecho acima, de uma forma apaixonada, faz eficiente discurso sobre a necessidade de uma nova mulher para habitar o mesmo mundo do homem moderno. Alinhando elementos domo pieguice, sentimentalismo, alienação, leviandade, etc, que seriam construidores dos hábitos das mulheres de sua época, ele eficientemente critica uma visão do mundo e propõe uma outra.

Futilidade. Homem é apresentado , apesar de ausente, como marco definidor de uma nova racionalidade que revoltaria frente a infantilidade, permissividade, morbidade, ridículo, que estariam presentes no comportamento feminino. Mas, é interessante observar que ele, o homem, não é parceiro ou cúmplice da mulher na constituição e usufuição desse modo de vida deverá ser abandonado.

Futilidade. Critica-se o comportamento, porem deixam-se de lado as estruturas, as instituições, intocáveis. Ressalta, nesse pequeno trecho produzido, a importância dada à família, e mais ainda, sob uma nova ótica, à família higienizada que buscará muito mais na medicina, do que na religião, por exemplo, os princípios de sua organização. A higenização ditaria regras que afugentariam não so as mazelas das doenças do corpo como também colocaria nos trilhos os espíritos fracos das mães, esposas, irmãs, filhas...

Futilidade. Fala-se da entrada de D.Maria Carolina em uma escola de ensino superior e ao esmo tempo da necessidade de se criar algo novo, o lar. A casa não sendo mais colocada como o espaço de dispersão ou do sonho, mas como espaço privado complementar a um outro território, o publico, que se pretende engajado e responsável, enquanto atento para as idéias do mundo. E a Escola Superior de Farmácia deveria fazer parte deste processo enquanto lugar de discussão, leituras sérias, avaliação de competência, etc...

Futilidade. Pátria. Ciência. Humanidade. Esclarecedor que apelo à pátria, em uma província de iniciativas separatistas, se coloque junto com elementos que diluem intereses imediatos – não se falando em domínio de uma região sobre outras, de uma religião sobre outas ou de uma classe social sobre outra. Fala-se, ao contrário, de uma crença na objetividade da ciência, que estabeleceria a circulação de idéias, suprindo necessidades, eliminando dificuldades, a qual poderia reunir todos sobre o mesmo teto, sem conflitos ou mesmo sem o desagrado da convivência com posturas caricaturais – a sobriedade, a economia também das emoções se faria necessária para os novos tempos que estariam por vir. Ou ainda na denuncia da ignorância egoísta das mulheres, brasileiras, que não as permitiria superar os limites da sala ou da cozinha, incorporando os saudáveis anseios da humanidade.

A tentativa de ver o todo, de desvincilhar-se das experiências particulares e, através da ciência, da medicina social, propor uma nova racionalidade, se faz presente também na documentação que tenho utilizado sobre a mudança da capital, de Ouro Preto para Belo Horizonte, o que se efetivou

em 1897 com a sua inauguração. Importante foi perceber como este mesmo discurso - dos novos tempos, do progresso, do moderao - estava se intiojetando nas pessoas e se reproduzindo fluentemente, segundo particularidades, frente aos inimigos, os mais diversos, que privilegiavam'.

Buscando-se desmontar o "discurso mudancista" (da capital) pode-se ver que ele se pautou na valorização de se criar um centro catalisador que propiciasse o desenvolvimento econômico, cultural, social de Minas, estimulando a industrialização, propondo uma superação do passado colonial, repensando o espaco urbano, via medicina social. O capitalismo, que não se fazia presente, em sua totalidade, nas relações sociais de produção, em Minas no século XIX, se realizaria através da penetração e tentativa de racionalização massificadora, questionando, adaptando, substituindo praticas sociais e instituifenalizando o individualismo biirgues'.

O individuo adquiriria, frente a. essa racionalidade, um novo "status", aquele que teria a informação ampliada sobre o murido não mais como possibilidade, mas-sim como necessidade vital. A desinformação sobre padroes de pensamento/comportamento estabelecidos por outras sociedades modernas, no que se referem a alimentação, sexo, sociabilidade, vestuario, etc., implicaria o qiiestionamento de sua saude moral. Não somente se definiriam as pessoas pelos criterios cristãos, do bem e do mal, a ciência se propbria como o instrumento legitimador ou desqualificador das praticas cotidianas. As pessoas, assim, não somente deveriam fazer ou usar alguma coisa, mas deveriam ter a noção de valores, segundo a qual um costume seria melhor ou pior que outro para a sua saude fisica e espiritual, valores que lhes permitiriam inserir-se no mundo civilizado.

É saboroso deparar com um texto como este, produzido por um jomal quinzenal, estimulado pela atitude decidida de D. Maria Carolina, no qual o seu autor da asas a imaginação e afia, uln por um, dentes, dentre muitos outros, que vão dilacerando um universo simbolico de uma época.

NOT AS

1-Esta comunicação faz parte do desenvolvimento de minha dissertação de mestrado em

Sociologia/FAFICHAJFMG, sob a orientagao da professora Dea Ribeiro Fenelon, sobre a

- mudanca da Capital de Minas e as contribuições dos preceitos da Medicina Social neste processo.
- 2-ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Compreensão da realidade national i um desafio para cientistas

sociais. FSP, 22/09/90, p.5-6 (Cad. Letras.)

- 3-COSTA, Jurandir Freire. Ordem medica e norma familiar. Rio de Jáneiro: Graal, 1980.
- 4-OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão national na primeira Republica*. São Paulo: Brasiliense.
 - . 1990.
- 5- Entre outros, vejá-se a campanha feita pelo jornal "O Diabinhb" (OP), durante a década de 1880,
 - contra o entrudo e em apaixonada defesa racionalista pela pratica do camaval.
- 6-MURICY, Katia. A razao cetica Machado de Assis e as questoes do seu tempo.
- LPH Revista de História, v. 2, n 1, p. 05-16, 1991

COMUNICAÇÃO

ARTE RUPESTRE DO CENTRO MINEIRO: A Regiao Arqueologica de Lagoa Santa

Alenice Motta Baeta Setor de Setor de Arqueologia do MHN/UFMG

O estudo sistemático das pinturas rupestres do centro de Minas Gerais iniciou-se no ano de 1973 pela Missão Franco- Brasileira e, a partir de 1976, este estudo foi retomado pelo então criado Setor de Arqueologia do Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais.

Para c desenvolvimento do trabalho de coleta e estudo das pinturas, o Setor de Arquelogia vem contando desde 1987 com o financiamento e bolsas de outras fundações e instituições alem da UFMG, como o Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq, a Missão Franco-Brasileira, a Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig e da Finep. Mesmo assim, os recursos humanos e financeiros são insuficientes frente a tarefa.

Nosso objetivo e coletar o maior número de informac5es, ampliando as nossas analises crono-estilísticas e contribuindo com estudos etnograficos.

Damos prioridade aos sitios em fase de depredação, seja por agentes naturais ou por ações humanas, realizando, pois, um verdadeiro trabalho de salvamento.

A arte rupestre aparece em diversas regioes do Estado de Minas, principalmente no centro, norte e sudoeste. No centro mineiro, este tipo de fonte documental ocorre em diversas areas, seja em paredoes calcareos, como e o caso da regiao "in foco" que e a de Lagoa Santa especificamente, seja em paredoes de quartzito como parte da Serra do Cipo, Santana do Riacho e Serra do Espinhaco.

Conhecida desde o século XIX, devido aos achados paleontologicos e arqueologicos do sabio dinamarques Peter Wilhem Lund, a regiao arqueologica de Lagoa Santa comporta pelo menos 30 sitios rupestrês. Estes encontram-se espalhados pelos múnicípios de Lagoa Santa, Matozinhos, Prudente de Morais, Pedro Leopoldo e Sete Lagoas.

A maioria dos paredoes calcareos pintados ou gravados encontram-se, normalmente, bem prdximos de alguma lagoa, expostos, direta ou indiretamente, a luz natural. Muitas pinturas estão em altura e local acessi'veis, sendo, por isto, muitas vezes depredadas. Outras encontram-se em local de acesso dificil e ate mesmo perigosos.

Para trabalhar com este tipo de fonte, fazemos um estudo sucessivo das pinturas, tanto em campo para a coleta de dados, como em laboratorio para analise destes. Em campo, copiamos as pinturas, observando variaveis como: tema, tecnica de

realização, tamanho, forma, altura, cor, tratamento grafico, superposições e outras observa\$6es cabíveis sobre as caracteristicas de cada si'tio. E feita a descrição geral do afloramento, como também o levantamento fotografico e topografico do paredao. Em laboratorio, as pinturas são reduzidas na escala de 1:5, e trabalhamos com urn jogo de fichas para cada figura, que e analisada individualmente e dentro do seu contexto.

Através do estudo das variaveis, pode-se então perceber o padrão crono-estilistico de cada si'tio levantado. A- analise comparative dos si'tios rupestrês mostra a existência de caracteristicas comuns, mas também de tracos peculiares em cada local. . :..

Alem de direcionar as nossas pesquisas para determinafoes estilisticas, nos interessa também compreender a sucessão destes estilos e sua incidencia quantitativa e qualitativa na regiao.

Quando observamos principalmente as superposições de temas e estilos, obtemos algumas conclusoes sobre a antiguidade relativa destes na regiao de Lagoa Santa e suas influencias de/ou em outras regioes do pals.

Estas observações sobre as pinturas, tratadas de forma contextual, dao margem a analise interpretativa que, por sua complexidade, ainda se encontra incipiente eni nosso .pais.

1 - UNIDADES CULTURAIS

Arqueologos especialistas em pintura rupestre no Brasil como Prous e Guidon utilizam, para classificar as ocorrencias, as noções de Tradição, estilo e facies. Tradição e a categoria estilística e tematica mais ampla, onde permanecem tragos comuns da arte regional. A Tradição por vezes e subdividida em "estilos" e "facies", que caracterizam universes mais reduzidas e específicos, tratase então de variajoes microrregionais e/ou temporais, dentro de urn conjunto estilistico geral.

No caso de Lagoa Santa, temos reconhecido pelo menos duas unidades estili'sticas bem caracterizadas: a Tradição Planalto e a Unidade Estilistica "Ballet".

1.1- A Tradição Planalto

É caracterizada pelo predommio quantitativo ou, pelo menos, visual, de representações zoomorfas, entre as quais quadrupedes (sobretudo os cervideos), que formam a maioria das representações. Por vezes, estes cervideos estão também flechados e associados a peixes ou cardumes, a antropomorfos muito esquematizados, a nuvens de pontos, a tracos e basionetes que também aparecém de forma isolada ou associados entre si. Geralmente, as figuras não formam cenas explícitas; a única exceção e a existência de evocações de caca, com animais desproporcionalmente grandes. Existem algumas representações de aves, repteis e raramente onças, tatus, antas, porco do mato e tamandua. Animais como emas e cobras não aparecém nesta Tradição, contrastando com a presença destes era outras Tradifoe.s, no norte de Minas.

Antropomorfos esquematizados e filiformes são os mais comuns; porem expressoes mais naturalistas aparecém em alguns sitios, como na Lapa da Criciuma III e Capao das Eguas _r em locais mais obscuros dos abrigos, Apre&entam os bracos e pemas em movimento sugerindo influencia da unidade estih'stica "Ballet", tratada mais adiante.

Quanto a tecnica e a cor, as figuras apresentam-se em sua maioria pintadas com urna so cor (monocromia). Normahnente, o vermelho e predominante, seguido pelo amarelo, o branco e o preto.

A bicromia e as tecnicas de gravura (picoteamento e, principalmente, as incisoes) ocorrem mais raramente.

A "Tradição Planalto" foi definida considerando centenas de si'tios do Planalto Central Brasileiro que abarcam parte dos Estados do Parana, São Paulo e Bahia. E importante observar que esta unidade parece expandir-se a partir do centra mineiro.

Foi o primeiro conjunto estih'stico a se desenvolver na regiao; provavelmente, suas figuras mais antigas eslao associadas ao pen'odo geologico Holoceno antigo (entre 12.000 e 8.000 BP). A partir do Holoceno medio, variações tematicas e tecnicas se dao com maior incidencia. (Ver prancha n⁵ 1.)

Tipos de animais menos comuns e novas formas de execução dos grafismos rupestrês que caracterizam estilos microrregionais recentes que aparecém sobre as primeiras representações "Planalto".

1.2-Unidade Estatística "Ballet"

São essêncialmente figuras humanas lineares, com cabecas de passaros soerguidas que dao sensação de leveza e sugerem uso de mascaras; o sexo e bem indicado, seja para mulheres ou para homens. Existem cenas de parto.

A tematica expressa uma cultura ligada a representação dramatico-ritual/ de fecundidade, demonstrando aspectos socio- artísticos bem complexos.

Por ser mais recente que esta, e apresentar sobretudo cenas com antropomorfos, ela parece demonstrar influencias estih'sticas da Tradição Nordeste (particulamiente bem representadas no Piaui). As figuras tipo "Ballet" aparecém sobre as da Tradição "Planalto" nos si'tios: Lapa do Ballet, \Gruta Rei do Mato e Cocais, que se encontram respectivamente nos municípios de Matozinhos, Sete Lagoas e Barao de Cocais. (Ver prancha n⁵ 2.)

II - OS SÍTIOS: UM ESTUDO DE CASOS

Cada sítio rupestre apresenta elementos tipologicos/estilísticos que vem, por vezes, confirmar tendências gerais das Tradições ou evidenciar a existência de caracteres microrregionais dentro destas. Daremos aqui, apenas algumas informações gerais sobre alguns sítios, para então, exemplificaremos dados estilísticos típicos e atípicos da Regiao Arqueológica de Lagoa Santa.

2.1 - Gruta Rei do Mato

A Gruta Rei do Mato, localizada no município de Sete Lagoas, possui 150 pinturas em uma de suas entradas principais. Estas se encontram localizadas na parede e no teto, onde a luz incide indiretamente. São representações de figuras geométricas, zoomorfas e fitomorfas.

O painel da parede demonstra três momentos cronológicos; o mais antigo esta representado por cardumes vermelhos, característicos da Tradição Planalto. (Ver prancha n⁹ 3.)

O momento intermediário e representado por dois grupos de antropomorfos da Tradição Ballet. Um deles, a direita do painel, e composto por nove indivíduos na cor vermelha: oito mulheres em torno de um homem, todos com o sexo bem indicado. Apresentam ainda cabeças de passaros; os

pescoços e as pemas são compridos e os bracos de muitos parecém asas. Três circulos concentricos com tracos radiais interligados parecém estar relacionados a este primeiro grupo. O outro grupo, a esquerda, e composto por três antropomorfos, filiformes de cor preta, com sexo também indicado e cabecas de aves.

; " O nivel cronológico mais recente e representado por tubereulos/raizes interligados, de cor amarela que sugerem a forma de cara.

Nos tetos, defronte a esta parede, aparecem de forma mais desfirganizada, conjuntos de quadrupedes, peixes, figufas geornetricas e fitomorfos que confirmam a cronologia do painel pintado

2.2 - Capão das Éguas

Este Sítio, localizado no múnicipio de Prudente de Morais, apresenta pinturas, gravuras e incisoes rupestrês, que se encontram no paredao e nos blocos abatidos do abrigo.

As suas 150 figuras apresentam uma grande variedade tipologica, inseridas na Tradição Planalto.

O Sitio foi dividido era Abrigo inferior, superior, intermediario e conduto das abelhas. Este último apresenta antropomorfos naturalistas associados a peixes e quadrupedes. O Abrigo medio e representado por uma onca *e* uma triade de aves, alem de um conjunto de pontos em composição com a pata da onça. No Abrigo inferior ha 'dois casos de bicromia, todos¹ envolvendo quadrupedes flechados associados a antropomorfos. Ainda aparecém neste, abrigo provaveis representações de sauro e'fatu, este último,' associado'provavelmerite a "cupules" (depressões artificiais na focha). So Ha um caso do emprego da tecnica de picoteamento no paredao: uma- gravura de antropomorfo localizada a frente de um bloco abatido com gravuras geometricas por toda a sua face exposta. As incisões aparecém em um outro bloco/laje desabada.no centre do. Abrigo inferior.

A grosso modo, tudo que envolve as figuras pre-historicas no Capao, como distribuição espacial, tema, tecnica, altura, traiamento grafico,-etc. esu muito bem compartimentado e definido, trazendo tamb,em muitas variedades tipologicas: da Tradição Planalto, (Ver prancha n" 4.)

2.3 - Lapa da Pia

Localizada no múnicipio de Prudente de Morais, este brigo, iluminado parcialmente pelo sol, apresenta representafoes de quadrupedes, peixes e figuras geometricas, em evidencia os pectiformes.

O nível cronológico mais recente representado por grafismos S iasos espalhados por todo o pequeno abrigo. Por vezes, estes apresentam-se de- forma desordenada ou entab em formadelicada de peixesoude pentes. " Os móveis mais antigos são representados por peixes, quadrupedes, figuras geometricas, " (inclusive de machados semi-lunares.

Não havia -ate levantarmos este Sítio, muitos dados quantitativos qualitativos sobre as | incisoes nesta regiao. Com a Lapa da Pia,. obtivemos dados suficientes para- classificarmos esta' expressão técnico-estilistica. (Ver prancha n4.).

No norte de Minas aparecem incisoes, no nivel cronológico mais recente também nos intermediários, como por exemplo na Lapa- dos Desenhos:(Vale do Peruaçu). Na regiao arqueologica de Lagoa Santa, esta tecnica aparece, ate entlo, na cronologia mais recente.

2.4 - Vargem da Pedra

Localizada no múnicipio de Matozinhos, este Sítio, com 260 figuras, apresenta vanos painéis com grafismos rupestres concentrados em abrigos, nichos e condutos.

São sete painéis espalhados por todo o afloramento calcareo, expostos, direta e indiretamente, a luz natural, sendo que alguns se encontram hoje em locais de acesso dificil. Cada painel apresenta variados tipos e estilos e, por vezes, diferentes tecnicas e cores.

QUADRO 1

PAINEL	REPRESENTAÇÃO
1	Conjunto de antropomorfos esquemáticos, figuras geometricas, peixes, antopomorfos Ballet(2 cenas, uma, de copula). (Ver prancha n ^B 5 c.)
2	Quadrupedes - urn, flechado, com antropomrfos esquematicos ao redor sugerindo cenas de caca.
3	Conjunto dequadúpedes (dois, de cor branca), antropomorfo esquematico.
4	Figuras geometricas, como bastonetes e astericos, conjunto de quadrupedes.
5	Incisoes geometricas sobre manchas pintadas,
6	Figuras geometricas bi e tricromicas: circulos com divisoes radiais. Quadrupedes e pontos.
7	Conjunto de quadrupedes pretos.

Os tipos de representações geometricas bi e tricromicas do painel 6 só aparecém neste Sítio, sugerindo influencias estilísticas do norte de Minas: a Tradição São Francisco (a grosso modo, caracterizada pela bicromia de grafismos geometricos).

Neste Sítio aparecém variações estilisticas, tanto da Tradição Planalto, como da Unidade Estilistica Ballet.

Portanto, cada sitio rupestre pode apresentar uma ou varias unidades estilísticas, como e o caso de os Sítios Vargem da Pedra e Gruta Rei do Mato demonstrarem ou não uma organização e equilibrio em seu conjunto, como na Lapa da Pia, por exemplo. E através do cruzamento de todas as variaveis que envolvem os grafismos, sejam extraidas de cada figura ou do seu conjunto geral e que obtemos maior embasamento para uma analise mais contextual para, então, podermos visualizar provaveis "areas culturais" no Estado de Minas Gerais e em especial na regiao arqueologica de Lagoa Santa.

III - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Alice. Tradições e estilos na arte rupestre no nordeste brasileiro. *Clio* - Revises do Curso de Mestrado de História. Recife, v. 5, p. 91-104, 1982.

ANTHON1OZ, S. & COLOMBEL, P. Les oeuvres mpesties de Lagoa Santa, Brestl - Cerca Grande. Institut d'Ethndlogie. Archives et Documents; microeditions. Musee de l'Homme, Paris, 1975.

ANTHON1OZ, S.; COLOMBEL, P. & MONZON, S. Us peintures rupesties de Cerca Grande, MG, Rresii. *Cahiers d'archeologie d' Amirique du Sud*. Paris, v. 6. 1978. Gl'iijON, Niede. Da aplicabilidade das ciassificações preliminares na arm rupestie. *Clio* – Revista do Curso ue Mestrado em Hisloria. Recife, v. 5, p. 117-128, 1982. MARTIN, Edouard. *Me/noire collective el prihiswire de I'homme*. (Separaia com referenda incompleta.)

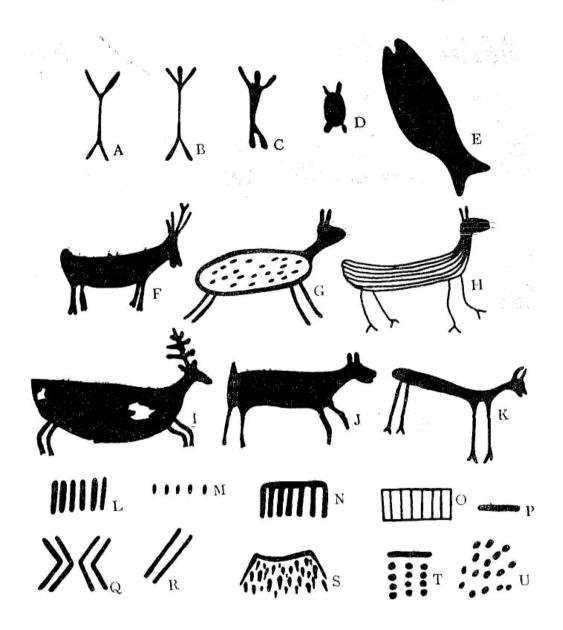
WOXZON, S. Metodos de arialise dos grafismos de ação. *Arquivos do \iuseu de Hisloria Natural- UFMG*. Belo Horizonte, v. 6/1, p. 353-65, 1981/2.

PROUS, Andre et alii. Estih'stica e cronologia na arte rupestre de Minas Gerais. *Pesquisas*. São Leopoldo, v.31, p. 121-46, Inst. Anchietano de Pesquisas. 1981. PROUS, Andre. Exemplos de analises rupestrês punctuais. *Arquivos do Museu de Hisloria Natural- UFMG*. Belo Horizonte, v.10, p. 196-210, 1985/86.

PROUS, Andre & PAULA, Fabiano Lopes. L'art rupestre dans les regions explorees par Lund (centre de Minas Gerais, Bresil). *Arquivos do Museu de Hisloria Natural*. Belo Horizonte, v. 4/5, p. 311-.34, 1979/80.

SEDA, Paulo et alii. As representações zoomorfas de arte rupestre da Serra do Cabral; uma tentativa de identificação e classificaijáo taxonomica. *Dedalo*. São Paulo, v.1, p. 343-61.(Pubhcações avulsas.)

SOLEILHAVOUP, F. Les oeuvres rupestrês Sahariennes sont-elles hhmenacies? Office du Pare National du Tassili - Alger, 1978.



Prancha n^a 1

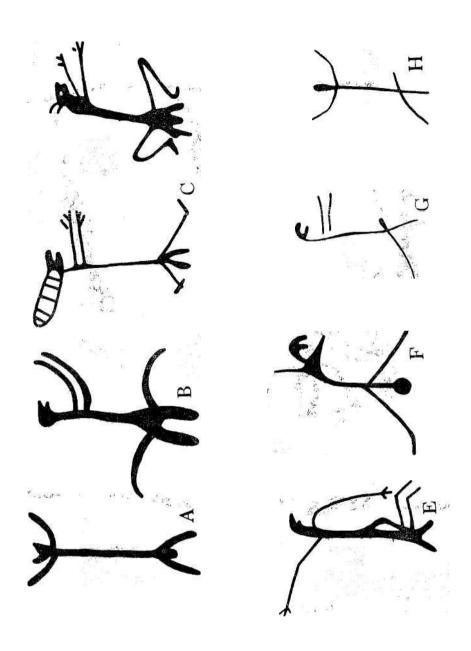
Tradição Planalto - Tipos típicos

Antropomorfos - a,b,c Biomorfo -

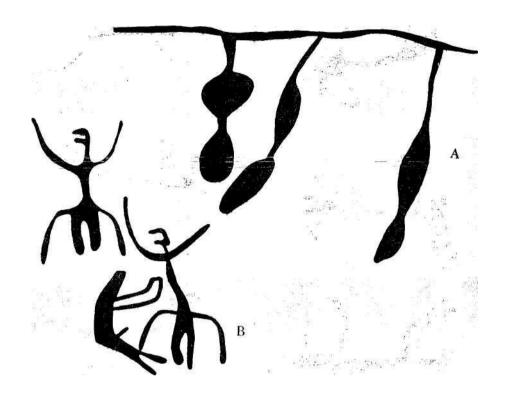
d

Peixe - e

Cervideos - f,g,h,i,j,k
Sinais Geometricos -1, m, n, o, p,
q, r, s, t, u



Prancha n° 2 Unidade Estilística "Ballet" – Temática



Prancha n^s3

Gruta Rei do Mato (Painel 1 - parede)

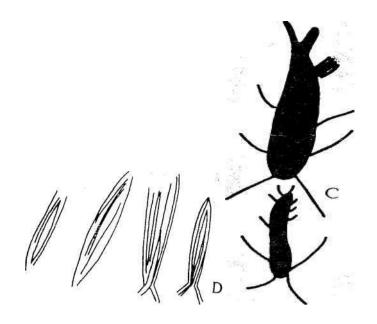
a - momento cronologico mais recente: Fitomorfos b - momento cronologico intermediario: Cena de antropomorfo "Ballet" c - momento cronologico mais antigo: Cardume

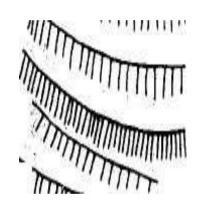


Prancha n^s 4

Sitio Capão das Éguas

- a Provavel cena de caça
- b Zoomorfo associado as bastonetes e cupules

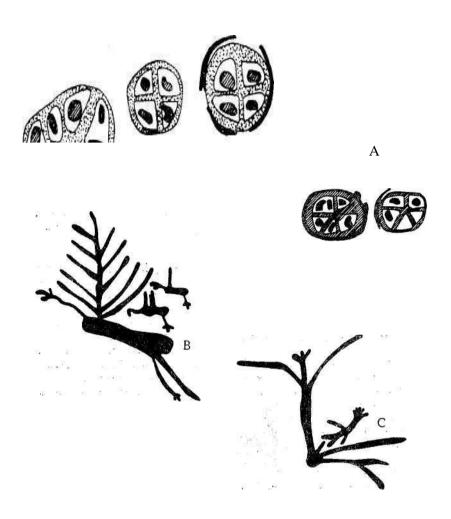




Sítio Lapa da Pia

c - Peixes

d - Incisoes de peixes e - Incisoes f - Incisoes de pentes



Prancha n^s 5

Sitio Vargem da Pedra

a - Figuras geometricas bi e tricromicas (P.6)

b - Tríade de aves (P.I)

c - Cena de Copula (P.I)

COMUNICAÇÃO

FPTN - UM ARQUIVO PARTICULAR QUE SE ABRE PARA A HISTÓRIA

Angela Cristina Sampaio Pesquisadora FPTN

Criada em 1985, a Fundação Presidente Tancredo Neves (FPTN)¹, pode vir a se constituir em mais um espaço de pesquisa em Minas Gerais, superando uma tendencia detectada em algumas instituições de guarda e conservação documental, que não se propoem ou não dispoem de condições para aventurar-se em mergulhos cognocitivos. Contando com um rico acervo, pelo volume, qualidade e variedade de sua documentação, a FPTN também se propoe a abrir o seu arquivo para consultas de pesquisadores interessados nos 50 anos de vida publica de Tancredo Neves.

Desafios, possibilidades, inquietações, limitações se apresentam continuamente no desenvolvimento do trabalho de limpeza, classificação, manuseio, acondicionamento, preservação, na meckda em que conhecimentos técnicos estão disponíveis e nos questionam algumas vezes, ao mesmo tempo que convivemos com a falta, temporaria em nossa equipe, de bibliotecario, arquivista, museólogo, sociologo....

Cabe ressaltar que durante os anos de 1987/89, por estar o Arquivo dentro do "Projeto Memoria dos Presidentes", foi realizado um convenio com a Fundação Nacional Pro-Memoria que, através de sua equipe "Pro-Documento" - instituição infelizmente extinta pelo governo federal -, fomeceu criteriosa assessoria aos profissionais da FPTN. Esta assessoria se deu em três m'veis:

- -diagnostico das condições em que se encontrava o Arquivo, desde a propriedade de suas instalações físicas, ate a presença e identificação de microorganismos;
- -orientação tecnica, para a equipe de trabalho, sobre manuseio, limpeza, higienização, acondicionamento e guarda da documentação. Orientação dada levando-se em conta a especificidade de cada peca documental, em vista de sua diversidade adesivos, cartas, camisetas, jornais, fitas videomagneticas e audiomagneticas, livros, discos fonograficos, fotografias etc.;
 - -acompanhamento do trabalho ao longo de seu desenvolvimento.

E sobre a organização intema do Arquivo, embora busquemos fazer um mapeamento geral do material abrigado na FPTN com grandes recortes (arquivo x acervo, series x series complementares etc.), e no manuseio diario do documento que enfrentamos a precariedade de soluções muitas vezes intuitivas, frutos de acaloradas discussões da equipe. Em anexo encontra-se um quadra que permite a visualização da organização dada aos 60.000 documentos pertencente a FPTN. Cabendo ressaltar

que pelo fato de seu acervo receber doações de documentos ate os dias de hoje, optou-se por esquemas maleaveis de classificação.

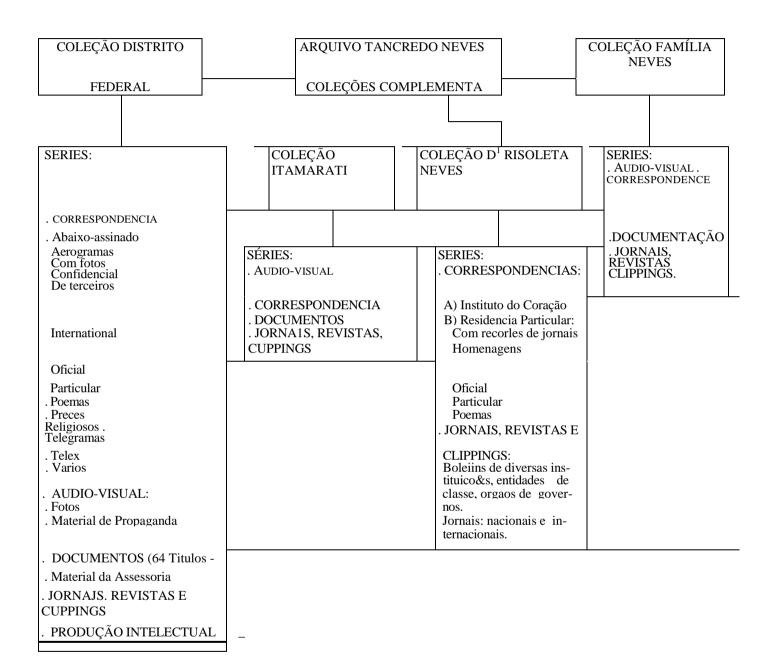
Em vista do que foi colocado acima, gostariamos de enfatizar que buscamos, através de novas leituras, intercambio com outros arquivos, participação em congresses, por exemplo, não so diminuir nossas dificuldades e limitações tecnicas de trabalho, como também evitar, na medida do possível, os velhos "erros" e soluções "superadas" por instituições similares no trato documental.

Concluindo, seria importante ressaltar que iniciativas, ainda timidas, estão sendo feitas no sentido que aponta o estatuto de criação da FPTN com relação as suas finalidades, que seriam, entre outras: "publicar obras e textos... criar e manter cursos... organizar concursos... realizar estudos...". Esperamos que estas diretrizes se concretizem e que se multipliquem em Minas centros de pesquisa

não so para a ampliação do mercado de trabalho para novos pesquisadores, como também para o estimulo a democratização da produção de novos conhecimentos.

NOTAS

1- A FPTN conta, atualmente, com uma pequena equipe técnica formada por quatro historiadoras: Celia Regina Araujo Alves (Coordenadora), Nila Rodrigues Barbosa, Rosangela Mendonça Sampaio e Angela Cristina Sampaio. Tendo sua sede em Belo Horizonte, a FPTN, caracteriza-se por ser uma instituição sem fins lucrativos, se mantendo através de doações. Como fruto de seu trabalho figura o "Memorial Tancredo Neves", inaugurado no dia 08 de dezembro de 1990, em São Joao del Rei, Minas Gerais.



COMUNICAÇÃO

A PRÉ-HISTÓRIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Andre Prous
Departamento de sociologia/Antropologia da UFMG.
Responsavel pelo Setor de Arqueologia da UFMG e pela
Mission Archeologique de Minos Gerais. Bolsista do CNPq.

INTRODUÇÃO

Na reconstituição histórico-cultural do passado, podemos lançar mão de duas fontes principais de informação: os textos (escritos) e os vestígios arqueologicos (sendo estes qualquer testemunha material da presença e da atividade do Homem, dentro do seu meio natural e cultural).

Os historiadores, particularmente no Brasil, são ainda pouco informados sobre as possibilidades de utilizar-se a arqueologia para os períodos mais recentes. Vao desde informações sobre as modificações ambientais (através de estudos paleobotanicos) ate a reconstitução das antigas as paisagens agrárias (reconhecimento dos antigos cadastros, dos caminhos, etc., através da fotografia o, aerea ou de satelite). A arqueologia permite abordar aspectos biologicos (demografia, populações, do parentesco biologico entre as pessoas) ou tecnologicos; rotas de difusão de materias-primas ou de da propagação de novidades; alimentação; fornece ate meios de abordar sistemas simbolicos de representagao do mundo. Sobretudo, recoloca o homem, ser cultural e que como tal se apresenta através dos textos, no seu ambiente natural (muitas vezes desdenhado pelos escritos).

Outrossim, o texto e o vestígio arqueológico apresentam-se aos pesquisadores como complementares não apenas pela abrangencia, mas também pelo direcionamento da informação.

O escrito e urn documento elaborado consciente e voluntariamente pelo autor, o qual tem as o domínio sobre a tecnica da escrita (o que, na maioria das culturas, significa que ele esta ligado aos detentores do poder). Assim sendo, o escrito apresenta ao leitor uma visão parcial e ideologicamente orientada, como sabem todos os historiadores. Inclusive, as lutas ideologicas podem, alternativamente, provocar a promoção, a subestimação ou ate o desaparecimento do documento.

Em compensagao, a maioria dos vestigios arqueologicos foram considerados ideologicamente neutros e provem de qualquer pessoa: são essencialmente lixo. Assim sendo, não foram colocados como portadores de mensagem (ou seja, não são destinados a induzir uma interpretação favorável a quem os abandonou) e não se limitam a registrar as ações dos poderosos: o refúgio alimentar do pobre podera ser tão bem representado quanto o do rico. Poderiamos falar do aspecto "democrático" do lixo,

em oposição ao aspecto "elitista" do escriio. Isto não significa que a arqueologia possa substituir a história, ou que o lixo seja preferível ao texto: completam-se e esclarecém-se mutuamente. Quem usa so o texto trabalha a partir da visão do vencedor, mesmo que a critique. Quem so acredita no lixo perde a compreensão das interpretações simbólicas e das manipulações ideologicas da realidade, assim como o acesso a individualidade.

Mesmo assim, a própria arqueologia passa a ser hoje considerada como uma arma, sendo manipulada pelo poder, já que pode ajudar a criar ou reforçar mitologias (da "cultura ariana", do "comunismo primitivo", da legitimidade de um pais artificial, criado pelo desmembramento de um imperio colonial, etc.).

Destarte, não e apenas preciso criticar o texto a partir dos vestígios materiais, mas convem que o historiador conheca um pouco as tecnicas e os métodos da arqueologia para saber quais suas possibilidades(imensas) e suas limitações, e ser capaz de perceber as distorções e interpretações abusivas do discurso arqueologico.

Para isto, apresentarei, inicialmente, slides mostrando o procedimento do arqueologo. A seguir farei um histórico das pesquisas no Estado, acabando por um resumo da pre-história do Estado de Minas Gerais.

I - PROJEÇÃO DE SLIDES

Escavação dos sitios mineiros de Lapa Vermelha, Santana do-Riacho, Dragao e Boquete.

Vestígios biólogicos (esqueletos, alimentos), tecnologicos (artefatos de pedra, fibras, madeira, osso e ceramica) e simbolicos ("arte rupestre"). Descrição dos metodos de analise, das orientações de pesquisa e das conclusoes.

II - BREVE HISTÓRICO DAS PESQUISAS NO ESTADO

A arqueologia do Estado de Minas Gerais, comentada na Europa em meados do século XIX, acabou caindo no esquecimento, por falta de interesse local, quase ate a segunda guerra mundial. Mesmo após esta data, precisa-se esperar os anos 70 para que se iniciem trabalhos fora da regiao de Lagoa Santa, a qual tinha ate então monopolizado as atenções. Neste mesmo decênio, monta-se o primeiro centro de pesquisa do Estado. Com efeito, em meados do século XIX, o paleontólogo P. Lund menciona as pinturas rupestrês de Cerca Grande e o achado de machados de pedra indígenas; cita exemplos brasileiros para explicar a origem humana dos "concheiros" (semelhantes aos sambaquis) do Velho Mundo. Enfim, achando em Sumidouro ossadas humanas misturadas com ossos de animais extintos, tem a coragem inedita de supor a existência de um homem "antediluviano" nas Américas, idéia que somente sera aceita em meados do século XX. Ao mesmo tempo, juntava um farto material paleontologico que foi utilizado por Darwin para defender sua visão evolucionista.

Apos tão brilhante e precoce preliidio, o interesse pelo passado dos indígenas de Minas desaparece por complete, ate que, no final do decenio de 1920, um jesuita austriaco, Padberg-Drenkpohl, mandado pelo Museu Nacional, viesse escavar em Confins, perto de Lagoa Santa; encontrou um cemiterio pre- histórico, mas não tendo achado restos de fauna extinta, pensou que fosse recente.

Intelectuais mineiros como A. Cathoud, A. Mattos, o consul da Inglaterra, H. Walter, e o Dr. J. Penna discutiram essa conclusão. Enquanto este último divulgava a arte rupestre de Lagoa Santa, os outros tentavam, por meio de escavações, demonstrar a antiguidade do Homem na regiao.

Infelizmente, o modo de coleta do material (operários trabalhando sozinhos e pagos por "peca") não permitia observações de carater científico; a única tentativa de sintese de arqueologia da regiao, feita nos anos 50, não teve suas teses confirmadas pelas pesquisas posteriores.

Em 1954/5, W. Hurt (da Universidade de Indiana), O. Blasi e L. de Castro Faria (do Museu Nacional do Rio) fizeram as primeiras escavações confiaveis no Estado, em Cerca Grande, perto de Lagoa Santa. Publicaram os resultados somente em 1969 e de maneira muito sucinta, anunciando datações de quase 10.000 anos (ate então, as mais antigas obtidas no Brasil) para os primeiros vestigios de ocupação huinana.

Em 1971, uma Missão Arqueologica chefiada por A. Lamaing- Emperaire, da qual participamos, voltava em Lagoa Santa para conseguir maiores informações e tentar reconstituir o paleoambiente. A obtenção de datações muito antigas (mais de 20.000 anos) e o descobrimento de grandes animais extintos nos móveis habitados do abrigo de Lapa Vermelha levaram A. Emperaire a prosseguir as escavações deste sítio ate 1977. Paralelamente, outra equipe era encarregada do levantamento das pinturas rupestrs, algumas das quais datadas de varios milênios, pela primeira vez também, no Brasil. Em 1976, a UFMG me convidou para montar a primeira equipe profissional do Estado; logo, iniciamos as pesquisas na serra do Cipo (Santana do Riacho) e no norte do Estado (Montalvania). Desde então, a UFMG desenvolveu pesquisas em dezenas de múnicípios, descobrindo centenas de sitios e realizando pesquisas sistematicas em varias regioes, as vezes em convenio com pesquisadores estrangeiros (escavações da Lapa Pequena de Montes Claros, com A. Bryan e R. Gruhn). Atualmente, os trabalhos da UFMG se concentram particularmente no centro mineiro e nos vales dos rios Peruacu e Jequitinhonha. Paralelamente, desde os anos 70, o Instituto de Arqueologia Brasileira (TAB) vem trabalhando, particularmente, nas regioes de Unai, Varzelandia e Serra do Cabral.

Com isto, podemos dizer que a arqueologia de Minas Gerais teve condições de renascer nos ano 70; infelizmente, seriam necessarias dezenas de equipes profissionalizadas para cobrir o territorio, registrar e estudar ocorrencias, assim como ajudar as entidades de proteção ao Patrimonio (IEPHA e IPHAN), elas mesmas insuficientemente equipadas, apesar da contratação de dois pre- historiadores pelo IEPHA-MG nos anos 80.

Apesar da falta de possibilidade de contratações, das dificuldades para obter uma infra-estrutura eficiente e financiamentos permanentes, o Setor de Arqueologia da UFMG, apoiado pela Missão Arqueologica Franco-Brasileira, conseguiu tornar o nome dos sitios mineiros conhecidos intemacionalmente. Organizou nurnerosos cursos e seminarios para promover a formação de pessoal, convidando, inclusive, personalidades americanas (J. Flenniken), francêsas (J. Tixier) e argentinas (M.E. Mansur-Franchomme).

III - RESUMO DA OCUPAÇÃO DE MINAS DURANTE A PRE-HISTÓRIA

O Pleistoceno

Há mais de 12.000 anos atras, o ambiente natural no Brasil central era bastante diferente do atual. Num clima mais seco, grandes savanas cobertas de capim forneciam alimentos para manadas de animais gigantescos: camelfdeos (especies de lhamas gigantes), tatus de cerca de 3 m de comprimento, mastodontes (aparentados aos elefantes) e, sobretudo, varias especies de preguicas terricolas, algumas das quais chegavam a medir 6 m de comprimento. Os primeiros imigrantes humanos, descendentes de colonos entrados na América a partir da passagem terrestre que existiu entre o Alaska e a Siberia oriental, chegaram no Brasil em algum momento entre 40.000 e 12.000

anos atras, no final do período geológico chamado pleistocene. É, difícil saber a que momento exato ocorreu este primeiro povoamento: carvões datados entre 20.000 e 40.000 anos atras foram coletados em abrigos do Piauí (escavações de N. Guidon) e em Minas Gerais (escavações conjuntas nossas e de A. Laming-Emperake na Lapa Vermelha). No entanto, em ambos os casos, ha dúvidas sobre a origem humana dos vestigios encontrados, inclusive dos carvoes.

A Transição Pleistoceno/Holoceno

Ao redor de 12.000 anos atrás, os abrigos da serra do Cipo (Santana do Riacho), do vale do Peruacu, perto de Januária (abrigo do Boquete) e de Montalvania apresentam vestigios de fogueiras, conservam instrumentos de osso e pedra lascada de sílex, arenito e de quartzo. Os estudos (feitos no microscopio) das microestrias e dos micropolidos formados nos gumes de pedra mostram que muitos instrumentos liticos eram utilizados para trabalhar madeira. Encontramos, também, urn atelie onde se elaboravam pontas de flecha. Uma delas, quebrada, estava no meio do refugo de fabricação; os homens, pois, já possufam arcos nesta época. Achamos, também, pigmentos (utilizados para realizar algumas das pinturas mpestrês encontradas nesses locais?). Encontramos os seus vestígios alimentares (conservaram-se sementes caibonizadas, valvas de moluscos e ossos de tatus e cervideos). No Estado vizinho da Bahia, o paleontologo C. Cartelle encontrou um osso de preguica gigante com maicas de inslrumentos de pedra (pesados, para desarticular, e facas mais leves, para cortar os músculos), mostrando que o homem cafou estes animais enormes. No entanto, já nos encontramos no final do pleistoceno, num momento em que o clima se transforma, tomando- se um pouco mais quente (a temperatura deve ter subido de 4^aC) e bastante umido: entrava-se no período geologico atual, dito "holoceno". As matas se desenvolviam, muitos pastos desapareciam e, com eles, as manadas de herbivoros gigantes.

O Holoceno Antigo

Para este período, entre 12.000 e 8.000 anos atras, dispomos de muitas informações coletadas nos últimos anos de pesquisa, particularmente no sitio de Santana do Riacho. Uma parte deste abrigo foi utilizada como cemitério por uma população muito homogênea fisicamente (era endogamica, ou seja, os membros do grupo local casavam-se essêncialmente entre si): a raca de Lagoa Santa; eram pessoas relativamente pouco robustas, que sofriam de caries dentarias (fato raro entre os homens pre-históricos) e de inflamações osseas. Sepultavam os mortos em covas, embrulhando-os numa rede revestida de entiecasca, por vezes adornados com colares de sementes; despejávam um po vermelho de oxido de ferro na cova, que era fechada com pequenos blocos de pedra amontoados; mais de 50 esqueletos foram escavados. No centro de Minas, onde o sílex e raro, fabricavam instrumentos lascados (facas, raspadores, furadores, pontas de projetil, etc.) sobretudo com cristal de quartzo. Para instrumentos que precisavam ser mais resistentes, como os machados (cujos gumes eram polidos), os habitanles de Lagoa Santa e da serra do Cipo importavam a hematita da serra do Curral, ou de Conceição do Mato Dentro, e silimanita do vale do Jequitinhonha.

Há indícios de que certas pinturas rupestres sejam desta época, embora nenhuma tenha sido datada com certeza. As figuras mais antigas do centro mineiro pertencem ao que chamamos Tradição Planalto, caracterizada por grandes representações de veados (por vezes rodeados por pequenas figuras esquematicas, simbolizando caçadores, que, as vezes, fincam um dardo nas costas do animal) e por peixes - agrupados aos pares. Esta tradição se estendeu desde o Estado do Parana, ao sul, ate parte da Bahia. Em Minas, aparece em centenas de sitios do plato de Lagoa Santa, da serra do Cipo e do

215

vale do Jequitinhonha. Talvez, ao mesmo tempo, no norte de Minas e, particularmente, *AO Longo* do rio São Francisco, tenha nascido o que chamamos Tradição São Francisco, caractenzada por grafismos essêncialmente geometricos, por vezes associados a representações de objetos (Iancas, propulsores de dardos, etc.).

O Holoceno Medio

Entre 8.000 e 4.000 antes do presente, não se conhecem mais vestigios da raijá de Lagoa Santa. Os únicos esqueletos disponíveis vem do norte de Minas (vale do Peruacu) e mostram uma população bem diferente e mais robusta. Alem dos sepultarnentos em covas, foram encontradas outras estruturas de ocupação dos abrigos, como marcas de estaca, cujos alinhamentos devem permitir reconstituir a forma das habitações: mais de duzentas foram levantadas num único sítio. Os instrumentos de pedra conhecidos para esta época são, na sua maioria, menos sofisticados tecnologicamente que os do período anterior, embora não sejam, por isto, menos eficientes;são, no centro mineiro, lascas brutas de quartzo retiradas de blocos rachados sobre uma bigorna (tecnica de lascamento "bipolar") e, no norte, lascas de sílex utilizadas brutas, tais como sairam do bloco de materia-prima (o "micleo"), sem retoques posteriores. Conservaram-se também inumeras plainas, feitas a partir de conchas retocadas, utilizadas para o trabalho da madeira, é provavel que tenha havido numerosas aldeias a ceu aberto, como a que foi rápidamente prospectada em Buritizeiros, perto do rio São Francisco. Infelizmente, não houve condições, ainda, de se realizar uma escavação sistemática neste local e, portanto, o nosso conhecimento sobre esta época e limitado a ocupafao dos abrigos.

Neste período, a alimentação dos habitantes do Brasil atual continua sendo obtida diretamente da natureza: coleta de vegetais, cada, coleta de moluscos (particularmente, os grande gastropodos da familia *Strophocheilideae*) e caca aos vertebrados. Curiosamente, notase a falta de restos de anta e de porco do mato entre os restos alimentares; teria havido uma proibição de consumo de carne destes animais? Em compensação, há sinais de pesca; alguns anzóis de osso foram encontrados, assim como vertebras de peixes. Algumas pinturas foram datadas, com precisão, desta época, e milhares de outras são provavelmente do mesmo período. Ao que parece, a tradição Planalto se mantem com a mesma tematica (representações zoomorfas), mas, em cada regiao, os paineis

pintados mostram caracteristicas estilisticas peculiares, refletindo, provavelmente, territórios tribais distintos, cada grupo tendo sua maneira de expressar a mensagem inscrita nos paredoes naturais.

O Período Holocenico Tardio (cerca de 4000/2000 antes do presente)

Trata-se de um período de transição, ainda bem pouco conhecido. Na serra do Cipó, é caracterizado pelo aparecimento de um novo estilo na Tradição Planalto; frequentemente, alinhamentos debastonetes e conjuntos de pontos pintados se justapoem ou sucedem as representações animais, que não chegam, no entanto, a desaparecer. Em varias partes do Estado, as representações de aves se multiplicando em Unai, elas parecém voar no teto de um abrigo que sugere o ceu.

As pesquisas do IAB (do Rio de Jáneiro) sugerem que, nesta época, pelo menos algumas populações passam a cremar os mortos. Em Santana do Riacho, graos de milho parecem contemporaneos de fogueiras de cerca de 4000 anos de antiguidade. Alguns cacos de ceramica aparecem também nesta época, e documentariam o aparecimento da tecnica da olaria; no entanto, os achados são ainda raros, e temos de considerar que os cacos encontrados nas camadas anteriores a 2500 antes do presente possam ser intrusivos. Em todo caso, o holoceno tardio aparece como um período de mudanças, com,

provavelmente, a introdução de uma agricultura incipiente, talvez a chegada de novas populações e idéias.

O Holoceno Final (cerca de 2000/3000 anos atras ate o século XVIII)

Os últimos milênios são conhecidos tanto pelos milhares de sitios a ceu aberto já registrados, quanto pelos abrigos, alguns dos quais continuam a ser utilizados.

Os moradores dos abrigos no norte mineiro

Os abrigos, no norte do Estado, foram utilizados por horticultores, que armazenavam provisoes em "silos", especies de grandes cestas sem alça que entenavam no chao de terra. Encontram-se neles coquinhos, feijáo, milho, mandioca (as vezes parcialmente-ralada), cabaças, urucum, e ate folhas de fumo empilhadas, sementes silvestres e plantas medicinais; artefatos como coidoes de algodao, penas para adomos, cabo para machado de pedra, etc., tudo preservado pelo ambiente extraordinariamente seco de alguns sitios. Logo antes da chegada dos europeus, os últimos ocupantes dos abrigos deixaram instrumentos de pedra lascada de grande tamanho (artefatos plano-convexos e retocados) e machados de pedra totalmente polidos (o gume polido e mais aprópriado para instrumentos que trabalham por percussão, como o machado; os gumes lascados são melhores para trabalhar por pressão, ou seja, para cortar, serrar, raspar ou furar). Nesses dois milenios, parece ter havido um grande movimento de idéias, tecnicas e, talvez, de populações; com efeito, as "mensagens" jupestres mudam varias vezes de conteúdo. contrastando com a relativa estabilidade das tradições anteriores. Contamos a existencia de pelo menos três tradições sucessivas; uma delas, pelo menos, veio de fora: a tradição "Nordeste", encontrada e definida, inicialmente, no Piauí, e caracterizada por pequenas representações humanas agitadas que formam grupos familiares, cenas de copula ou de ritual ao redor de uma arvore.

No centro-sul do Estado (Lagoa Santa/Sete Lagoas), parece ter havido um sincretismo entre a tradição Nordeste e as crencas ligadas as aves do período anterior, que deu nascimento as representações de tipo "Ballet", com seres que tem corpos antropomorfos, cabeça de ave e orgaos genitais exagerados, e que formam procissoes, ou cenas de parto.

Os ceramistas moradores dos abrigos foram agrupados, pelo pesquisador O. Dias, numa tradifao chamada "Una", cujos portadores teriam, posteriormente, migrado para o literal carioca. De fato, sabemos ainda muito pouco sobre esses grupos.

Os aldeiões da Tradição Sapucai

No decurso do primeiro milênio da nossa era, multiplicam-se, em todo o Estado, as aldeias de uma cultura que raramente utiliza os abrigos. Estas populações estão agrupadas na Tradição Sapucai, aparentada a Tradição Aratu, que se estende nos Estados de Goias e da Bahia. As aldeias eram formadas por grandes habitações coletivas dispostas em circulo ao redor de uma praça central. Nas habitações acham-se milhares de cacos de ceramica de grandes potes (destinados a conservar liquidos, fazer bebidas fermentadas, ou a sepultar os mortos) e vasilhames menores, finos, cujá forma lembra, por vezes, cuias vegetais. Entre as habitações, enterravam os mortos em urnas cujá forma lemtaa a fruta da Sapucaia (arvore do mundo dos mortos, nas tradigoes de certos indios Puri).

A ceramica não era decorada, mas os vasos menores recebiam, as vezes, um banho ("engobo") de tinta vermelha. Estes grupos utilizavam a pedra, essêncialmente, na forma de bigorna

e batedor para quebrar sementes e na de objetos polidos como machados ou adornos. Urn artefato cerimonial, que frequientemente acompanhava o morto na sua uma, e uma lamina de machado em forma de incora, dita semilunar, sempre feita com muito cuidado. Perto de Lagoa Santa, ha uma pintura rupestre mostrando um desses machados complete encabado. O lascamento da pedra, em compensação, era pouco praticado e sem maiores requintes: estes grupos deviam utilizar muito mais a madeira como materia-prima para instrumentos, Estas aldeias, como a da Fazenda São Geraldo, em Ibia, que contava 18 casas, podem ter agregado centenas de pessoas e, pela espessura do refugo arqueologico, podem ter sido estaveis durante muitos anos. São típicas de cultivadores de milho que ocupavam os cerrados do Brasil central.

Esses vestígios podem ser atribuídos aos ancestrais dos indios Gês que mantem, ate hoje, padroes de aldeiamento parecidos com os da Tradição Sapucai.

Em alguns lugares, particularmente frios (sope da serra do Cipo, Nepomuceno), foram encontradas covas de ate 3m de profundidade e 12m de diametro, escavadas na terra; degraus laterais permitiam o acesso; o refugo formava uma cintura protetora contra as enxurradas. Tais estruturas lembram as "casas semi-subterraneas" tipicas do planalto sul brasileiro; ainda faltam pesquisas para verificar quais foram seus autores. De qualquer modo, existem alguns indi'cios de influências meridionals nas zonas de Araucaria ("pinheiro do Parana") do sul do Estado, onde foram encontrados objetos ti'picos como "virotes" de pedra, normalmente associados as casas subterraneas do infcio do 1º milenio da nossa era, no sudoeste de São Paulo e no Parana. No século XVI, Gabriel Soares de Souza dava noti'cias de povos que habitavam embaixo da terra, "em tocas".

A tradição ceramista tupi-guarani

No final do primeiro e no início do segundo milenio da nossa era, uma nova população, provavelmente vinda da orla marítima, penetra em territorio mineiro ao longo dos principais rios navegaveis (rio Doce, rio Jequitinhonha), subindo também seus principals afluentes. São os grupos ditos "Tupi-Guaranis", pelo menos em parte, ancestrais dos Tupis históricos. Não tiveram tempo de se tomarem númerosos; por isto, poucos sitios são conhecidos e nenhum foi ainda objeto de uma pesquisa sistematica. Grupos canoeiros e cultivadores de mandioca ocupavam essêncialmente ambientes de mata ciliar onde podiam praticar a agriculrura de coivara e a pesca, suas principals atividades de subsistencia.

As aldeias tupi-guaranis eram também a ceu aberto e compostas por varias grandes <u>malocas</u> (habitações coletivas de forma oval) cujá ocupação podia ser por varios anos. A diferença dos Sapucafs, decoravam suas ceramicas com relevos feitos na pasta fresca (corrugações feitas pinçando o barro, impressão de unhas) ou com desenhos gecmetricos muito delicados pintados em preto e vermelho sobre um fundo branco. Em Andrelandia, foram também achados adomos de ceramica, em forma de cabeça humana, que eram provavelmente aplicados na borda dos vasilhames. As laminas de machados (de forma ovalada ou trapezoidal) tem seu gume polido (para dar uma forma biconvexa, mais resistente), sendo o resto da peca picoteado (o que da uma superfície rugosa, melhorando a aderencia dentro do cabo). São também comuns maos de pilao picoteadas e/ou polidas; em outros Estados, foram encontrados adornos labiais ("tembetas") de cristal em forma de T, que ainda não foram assinalados em Minas.

Os Tupis-Guaianis, como os Sapucais, sepultavam os mortos em urnas, seja em vasos abertos, de forma quadrangular (vale do rio Doce), o que e comum no litoral do centro e nordeste brasileiro, seja em grandes umas profundas de boca restrita (regiao de Salinas), forma tradicional nos Estados do sul do Brasil.

Os Tupis-Guaranis, pouco acostumados aos cerrados e as caatingas, não parecém ter consolidado sua presença em territorio mineiro. Quando chegaram os europeus, estes somente noticiaram a presença de Puris e Coroados (descendentes dos portadores da Tradifao "Una"?) e de grupos Ges. Muitos ceramistas e horticultores, para escaparem as doen9as e aos ataques dos brancos, modificaram seus costumes, aumentando sua mobilidade; ao mesmo tempo, os rradicionaishabitantes do centro e none mineiro (Sapucais) sofriam o impacto da chegada de novos grupos indigenas que vinham de outras regioes, provavelmente em razao da pressão dos Portugueses; estes belicosos recém-chegados, chamados "Botocudos" pelos europeus, são os grupos mais frequientemente mencionados pelos administradores coloniais, que não chegaram a conhecer as primitivas sociedades indigenas do Brasil cennal na sua fase de apogeu.

CONCLUSÃO

Embora os trabalhos arqueologicos sistematicos no Estado tenham-se desenvolvido apenas nos últimos 15 anos, foi possível realizar um primeiro balanço dos conhecimentos. A partir dos documentos guardados nos arquivos, teria sido impossível ter uma idéia, mesmo minima, do passado de Minas e do Brasil. Nem sequer a existência de um passado pre-cabralino podia ser aceito, embora todo mundo saiba da existência dos fndios antes do século XV: o Brasil, oficialmente, continua tendo sido "descoberto pelos porrugueses";podenamos dizer que, no imaginario nacional, os Indios existem pelos brancos, que os criaram para exaltar a si mesmos pela oposição com os "outros".

Os povos sem escrita não tem voz, no mundo moderno: o "descobrimento do mundo" e atribuído aos europeus. A "invenção" do pastoreio e da agricultura são creditados ao único Próximo Oriente, culturalmente aceito como raiz do mundo europeu e branco em geral. Ate no vocabulario "antropologico", os indios do Brasil não tem direilo a serem chamados de agricultores: são "horticultores"; os caçadores-coletores formam "bandos", uma palavra que sugere uma inorganização total do tecido social. Esse vocabulario, ranco do evolucionismo milinear do século XIX, reflete a postura da "inteteligentista" que assimila os indios a um elemento da Natureza, a ser preservado numa reserva zoologica para passeios saudosistas de uma sociedade que não conseguiu decidir se essas sociedades "outras" são resqui'cios do Paraiso Perdido (mito do "Bom Selvagem") ou um estorvo na rota do Progresso. Ninguém parece imaginar que possam refletir uma escolha adaptativa as condições de vida peculiares, tão validas quanto a escolha dos agricultores de cereais dos países temperados, os quais levaram a tecnologia maquinista ao seu auge, ao preço da miseria da maior parte da popula9ao mundial.

Descartando - ou relativizando - o imaginario criado pelo escrito, a arqueologia da uma chance aos excluidos de existirem e se expressarem. Aos poucos, a luta dos povos esquecidos para viverem e se situarem no mundo começa a ter seus frutos, merce ao trabalho paciente dos arqueologos: não apenas ao escavar-se as piramides dos farads, mas também ao fazer ressurgir o dia-a-dia inglorio dos caboclos sem terra, dos indios sem voz, dos quilombos perseguidos.

BIBLIOGRAFIA

Muitas informações poderao ser encontradas nos <u>Arquivos do Museu de</u> História Natural da UFMG.

Nos volumes IV e X, foi publicada extensa bibliografia sobre arqueologia brasileira.

1°) Para ter uma idéia da pre-história brasileira em geral.

PROUS, Andre. "L'archeologie au Bresil, 300 siecles d'occupation humaine". L'Antropologie, Paris

. 90:257-306. 1986. 35 fig. PROUS, Andre. "O Brasil antigo visto pela arqueologia". Revista do Departamento de História. Belo

Horizonte, UFMG, 4: 100-15. 1987.

2°) Pre-história de Minas Gerais (titulos escolhidos).

ALVIM, Marilia Carvalho de Mello e. "Os antigos habitantes da area arqueologica de Lagoa Santa, MG". Arq. do Museu História Natural da UFMG, Belo Horizonte, 2:119-74. 1977. ALVIM, Marilia Carvalho; SOARES, Margaret de Carvalho; CUNHA, Paulo Sergio Pringsheim."Traces não-metricos cranianos e distancia biologica em grupos indígena interioramos e do literal do Brasil - 'Homem de Lagoa Santa', indios Botucudos e construtore de sambaquis". Arq. Mus. de História Natural da UFMG, Belo Horizonte, 8/9:323-38.1983/84.

ANTHONIOZ, S.; COLOMBEL, P; MONZON, S."Les peintures rupestrês de Cerca Grande, Minas Gerais, Bresil. Cahiers d Archeofog/e d'Amerique du Sud, Paris, 6:303. 1978, p. 34. ARAUJO, A.J.G.; CONFALONIERI, U.E.C.; FERREIRA, L.F. "Oxyurid (Nematoda) eggs from Coprolites from Brazil". J. Parasitol., Lawrence, 68(3):511-2. 1982. BELTRAO, M. da C. & LIMA, T.A. Organizadores "Munificações naturais na Pre-História brasileira; um estudo de caso". Revista de Arqueologia, Belem, 3(1):3-39. 1986.

BRYAN, Alan L. & Gruhn, R. "Results of a testescavation at Lapa Pequena, MG, Brazil". Arq. Mus. Hist. Natural da UFMG, Belo Horizonte, 3:261-325. 1978.

BRYAN, A.L. "Paleomerican prehistory as seen from South América". A. Bryan ed. In: New Evidence for the Pleistocene Peopling of the Américas. Univ. of Maine, Orono, 1-14. 1986. CARVALHO, Eliana T.; CHEUICHE, Lilia. "Pesquisas arqueologicas na regiao do Medio São

Francisco Mineiro". Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Jáneiro, 7:21-52. 1975.

DIAS JUNIOR, Ondemar Ferreira. "Breves notas a respeito das pesquias no sul de Minas Gerais".In: PRONAPA, 4. Resultados prellminares do quarto ano, 1968-1969. Belem, Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 133-48. 1971. "Nota previa sobre as pesquisas arqueologicas em Minas Gerais". In. PRONAPA, 5. Resultados preliminares do quinto ano, 1969-1970. Belem, Museu Paraense Emilio Goeldi, p. 105-16 1974.

"Mapa arqueologico do Estado de Minas Gerais". Arq. Mus. Hist. Natural da UFMG, Belo Horizonte, 4/5:297-309. 1979/80.

DIAS JUNIOR, Ondemar F. & CARVALHO, Eliana. "Uma habilitação semi-subterranea em Minas Gerais - dados arqueologicos". Arq. Mus. Hist. Nat. da UFMG, B. Horizonte, 3:293-57. 1978.

"A fase Piumhy; seu reconhecimento arqueologico e suas relações culturais". Clio, Recife, 5:5-43. 1982. "Notfcias preliminares das escava^oes na Lapa da Foice U-MG-RP-8". Bol. Inst. Arqueol. Brasil.Rio de Jáneiro, 9:69-90. 1982.

DIAS Junior, O. F.; CHEUICHE, L.; CARVALHO, E. "Fase Belvedere - Uma fase Tupi-Guarani do Estado de Minas Gerais. Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira, Rio de Jáneiro, 7:5-17. 1975.

HOCH, Ella & PROUS, Andre. "A contribuição de P. W. Lund a arqueologia europeia e brasileira". Arquivos do Museu hist. Nat. da UFMG, Belo Horizonte, 10:170-76. 1985.

JUNQUEIRA, Paulo A.; MALTA, lone M. "Horticultores e ceramistas pre-históricos do Noroeste de Minas Gerais". Arquivos do Museu de História da UFMG, Belo Horizonte, 6/7:275-89.1981/82.

LAMING-EMPERAIRE, Annette. "Missions archeologiques franco-bresiliennes de Lagoa Santa, Minas Gerais, Bresil. Le grand ahri de Lapa Vermelha (P. L.)." Revista de Pre-História, São Paulo, 1(1):53-89. 1979.

LAMING-EMPERAIRE, A.; PROUS, A.; MORAES, A.V. de; BELTRAO, M.C. de M.C. "Grottes et abris de la region de Lagoa Santa, Minas Gerais, Bresil". GAMERS d'Archeologie d'Arherique du Sud, 1. Paris, 185 p. 1975.

LEITE, Nivea. "As gravações rupestrês do norte de Minas Gerais". Dedalo, São Paulo, Publicações avulsas, 1:331-42. Anais da IV Reunião Cient. da SAB. 1989. MATTOS, Anibal. "Arqueologia de Belo Horizonte". Belo Horizonte, Biblioteca Mineira de Cultura, 34p.1947.

"Desenho dos cachimbos e o uso de fumar entre os indios americanos". Revista da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 3:1-68. 1954.

PADBERG-DRENKPOL, Jorge Henrique Augusto. "Relatorio de duas excursoes a regiao calcaria de Lagoa Santa em 1926". Rio de Jáneiro, Museu Nacional, ms. 1926. PAULA, F. Lopes & SEDA, Paulo, "Catalogo dos si'tios (Minas Gerais)". Arq. Mus. Hist. Nat- UFMG, Belo Horizonte, 4-5:201-96. 1979/80.

PROUS, Andre. "L'Homme et la nature dans la region de Lagoa Santa (Bresil)". (Atas do colóquio interdisciplinar franco-brasileiro de estudo e cartografia de formações superficiais e suas aplicações...) Arq. Mus. Hist. Nat. - UFMG, Belo Horizonte, 3:65-89. 1978. Fouilles du grand abri de Santana do Riacho (MG), Bresil". Journal de la SociSte des

Américanistes, Paris, 67:163-83. 1980/81.

"Arte do Brasil na pre-história". Ciência Hojc, São Paulo, 2(7):10-7. "O homem pre-histórico no múnicipio de Jáboticatubas". In: GONCALVES, V.S. & COSTA,

A.L.L. Ao pe das jáboticatubas. p.133-40. 1988.

"Le grand abri de Santana do Riacho". Les dossiers d'archeologie. Dijon, 145:74-77. fev./90.

PROUS, A., JUNQUEIRA, PA.; MALTA, I.M. "Arqueologia do Alto Medio São Francisco região de Jánuaria e Montalvania". Revista de Arqueologia, Belem, 2(1):59-72. 1984. PROUS, A.; LANNA, A.L.; PAULA, F.L. de "Estilistica e cronologia na arte rupestre de Minas Gerais". Pesqulsas, ser. Antropologia, São Leopoldo, 31:121-46. 1980.

PROUS, A. & PAULA, F.L. "Lart rupestre dans les regions explorees par Lund (Centre de Minas Gerais, Bresil)". Arq. Mus. Hist Nat - UFMG, Belo Horizonte, 4-5:311-34. 1979/80. "Informações preliminares sobre grafismos de tipo "Nordestino no Estado de Minas Gerais".

Revista de Pre-História, São Paulo, 5(5):145-53. 1983. RELATDRIO de prospecções lealizadas no minicípio de Montalvania, MG, pela Missão Franco- brasileira. Arq. Mus. Hist Nat. - UFMG, Belo Horizonte, 2:67-118. 1977.

SEDA, Paulo Roberto. "A arte rupestre de Unaf, Minas Gerais". Arq. Mus. Hist. Nat. - UFMG, Belo Horizonte, 6-7:397-408. 1981/82. "Estudlo de cronologia en el arte rupestre de Minas Gerais, Brasil: el sitio Boqueirao Soberbo". Boletin de la SIARB, La Paz, 4:64-74. 1990.

SEDA, P.R., SILVA, L.P.R., MENEZES, R. "A arte rupestre da serra do Cabral (MG) e a ocupação humana nos abrigos da regiao: abordagem uncial". Arq. Mus. Hist. Nat - UFMG, Belo Horizonte, 8-9:155-84, 1983/84. SOLA, M.E.C., PROUS, A., SILVA, G.R. "Primeiros resultados das pesquisas rupestrês na regiao

de Jánuaria-itacarambi", Arq. Mus. Hist. Nat-UFMG, Belo Horizonte, 6-7:383-95. 1981/82. WALTER, Harold V. "Arqueologia da regiao de Lagoa Santa, MInas Gerais, indios precolombianos dos abrigos-rochedos". Rio de Jáneiro, Sedogra, 227 p. 1958. 3²) Reprodução completa dos si'tios de arte rupestre: (microeditions do Institut d'Ethnologie de Paris, Musee de Homme, Place du Trocadero, 75116 Paris. ANTHONIOZ, S.; COLOMBEL, P., MONZON, S. "Les oeuvres rupestrês du massif de Cerca Grande, region de Lagoa Santa, Minas Gerais, Bresil". R 74 039 116. 1975.

ANTHONIOZ, S.; CLEMENT, G.; MONZON, S. "Les oeuvres rupestrês duu massif de Caetano, region de Lagoa Santa, Minas Gerais, Bresil". R. 74 039 176. 1978.

ANTHONIOZ-RUSSEL, S. & MONZON, S. "L'Abril de Sucupira; un site d'art rupestre de la region de la Serra do Cipo, Minas Gerais, Bresil: couverture photographique". r 84 039 375. 1985.

CLEMENT, G. "Les oeuvres rupestrês du massif de Sumidoro; region de Lagoa Santa, Minas Gerais, Bresil". R. 79 039 21. s.d.

LEITE, N. & LIMA, M.A. "L'art rupestre de la Lapa do veado, Jándaria, Bresil (M.F. couleur)". R 85 039 393. 1985.

MOTTA, J.F.; SIQUEIRA, A.; PROUS, A. "Les oeuvres rupestrês du site d'Altamira, Jose de Mello, Minas Gerais, Bresil". R 87 039 430. 1986/87. PROUS, A.; JESUS, S.M. de; MALTA, I.M. "Les peintures rupestrês de la Toca do Indio', Andrelandia, Minas Gerais, Bresil". R 87 039 479. 1989.

PROUS, A.; PAULA, F.L. et alii. "La Lapa do Caboclo, Jánuaria Bresil". R 85 039 394. 1985.

COMUNICAÇÃO

ESCRAVOS E ABOLICIONISMO NA IMPRENSA MINEIRA (1850/1888)

Liana Maria Reis Dept^o de História – PUC – MG

O presente trabalho constitui a primeira etapa de urn projeto de pesquisa cujo tema e a atuação política dos escravos - entendida como toda manifestação do cativo ("pacífica" ou "violenta") no sentido de fazer frente as relações de dominação as quais estava submetido - atuação expressa tanto nas ações praticadas dentro dos espaços institucionais (legais) abeitos pelo sistema escravista, como nos diversos atos de rebeldia referidos nos inúmeros jornais do período de 1850 a 1888, na provincia de Minas Gerais².

O recorte temporal não foi estabelecido aleatoriamente. O ano de 1850 marca o fim do trafico negreiro e este fato vai interferir, de forma significativa, nas transformações das relações sociais (especialmente na relação senhor-escravo), na medida em que as discussões acerca da continuidade da escravidão e a busca de solução para o problema da mao-de-obra tornavam-se inadiaveis para os proprietarios escravistas. Por outro lado, este fato implicou, provavelmente, a abertura de novas possibilidades de negociação política por parte dos escravos na conquista de certos direitos, pois os proprietarios passaram a se preocupar com a manutenção da forca de trabalho, assegurando a continuidade dos seus investimentos, haja vista o aumento dos precos dos cativos e os limites impostos pelo tragico interprovincial. Estes fatos podem explicar, pelo menos em parte, o "melhor tratamento" dispensado aos cativos nos anos posteriores a 1850³.

O ano de 1888 marca outro momento significativo do processo histórico brasileiro com a extinção juridica da escravidao. A Lei Aurea de 13 de maio e percebida como expressão da dinamica social, ou seja, como resultado de acordos e confrontos cotidianos travados entre os sujeitos históricos. Sendo a lei o "principal veículo para o exercício de hegemonia pela classe dominante"'', ela vai interferir também nesta dinamica, regulando, transformando e limitando juridicamenle a ação política destes mesmos agentes sociais³. Portanto, os marcos 1850 e 1888 não são entendidos como simples datas ou eventos, mas se inserem num contexto mais amplo no qual representam apenas momentos conjunturais daquele processo histórico.

Privilegiamos Minas Gerais, dentre outros fatores, por ser a provincia que congregou o maior plantel escravista do País⁶, tendo um desenvolvimento especifico diferenciado das demais economias regionais brasileiras, como uma base produtiva muito diversificada e a predominancia da pequena e media posse de escravos⁷, o que ampliou a base social de sustentação do próprio sistema escravista.

A opção em trabalhar com jornal enquanto documento basico justifica-se na medida em que ele se constitui fonte historica extremamente complexa, na qual podemos perceber a convergencia de opinioes e visoes de mundo diversas, representativas daquela sociedade. Neste sentido, o jornal tornou-se um importante veículo de comunicação, divulgador de ideologias (escravista, abolicionista, etc.), utilizado como relevante

mecanismo de controle social, como, por exemplo, ao tornar públicas as condições de fuga e descrições fisicas do escravo fugido, facilitando sua localização e consequente aprisionamento.

Sem duvida, a imprensa e um "manancial dos mais ferteis para o conhecimento do passado" ⁸ e hoje os jornais são Teconhecidos como importante fonte de estudo de uma dada realidade. Contudo, como quaisquer outros documentos, os jornais são representações do real produzidos por individuos historicamente condicionados e, portanto, não são isentos de subjetividade. Para utiliza-los como fonte de pesquisa cumpre identificar por quem e quando foram produzidos, com quais objetivos e para atender a que tipo de leitores e interesses, pois que "sua existência e fruto de determinadas praticas sociais" de um tempo'. Nesta perspectiva, nossa postura diante dos jornais sera de apreende-los não enquanto "verdades" de uma reaiidade historica ou como veículos imparciais de transmissão de informações, "mas antes como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziram, refietiram e represenlaram percepções e valores da época"¹⁰. Procederemos a uma certa leitura dos dados, identificando os sinais, resquícios e fragmentos do passado, que, associados a "intuição" do historiador, permitem captar nas entrelinhas do documento basico o "não dito", a fala silenciada, representações e percepções nem sempre explicitadas mas perceptíveis, que informam multiplas visoes dos varies aspectos da sociedade. Se e certo que não se pode conhecer, explicar e reconstituir a complexidade do real vivido - a totalidade de uma dada realidade historica -, podemos nos apróximar do "real", atentando para detalhes a priori desprezíveis, mas que podem "revelar profundos e significantes fenômenos". Como nos ensina Carlo Ginzburg: "arealidade e opaca: mas ha certos pontos pistas e sinais - que nos permitem decifra-la"¹¹.

O estudo visa, pela analise dos dados, reconstituir historicamente as relações sociais estabelecidas entre escravos, senhores, forros e homens pobres livres através de importantes informações sobre a vida cotidiana do escravo, bem como através das imagens construi'das do cativo perceptiiveis nas diversas falas dos jornais. O objetivo, num piano mais amplo, e tentar resgatar o significado histórico das varias formas de reação (como o roubo, fuga, crime, suicidio, etc.) enquanto desestabilizadoras do sistema escravista, ampliando, desta forma, a compreensão da dinamica social mineira no bojo do processo abolicionista. Neste sentido, o estudo pretende contribuir para determinar o peso político específico da rebeldia para a destruição do sistema. Num piano mais espeeffico, visamos perceber os limites históricos da atuação política, o campo de possibilidades no qual o escravo forjáva estrategias de luta, surgidas do confronto cotidiano entre os sujeitos históricos.

Transcorridos cem anos da extinção da escravatura no Brasil, muito pouco se sabe sobre a participação dos escravos naquele processo, particularmente no caso mineiro, o que compromete nosso entendimento acerca daquela reaiidade ¹². Toma-se impositivo preencher esta lacuna, resgatando a história de homens e mulheres trabalhadores submetidos a escravidao que, ao vivenciar a condição de escravos, "construfram seus modos de vida e luta", ora assumindo uma posição de submissão, ora resistindo através dos varios atos de rebeldia, bem como estabelecendo acordos e aliancas no seu dia-a-dia. Ao estabelecerem intricada relações com outros escravos, com senhores, homens e mulheres livres, eles construfram lacos familiares, aliancas, "solidariedades econômicas, culturais e sociais, que acabaram por construir uma cultura e um saber escravos - base de muitas estrategias de sobrevivencia e de muitos projetos de liberdade" ¹³. É, exatamente este movimento da história que

pretendemos captar no momento de desagregação do sistema escravista brasileiro - as contradições, os conflitos cotidianos, as negociações, as resistencias, as aliancas entre as diversas classes sociais ^H, demonstrativos da divergencia de interesses e comprovadores de uma realidade multipla, diversificada e conflituosa -, contribuindo para a verticalização do conhecimento da hisloria mineira oitocentista.

Tendo como objetivo central reconstituir a trajetoria vivida pelo escravo, procedefnos a coleta de todas as informações que direta ou indiretamente mencionassem o "elemento servil" nos diversos jornais do século XIX das cidades mineiras¹5. Foram consultados todos os 70 titulos de jornais da seção "Jornais Avulsos" do A.P.M., listados no período de 1850 a 1888, sendo trariscritos os dados de 77% dos periodicos, o que equivale apróximadamente a revisão de 4.265 exemplares". Os dados extraidos são extremamente ricos: são anuncios de fuga, venda, compra, aluguel de escravos, agressoes, crimes; informações sobre alforrias, censos de população e associações abolicionistas, poemas, contos e discursos parlamentares, dentre outros. Podemos observar o patemalismo e o preconceito do branco expressos nas descrições das concessoes das alforrias, das fugas, dos crimes, das agressoes, etc., bem como nos debates e comentarios jornalisticos onde era construfda uma imagem do escravo, ora visto como ser inferior - que deveria ser controlado e dirigido - ora como ser monstruoso, capaz dos mais terriveis atos de barbarismo.

Os anuncios de fuga (individual e coletiva) são particularmente detalhados ¹⁷, na medida em que o senhor necessitava fomecer uma descrição fisica pormenorizada do escravo, seus vícios e costumes, para facilitar a identificação, localizagao e aprisionamento do fugitivo, permitindo ao pesquisador entender e resgatar parte da realidade do cotidiano do escravo - como as condic5es de vida (especialização e tarefas exercidas), o grau de exploração e violencia, as perspectivas de fuga e as estrategiac criadas pelo cativo nas suas experiências diarias. Em alguns anuncios aparece um dado particularmente interessante referente a uma possi'vel ajuda (acoutamento) oferecida ao fugitivo, o que pode ser um indfcio da atuação de abolicionistas e/ou ajuda de outros escravos, forros, e demais homens livres. É ilustrativo o anuncio da fuga do escravo Marcelino pertencente a Antonio Carlos de Lima, ocorrida no dia 26 de fevereiro. O dito escravo fugiu da cidade de Santa Luzia do Sahara, onde morava, e a noticia foi divulgada no "Liberal Mineiro" de Ouro Preto do dia 6 de junho de 1884:

(...) É crioulo, alto, sem barba, tera 22 anos de idade, tem falta de dentes na frente do maxilar superior, pemas algum tanto arqueadas para dentro, pes e orelhas grandes, conserva sempre a boca aberta, fazendo-se de tolo; e porem muito esperto para correr e furtar; e pedreiro ordinario, não gosta de bebidas espirituosas e nem de cafe, mas *o* amante de doces e fuma cigarros. Seguiu d'aqui em companhia de um ex- soldado, de nome Manoel Alves (vulgo passarinho), em demanda do Curvelo, Capao Redondo, Paracatu ou S.Francisco e Jánuaria; mas últimamente obteve-se noticia quase certa de que justara para camarada de um tropeiro e seguira para Paracatu'8.

Podemos observar a estrategia criada por Marcelino (como forma de sobrevivencia) como conservar "sempre a boca aberta, fazendo-se de tolo", e que foi percebida pelo proprietario que, no entanto, o julga como "muito esperto para correr e furtar" (praticas que deveriam ser comuns). Também se verifica o conhecimento que o senhor tinha dos habitos e das preferencias do escravo, inclusive no que se refere a alimentação: "e amante de doces". Fica evidenciada a participação da comunidade na localização e paradeiro de Marcelino que seguiu em companhia do ex-soldado para provaveis locais e que através de "noticia quase certa" dada ao senhor, o dito escravo se dirigiu possívelmente para Paracatu, trabalhando como tropeiro. Isto comprova que naquele momento a fuga abria possibilidade de incorporação do escravo ao mercado de trabalho livre.

Cumpre ressaltar que estes anuncios são os que aparecém em maior mimero no computo

geral dos dados. A maior ou menor incidencia de determinados tipos de informação são indicativos do carater selelivo deste registro histórico (no sentido de privilegiar determinados fatos e informações e desconsiderar outros), devendo ter uma significação maior para aquela sociedade ou pelo menos para alguns de seus integrantes.

As considerações expostas abaixo não são o resultado da analise da volumosa massa de documentos, mas apenas possibilidades apontadas pelos dados que indicam caminhos a serem trilhados e desvendados.

Embora todos os tipos de resistencia tenham sido praticados pelos escravos ao longo dos varios séculos de desenvolvimento do sistema escravista, podemos aventar a hipotese de que, se o quilombo constituiu uma das formas mais comuns de reação escrava no século XVIII mineiro, a fuga foi a mais caracteristica do século XIX - não excluindo outras formas de reação, nem desconsiderando que, para fonnação do quilombo, a fuga era etapa indispensavel".

As fugas eram originadas por motivos diversos, como a separação dos familiares, os maus tratos, o simples desejo pela liberdade ou mesmo a quebra de certos acordos com os senhores, e representava uma ameaça radical ao sistema na medida em que desestruturava o processo de produção. Segundo Eduardo Silva:

A unidade basica da resistencia no sistema escravista, seu aspecto tipico, foram as fugas. Para um produtor direto definido como "cativo", o abandono do trabalho e um desafio radical, um ataque frontal e deliberado ao direito de propriedade²⁰. Porem, se a fuga foi constante durante a vigencia do sistema escravista, qual teria sido seu poder de pressão nas últimas décadas do século XIX no sentido de desagregar o escravismo? Segundo Ademir Gebara, dentre outros protestos

as fugas foram um fator de importancia fundamental para forcar a precipitação final do processo de transição para o trabalho livre. Isso se daria porque, não podendo ser a fuga considerada uma atividade criminosa STRICTO SENSU, ela acabaria por impor o envolvimento, de forma crescente, de setores livres da população e, com isso, sua repressão passaria a depender tanto do apoio da comunidade, quanto da extensão da repressão a outros setores da população que não o escravo²¹.

Os anuncios de fuga demostram claramente esta participação da comunidade na localização do fugitivo, ao mesmo tempo que inform am a existência de lacos de solidariedade entre escravos e demais individuos daquela comunidade. Cumpre lembrar que nos anos finais do imperio a manutenção da ordem toma-se impositiva: era necessário controlar as ações dos escravos, para garantir a continuidade da produção, e dos homens livres e forros que podiam colocar em xeque a estrutura social²². Analisando a atuação da imprensa do Rio de Jáneiro da década de 1880, especialmente os periodicos Gazeta da Taxde e Cidadao do Rio, ambos pertencentes a Jose do Patrocínio, Humberto Machado afirma que: As revoltas e fugas, tornadas mais comuns na última fase do período escravista, demonstram que os cativos não se caracterizam pela passividade, como apregoavam os defensores do regime. Por isto, era imprescindivel divulga-las²³.

Neste sentido, entendemos a importancia da imprensa, para a época, como vefculo divulgador de idéias abolicionistas, que alertavam os senhores do perigo dos atos de rebeldia escrava, referidos como prova da inviabilidade da permanencia da escravidao, e como relevante mecanismo de controle social, facilitando a localização do paradeiro do fugitivo. Cabe lembrar "O Luzeiro" da cidade de Paracatu, denominado como um "periodico dedicado as avançadas", no qual se alertava:

Não se admite Testas de FERRO e nem anuncios de FUGA DE ESCRAVOS²⁴.

Tal posição demonstra o confiito existente entre as diversas tendencias políticas, manifestado nos periodicos da época, e o reconhecimento de que tais anuncios, decisivamente, funcionam como urn meio eficaz de manutenção do sistema. Demonstra também a importancia que a imprensa e as idéias abolicionistas tiveram na formação de uma ideologia que condenava a escravidao.

Entretanto, os jornais poderiam se transformar também em mecanismo de defesa do escravo fugido, na medida em que, sendo o escravo alfabeu'zado - como aparece em inúmeros anuncios -, poderia, através da leitura dos periodicos, tomar consciência do grau de informação que o senhor tinha de sua localização, possibilitando ao cativo procurar outras paragens.

A expansão da cafeicultura a partir de 1850, o crescimento das cidades e a incipiente industrialização a partir da década de 70 demandavam a montagem de uma infra-estrutura - como abertura e melhoria dos caminhos e a construção de ferrovias, como a Pedro II (1869 - 1889) e a Leopoldina (1874) - para facilitar o intercambio comercial com outras provmeias e com a Corte do Rio, e para o escoamento da produção, gerando empregos tanto para homens pobres livres, quanto para os escravos fugidos que poderiam passar por forros. O anuncio da fuga do escravo Fortunato, datado de 3/8/1883 e divulgado pelo "Liberal Mineiro", informa:

(...) consta que este escravo se acha, a titulo de livre, trabalhando na estrada de ferro entre a povoação de Soledade e Lagoa do Netto; rogao, pois, os senhores I administradores ou a quem quer que seja encarregado do pagamento dos trabalhadores, que ao dito escravo Fortunato nenhum dinheiro adiantem ou paguem, antes aguardem a presença de seus senhores, com quem poderao fazer todo e qualquer contrato (...)²⁵.

Podemos perceber a visível preocupação dos procuradores ou herdeiros da proprietaria, D. Anna Amalia de Jesus, em impedir a continuidade do contrato do trabalho estabelecido entre o escravo e os empregados, feito a revelia da senhora, que não so perdera (pelo menos durante um certo tempo) aquela forca de trabalho, como não tirava proveitos daquela situação.

O meio urbano abria maiores possibilidades de sobrevivencia para o fugitivo, particularmente se este possui'sse alguma especializafao, o que também aumentava as chances de negociação com o senhor, ampliando seu poder político de barganha e as possibilidades de acumulação de peculio para couipra da alforria. Poderia ser o caso do escravo Lucindo, que fugiu do sitio de Sete Lagoas, no ano de 1883, cujá fuga e anunciada no Liberal Mineiro:

(...) e muito conversador, e muito bom oficial de pedreiro, trabalha especialmente em fomalhas de engenho de canna, e bom factor de assucar, bom lambiscador, bom ferrador de animaes, bom cavaleiro, lida muito bem com animaes, e bom cortador de Tezes e matador de porcos, trabalha em diversos ofícios, mas e vagaroso em seu trabalho (...)^M.

Seria pouco provavel que, pelo fato de ser "vagaroso", Lucindo não conseguisse vender sua forca de trabalho, executando qualquer ou muitas das tarefas que tão bem sabia fazer, segundo seu prdprio senhor.

As cidades passavam, naquele momento, a constituir importantes polos de atração de mao-deobra, gerando por parte da classe senhorial agraria a necessidade de tentar impedir as fugas do campo - assegurando somente aos escravos que não fugissem os benefícios da lei de 1871 bem como reivindicando do Estado Imperial medidas mais repressivas contra os escravos que sentindo-se garantidos pela lei e pelo fim inevitavel da escravidao, fazem cada vez mais balbiirdias nas vendas e bares, em geral associados a homens livres ou colonos estiangeiros, e ameaçam a vida de seus senhores²⁷. O contato dos escravos com os colonos e homens livres, muitos dos quais abolicionistas e possuidores de uma mentalidade antiescravista, contribui para uma maior conscientizac, ao pohítica dos cativos. Por outro lado, ao fugir para os centrês urbanos e manter relafoes sociais de assalariamento ou por empreitada para execujáo de determinadas tarefas, o escravo era aos poucos educado para enfrentar a passagem do trabalho compulsorio para o livre.

Poderia haver uma estreita ligação entre aumento do número de fugas com a formação de sociedades abolicionistas? Não seriam estas associates criadas para garantir aquela passagem com o menor risco possível para a classe senhorial e demais elites políticas? Era necessário controlar o potencial de rebeldia dos escravos sem a ameaça de uma radicaliza^ao: "era preciso mudar alguma coisa para que tudo permanecesse como antes".

Acreditamos ser possível estabelecer uma ligação entre os atos de rebeldia e as leis que vão sendo regulamentadas apos o fun do trafico, como a Lei do Ventre Livre e Rio Branco. Se estas leis podem ser vistas como uma vitoria da classe senhorial, no sentido de ter conseguido adiar ao maximo a extinção da escravatura, elas também devem ser percebidas como uma conquista dos escravos, resultado da pressão manifestada na atuafao pohítica dos cativos.

O aprofundamento destas hipoteses contribuira para desmistificar uma serie de equivocos e falsas idéias que ate agora vigoram em boa parte da historiografia onde ao negro se reservou ora o papel de ser submisso, ora de herói. Trata-se de percebe-lo como sujeito histórico que, ao longo do desenvolvimento do sistema escravista, criou, diante de suas condições de existência concreta, estrategias cotidianas de luta. O escravo lutou o quanto pode, não so através de atos ilegais, mas também dentro dos espacos legais abertos pelo sistema, para fugir a dominafao e exploração a que estava submetido, tentando melhorar seu nfvel de vida. E o estudo pretende resgatar também outras formas de luta desenvolvidas pelo escravo no seu dia-a- dia, como negociações e acordos sem apelar para atitudes radicais, e que muitas vezes são interpretadas como "submissão", mas que na realidade não significam "ausencia de luta, mas uma estrategia sob condições extremamente desfavoraveis" 28.

O fato de a escravidao ter sido extinta pela dinastia de Braganca e de todo o processo ter sido controlado e dirigido pelas elites políticas dominantes fez com que muitos autores desconsiderassem a atuac, ao dos escravos neste processo, pois introjetaram a visão do branco vencedor, gerando, sem duvida, uma percepção distorcida daquela realidade, porque unilateral, Idéias como a docilidade da escravidao, a submissão constante do escravo, a tutela sempre presente do branco, seja na concessão da alforria, seja na sobrevivencia do cativo, contribuiram para a manutenc, ao de uma ideologia que atendia aos inteTesses dos proprietaries escravistas do século XIX, e que ainda hoje continua a atender aos interesses das classes dominantes, na medida em que se preserva a idéia do conformismo e da passividade do "brasileiro", negando os conflitos classistas verificados na sociedade na qual o negro continua a ocupar posic, oes de inferioridade, seja profissionalmente, seja pela discriminafao racial.

NOTAS

- 1- Agradecemos ao FTP (Fundo de Incentivo a Pesquisa) da PUC-MG o financiamento da pesquisa.
- 2- Os jornais estão classificados na sec,ao de "Jornais Avulsos" do Arquivo Publico Mineiro e perfazem um total de 70 títulos de diversas tendencias: conservadores, liberals, abolicionistas e republicanos.
- 3- Segundo Robert Conrad, "apesar da melhoria das condifoes depois de meados do século, os escravos no Brasil foram incapazes, ate mesmo durante as últimas décadas de escravidao, de

- manter seus niimeros através de meios naturais". Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850 1888, Rio de Jáneiro: Civilização Brasileira, INL, 1975, p. 36. Entretanto, para Douglas Cole Libby, no período pos-1850, existem evidencias (embora os dados sejam escassos) de "um aumento na capacidade de reprodução da população cativa" na provincia de Minas Gerais em função da "maior preocupação entre os senhores de escravos em mclhorar o tratamento dado aos cativos exatamente no sentido de proteger e fazer crescer seus invéstimentos face a reduzida oferta de 'pecas de reposição'". Transformagao e trabalho em uma economic escravista Minas Gerais no siculo XIX, São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 61.
- 4- GEBARA, Ademir. Escravidao: fugas e controle social. *Estudos Econômicos*, São Paulo, *18* (103-146): 101, 1988.
- 5- Segundo Ademir Gebara, com o qual concordamos, "a lei não pode ser estudada como um fenômeno passivo, que existe apenas como uma mera consequiencia de uma dada formação social. A lei constitui uma forca ativa na mediação entre as classes, sendo também. uma forca parcialmente autonoma, na qual as reivindicações dos dominados devem ser, necessariamente, acomodadas". *O mercado de trabalho livre no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 12.
- 6- Segundo Jose Pedro Xavier da Veiga, no ano de 1888 existiam apróximadamente 800.000 escravos no Brasil, dos quais 230.000 concentravam-se nas Minas. *Efemerides mineiras* 1664-1897, Ouio Preto: Imprensa Oficial, 1987, p. 428. Trabalhando com mapas de população do século XIX, Douglas Cole Libby aponta 367.443 escravos em Minas (18,2% do total geral no Brasil, segundo o recenseamento de 1872. Op. cit., p. 53.
 - 7- LIBBY, Douglas C. op. cit., p. 346/350.
 - 8- CAPELAIO, Maria Helana R. Imprensa e Histdria do Brasil, São Paulo: Contexto, 1988, p. 13.
 - 9- Idem, ibidem, p. 24.
- 10-SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro;* jornais, escravos e cidadaos em São Paulo: no final do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 17.
- 11-GINZBURG, Carlo Morelli, Freud e Sherlock Holmes: pistas e o metodo cienu'fico. *History Workshop Journal*, n. 9, p. 22, 1980. Trad, de Francisco A. S. Grossi.
- 12-Ressaltamos o trabalho de Oiliam Jose, único trabalho especifico sobre a abolição em Minas. *Abolição em Minas*, Belo Horizonte: Itatiaia, s/d. Não obstante considerar a rebeldia negra fator de desestruturação do sistema, o autor compartilha da idéia da docilidade da escravidao. Sua visão do processo abolicionista mineiro e superficial, embora não se possa negar a importancia do estudo, ainda que pouco verticalizado.
- 13-LARA, Silvia H. Trabalhadores escravos In: *Trabalhadores escravos*: Campinas, Unibanco, 1989, p. 18.
- 14-Entendemos, conforme Thompson, classe social como um "fenômeno histórico" e não uma mera classificação; ou seja, na trajetoria de inumeras lutas travadas no tempo histórico, determinados homens, ao vivenciarem e compartilharem experiências comuns, sentem e identificam seus interesses, contrapondo-se, desta forma, a outros grupos de homens cujos interesses são diferentes e mesmo antagonicos aos seus. THOMPSON, Edward P. *Tradicidn, Revuelta Y Consciência de Classe*. Barcelona: Crin'ca, 1979.
 - 15-49,2% destes jornais foram produzidos em Ouro Preto, capital provincial.
- 16-Os jornais serao identificados nas notas de rodape pelos codigos J.O.P. (jornais de Ouro Preto), ou J. A. (jornais avulsos das demais cidades mineiras), seguidas pelo volume e número da pagina. Tanto os codigos, quanto os volumes, foram definidos pela classificação do Arquivo Publico Mineiro.
 - 17-Ao que tudo indica, havia uma padronização destes aniincios err todas as províncias do imperio.

- Ver FREYRE, Gilberto, O Escravo nos anuncios nos jornais brasileiros do século XIX, 2* ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- 18-J.O.P., 31, p. 3. Os grifos são nossos.
- 19-Num trabalho sistematico de revisão dos codices da Se^ao Colonial do Arquivo Publico Mineiro, Carlos Magno Guimaraes rastreou 119 quilombos entre os anos de 1711 e 1797. Os quilombos do Secuio do Ouro. *Revista do Departamento de Histdria*. Belo Horizonte. N. 6, p. 15-46, 1988.
- 20-SILVA, Eduardo. Fugas, revoltas e quilombos; os limites da negociafao. In: REIS, Joao Jose e SILVA, Eduardo. *Negociaqdo e conflito;* a resistencia negra no BrasiJ escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 62. O autor afirma que a fiiga "e um ato extremo e sua simples possibilidade marca os limites da dominação, mesmo para o mais acomodado dos escravos e o mais terrivel dos senhores, garantindo-lhes espac,o para a negociação no conflito". p.63.
 - 21-GEBARA, Ademii.Op. cit, p. 123.
 - 22-MATTOS, Ilmar R. de. O tempo saquarema. São Paulo: Hucilec, 1987.
- 23-MACHADO, Humberto. A imprensa abolicionista. In: *Negros brasileiros*, encarte especial, *Ciência Hoje*, Apoio CNPq/MCT, 1988, p. 30.
 - 24-J. A. 13, p.l, datado de 1701/1884. Os grifos são do próprio jornal.
 - 25-J.O.P., 32, p. 4.
 - 26-J.O.P., 32. p. 3.
- 27-LANA, Ana Lucia Duarte. *A transformagao do trabalho*; a passagem para o trabalho livre na zona da Mata Mineira, 1870-1920, Campinas: Únicamp, CNPq, 1988. p. 73. 28-SILVA, Eduardo, op. cit. p. 78.

LPH - REVISTA DE HISTÓRIA

A Assembleia Departamental de História, em sua reunião de 19/12/90, tendo em vista a necessidade de regulamentar as atividades do periodico "LPH - Revista de História", RESOLVE aprovar o seguinte:

REGULAMENTO

Art I^s LPH - Revista de História e um periodico científico e academico do DEHIS e destina-se a divulgaçã de trabalhos originais concementes a História e as suas areas interdisciplinares.

Paragrafo único - A criterio do Conselho Editorial, poderao ser publicados, excepcionalmente, em vista de sua reconhecida relevancia, trabalhos já publicados em outros veiculos.

Art 2^s LPH - Revista de História tem periodicidade anual.

Paragrafo único - A criterio do Conselho Editorial, poderao ser editados mimeros especiais dedicados a temas específicos, em edição ordinaria ou extraordinaria.

Art. 3^a A tiragem de LPH - Revista de História sera igual ou superior a mil exemplares.

Paragrafo único - Os autores receberao três exemplares do número da revista em que for publicado trabalho de sua autoria, mais dez separadas do mesmo.

Art. 4^s O Conselho Editorial de LPH - Revista de História e constitufdo pelo Coordenador do LPH, que o preside, pelos outros dois professores da Coordenadoria do LPH, pelo Chefe do Departamento de História e por três Historiadores brasileiros escolhidos anualmente pela Assembleia Departamental de História.

Paragrafo único - São competencia dos membros do DEHIS do Conselho Editorial:

- I- Encarregar-se de todas as tarefas relativas a editoração da revista.
- II- Encarregar-se da distribuição da revista.
- III-Promover intercambio com publicações congeneres.

IV-Participar do julgamento de todo o material encaminhado para publicação, de acordo com a sistematica estabelecida no Anexo I.

Art. 59 LPH - Revista de História publicara trabalhos das seguintes modalidades:

- I- Artigos de pesquisa, compreendendo resultados novos de pesquisa historica apresentados de modo abrangente e discutidos nas suas implicações, com ate 30 laudas.
- II- Artigos de revisão, compreendendo textos que reunam os principals aspectos de uma determinada area de pesquisa em História, estabelecendo relagoes entre os mesmos e evidenciando a estrutura conceitual própria do tema, com ate 30 laudas.
- III- Comúnicafoes, compreendendo apresenta^ao de resultados parciais de pesquisas, sua discussão

area de pesquisa em História, estabelecendo relacocs entre os mesmos e evidenciando a estrutura conceitual própria do tema, com ate 30 laudas.

III-Comúnicações, compreendendo apresentação de resultados parciais de pesquisas, sua discussão e analise, com ate 10 laudas.

IV-Entrevistas.

V- Resumos de monografias, compreendendo smtcses de monografia de conclusão de Bacharelado em História, preferencialmente dos alunos do DEHIS, com ate 10 laudas.

VI-Cronicas e noti'cias, compreendendo apresentação de fatos relevantes no campo dos estudos históricos, com ate 3 laudas.

VII-Resenhas criticas, compreendendo analise de obras editadas ha, no maximo, dois anos, com ate 5 laudas.

VIII- Poesias.

IX- Desenhos, ilustrações e fotos.

Paragrafo único - LPH - Revista de História podera editar numcros que não contenham todas as modalidades de trabalhos de que fala este artigo.

Art. 6⁹ LPH - Revista de História publicara trabalhos em português, espanhol, ingles e francês.

Art. 7^s Os originais deverao ser apresentados em duas vias, datilografados em espafo 2, em laudas de 30 linhas de 60 toques, na sua forma definitiva, revistos, sem rasuras ou correções, obedecendo as seguintes normas:

I- Na primeira pagina deverao constar o titulo do trabalho, o(s) nome(s) do(s) autor(es) e da(s) instituição(oes) a que pertence(m).

II-Um resumo de ate 10 linhas em português e ingles ou português e francês.

- III- As referencias bibliograficas e notas deverao ser registradas no texto através de numeração sequiencial e colocadas ao final do trabalho, na mesma ordem, observada a NB-66 da ABNT.
- IV- As iiustrações de textos, quando forem absolutamente indispensaveis, deverao ser apresentadas em folha em separado, acompanhadas da respectiva legenda, na sua forma definitiva, com indicação, no verso, sobre sua localização no texto (por exemplo: "inserir apos 3° paragrafo da pag. 6"). As fotos deverao ser em preto e branco com alto nivel de contraste. O negativo deve ser enviado. Outras

ilustrações deverao ser feitas em papel vegetal, a nanquim preto.

- V- As ilustrações, desenhos e fotos encaminhados para publicação por si so deverao ser de boa qualidade e, preferencialmente, expressivos em relação a tematica historica. Os originais deverao ser apresentados em arte final. As fotos deverao ser em preto e branco ou em cores e o negativo também devera ser encaminhado.
- VI- As poesias deverao ser encaminhadas em sua arte final, quando for o caso, ou datilografadas quando para composição grafica textual comum.

Art. 8⁵ Os originais devem ser encaminhados a Secretaria do LPH, acompanhados de carta de encaminhamento onde constem o u'tulo do trabalho, o(s) nome(s) do(s) autor(es), seu endere?o complete e telefone(s) para contato.

Paragrafo primeiro - O autor sera regularmente informado das diversas etapas do processo editorial a que se submete seu trabalho.

Paragrafo segundo - Os originais recusados serao devolvidos ao autor.